

Organizadores

Marilda Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas e Sergio Botton Barcellos



Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil

SÉRIE JUVENTUDE ESTUDOS

Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

Presidenta da República

Michel Temer

Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe

Diogo de Sant'Ana

Secretário Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo

Secretária Nacional de Juventude

Ângela Cristina Santos Guimarães

Secretária Adjunta

Francisco Rodrigo Josino Amaral

Chefe de Gabinete

Elisa Guaraná de Castro

Coordenadora-Geral de Políticas Transversais

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Miguel Rossetto

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Laudemir André Müller

Secretário Executivo

Simone Gueresi

Diretora do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Rafaela Araújo Rodrigues

Assessora de Juventude

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IICA/ABC/NEAD-MDA "CONSOLIDAÇÃO DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO" (PCT BRA/IICA/10/001)

FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU

Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE

MANUEL RODOLFO OTERO

Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil - IICA

CRISTINA COSTA BERNARDI

Supervisora IICA do PCT - NEAD/MDA

SIMONE GUERESI

Diretora Nacional do PCT - NEAD/MDA

MARIA DE FÁTIMA BRANDALISE

Coordenadora do PCT - NEAD/MDA

Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Núcleo de Estudos Agrários e Rural
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil

Organizadores

Marilda Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas e Sergio Botton Barcellos

Coleção Juventude - Série Estudos, n.1

Brasília
2014



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. O sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: www.participatorio.juventude.gov.br/revista

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: participatorio.juventude.gov.br

Tiragem: 1000

Coordenadora da Coleção Juventude

Elisa Guaraná de Castro

Elaboração/Supervisão

Elisa Guaraná de Castro; João Guilherme Vogado Abrahão; Cristina Costa, Marilda Aparecida de Menezes; Valmir Luiz Stropasolas e Sergio Botton Barcellos

Colaboração Especial

Divaneide Basílio, Paulo Adamatti Mansan, Vilenia Venâncio Porto Aguiar

Equipe Técnica

Euzamara de Carvalho e Mônica Sacramento Costa

Revisão

Lizandra Deusdará (Njobs Comunicação)

Carla Andrea Schwingel (SNJ)

Projeto gráfico e Capa

Rafael Keoui (Njobs Comunicação)

Diagramação

Rafael Keoui (Njobs Comunicação)

Distribuição e informações

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ

Pavilhão das Metas

Via VN1 - Leste - s/nº Praça dos Três Poderes - Zona Cívico Administrativa

Telefone: [55 61] 3411-1160

CEP 70150-908 - Brasília - DF

Dados Internacionais de catalogação e Publicação (CIP)

Regina Maria Duarte Moreira dos Santos

J97 Juventude rural e políticas públicas no Brasil / Marilda Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas, Sergio Botton Barcellos, organizadores. – Brasília : Presidência da República, 2014.

268 p. : il. – (Coleção juventude. Série estudos ; n. 1)

Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.

ISBN 978-85-85142-51-3

1. Juventude - Brasil. 2. Políticas públicas – Brasil. I. Menezes, Marilda Aparecida de. II. Stropasolas, Valmir Luiz. III. Barcellos, Sergio Botton. IV. Brasil. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. V. Brasil. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento. VI. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. VII. Série.

CDD 305.230981

Índice para catálogo sistemático:

1. Juventude- Brasil 2014

Todos os direitos reservados desta publicação reservados à Secretaria Nacional de Juventude.

[juventude@presidencia.gov.br]

Telefone: [55 61] 3411-1160

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	19
PRIMEIRA PARTE - O I SEMINÁRIO NACIONAL JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	29
Programação	30
Participantes	32
Mesa de Abertura	35
Mesa 1 - Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade	39
Mesa 2 - Os desafios para a construção de políticas públicas para a juventude rural	53
Mesa 3 - Oficina de imagens sobre a juventude no trabalho assalariado	68
Mesa de Balanço do Seminário	76
Síntese das Oficinas	85
1 Eixo Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico-racial	85
2 Eixo Juventude Rural e Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual	87
3 Eixo Juventude Rural e o Trabalho Assalariado	88
4 Eixo Juventude Rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda	91
5 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Sucessão e Perspectivas de Produção Sustentável: acesso à terra, agroecologia e condições de produção	95
6 Eixo Juventude Rural e a Educação do Campo	96
7 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Direitos Sociais, Tempo Livre e Novas Sociabilidades: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação	99
Oficinas Especiais	100
Juventudes Indígenas: igualdade étnica e direito à vida	100
RIO+20	102
Juventude do Xingu e do Amazonas	104
Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas	106

CADERNO DE FOTOS.....	107
SEGUNDA PARTE - O QUE PENSAM OS JOVENS.....	115
Juventude Rural Brasileira: sentidos e (re)leituras de jovens pesquisadores sobre políticas públicas e múltiplas identidades juvenis no campo.....	116
Em Pauta: Juventude Rural e Políticas Públicas.....	122
Juventude Assentada: Guardiã do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara/SP	133
Juventude Rural, Gênero e Questão Agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão "Juventude E Cooperação Agrícola"	145
Juventude Rural organizada no enfrentamento ao êxodo: o caso da associação dos colonos ecologistas da região de torres - ACERT, RS/brasil.....	155
Estratégias De Transformação Social No Campo: a formação de jovens da escola família agrícola de Marabá-PA.....	164
TERCEIRA PARTE - ARTIGOS DE PESQUISADORES SOBRE O ESTADO DA ARTE EM JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	177
A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural.....	178
Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil: Balanço, perspectivas e questões para o debate.....	200
Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar	215
Juventudes rurais do nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes.....	234
Juventude quilombola em territórios de memórias e lutas coletivas.....	251
PARTICIPANTES DESTES LIVROS SEGUNDO A CONDIÇÃO À ÉPOCA DO EVENTO.....	262

LISTA DE SIGLAS

ACERT - Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres
ACIAC - Núcleo de Jovens Empresários de Corupá/SC
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARQUISABA/QUILOMBOLA - Associação de Remanescentes Quilombolas de Santa Rita do Brauí
ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BASA - Banco da Amazônia
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social Econômico e Social
BRB - Banco de Brasília
CAD Único - Cadastro Único
CAF - Consolidação da Agricultura Familiar
CAPOIB - Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas do Brasil
CAT - Centro Agroambiental do Tocantins
CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CEASA - Central de Abastecimento do Distrito Federal
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEFAs - Casas e Escolas Familiares
CEFFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância
CEJUVENT - Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF - Crédito Fundiário
CFP - Comissão de Financiamento da Produção
CFRs - Casas Familiares Rurais

CGCATER - Coordenação Geral de Capacitação e ATER
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMJ - Conselho Municipal de Juventude
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNI - Comissão Nacional Indígena
CNJA - Centro Nacional de Jovens Agricultores
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CNSA - Conferência Nacional de Segurança Alimentar
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPJR - Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude Rural
CPR - Cédula de Produto Rural
CPR (PNCF) - Combate à Pobreza Rural
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CRESOL - Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CTB - Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DCF - Departamento de Crédito Fundiário
DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais

DF - Distrito Federal
DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
DPMR - Departamento de Políticas para Mulheres Rurais
EFAs - Escolas Família Agrícolas
EMATER-DF - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEP - Ensino Médio Técnico Profissionalizante
EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares
ES - Espírito Santo
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAG - Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF-Brasil - Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAJUVE - Fórum Nacional da Juventude Negra
FPJ - Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GERAJU – Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude
GT - Grupo de Trabalho
GTJR - Grupo de Trabalho da Juventude Rural
GTJRPP - Grupo de Trabalho de Juventude Rural e Políticas Públicas
IA - Instituto Aliança
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBF - Juventude da Igreja Batista do Fonseca
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPJ - Instituto Brasileiro de Políticas de Juventude

IC - Instituto Cidadania
IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFEs - Instituições Federais de Ensino Superior
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IJC - Instituto de Juventude Contemporânea
IMC - Instituto de Imagem e Cidadania
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LASAT - Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins e Social
LER/DORT - Lesão por Esforço Repetitivo/ Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MC - Ministério das Comunicações
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MEPES - Movimento de Educação Popular do Espírito Santo
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MinC - Ministério da Cultura
MiniCom – Ministério das Comunicações
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu
MJ - Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMM - Marcha Mundial de Mulheres

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC - Movimento de Organização Comunitária
MP - Medida Provisória
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MS - Ministério da Saúde
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NPT - Nossa Primeira Terra
OBJ - Organização Brasileira de Juventude
OCB - Organização das Cooperativas do Brasil
OIJ - Organização Ibero-Americana de Juventude
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OJIP - Organização de Jovens Indígenas Potiguara
OMAUESP - Organização de Mulheres Quilombolas e Assentadas do Estado de São Paulo
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PADSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário
PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PBQ - Programa Brasil Quilombola
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural
PDBR - Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PDRS DO XINGU - Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PEA - População Economicamente Ativa
PEC - Projeto de Emenda à Constituição
PGPAF - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional

PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PM - Pastoral do Migrante
PMAJ - Plano Municipal de Ações para a Juventude
PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNBL - Programa Nacional de Banda Larga
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PND - Programa Nacional de Desenvolvimento
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNSA - Plano Nacional de Segurança Alimentar
PPA - Plano Plurianual
PPJ - Políticas Públicas de Juventude
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda Rural Familiar
PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROLIND/UFCG - Programa de Apoio à Formação Superior de Professores que atuam em Escolas Indígenas de Educação Básica
PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa de Educação da Reforma Agrária
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REAF - Reunião Especializada da Agricultura Familiar
RECID - Rede de Educação Cidadã
REDE PTA - Rede Projeto Tecnologias Alternativas
REJ - Reunião Especializada de Jovens
REJUIND - Rede de Juventude Indígena
REJUPE - Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo
RENAJU - Rede Nacional de Organizações, Grupos e Movimentos de Juventude
República
RJNE - Rede de Jovens do Nordeste
RS - Rio Grande do Sul
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SDH - Secretaria de Direitos Humanos
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERTA - Serviço de Tecnologia Alternativa
SESC - Serviço Social do Comércio
SG/PR - Secretaria-Geral da Presidência da República
SG/SNAS - Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SID - Secretaria de Inclusão Digital
SINTRAF - Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SNJ-SG/PR - Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
SRA - Secretaria de Reordenamento Agrário
SRB - Sociedade Rural Brasileira

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDA - Título da Dívida Agrária
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN - União Democrática Nacional
UDR - União Democrática Ruralista
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFMG - Universidade Federal de Campina Grande
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNEFAB - União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URCA - Universidade Regional do Cariri
UT - Unidade Técnica
UTE - Unidade Técnica Estadual
UVA/GEPECJU - Universidade Estadual Vale do Acaraú – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis
VBP Valor Bruto da Produções

APRESENTAÇÃO

OS AVANÇOS DAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO MEIO RURAL

O reconhecimento da diversidade da juventude brasileira foi fundamental para os avanços das políticas públicas voltadas para o segmento nos últimos anos. Sob essa nova perspectiva, a juventude rural conquistou o seu espaço na agenda do Governo Federal, mobilizando agentes públicos e sociedade civil na construção de uma política específica, capaz de atender às necessidades e expectativas dessa parcela da população, representada por oito milhões de brasileiros e brasileiras com idade entre 15 e 29 anos.

Um momento de grande relevância para o diálogo entre governo e sociedade civil aconteceu durante o I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, realizado em 2012, numa parceria da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG), e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O encontro reuniu diversos ministérios envolvidos com o tema e jovens do campo e de comunidades tradicionais, possibilitando um amplo debate sobre as iniciativas já existentes e a proposta de novas ações que pudessem responder às demandas mais urgentes desse público. O seminário também contribuiu para fortalecer as metodologias de participação social, viabilizando a contribuição desses jovens na construção das políticas que lhes dizem respeito e que abrangem desde a juventude da agricultura familiar, camponesa e assalariada rural e a juventude dos povos e comunidades tradicionais como a juventude quilombola, extrativista, ribeirinha, e ainda a juventude indígena.

O governo brasileiro tem feito um grande esforço de políticas públicas especificamente voltadas para o avanço e a sustentabilidade da agricultura familiar. Iniciativas como o Plano Brasil Agroecológico (Planapo), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são alguns dos principais exemplos de uma política pública integrada, que visa ao amparo do agricultor familiar em todos os pontos da cadeia agrícola. Buscamos, ao mesmo tempo, garantir uma estrutura de financiamento e apoio para a qualidade dos alimentos produzidos pelas famílias e uma cadeia virtuosa para o consumo desses produtos pelos aparelhos públicos do Estado e por todas as famílias residentes nos centros urbanos.

Um grande desafio para o Brasil e outros países com forte agricultura familiar é o de criar as condições necessárias para que se avance cada vez mais em busca da soberania alimentar com base em uma alimentação saudável. É central que os jovens, que assim desejarem, possam permanecer no campo e nas florestas, em condições dignas e com oportunidades equivalentes às dos jovens dos centros urbanos. Para avançarmos para um Brasil cada vez mais justo e inclusivo, precisamos fortalecer o protagonismo da juventude. O empoderamento do

segmento deve estar acompanhado sempre de mais democracia, avançando na participação social como método de governo.

A juventude rural tem participado intensamente de todos os espaços de discussão sobre juventude e políticas públicas e marcou presença nas duas Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008 e 2011. Assim, uma parcela importante dessa população tem demonstrado que deseja permanecer no campo e nas florestas, mas quer poder viver sua juventude de forma plena.

As resoluções construídas nas Conferências, bem como as propostas apresentadas no Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, têm norteado a atuação da SNJ/SG e do MDA, que vêm somando esforços para atender às mais diversas reivindicações, interagindo com outras áreas do governo que atuam ou podem atuar no desenvolvimento de políticas para a juventude rural e comunidades tradicionais. Entre os avanços já obtidos, vale destacar o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur). Lançado em 2013, em uma parceria entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros órgãos do governo, visa garantir a autonomia e emancipação dos jovens rurais, criando as condições necessárias para sua permanência no campo.

Apesar dessas conquistas, não temos dúvida de que ainda há muito a fazer em relação à extensa pauta desses movimentos, que inclui, além do trabalho, educação e renda, o direito à saúde, cultura, inclusão digital, esporte e lazer, entre outros.

O objetivo deste livro é contribuir para avançarmos cada vez mais na construção de políticas públicas que atendam aos anseios e expectativas dessa importante parcela da juventude brasileira, essencial na construção de um Brasil mais justo e solidário, que passa necessariamente pela conquista da soberania alimentar.

Gilberto Carvalho

Ministro da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Miguel Rossetto

Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

PREFÁCIO

Desde sua criação, em 2005, uma das diretrizes que guiam a ação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) é a de que os jovens devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e de políticas públicas. Para isso é fundamental conhecer suas realidades, questões, opiniões e demandas, além das características sociais, demográficas, políticas e culturais que nos revelam o quadro geral das condições de vida da população juvenil no Brasil.

Como forma de contribuir para a produção e o registro de experiências sobre juventude e, em especial, sobre a juventude mais excluída, a SNJ criou a *Coleção Juventude*. Essa *Coleção* compõe um esforço para potencializar a produção de conhecimento sobre e com a juventude. Atualmente, essa missão está fortalecida pela implantação do *Participatório: Observatório Participativo da Juventude*, que conjuga também outras iniciativas para favorecer a visibilidade da juventude no cenário brasileiro. Para inaugurar a *Série Estudos da Coleção Juventude* trazemos a obra *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*, que apresenta, a partir do registro do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, um balanço, os avanços e os desafios para a construção de políticas públicas para a juventude rural. E a centralidade dessa juventude para a produção de alimentos saudáveis para a população brasileira, com justiça social.

O I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, realizado em maio de 2012, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi um momento muito especial para a SNJ, pois representou um encontro com a juventude rural, que tem participado intensamente dos espaços de discussão sobre juventude e políticas públicas promovidos pelo Governo Federal, como na I e II Conferências Nacionais de Juventude.

Na II Conferência, a juventude rural, os jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena deram show de diálogo e construção de propostas articuladas, que culminou com a plenária alegre e criativa do Eixo Território. Nela, foi proposta como 1ª resolução: “Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios: (a) priorização, associativismo e cooperativismo; (b) valorização de práticas agroecológicas alternativas; (c) acesso à terra e reforma agrária; (d) priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política; (e) desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas; (f) qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização; e (g) geração de renda respeitando a pluriatividade”. Como 2ª resolução, foi proposto o acesso à educação do campo para todos os jovens rurais da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais.

O diálogo com a juventude rural teve início com a apresentação que os movimentos nacionais fizeram de suas agendas à SNJ no primeiro semestre de 2011. O segundo passo foi a construção do Grupo de Trabalho da Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ), aproximando movimentos sociais e Governo Federal, representado pelos ministérios que atuam ou podem atuar no desenvolvimento direto de políticas públicas para a

juventude rural e povos e comunidades tradicionais. Avançamos dessa maneira no papel de articulação política da SNJ para dialogar diretamente com os e as jovens rurais.

Essa não é uma proposta nova: a ideia de um espaço de diálogo denso entre governo e movimentos sociais para debater políticas públicas para a juventude rural é acalentada há muito pelos movimentos e debatida em espaços importantes como o Grupo de Trabalho da Juventude Rural – Comitê Permanente de Juventude – do Condraf, criado em 2011.

O resultado da 2ª Conferência Nacional de Juventude fortaleceu a necessidade de que a SNJ atuasse diretamente na construção de uma política nacional para a juventude rural. O debate foi encaminhado no âmbito do GTJR/SNJ, que indicou como metodologia um seminário que aprofundasse e ampliasse esse diálogo. Teve, assim, início o projeto do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas. A parceria com o MDA foi, nesse novo contexto, fundamental para a realização do seminário.

A iniciativa do Seminário ganhou corpo, e passou a ser percebida como espaço que também proporcionaria continuidade à articulação entre a juventude rural da agricultura familiar e camponesa e a juventude dos povos e comunidades tradicionais fortalecida na II Conferência Nacional de Juventude. Somaram-se novos objetivos igualmente importantes. Nesse sentido, o Seminário também dialogou com a juventude do Xingu e tratou de temas centrais como a Rio+20 e, ainda, a demanda para a construção de políticas públicas integradas para a juventude indígena. Mobilizou diferentes áreas do governo, como secretarias do MDA, do MEC, do MinC, do MiniCom, do MTE, da CONAB, e outras que participaram intensamente das oficinas.

Como resultado do Seminário e das demais articulações, era esperada a proposição de política nacional para a juventude rural que buscasse integrar as ações existentes e propor outras que pudessem efetivamente atender às demandas urgentes da juventude rural. Atualmente a política está sendo debatida no Comitê Interministerial de Políticas Públicas para a Juventude de modo a incorporar as demandas e necessidades específicas dessa juventude no Plano Nacional de Juventude.

O I Seminário representou para a SNJ o esforço de buscar novas metodologias de participação social. Mais do que um evento, foi uma iniciativa importante para o aprofundamento da participação e do controle social como método de governo. Este foi um passo fundamental para a transformação das demandas e pautas em programas, ações e políticas concretas, como o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR), lançado em julho de 2014. Ainda temos muito a construir para a real incorporação desse segmento num projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, e para o reconhecimento desses e dessas jovens como sujeitos políticos e de direitos fundamentais em um país mais justo e com soberania alimentar.

Severine Macedo

Secretária Nacional de Juventude
Secretaria-Geral da Presidência da República

INTRODUÇÃO

Elisa Guaraná de Castro
João Guilherme Vogado Abrahão

O livro intitulado *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil* tem como objetivo ampliar o diálogo entre governo, movimentos sociais e academia e registrar os avanços atuais do debate sobre juventude rural e políticas públicas no Brasil. A obra faz parte de um esforço da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), de divulgar e ampliar o debate sobre políticas públicas e juventude rural no Brasil.

O projeto desse livro é fruto de diálogo com parceiros, em especial o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), vinculado ao Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário, e o IICA, iniciado após o I Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas, realizado pela SNJ, em parceria com o MDA, de 21 a 24 de maio de 2012. Houve entendimento de que a experiência foi um exemplo importante de participação social e produziu resultados que colaboram de forma qualificada para a construção de políticas públicas. O I Seminário foi registrado em gravação de áudio e vídeo com a direção colaborativa do documentarista e pesquisador José Roberto Novaes. O espaço também foi acompanhado por pesquisadores da área, que colaboraram com a memória do evento.

Sobre o seminário

A abertura do I Seminário Juventude Rural e Políticas Públicas contou com a presença do ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República; do ministro Pepe Vargas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do secretário Paulo Guilherme Francisco Cabral, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (Ministério do Meio Ambiente – MMA); da secretária Severine Macedo, SNJ; e da diretora Viviane Fernandes Faria, da Diretoria de Política de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico/Raciais do Ministério da Educação (MEC); e de jovens representantes dos movimentos sociais do campo e indígenas que realizaram uma mística de abertura.

Nos quatro dias de trabalho, foram realizadas duas mesas de análise, dez oficinas e uma mesa de balanço final. Mais de 200 pessoas participaram do evento. Estiveram presentes cerca de 40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena, e mais de 140 jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas e indígenas de todas as regiões do Brasil.

Organizados em eixos temáticos e considerando caminhos para a participação social, os e as jovens rurais reunidos, em diálogo com representantes do Governo Federal e colaboradores especialistas: a) avaliaram as políticas públicas atuais para a juventude rural, seus

limites e desafios; b) formularam propostas para a melhoria ou criação de políticas públicas; e c) formularam propostas para a participação social e o acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural. Dessa forma, temos uma valiosa colaboração para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude Rural.

O Seminário contou com duas mesas de trabalho que trataram dos temas: “Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade” e “Os desafios da construção das políticas públicas para a juventude rural”. Estes espaços receberam a participação de gestores do Governo Federal, representantes de conselhos e comitês de políticas públicas, jovens lideranças dos movimentos sociais, professores, pesquisadores e observadores. Além desses espaços de discussão, ocorreram oficinas de imagens e temáticas. O espaço das oficinas foi dedicado ao detalhamento dos debates e das proposições de políticas públicas e controle social, com a devida sistematização das ideias.

A *Oficina de Imagens*, com a apresentação do documentário: *Conflito*, com direção de Roberto Novaes, sobre a juventude no trabalho assalariado no corte da cana-de-açúcar, envolveu todos os participantes e foi coordenada pelo professor Roberto Novaes (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e por Carlita da Costa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis). O objetivo foi apresentar e sensibilizar os participantes acerca das condições de trabalho dos(as) jovens no meio rural desde a realidade da produção canavieira. A partir dessa expressão da juventude rural, do viver e trabalhar no meio rural brasileiro, a ideia foi: dialogar com o conjunto dos participantes do I Seminário sobre as trajetórias desses jovens que vivenciam a experiência de migrar para trabalhar em culturas sazonais; conhecer suas percepções do presente e sonhos de futuro e seus conflitos; e apreender e compreender suas demandas e condições de vida e trabalho.

As *oficinas temáticas* tiveram a duração de um dia, com intervenções sobre experiências na parte da manhã e construção de avaliação e propostas na parte da tarde. As oficinas foram direcionadas ao debate sobre os desafios, as possibilidades e o acúmulo de experiências para a construção de uma política nacional para a juventude rural. Para tanto, primeiro foi proposto um método para registro e mediação do debate, que tratou de três perspectivas: a) avaliação das políticas públicas atuais para a juventude rural, seus limites e desafios; b) formulação de propostas para a melhoria ou criação de políticas públicas; e c) propostas para participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural. Contamos com a colaboração de professores e educadores populares na mediação e relatoria compartilhada com os/as jovens de movimentos sociais e organizações juvenis. Os participantes escolheram o tema de seu interesse das 10 oficinas temáticas (sete temas específicos da juventude rural e três oficinas especiais):

Oficina 1: Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: territorialidade e igualdade étnico-racial

Oficina 2: Juventude Rural, Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual

Oficina 3: Juventude Rural e Trabalho Assalariado

Oficina 4: Juventude Rural, Agricultura Familiar e Camponesa: trabalho e renda

Oficina 5: Juventude Rural e a Sucessão no Campo e na Floresta: territorialidade, acesso à terra, agroecologia e condições de produção

Oficina 6: Juventude Rural e Educação do Campo

Oficina 7: Juventude Rural e a Permanência no Campo e na Floresta: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação

Oficina específica 1: Juventudes Indígenas: igualdade étnica e direito à vida

Oficina específica 2: Juventude Rural e a Rio+20

Oficina específica 3: Juventude do Xingu e do Amazonas

Com intensa participação nas mídias sociais, jovens de todo o Brasil colaboraram com o evento comentando e publicando textos e imagens. O número de seguidores da SNJ no Facebook e no Twitter aumentou significativamente. A oficina especial sobre a juventude do Xingu e dos povos amazônicos foi interativa.

Outro momento de grande importância foi a *Mostra Cultural*. Na noite do terceiro dia, realizou-se mostra cultural marcada pela confraternização dos participantes, aberta para a manifestação e a interação das diferentes expressões culturais do conjunto dos(as) jovens rurais presentes no Seminário.

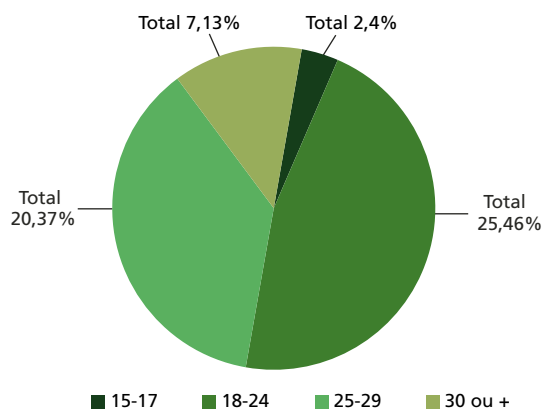
Por fim, realizamos o *Balanço e as Contribuições Finais*. No último dia do Seminário aconteceu uma mesa de balanço com a participação de especialistas e representante da SNJ para apresentar uma análise do evento. A professora Marilda Aparecida de Menezes e o professor Valmir Luiz Stropasolas apresentaram avaliação positiva da experiência devido à diversidade da juventude presente, que permitiu ampliação do debate para além da juventude da agricultura familiar e dos assentamentos rurais, para a realidade do trabalho assalariado, da vida dos jovens quilombolas e indígenas. Ressaltaram ainda o importante leque de temas e questões que não se restringem às condições de produção, pontuando-se preocupações com a qualidade de vida, a sucessão rural, a reforma agrária, dentre outras questões centrais para a permanência dos(as) jovens no campo e na floresta. Para a SNJ, o Seminário foi muito além do planejado e a produção de grande contribuição para a formulação de políticas públicas representa um salto na participação social para a formulação destas políticas.

O encerramento do evento foi marcado pela emoção com a recepção da Carta do I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas em música que incorporou os demais participantes com a secretária Severine Macedo (SNJ/SG), o então secretário Jerônimo Rodrigues Souza (Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA) e a então diretora

de Educação do Campo, Viviane Fernandes Faria, da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi)/MEC.

Para conhecermos mais de perto quem foram os participantes e o que acharam da experiência, foi realizada uma *avaliação do evento com os participantes*. No último dia, distribuímos uma ficha de avaliação com detalhamento do perfil dos participantes a ser respondida de forma espontânea. Como resultado, 55 participantes preencheram a avaliação. A faixa etária foi variada, com maior concentração no segmento dos 18 aos 29 anos.

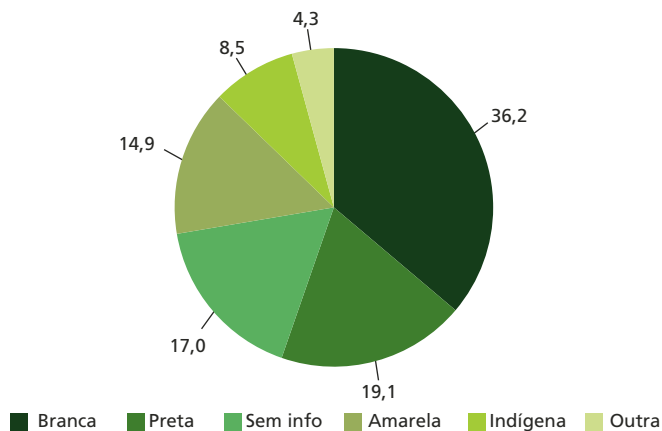
GRÁFICO 1:
Percentual de participantes e total por faixa etária



Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

Entre os jovens participantes, contamos com maioria de mulheres (57% de mulheres e 43% de homens). Esse dado é relevante, uma vez que temos visto a presença importante de jovens lideranças nos movimentos sociais rurais, dos povos e comunidades tradicionais e indígenas. Consideramos que houve avanços importantes no empoderamento dessas jovens e que espaços que valorizam a participação juvenil têm contribuído nesse sentido. E ainda uma presença mais equilibrada na declaração de cor ou etnia.

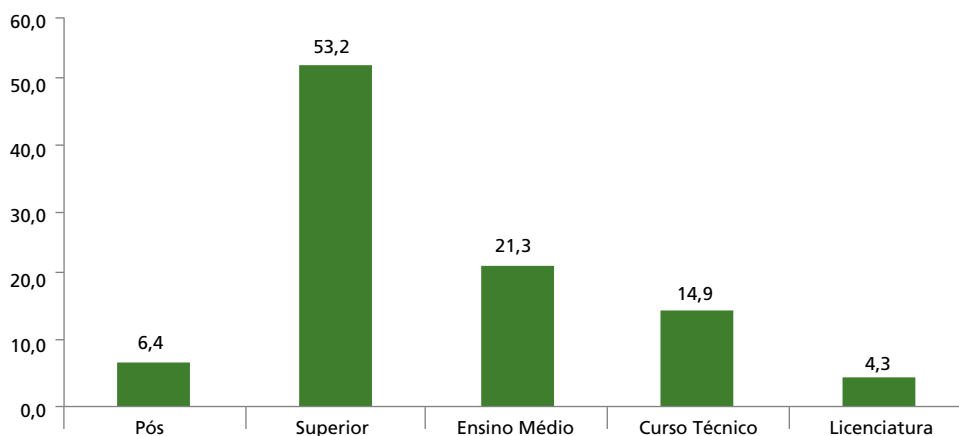
GRÁFICO 2:
Total de participantes por cor ou etnia (%)



Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

Outro fator interessante desses participantes é sua alta escolaridade, inverso à situação da baixa escolaridade da maioria da população jovem do campo. Como observado em pesquisas anteriores (CASTRO, 2009)¹, temos um importante investimento que conjuga ações dos movimentos sociais e programas específicos, como o Programa de Educação da Reforma Agrária (Pronea) e a Licenciatura do Campo nas universidades federais, que vêm ampliando o acesso para uma parcela de jovens hoje, lideranças em seus movimentos e organizações sociais.

GRÁFICO 3:
Escolaridade

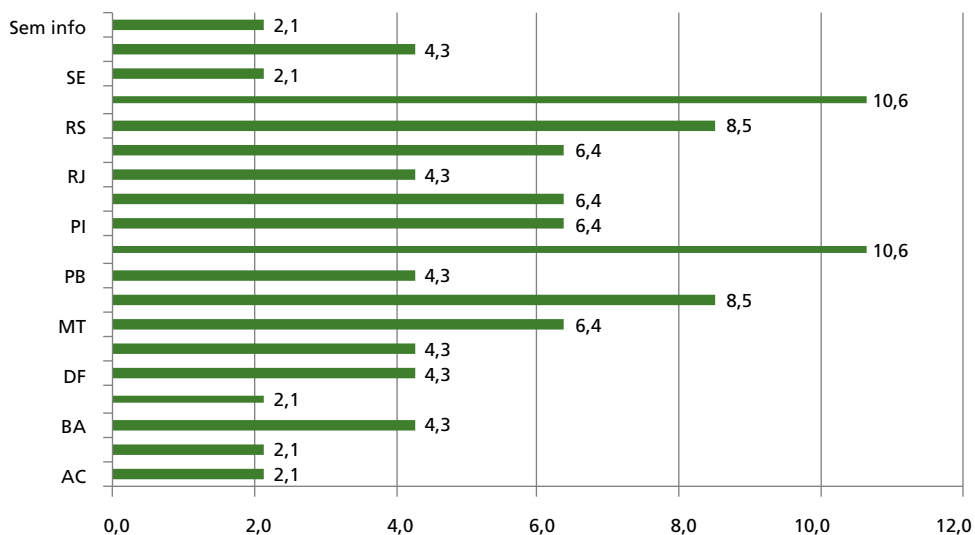


Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

¹ Castro, Elisa G. de et al. *Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

Na distribuição por estado, contamos com presença bastante diversificada.

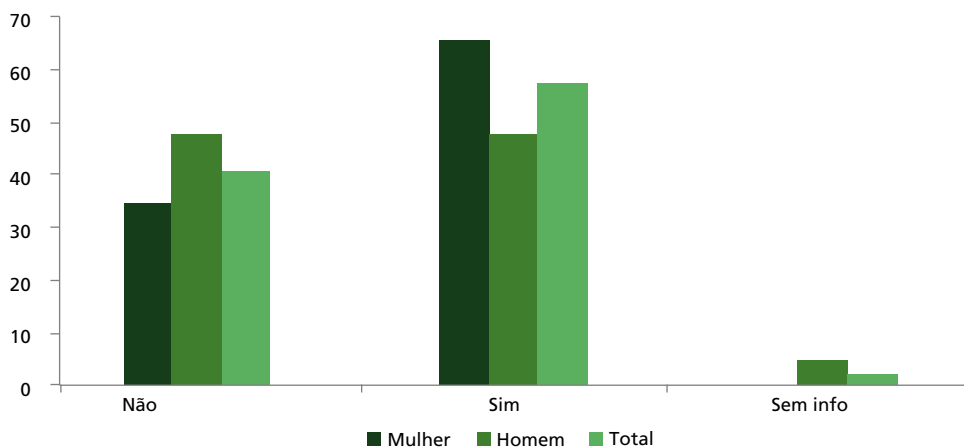
GRÁFICO 4:
Estados de origem dos participantes



Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

Por fim, a maioria ainda mora com os pais, o que também é um dado reforçado em outras pesquisas. Em alguns casos essa opção é parte da dificuldade de se estabelecer de forma autônoma em relação à família. A maioria declarou trabalhar. No caso dos jovens que moram com os pais, há mais mulheres do que homens, o que também corrobora a dificuldade maior das jovens em buscar sua autonomia. Trabalhar, por outro lado, é condição equivalente para ambos os sexos. Portanto, mesmo trabalhando, as jovens têm mais dificuldades de saírem da casa dos pais.

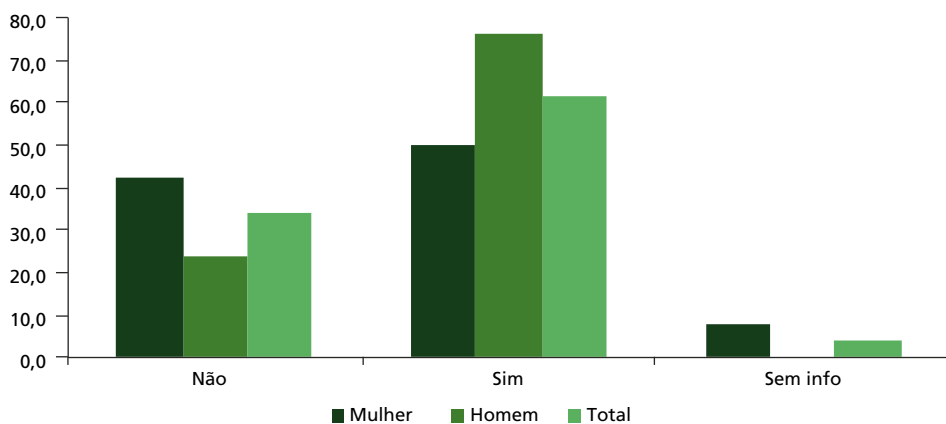
GRÁFICO 5:
Total de participantes por sexo quanto a morar ou não com os pais



Pergunta: Você mora com seus pais?

Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

GRÁFICO 6:
Total de participantes por sexo e trabalho

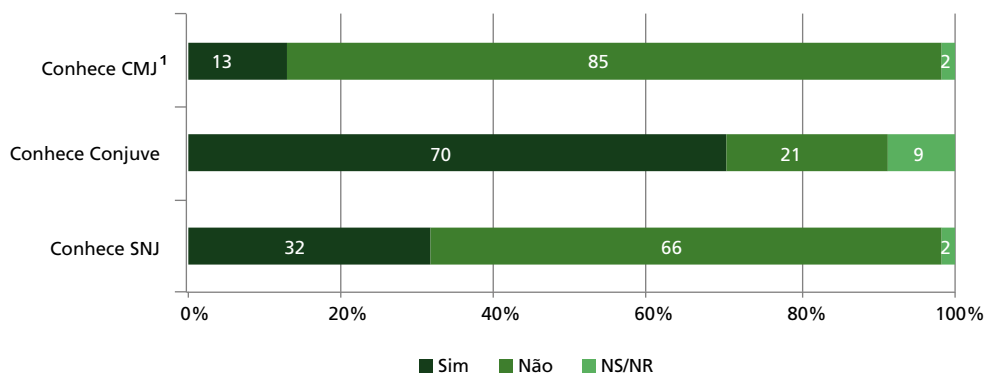


Pergunta: Você trabalha?

Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

Perguntamos ainda se conheciam, antes do Seminário, a SNJ, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e/ou o conselho municipal de seu município. No que concerne ao conhecimento sobre a SNJ e o Conjuve, as respostas foram próximas, com mais conhecimento do Conselho do que da Secretaria. Contudo, sobre conselhos municipais a resposta reflete a baixa existência de conselhos em municípios e áreas rurais ou mais interiorizadas. A maioria respondeu desconhecer.

GRÁFICO 7:
Conhecimento da SNJ e conselhos



Fonte: Pesquisa de Perfil dos Participantes do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, SNJ, 2012.

Nota 1: Conselho Municipal de Juventude.

Uma forma de diálogo e de participação social

O livro *Juventude Rural e Políticas Públicas* vem somar-se a um formato de diálogo sobre o campo das políticas públicas de juventude já realizado em outros momentos, como na publicação *Juventude Rural em Perspectiva*, organizada por Carneiro e Castro (coedição do NEAD, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, e da editora Mauad), lançada em 2007. Mais recentemente, a publicação *Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil*, organizada por Fernanda de Carvalho Papa e Maria Virgínia de Freitas, lançada pela editora Petrópolis, em 2011, adotou a mescla de textos acadêmicos dos próprios jovens ativistas e falas dos participantes das mesas. Esse formato visa aproximar diferentes linguagens e a participação de atores diversos no debate sobre o tema. Misturando registro de espaços presenciais, artigos acadêmicos e textos dos próprios jovens, a publicação almejou aproximar os jovens do tema, valorizando as distintas formas de participação no debate, reduzindo a distância entre o que se produz na academia e na gestão pública daqueles que vivenciam no dia a dia as políticas públicas e a realidade de ser jovem.

Como projeto de continuidade desses esforços, este livro, que conta com a importante colaboração dos pesquisadores Marilda Aparecida de Menezes, Sérgio Botton Barcellos e Valmir Luiz Stropasolas para a sua organização, traz, em suas três sessões, debate denso e qualificado sobre a realidade da juventude rural brasileira e os desafios das políticas públicas para avançar em melhores condições de vida para essa população.

Na primeira sessão do livro, estão disponíveis a estrutura e os resultados dos quatro dias de seminário, informações sobre os participantes e um registro resumido das mesas de discussão. Para dar ainda mais voz aos jovens, a SNJ realizou um concurso em junho de 2012 para que escrevessem sobre o tema. O resultado foi avaliado por uma banca de especialistas, sob coordenação da SNJ, em um processo bastante rico. A importância dessa contribuição está na segunda sessão do livro, que é apresentada pela Prof^a Jacqueline Freire, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), sob o título *Juventude Rural Brasileira: sentidos e (re)leituras de jovens pesquisadores sobre políticas públicas e múltiplas identidades juvenis no campo*, que compôs a Comissão de Seleção do Concurso de Artigos. Ao todo foram selecionados cinco textos: *Em Pauta: juventude rural e políticas públicas*, de Eryka Galindo; *Juventude Assentada: guardião do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista do Chibarro - Araraquara/SP*, de Ana Flávia Flores e Silvani Silva; *Juventude Rural, Gênero e Questão Agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “Juventude e Cooperação Agrícola”*, de Evelyne Medeiros Pereira, Francisco Brenno Soares Cavalcante e Larisce Nogueira de Oliveira; *Juventude e Cooperação agrícola, Juventude Rural Organizada no Enfrentamento ao Êxodo: o caso da Associação dos Colonos Ecologistas da região de Torres - Acert, RS/Brasil*, de Taciane Lais da Silva e *Estratégias de Transformação Social no Campo: a formação de jovens da Escola Família Agrícola de Marabá-PA*, de Dalcione L. Marinho.

Por fim, a terceira sessão é composta por artigos de pesquisadores que estiveram presentes, em sua maioria, no seminário e que contribuem para aprofundarmos a compreensão sobre a juventude rural brasileira e os desafios das políticas públicas. A diversidade da juventude rural é abordada pelo Prof. Valmir Luiz Stropasolas em *A Dimensão da Diversidade Social na Concepção de Políticas Públicas para a Juventude Rural*; as políticas públicas são problematizadas por Sérgio Botton Barcellos e Paulo Rogério Adamatti Mansan no artigo *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate, os Jovens e a Reprodução Geracional na Agricultura Familiar*, da Prof^a Anita Brumer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, embora não tenha participado do seminário, é importante pesquisadora da temática juventude rural e contribuiu para os desafios da questão geracional. Um olhar específico sobre a juventude do Nordeste é proposto pela Prof^a Maria de Assunção Lima de Paulo, no artigo *Juventudes Rurais do Nordeste: as múltiplas realidades numa região de contrastes*. E, o artigo do Prof. Paulo Carrano, *Juventude Quilombola em Territórios de Memórias e Lutas Coletivas*, partiu da experiência da oficina específica sobre “Comunidades e povos tradicionais rurais: igualdade étnico racial” para aprofundar a complexidade das realidades vivenciadas por essa juventude e as suas agendas.

Compõe ainda esta obra o documentário *Pisa no Formigueiro*, dirigido por José Roberto Novaes e Maria Claudia Martinelli, que apresenta o Seminário como um espaço de participação social na construção de políticas públicas. De forma lúdica, mostra a rica experiência da intensa participação da juventude rural, dos povos e comunidades tradicionais e indígenas na luta social e dá visibilidade às suas percepções, angústias e sonhos. O documentário encontra-se encartado ao final da publicação.

PRIMEIRA PARTE

O I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR - SÍNTESE	
PRIMEIRO DIA - 21/05	
16h às 18h	Credenciamento dos Participantes e convidados
18h às 20h	Cerimônia Oficial de Abertura
SEGUNDO DIA- 22/05	
8:30h às 10h	Primeira mesa de trabalho Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra, sustentabilidade
10h às 10:15	intervalo e Café
10h15 às 12h	Debate
12h às 14h	Almoço
14h às 16h	Segunda mesa de trabalho Os desafios da construção das políticas públicas para a juventude rural
16h às 16h15	Intervalo e café
16h15 às 17h30	Debate
17h30 às 19h	Oficina de imagens sobre a juventude no trabalho assalariado
19h às 19h30	Organização dos Grupos de Trabalho e Oficinas
19h30 às 21h	Jantar e intervalo
21h às 22h30	Mostra de filmes e imagens em experiências da juventude rural
TERCEIRO DIA 23/05	
08h30 às 10h	Oficinas de Construção de Propostas de Políticas Públicas
10h às 10h15	Intervalo e café
10h15 às 12h	Retorno às oficinas
12h às 14h	Almoço e intervalo
14h às 16h	Oficinas de Construção de Propostas de Políticas Públicas
16h às 16h15	Intervalo e café
16h15 às 18h	Retorno à oficina
18h às 20h	Trabalho da relatoria: consolidação do acúmulo dos grupos e primeira versão da contribuição final
19h às 21h	Jantar e intervalo
22h às 00h	Mostra Cultural
QUARTO DIA 24/05	
8h30 às 10h	Apresentação dos resultados das Oficinas Temáticas Balanco: Desafios e perspectivas
10h às 10h15	Intervalo e café
10h15 às 11h30	Consolidação da contribuição final
11h30 às 12h30	Mesa de encerramento
12h30	Almoço e despedida

OFICINAS DE TRABALHO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

8h30 às 18h

Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: territorialidade e igualdade étnico-racial
Juventude Rural e Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual
Juventude Rural e o Trabalho Assalariado
Juventude Rural, Agricultura Familiar e Camponesa: trabalho e renda
Juventude Rural e a Sucessão no Campo e na Floresta: territorialidade, acesso a terra, agroecologia e condições de produção
Juventude Rural e a Educação do Campo
Juventude Rural e a Permanência no Campo e na Floresta: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação

Oficinas Específicas

Oficina Específica - Juventudes Indígenas: igualdade étnica e direito a vida
Oficina Específica - Rio+20
Oficina Específica - Xingu

PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS

***Tema transversal ao roteiro das oficinas: participação e controle social**

8h30 às 10h	Mesa de diálogos sobre políticas públicas – composta por um representante do governo, um representante dos movimentos sociais e um especialista. A coordenação irá propor um roteiro para a abordagem do tema de modo a facilitar o andamento da oficina
10h às 10h15	Intervalo e café
10h15 às 12h	Apresentação de experiências de ou com jovens
12h às 14h	Almoço
14h às 16h30	Formulação de proposições para políticas já existentes, políticas novas e articulação e integração de políticas
16h30 às 16h45	Intervalo e café
17h às 18h	Construção da relatoria final da oficina

PARTICIPANTES

Participação da Sociedade Civil

1. Núcleo de Jovens Empresários de Corupá/SC (Aciaç)
2. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime)
3. Associação de Remanescentes Quilombolas de Santa Rita do Bracuí (Arquiba/Quilombola)
4. Associação Jovens Migrantes
5. Cáritas Brasileira
6. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)
7. Comissão Nacional Indígena (CNI)
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
9. Comissão Pastoral da Terra (CPT)
10. Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip)
11. Federação da Agricultura Familiar do MS (FAF/MS)
12. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)
13. Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)
14. Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajuve)
15. Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (Geraju)
16. Juventude da Igreja Batista do Fonseca (IBF)
17. Instituto de Juventude Contemporânea (IJC)
18. Indígenas Macuxis
19. Instituto Aliança (IA)
20. Instituto de Imagem e Cidadania (IMC)
21. Jovens Indígenas Guarani Kaiowa em Ação (Jiga)
22. Levante Popular da Juventude
23. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
24. Movimento de Educação Popular do Espírito Santo (Mepes)
25. Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)
26. Movimento de Organização Comunitária (MOC)
27. Movimento das Catadoras de Mangaba
28. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

29. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)
30. Núcleo Sertão Verde
31. Organização de Jovens Indígenas Potiguara (OJIP)
32. Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)
33. Pastoral do Migrante (PM)
34. Pastoral da Juventude Rural (PJR)
35. Povos Indígenas do Xingu
36. Programa Valorização Juventude Rural-ES
37. Quilombo de Pinheiral
38. Raízes da Tradição
39. Rede de Educação Cidadã (Recid)
40. Rede de Jovens do Nordeste (RJNE)
41. Rede de Juventude Indígena (Rejuind)
42. Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma)
43. Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo (Rejupe)
44. Representantes Jovens das Comunidades e Povos Tradicionais Quilombolas-RJ
45. Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta)
46. Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis
47. União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
48. Viração Educomunicação

Conselhos e colegiados

1. Conselheiros do Conjuve
2. Colegiados Territoriais dos Territórios da Cidadania
3. Conselheiros do Condraf

Participantes do Governo Federal e governos estaduais

1. MDA
2. MMA
3. MEC
4. MS
5. MC
6. MinC

7. MJ
8. Incra
9. Funai
10. Seppir
11. SG/SNAS
12. SG/SNJ
13. SDH
14. SPM
15. Anvisa
16. Emater-DF
17. Banco do Brasil
18. Secretaria de Juventude do Distrito Federal
19. Secretaria de Agricultura do Espírito Santo

Pesquisadores, universidades e programas de licenciaturas

1. Colégio Pedro II
2. Licenciatura do Campo/UnB
3. Programa de Apoio à Formação Superior de Professores que Atuam em Escolas Indígenas de Educação Básica (Prolind)/UFCCG
4. Universidade de Brasília (UnB)
5. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)/Gepecju
6. Universidade Federal de Campina Grande
7. Universidade Federal Fluminense
8. Universidade Federal de Pernambuco
9. Universidade Federal Rural de Pernambuco
10. Universidade Federal de Santa Catarina
11. Universidade Federal do Rio de Janeiro
12. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Mesa de Abertura

Participaram dessa mesa o ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho; o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; a diretora de Políticas para a Educação do Campo e Diversidade da Secadi/MEC, Viviane Fernandes; Raul Amorim, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; Mayara Suelita, da Pastoral da Juventude Rural; Kátia Aparecida, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Renato da Silva Filho, representando a Juventude Indígena; Alexia de Fátima, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do MMA, Paulo Guilherme; e a presidenta do Conselho Nacional de Juventude, Ângela Guimarães.

Severine Carmen Macedo² – Esse é um primeiro espaço construído em uma parceria da Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um espaço-síntese que busca convergência no conjunto de agendas propostas pela juventude rural. Nós recebemos, no ano passado e nesse ano, um conjunto de pautas dos movimentos sociais, todas reforçando a criação, cada vez mais, de políticas que promovam a possibilidade da permanência dos jovens no campo. A I e II Conferência Nacional de Juventude reafirmaram, e muito, a importância da construção de uma agenda positiva para esse segmento da juventude brasileira. Vale ressaltar, inclusive, que nessa II Conferência houve um grande processo de articulação entre os e as jovens rurais e das comunidades e povos tradicionais que chamou a atenção e pautou com muita qualidade essa temática, saindo com um conjunto de resoluções. Quando falamos de jovens rurais, estamos nos referindo a mais de oito milhões de pessoas de 15 a 29 anos que vivem no campo.

Os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma já avançaram muito na construção de programas e ações destinadas aos jovens e agora nós precisamos dar um passo maior, que é garantir a articulação entre essas políticas e a construção de políticas em outras áreas, não só na política agrícola, na agrária, mas na política cultural, de esporte, de educação no campo. Com o lançamento do Pronacampo, esperamos que se garanta a condição e a opção de a juventude permanecer no espaço rural, para garantir o desenvolvimento sustentável no nosso país. Então esse espaço aqui visa fortalecer essas agendas comuns para que a gente consiga implementar no Governo Federal ainda mais políticas, com mais qualidade, para que mais jovens tenham acesso e possam garantir a sucessão na agricultura familiar.

Kátia Aparecida – Quero reiterar a importância desse Seminário, porque vem ao encontro da luta que os movimentos vêm colocando, com a necessidade dos jovens que querem permanecer no campo, mas que, muitas vezes, não têm as condições necessárias para isso. Então, a juventude rural e as políticas públicas vêm necessariamente a esse encontro do que o jovem busca para que consiga permanecer, para que realmente a sucessão aconteça. Mas que ele permaneça com boas condições, com acesso ao crédito. E para isso são necessá-

² As referências de todos os citados e que colaboraram com artigos estão no final do livro.

rios esses espaços, como esse Seminário, tenho certeza que não vai ficar só nesse debate, mas o que a gente espera enquanto movimento sindical, em nome de todos os movimentos, de todas as bandeiras que estão aqui, é que realmente essas políticas cheguem até a base, até o jovem rapaz, a jovem moça que quer permanecer, mas que precisa de políticas.

Raul Amorim – Primeiro, dizer sobre o salto de qualidade que nós estamos dando nesse espaço, representado nas forças organizadas do nosso campo. Estão aqui diversas forças e isso sim demonstra, de fato, a nossa articulação para avançar nas políticas públicas para o campo. Esse avanço corresponde também ao que denunciamos: o novo desenvolvimento do capitalismo, hegemônico pelo capital financeiro, que são os bancos e as empresas transnacionais que vêm tomando nossas terras, controlando as sementes e as transformando em transgênicas, que vêm transformando a nossa mercadoria, nossa agricultura em *commodities*. Para isso, precisamos contrapor com políticas públicas. É possível, ministros? Mas que não sejam políticas públicas compensatórias, como o Primeira Terra, como o Pronaf, mas que de fato seja um avanço que corresponda ao que nós estamos acumulando nas lutas dos movimentos sociais na construção de uma nova matriz tecnológica baseada na agroecologia e que a juventude, de fato, possa vivenciar na sua condição juvenil. Esse é o recado que nós, jovens camponeses, estamos aqui articulados com as principais forças do Brasil, para que ministros, companheiros Pepe e Gilberto, possamos avançar de fato em um novo modelo de desenvolvimento para o campo, baseado em novas relações. Que deixe de ser um espaço apenas de unidade de produção, como é visto pelo agronegócio, para ser um espaço, sim, de vida, um espaço que a gente se sinta bem, onde tenha uma boa educação, que a gente possa fazer arte, que seja alegre e que, de fato, a gente ressignifique o conceito de juventude utilizado como sinônimo de êxodo. Reconhecemos o esforço da Secretaria Nacional da Juventude na articulação dos movimentos sociais com os ministérios, para que possamos construir políticas públicas que venham a mudar a estrutura do Brasil.

Paulo Guilherme – Eu quero, inicialmente, já dizer da minha satisfação de estar em um evento de juventude rural, que discute a sua inserção e contribuição na formulação e no acompanhamento de políticas públicas, porque esse é um tema extremamente necessário, oportuno, no tempo agora em que meio ambiente também está passando por ressignificação. Cada vez mais a política de meio ambiente tem a ver, sim, com formação de emprego e renda, com acesso à terra, com combate à miséria no campo, com vários temas que vocês estão pautando aqui. Numa perspectiva de mudança, construção e transformação, é um encontro muito positivo. A juventude sempre representou essa vontade de mudar as coisas, de quebrar as barreiras, e nós precisamos imprimir essa nova concepção, a inserção também da política ambiental nesse processo de mudança. Vocês podem contribuir muito com essa nova concepção da política ambiental do país. É muito bem-vindo esse evento, para que a gente possa construir mecanismos, processos permanentes de inserção dos jovens na formulação e avaliação das políticas públicas. Discutimos vários dos temas relacionados, por exemplo, com licenciamento da reforma agrária, com o tema da agroecologia, estamos preparando junto com a própria secretaria uma política nacional para agroecologia e produção orgânica.

Precisaríamos ter um processo permanente de diálogo para acolher essa contribuição e assim ter uma garantia, de fato, que essas políticas que vocês apontam sejam, de fato, implementadas. Então trago aqui a nossa saudação, em nome da ministra Izabella Teixeira.

Pepe Vargas – Espero que o Seminário consiga efetivamente fazer um debate que aponte para o nosso governo como a gente pode avançar nas políticas públicas voltadas à juventude do meio rural. Esse evento é mais um que se insere na ideia de que os cidadãos e as cidadãs possam participar da definição, do debate, do desenho das políticas públicas. Nesse Seminário temos representantes das organizações da juventude rural, de entidades ligadas a agricultores familiares, de entidades ligadas aos povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, enfim, de todos os segmentos da juventude. Nós esperamos que o Seminário consiga, em primeiro lugar, fazer uma avaliação da efetividade ou não das políticas públicas que foram construídas até o momento para a juventude rural. Em segundo lugar, que vocês tenham condições de apontar para a gente como podemos avançar. Quer dizer, os sujeitos de direitos das políticas públicas apontando para o governo onde houve avanço e onde não houve, e identificar, inclusive, por que não houve.

No que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós temos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), em que discutimos as questões do desenvolvimento rural, da agricultura familiar, onde as entidades do campo estão representadas. E temos um Comitê Permanente da Juventude no âmbito do Condraf para discutir as políticas públicas voltadas à juventude rural. Se nós formos analisar as políticas públicas que estão no nosso Ministério voltadas à juventude rural, por exemplo, o Pronaf Jovem, o número de contratos é uma vergonha, foram assinados até agora 2.400 contratos, ou seja, é nada. Isso indica que tem problema ali, a implementação de algumas das questões que o grupo de trabalho no âmbito do Condraf apontava não resolveu o problema, então temos que entender melhor essa questão.

No acesso ao crédito fundiário, aí nós temos um número mais significativo, um terço, aproximadamente, dos contratos de crédito fundiário que foram concedidos de 2003 até agora. Isso é mais de 30 mil pessoas. São contratos de crédito fundiário para o público jovem, abaixo de 28 anos. Mas seria limitar muito a discussão de políticas voltadas à juventude só nesses dois instrumentos; nós queremos muito mais do que isso. Foi lançada agora a primeira chamada pública de Ater, Assistência Técnica e Extensão Rural, específica para a juventude rural. É uma coisa nova que nós não dispúnhamos, estamos fazendo a primeira chamada pública de Ater. Depois vamos ter que avaliar para ver se ela teve efetividade. Era algo muito reivindicado. A presidenta Dilma lançou, há poucos dias, o Pronacampo, um extraordinário desafio para todos nós, que seja efetivamente algo que avance. A juventude rural está desafiada para que o Pronacampo seja algo efetivo no avanço da educação no campo, seja da educação formal ou não formal. A juventude tem que pegar em suas mãos isso, discutir com todos os Ministérios que estão envolvidos nesses temas. E precisamos discutir o tempo livre também, não é só inclusão produtiva, não é só escola, mas também o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer.

Quero desejar a todos os companheiros e companheiras que possam apontar rumos para que a gente consiga avançar nas políticas públicas. Esse Seminário, o que ele apontar, vai imediatamente lá para o nosso Comitê Permanente de Juventude do Condraf, para que a gente possa discutir com o conjunto dos outros atores que estão no Condraf como a gente pode dar efetividade às políticas públicas para a juventude rural.

Gilberto Carvalho – O assunto da juventude rural é um tema que nos preocupa, não é de hoje. O drama da sucessão rural, no caso da agricultura familiar, a falta de condições, os desafios que o jovem sente para migrar para a cidade, onde aparentemente o emprego é mais fácil, as condições de qualificação técnica, a universidade são mais fáceis e atraem a juventude. Não temos conseguido, de fato, manter o jovem no campo numa perspectiva que lhe dê futuro, porque é justo que ele queira ficar no campo, numa perspectiva de uma vida qualificada, de um trabalho adequado, de um futuro, de uma renovação de todo processo de produção agrícola e do alimento para o nosso país. Queremos ouvir de vocês as propostas que vocês trazem, claro que nós temos as nossas, nós discutimos, mas nós queremos ouvir. O pessoal do governo que vai ficar aqui vem com esse objetivo, de colher as propostas, as perspectivas que vocês têm, os desafios, os protestos, as pressões para que possamos em conjunto tomar medidas que de fato possam dar o encaminhamento adequado a essa questão da juventude rural.

É próprio da juventude a rebeldia, a provocação do novo e dos novos desafios. A agricultura familiar tem muita dificuldade de sobreviver e, veja, ela tem um papel essencial na produção de alimentos no Brasil. Estamos percebendo que ela terá muita dificuldade se continuar nesse modelo da agricultura tradicional com dependência agroquímica, se ela não trabalhar a dimensão da agroecologia e da agricultura orgânica e se não trabalhar, sobretudo, a perspectiva do cooperativismo e das associações. Estamos vendo que onde as coisas deram certo, nos assentamentos, na pequena propriedade familiar, é onde prosperaram os aspectos de uma nova tecnologia, de uma nova cultura agrícola, e é onde prosperou o cooperativismo. Estamos dispostos a discutir isso. No Pronacampo, é muito importante a participação de vocês, para que se transforme em realidade. Temos a belíssima experiência do Pronera que queremos ampliar, e o Incra e o MDA estão fazendo grande esforço para isso e também queremos discutir mais com o MEC essa questão. Tem toda a questão da inclusão digital no campo, toda a dimensão da cultura, a internalização cada vez maior do ensino universitário. Estamos debatendo o código florestal, onde não haverá anistia para o grande desmatador, onde o pequeno produtor e o agricultor familiar serão contemplados sim, para que ele seja de fato viabilizado, respeitando a natureza nessa nova relação que estamos propondo com o meio ambiente, com respeito à vida.

Nós somos um país que quer sim crescer, mas não queremos fazer isso a qualquer preço. Queremos crescimento, desenvolvimento, mas contemplando internamente o combate às desigualdades, acabando com essa perversa concentração de rendas que nós temos no país, inclusive com os milhões de brasileiros que ainda estão abaixo da linha da miséria.

Não foi à toa que a presidenta lançou o programa *Brasil sem Miséria* e agora o *Brasil Carinhoso*. Eu quero lembrar que esse programa, *Brasil Carinhoso*, ao ampliar o *Bolsa Família*, praticamente assegura que todos os brasileiros sejam assistidos, para ver esse país extinguindo efetivamente a miséria. É o modelo de desenvolvimento que estamos propondo é um modelo que contempla uma relação nova, adequada com os recursos naturais, com a natureza, pensando no futuro, pensando efetivamente na qualidade de vida. Eu quero agradecer a presença de cada um de vocês, o empenho que fizeram para estar aqui, o empenho daqueles que estão organizando este Seminário. O governo estará aqui pronto para ouvir e para acolher as sugestões que vocês derem para essa nova sociedade que nós queremos construir.

Mesa 1 - Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade

Participaram desta mesa os seguintes palestrantes: Gleisa Campigotto, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Éryka Galindo, assessora nacional da Juventude da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Luciano Brunet, presidente substituto do Incra e Severine Carmen Macedo, secretária nacional de Juventude.

Éryka Galindo – Inicialmente, queria valorizar as nossas trajetórias de lutas de organização da juventude rural que vem demarcando internamente o esforço de ampliar e democratizar a participação da juventude no espaço interno do movimento sindical, mas também no âmbito das políticas públicas, na disputa de modelo social e político com o Estado brasileiro. A gente percebeu nos trabalhos de grupo, que está constituído no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude, que as pautas juvenis têm muita convergência. Vou trazer alguns elementos que são mais claros na pauta da Contag, porque é desse lugar que estou falando, que se constroem como convergências, pontos comuns também nas pautas dos outros movimentos que estão integrando esse Seminário, compreendendo-a como instrumento de afirmação do projeto político de sociedade que a gente defende e que é defendido também pelas organizações e pelos movimentos sociais. É a partir dessa pauta que vou refletir sobre quais os desafios que colocam para a construção de políticas públicas no âmbito da terra, da sustentabilidade da vida, que são os eixos que estão orientando essa mesa de trabalho.

A pauta da juventude da Contag parte de um olhar sobre o que a gente chama de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). O movimento sindical vem construindo um amplo processo que se inaugurou no final da década de 1990, em torno do modelo de sociedade, onde se constroem todas as demandas para apresentar ao Estado brasileiro. Esse projeto alternativo foi construído no embate com o modelo neoliberal. Do que trata esse projeto? Primeiro, ele afirma o campo com gente em contraposição a um campo com máquinas, com concentração de terra, com condições de desigualdades instaladas. Ele afirma que o campo tem que ser pautado pela diversidade, por suas identidades, saberes, por sua percepção de mundo e não pelas máquinas, pela monocul-

tura ostensiva, que prejudica o meio ambiente e os sujeitos que vivem nele. Que o acesso à terra seja democratizado por meio da defesa da política de reforma agrária. Um campo sem desigualdades étnicas, de gênero, de geração, regionais, enfim, a partir das diversidades dos sujeitos do campo e que sejam valorizados enquanto atores e atrizes sociais. Que produza de forma sustentável, que traga os valores que os agricultores e as agricultoras familiares vêm construindo e reproduzindo a partir das longas gerações que constituem essa trajetória de sujeitos do campo. Que valorize os saberes, as matrizes produtivas sustentáveis, a exemplo da agroecologia, que produza alimentos saudáveis para toda a sociedade brasileira. Esses são os elementos que orientam quando a gente pensa numa pauta política, num processo de negociação. Um dos processos de participação, de controle social e de recomendação para a construção de políticas públicas é o Grito da Terra Brasil, que é uma agenda anual em que se mobiliza o debate dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais desde a base até a mobilização em Brasília. Esse é um processo que dialoga de forma contínua com a base, com as realidades, para exigir compromissos dos estados, dos municípios e do Governo Federal. Para a construção desse modelo temos que responsabilizar também outros poderes, o Judiciário, o Legislativo. A nossa luta se conforma por esses princípios políticos e se desdobra numa ação proativa e firme dos movimentos na defesa desses ideais.

No que diz respeito à terra, a gente traz um primeiro questionamento: a política de reforma agrária, segundo os dados, vem sendo bastante insuficiente frente às demandas de famílias acampadas no Brasil, são números decrescentes e bem limitados acerca do acesso a essa política de reforma agrária de assentamentos. Um dos grandes impedimentos é o modelo de aquisição de terras, dessa desapropriação que paga fortunas para assentar famílias e que é insustentável do ponto de vista de viabilizar o que a gente chama de reforma agrária ampla, massiva e de qualidade. Diante de tanta restrição, de tantos limites para o assentamento de famílias acampadas, qual o lugar da juventude nessa história? Os critérios de seleção das famílias privilegiam o número de filhos e idade. Isso impacta os jovens, que serão os últimos a acessarem essas políticas, a serem assentados. Não se questionam os critérios. Sendo a reforma agrária tão limitada e tão restrita, acaba-se tendo que construir uma fila de pessoas desprovidas que estão lutando por terra e, dentro dessa priorização, alguns ficam no final – e esses são os jovens. Então, o grande questionamento da gente não é só rever critérios de seleção, é que se efetive uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade.

Um estudo feito pelo Incra, em 2010, afirma a existência de muitos jovens nos assentamentos. E como é que o modelo de reforma agrária, o modelo de assentamento pensa esses jovens? Pensa-se a partir de projetos de continuidade, que possibilitem a permanência desses jovens nas áreas de assentamentos ou é somente fazer recorte, administrar para a família e repassar os recursos? Uma política pensada e estruturada, que não responsabilize as famílias pela permanência ou saída, mas uma política que proporcione as condições para que elejam o campo como espaço de permanência, de produção, de cultura, de saberes, de alimentos. As pautas falam em duas dimensões: pensar o acesso à política de reforma agrária, mas pensar

também, uma vez conquistando a terra, como possibilitar e reconhecer esse campo com um projeto forte, que corresponda a essa identidade, ao desejo de permanecer.

A Contag também, no diálogo, vem mobilizando em termos dessas dimensões do assentamento e do crédito fundiário, que é um programa que precisa ser reavaliado em seus critérios a partir das realidades regionais, mas que hoje tem permitido a muitos jovens acessarem o PNCF, demonstrando que há interesse muito grande da juventude em permanecer no campo. Como a política de reforma agrária pode valorizar, também, esses sujeitos? Pode-se pensar de forma específica, diferenciada, sem separar ou privilegiar a juventude, mas reconhecendo-a enquanto sujeito importante para a política nacional de reforma agrária, sujeito que também compõe esse sentimento de comunidade, de pertencimento e de construção de um desenvolvimento rural sustentável.

Agora irei abordar o outro eixo que orienta essa mesa, o da sustentabilidade. Vemos com muita força nas pautas a necessidade de fomento à agroecologia. E não é de hoje, já o 18º Grito da Terra, ou mesmo o segundo Festival Nacional da Juventude, apontam que há necessidade de construir uma política clara e efetiva de estímulo à agroecologia. E ela se desdobra em três dimensões. Em primeiro lugar, o acesso ao mecanismo de formação, de compreensão da vivência e experimentação agroecológica. Uma segunda dimensão é o fomento e políticas de crédito. E, finalmente, uma grande rede de boas práticas em agroecologia protagonizadas por jovens, para perceber quais são as experiências a partir dos biomas, dos territórios, das diferentes identidades dos sujeitos. Um outro elemento que a gente gostaria de destacar na pauta é o Pronaf jovem, que este programa seja efetivamente jovem, adequado, e que reconheça a diversidade das juventudes do campo. Hoje o modelo é de Pronaf Filho. Existem outros arranjos sociais que a juventude está desenvolvendo e os critérios limitam o acesso ao programa. Gostaria de destacar uma crítica que a gente vem fazendo, também muito forte no comitê permanente de juventude do Condraf, que é o seguinte: para você, jovem, acessar o Pronaf jovem, além dos critérios normais para acessar a DAP, tem que ter um “*plus a mais*”. Além de toda a prerrogativa de ter que se afirmar enquanto agricultor(a) familiar, ainda tem que ter um tempo de formação e assistência técnica, ou seja, precisa de outros requisitos. É muito importante o jovem poder ter acesso à formação e à assistência técnica, não estamos negando isso, muito pelo contrário, é o que a gente quer. Agora, em que medida o Estado está conseguindo garantir essas políticas e se ele não consegue garantir, porque esses requisitos têm que excluir os jovens que não têm acesso à política? Antes de tudo, é uma discussão de concepção, porque as políticas de juventude têm que agregar a diversidade, e se elas criam critérios, têm que criar também condições que não restrinjam o acesso, têm que estar de acordo com a afirmação do jovem enquanto sujeito de direitos, um ator político, e não ficar marginalizando ou caracterizando a juventude como um agente de risco e que, portanto, precisa ter uma série de exigências para poder algum dia ser capaz e competente de gerir recursos.

E, para finalizar, vou abordar a dimensão da sucessão rural, da permanência na terra. Em primeiro lugar, pensar sucessão rural não é dizer: isso é uma responsabilidade restrita da família. É, mais que tudo, ter políticas que garantam oportunidades efetivas de permanecer no campo, não é somente penalizar e responsabilizar as famílias, como se fosse um problema delas o fato de o jovem não querer ficar no campo, ou mesmo que os pais não ajudam o jovem a ficar no campo. A sucessão rural só é possível com modelos de desenvolvimento justos e sustentáveis. Isso é o que vai permitir que, na hora de pensar em permanecer ou não, essas pessoas tenham condições e acesso a direitos, a oportunidades e ao exercício da cidadania. A reafirmação da sucessão é vinculada a um modelo de desenvolvimento, ou seja, mais do que direito à produção e políticas de crédito; é o acesso a direitos plenos, ao lazer, à cultura, ao esporte, à saúde e educação, contextualizando-se às diferentes realidades e diversidades. Nesse sentido, a gente quer afirmar o contexto das jovens mulheres, que têm saído do campo tentando construir uma possibilidade de arranjo que supere esse contexto machista e patriarcal, em que elas nunca ou pouco são consideradas, seja no processo produtivo, seja na definição da organização da unidade familiar. Afirmer processos que considerem as jovens mulheres enquanto sujeito participativo, como atriz da mudança. Quando se fala de participação social, a gente quer pensar num desenho institucional que assegure a voz e a vez da juventude e dos diferentes segmentos que constroem essa classe, na sua diversidade. Esses são os elementos que podem colaborar com as discussões nesse seminário.

Gleisa Campigotto – Eu quero trazer um pouco do debate que a gente vem fazendo no interior do movimento, para termos a clareza do projeto para o campo brasileiro, que perpassa toda a história da juventude camponesa e a nossa permanência no campo. Qual é o modelo para o campo brasileiro que está pensado hoje nesse governo e nesse projeto neoliberal e capitalista? Não é o modelo da agricultura familiar, de permanência das famílias camponesas no campo, muito menos da juventude. Os dados do Censo do IBGE, de 2010, mostram que foram expulsos do campo 800.000 jovens nesses últimos 10 anos, então dá para a gente ver qual é o projeto que tem para a juventude: não é permanência no campo, mas é sair do campo e ir para a cidade, como mão de obra para as grandes empresas e para o capital que está se formando em torno das cidades. E como se dá? Talvez todo mundo saiba como está sendo constituída a agricultura no campo brasileiro: é uma agricultura que está organizada em cima de monocultivo, de grande escala, da soja, da cana-de-açúcar, do café. Não é voltada para nós, camponeses, para os agricultores. A produção é vendida para fora, a alimentação vira mercadoria, por isso que tem tanta gente passando fome no Brasil. Por isso precisa-se do Bolsa Família. Na verdade tudo se transforma em mercadoria, alimentação também vira *commodities* de exportação, isso é com toda a produção brasileira, salvo nós que estamos na resistência no campo, que estamos produzindo. Esse modelo que está pensado não é para a agricultura camponesa, para a juventude muito menos. O que a gente faz? Essa é uma pergunta que cabe a nós, jovens camponeses organizados nos movimentos sociais, nos sindicatos, responder. A resposta eu acho que nem tão cedo a gente vai ter. E também não é o governo, não é o Incra que vai nos ajudar, bem que a gente queria.

Só para vocês terem uma ideia, no ano passado, as famílias assentadas no MST, no Brasil todo, não chega a 5.000 famílias assentadas e a gente tem ainda muito sem-terra. E como é que a gente faz para resistir? A produção de soja no sul do país, da cana-de-açúcar, dos eucaliptos na fronteira sul com o Uruguai, com a Argentina. Esse modelo corresponde a quem? Para a juventude permanecer no campo, que é o tema da mesa, a gente precisa em primeiro lugar da terra. É meio contraditório, queremos permanecer, mas as famílias de cinco, seis, até dez pessoas, com cinco, seis hectares de terra vivem como? Respondam-me, vivem como? Isso é um problema que a gente enfrenta cotidianamente. Além da terra, precisamos de educação, e não é só para ser veterinário, agrônomo, a gente quer médico no campo, professor, engenheiro, todas as profissões. Fazer um campo diferente, por isso queremos uma educação diferente também. Em torno de 3% da juventude brasileira hoje acessa a universidade, tem um funil quando vem para o ensino superior. A universidade pública não é feita para os pobres, é feita para a elite brasileira, isso é uma vergonha no nosso país. O Brasil é um dos países da América Latina que menos tem juventude na universidade. Investe-se mais na copa do mundo que na educação. São em torno de um milhão de pessoas expulsas do campo pela construção de barragens. A gente quer um modelo sustentável de energia, sem precisar sair do campo. Parece que tudo é voltado para a cidade e para uma pequena parte elitizada. Ao se falar em cotas na universidade e no Pronera, muitas universidades têm grande resistência, porque não pode admitir ver negros, camponeses na universidade, isso é uma facada no coração, no brio. E é isso que a gente tem que fazer, continuar enfiando o punhal nessa universidade, nessa elite brasileira, porque o nosso lugar é lá. Os indígenas também estão sendo expulsos das suas terras, então é um pouco de desabafo, mas é um pouco da nossa realidade.

Enfim, esse modelo de desenvolvimento que a gente tem hoje é colocar a juventude para trabalhar na cidade ou, se ficar no campo, é para ser mão de obra, cortador de cana, trabalhar em condições precárias, muitas vezes em condições de trabalho escravo. Quais são as condições do trabalhador da cana? E a maioria são jovens. A gente quer um modelo agrícola que seja baseado na busca constante de uma sociedade mais justa e igualitária – e que também possa produzir junto com o equilíbrio ambiental. A gente precisa vetar esse código florestal que é um absurdo para nós, vai ser muito ruim para todo o campo. Para a juventude permanecer no campo precisa de educação, crédito, incentivo. Não quer o crédito para ficar com dívida e ela multiplicar a cada ano. A gente quer crédito a fundo perdido para produzir sim. Como é que a gente vai produzir sem crédito? Quais foram as pautas e reivindicações que entregamos para esse governo que foram atendidas? Continuamos com milhões de famílias sem terra, porque não tem mais terra para assentar, porque as terras estão nas mãos dos grandes proprietários, dos grandes empresários. E essa reforma agrária que está proposta, pelo governo, ela não mexe nas grandes propriedades de terra, não mexe nessa estrutura, então enquanto não tivermos um modelo de desenvolvimento que mexa realmente na redistribuição de terras no Brasil não vai ter uma reforma agrária efetiva, a gente vai continuar sendo expulso do campo, vai continuar pedindo miséria ao governo toda vez que viermos a Brasília, um incentivo aqui e outro ali. E a juventude precisa se mobilizar e organizar.

Para isso, eu espero que nesse Seminário e nos processos que a gente venha a ter, junto com a Secretaria Nacional de Juventude, o companheiro do Incra está aqui, a gente vai ficar

batendo na porta, a gente não vai deixar de vir incomodar, se vocês não atenderem é aí que a gente vem mesmo. A gente está na luta, vai brigar pelos nossos direitos em todos os cantos do país e não vamos deixar de bater na porta para incomodar vocês. Juventude que ousa lutar constrói um Brasil popular.

Luciano Brunet – Eu queria tratar com vocês as questões do acesso à terra. O projeto de reforma agrária do governo brasileiro, eu concordo com vocês, é bastante tímido. A opção tomada pelo governo brasileiro (estou considerando essa sequência programática de governos, desde o governo Lula até aqui), por diversas razões, tomou uma opção de privilegiar o setor exportador. Nos seis primeiros anos de governo isso foi muito claro. E o setor exportador no Brasil é formado por dois grandes ramos: o minerador e o agrícola. Esses são os dois setores fortes na exportação brasileira. São várias as explicações para isto: manter o equilíbrio da balança, a opção pela forma de transição que foi dada pelo governo etc. Esta orientação, entretanto, foi acompanhada por outras iniciativas em outras áreas, como o aumento constante do salário mínimo, o reforço do mercado interno etc. Do sexto ano em diante do governo, ou seja, do segundo mandato do governo Lula em diante, esse setor exportador deixou de ter a importância que teve no início. A ideia do “*superávit primário*”, a importância das *commodities* deixa de ter tanta centralidade, perde essa significação. Como consequência disso, o setor agroexportador, apesar de ainda ser hegemônico no Brasil, já não ocupa mais o local privilegiado que ocupou a quatro, cinco anos atrás. Hoje nós temos um mercado interno muito maior, temos hoje uma possibilidade de produção para esse mercado interno, de dar uma outra visão para a produção no campo que não seja mais baseada na grande produção de soja para exportação, para manter balanço de pagamento. Hoje, nós precisamos e podemos alimentar o povo, mais do que nunca, porque, principalmente, ele tem mais poder aquisitivo!

Mais uma observação que eu acho importante para vocês trabalharem: o ex-presidente do Ipea, Márcio Pochmann, recém lançou um livro a partir de uma pergunta: *Nova classe média?*. Esse livro é muito importante para este momento, em que o país reflete sobre as grandes mudanças sociais que ocorreram recentemente. Esse país que está se formando é um país de classe média? E ele responde da seguinte forma: não. Este é um país de proletários, é um país de novos assalariados, de uma nova classe operária, de novos trabalhadores. As pessoas que ingressaram no mercado de trabalho neste último período, não são de classe média, são, sim, pessoas da classe trabalhadora em sua grande maioria. Porque isso é importante? Porque se dizemos que é uma nova classe média, a associação mais imediata é vender seguro para essa nova classe, vender plano de saúde, seguro agrícola para essa nova classe média rural que está vindo, seguro privado, automóvel etc. Mas, por outro lado, se dizemos que é uma nova classe trabalhadora, como é que se responde? E o que as nossas organizações têm que responder? Uma previdência social para essa nova classe operária; uma saúde que dê conta de atender nos postos públicos todos esses trabalhadores que estão ingressando no mercado de trabalho, que sofrem acidentes de trabalho; melhores salários para esses trabalhadores; melhor segurança no trabalho etc. Ou seja, uma agenda completamente diferente daquela

que trabalhamos com a ideia de classe média. Levantamos este tema aqui porque é justamente a juventude que está ingressando nesses novos mercados de trabalho. É para ela que vão se colocar esses novos desafios e, inclusive, a tarefa de desbaratar alguns mitos que vêm se criando em relação a que Brasil é este que nós temos – sem dúvida nenhuma um outro Brasil – após os governos do presidente Lula. É um debate mais do que programático, é um debate ideológico que teremos que fazer para disputar o futuro desse país.

Apresentaremos aqui, rapidamente, alguns resultados da pesquisa “Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda”, realizada no decorrer de 2010 junto aos assentamentos de reforma agrária de todo o país, em que buscamos organizar indicadores e dados sobre os aspectos socioeconômicos, institucionais, ambientais, dentre outros, destes assentamentos. O universo da pesquisa é composto de 805.107 famílias assentadas entre 1985 (I PNRA) e 2008 em todo o território brasileiro. Os dados foram obtidos através de entrevistas às famílias assentadas em um processo de amostragem, composto de 16.019 famílias, em 1.161 assentamentos nos 26 estados do país. Porque essa pesquisa é importante? Porque ela vai confirmar algumas questões, e, por outro lado, vai desmascarar outras. Ela é importante para a nossa luta, para questionar afirmações do senso comum. Por exemplo, da afirmação de que os assentamentos são favelas rurais, quando na verdade são comunidades extremamente ricas e muito diversificadas. Temos, sem dúvidas, muitas insuficiências nos assentamentos, mas o assentamento é muito importante, porque democratiza o acesso à terra, viabiliza a democratização da terra, além de serem lugares, *locus*, de reprodução social fundamental para o camponês brasileiro. O grosso dos assentamentos está no Norte e no Nordeste. Isto se deve muito às dificuldades que se colocam para obtenção de terras na região Centro-Sul do país. A reforma agrária que nós conseguimos cravar na Constituição Brasileira de 1988 acabou sendo um reforma agrária de mercado.

A Constituição diz que toda propriedade deve cumprir sua função social. E o que é a função social da propriedade? Ser produtiva do ponto de vista econômico, mas não apenas isso: ela tem que garantir a qualidade de vida daqueles trabalhadores que estão lá, assim como estar ambientalmente correta, o mesmo valendo para o cumprimento da legislação trabalhista. Isso foi, digamos, a estaca que o movimento a favor da reforma agrária cravou na Constituição Brasileira. Entretanto, logo adiante, a mesma Constituição diz assim: “São insuscetíveis de desapropriação (...) a propriedade produtiva” e, mais: ela deverá ser paga “através de prévia e justa indenização”. Ou seja, terá que se pagar o que for considerado preço de mercado, para poder fazer a reforma agrária. O governo brasileiro dedicou, nos últimos quatro anos, cerca de dois bilhões de reais para aquisição de terras. Grande parte desta quantia foi paga sob a forma de juros compensatórios. Como é isto? A caracterização de uma grande propriedade como improdutiva pelo Incra é, em geral, seguida por uma discussão judicial. Quando, finalmente, chega-se a uma decisão em juízo quanto ao valor, são acrescidos juros a este valor inicial da ordem de 12% ao ano. Ou seja, aquela propriedade que deveria ser desapropriada por não cumprir sua função social é indenizada com juros de 12% ao ano, como se o proprietário pudesse estar usando aquela propriedade durante aquele tempo. Então, aquela que

deveria ser desapropriação-sanção pelo descumprimento da função social da propriedade, na verdade acaba sendo uma “desapropriação bônus” para o proprietário. É nessa correlação de forças que se discute a reforma agrária. Por isto tudo, a grande massa de assentamentos acaba se localizando nas regiões em que as terras ainda são públicas, como é o caso do Norte do país, onde o processo de obtenção de terras ocorre pela retomada das terras públicas irregularmente ocupadas ou pelo reconhecimento dos territórios ocupados por populações camponesas tradicionais. Em outras palavras, ou se muda a legislação brasileira em relação ao problema agrário ou não vamos ter uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade.

Os resultados da pesquisa mostram que, nos assentamentos, 53% dos beneficiários do programa são homens e 47% são mulheres. Por outro lado, 21% dessa população são crianças de zero a dez anos, o que significa que as políticas públicas voltadas para esta faixa da população, em termos de educação infantil e primária, saúde, continuam mais necessárias do que nunca. Entre 11 e 20 anos, nós temos 23% da população dos assentamentos e se estendermos até os 30 anos, temos ainda mais 13%. Constata-se, por esses dados, que os assentamentos têm uma população muito jovem, ao contrário da ideia geral sobre o “envelhecimento” da população do campo. Outro elemento importante é o tamanho da família. A ideia de que no campo as famílias têm muitos filhos cada vez encontra menor sustentação. Famílias de quatro pessoas já é a realidade em mais da metade dos assentamentos. Já em relação à escolaridade, os não alfabetizados somam 16%, enquanto a proporção de não alfabetizados no campo, neste período, pelo Censo Agropecuário do IBGE, é de 20%. Essa diferença tem uma explicação, pois nos assentamentos há uma política específica: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), cujos efeitos são bastante visíveis na pesquisa. A pesquisa revelou que o maior problema está no acesso ao nível médio e superior: apenas 6,50% dos assentados possui nível médio completo ou mais. Enquanto 43% já estão cursando o nível fundamental (da 1ª a 4ª série); e 27% entre a 5ª e a 9ª série. Quanto à saúde, 56% das famílias estão descontentes com o acesso a hospitais e postos de saúde, confirmando o desafio da universalização da saúde, especialmente no meio rural e nas regiões. Do ponto de vista do crédito, mais da metade das famílias consegue ter acesso ao Pronaf, uma constatação do poder dessa ferramenta dentro dos assentamentos. Temos ainda outros dados que tratam da produção e da percepção dos assentados em relação à sua vida após terem sido assentados. Observa-se que há uma percepção positiva por parte das famílias assentadas quanta à melhoria de suas condições de vida após o acesso à terra. E isto é corroborado pela evolução patrimonial que se observou na pesquisa neste quesito (como se verifica nos bens e equipamentos).

Severine Carmen Macedo – Esse primeiro Seminário Nacional de Políticas Públicas e Juventude Rural faz parte de um esforço da Secretaria Nacional de Juventude de ampliar o olhar sobre a construção de políticas públicas, sobre alguns segmentos mais invisibilizados e vulnerabilizados da juventude no Brasil. Eu venho do espaço rural, fui militante da Fetraf durante muitos anos, minha mãe continua morando no sítio, lá no interior de Anita Garibaldi, que é na Serra Catarinense. Esse não é um tema que eu estou tendo que aprender, vivenciei

assim como vocês de perto, na pele, um conjunto de dificuldades e de coisas boas do que significa viver no campo. A secretaria vem fazendo um esforço de conseguir ampliar muito essa agenda, porque o nosso desafio na agenda da Política Nacional de Juventude na SNJ é ampliar com mais ênfase o olhar das políticas de juventude sobre três segmentos específicos. O primeiro é que todas as políticas de juventude a serem desenvolvidas dialoguem e construam um olhar sobre o campo e a cidade. A gente precisa ampliar o olhar sobre o segmento juventude rural, que não é uma simples especificidade da juventude brasileira, pois estamos falando de um segmento que é estratégico para o desenvolvimento sustentável do país. Outro segmento que estamos tendo um olhar específico é a juventude negra, quando vamos discutir qualquer indicador hoje de exclusão social no Brasil, e entre os jovens, os piores índices vão estar agregados à juventude negra, seja de violência, ausência de escolaridade, de pobreza, seja um conjunto de indicadores de trabalho indecente ou de ausência de trabalho em si. Aqui nesse Seminário, a gente precisa envolver não apenas os jovens da agricultura familiar e camponesa tradicionais, como entendemos nos nossos movimentos, mas também abrir um diálogo com a juventude assalariada, com os jovens quilombolas, indígenas, extrativistas. Se não conseguirmos reconhecer essa diversidade, tanto na juventude brasileira quanto no campo, as políticas mais globais não atingirão os segmentos mais invisibilizados da juventude, que sofrem um conjunto de impactos no seu cotidiano. O terceiro olhar específico da agenda Política Nacional de Juventude é sobre a questão de gênero, das jovens mulheres. Aí também soma-se um conjunto de indicadores e uma pauta que é extremamente difícil de descolar de uma pauta global.

Queremos jogar luz sobre o segmento que não consegue evidenciar as suas demandas específicas, seja na área da saúde, na construção da autonomia política e econômica, do ponto de vista do trabalho decente. Tivemos um grande processo de êxodo rural no nosso país, isso foi motivado tanto pelo modelo de desenvolvimento em curso, como também pela ausência do olhar do Estado como indutor e promotor das políticas para este segmento migrante. Precisamos superar a visão de que o êxodo é inexorável. Houve, de fato, uma inversão dessa perspectiva, muito forte a partir do governo do presidente Lula, em que pese todas as ponderações que já foram debatidas aqui, das ausências que eu também vou reforçar algumas, mas nós não temos como não reconhecer que tivemos uma mudança de foco. Eu concordo, não houve uma superação do modelo de desenvolvimento do campo. A visão em curso no governo do presidente Lula e que continua existindo é de que os dois modelos são importantes no campo: o modelo do agronegócio e o modelo da agricultura familiar. A linha construída é que esses dois modelos de agricultura têm condições de conviver de maneira a continuar potencializando o modelo de desenvolvimento rural em curso. A gente precisa efetivamente discutir o que isso significa e o impacto que o próprio agronegócio tem ou não sobre a permanência, convivência e a manutenção da agricultura familiar e camponesa. E a gente sabe que tem. É fundamental fortalecer as políticas para esse campo que nós estamos falando aqui. É uma contradição, mas não tem como abrir mão de um segmento importante para a balança comercial, ponderemos, não tem convivência fraterna, alguém vai

sair perdendo, não para amenizar a nossa luta, de quem defende esse modelo de agricultura familiar, mas para fortalecê-la e não tirar daí a culpa e a responsabilidade do governo com isso, mas olhando para um cenário – para além do nosso próprio campo – a gente precisa, de fato, estar fortalecido. Esse cenário do êxodo não significa que está resolvido porque é especialmente no segmento da juventude que esses indicadores de êxodo continuam fortes. Há uma perspectiva de migração juvenil de 81 mil jovens por ano para os próximos anos. Isso demonstra, efetivamente, que a gente não está conseguindo, mesmo com toda essa aposta que vem sendo feita na agricultura familiar. Mas não dá para deixar de reconhecer que, de fato, houve um investimento fortíssimo: quintuplicou o acesso ao crédito, construíram-se programas novos, assistência técnica, o próprio PAA, iniciou-se a tentativa de alguns programas importantes para a juventude dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Estamos falando aqui para a construção dos marcos legais da juventude, o investimento no Brasil sem Miséria, que visa erradicar a pobreza extrema no Brasil. Os indicadores gerais apontam que a pobreza está muito concentrada no espaço rural, especialmente na região Nordeste e, sobretudo, as pessoas que são negras. O grande desafio agora é erradicar a pobreza extrema, é você conseguir chegar nessa população para que ela consiga ter acesso às políticas.

No governo do presidente Lula, nós tiramos da linha da pobreza mais de 20 milhões de pessoas. Eu tenho total concordância com essa discussão de que é uma nova classe trabalhadora, não uma nova classe média, e por isso necessita ainda de um conjunto de políticas indutoras e promotoras da sua inclusão e do seu desenvolvimento integral. Temos muito ainda a superar, especialmente quando se fala de permanência no campo, tentando perceber essa grande diversidade que se evidencia no espaço rural, e essa necessidade de pensar a juventude agricultora familiar e camponesa, como também os jovens assalariados sazonais, que saem das suas terras e ficam até nove meses trabalhando fora, os quais não possuem suporte de políticas públicas nem no seu local de origem, nem no local onde trabalham. Esse é um dos grandes desafios do ponto de vista de construção de uma agenda nacional de trabalho decente para a juventude. O Primeiro Fórum Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, que aconteceu em 2012, e debucou sobre o tema da empregabilidade juvenil e do trabalho decente. Há um nível de desemprego juvenil ainda um pouco maior do que a população em geral, mas nem chega perto de alguns países da zona do euro. Nesse sentido, é fundamental fazer essa relação entre a agenda dos jovens rurais e a agenda nacional do trabalho decente, e é importante valorizar e reconhecer aqui as centrais que participam junto com os representantes dos empresários e do governo. O nosso grande desafio agora é transformar essa agenda em ações, ela fala muito fortemente da importância da conciliação do trabalho com o estudo, da qualidade e do maior acesso à educação, da não precarização, da proteção social. Não tem como descolar o tema da erradicação da pobreza dessas questões abordadas anteriormente. Este tema é um dos desafios de uma agenda promotora de políticas públicas para a juventude. Um desafio é melhorar os programas existentes, como eles se relacionam e se articulam para garantir que a juventude rural tenha um leque de opções e de políticas que possam ampliar sua renda, garantir o acesso à terra, ampliar e massificar a reforma agrária.

Não deixar de se perceber também que tem algumas áreas no nosso país em que o crédito fundiário é fundamental, porque, ao mesmo tempo que nós precisamos ainda superar esse problema histórico do Brasil, da concentração das terras, temos uma reconcentração das terras nas áreas de agricultura familiar. O problema do Pronaf não é só do programa em si, pois ele tem um conjunto de coisas muito interessantes. O banco não quer disponibilizar, em muitos casos, porque tem uma desconfiança de que o jovem não vai pagar, um conjunto de estereótipos que são reproduzidos e que inviabiliza, muitas vezes, o acesso às políticas públicas. É um problema do governo promover a construção das políticas, mas também é um processo de se quebrar paradigmas do entendimento do que é ser jovem. Tem que ter mais formação, mais assistência técnica, massificar, mas não pode ser critério que impeça o jovem de acessar alguns programas. O lançamento do Pronacampo foi um retorno do governo sobre uma pauta histórica dos movimentos sociais. Esse tema avançou muito em função de um compromisso que a presidenta Dilma assumiu nas jornadas dos movimentos de luta no ano passado, uma dívida em relação ao tema da educação do campo, o que determinou que o governo construísse um programa específico. Ainda tem muito a melhorar e ampliar, mas temos efetivamente hoje um conjunto de ações extremamente importantes, direcionadas para a educação do campo. Ampliou, e muito, o investimento nas escolas e nas universidades públicas, nas escolas técnicas do nosso país, dobrou o acesso e a permanência das crianças e jovens na escola, mas ainda há um fosso enorme em relação ao número de jovens e crianças que estão fora da escola, que têm a defasagem de idade, série e também quem está fora da universidade. Mas sabemos que no espaço rural ainda isso é um problema, o acesso à universidade nem sempre é garantido ou tem garantia de sucesso, ou mesmo a perspectiva de retornar para o campo. Além de fortalecer a perspectiva do direito à educação, tem também o papel que a educação exerce de ajudar a pensar o espaço rural, fortalecer a perspectiva de desenvolvimento local sustentável, da valorização, de ampliar a autoestima, porque a gente sabe que da forma que ela se dá, no geral, é um dos estímulos ao êxodo rural, especialmente das meninas. Como elas não têm o papel central na propriedade, são consideradas geralmente como ajudantes, são motivadas a sair de casa para estudar mais que os meninos e acabam não voltando. Isso tem impacto direto sobre a questão da sucessão e da permanência da juventude no campo.

Tivemos agora a primeira consulta nacional sobre o Plano Nacional da Agroecologia. Além de focar na questão da agroecologia, tem que ampliar o recurso da pesquisa, a legislação para a produção agroecológica, o fomento, a formação, a certificação, a comercialização, tem que pensar outros temas do ponto de vista de geração de renda, inclusive as não agrícolas. No caso das mulheres, muitas vezes o desejo de permanecer no espaço rural não é só para a produção agrícola, tem que ter condições também para que essas jovens tenham a possibilidade, o apoio, as condições, não só de turismo rural, mas de abrir negócios e serviços no espaço rural que beneficiem a vida no campo. Toda aposta e desenvolvimento das agroindústrias familiares, porque são instrumentos bem concretos que ajudam a agregar renda na nossa produção. Tem exemplos concretos de jovens que fizeram o movimento inverso, que estavam

na cidade e conseguiram voltar para o interior a partir de experiências bem-sucedidas no campo da agroindustrialização. Isso deveria ser ampliado a ponto de não ser mais um nicho, de ser de fato uma ação mais ampla e permanente. É necessário um olhar sobre o pacto federativo e a importância de os estados e municípios assumirem com mais ênfase esse tema da juventude rural e das políticas para a agricultura familiar e a construção de espaço que permita qualidade de vida para a juventude do campo. Para isso é preciso mudar um pouco a visão cultural que a gente tem no espaço rural.

Quero fazer uma ligação entre esse tema e a agenda prioritária da SNJ, o eixo da construção da Política Nacional de Juventude, que é a construção de maior autonomia e emancipação dos jovens. Não estamos falando apenas da família nuclear, mas tem uma relação direta com a possibilidade de o jovem ficar ou não no campo, o espaço que ele tem dentro da sua família, na unidade de produção. Muitas vezes só a renda não é a garantia da permanência, mesmo na agricultura familiar consolidada; os jovens vão embora, porque não têm espaço na propriedade. Precisamos não só discutir a geração de renda, mas o acesso e a autonomia do jovem com relação a essa renda gerada. Não estou pregando aqui a crise da família, mas precisamos enfrentar a discussão do patriarcalismo e do machismo que ainda é muito forte e faz que as mulheres tenham um papel menor na propriedade, senão a gente vai tratar uma parte do problema. O tema da juventude rural exige a abordagem de questões objetivas e subjetivas, culturais, complexas, que demandam um papel forte especialmente das organizações nas ações que ajudem a promover esse debate. E as nossas políticas também precisam ir imbricadas em um conjunto de valores que ajudem a promover a mudança de visão. Por exemplo, quando a gente fala que dentro de um assentamento o título da terra vai ficar em nome do marido e da mulher é efetivamente uma forma de fazer que as mulheres sejam incluídas e valorizadas na construção de uma política pública. Estamos propondo, no nosso Plano Plurianual (PPA), um processo de capacitação com foco na geração de renda e desenvolvimento sustentável na agroecologia. Estamos discutindo uma parceria importante com vários parceiros para que esse curso consiga incorporar perspectivas do desenvolvimento da juventude, inclusive a possibilidade de se fazer fomento aos grupos, iniciativas e empreendimentos de produção juvenil que surjam a partir do processo de formação. Uma ação nova da SNJ são as Estações Juventude, que são espaços e equipamentos públicos que estaremos apoiando a construção nos municípios e nos estados, uma tecnologia nova de atendimento e de acesso dos jovens às políticas de juventude em nível local. Uma modalidade que estamos prevendo são as estações itinerantes, inspirada em algumas experiências que já existem. Queremos que esses equipamentos móveis sejam uma forma de cobrir um território maior, então a nossa ideia é conveniar com os estados e eles garantirem a manutenção desses equipamentos móveis nos territórios. E tem uma proposta em andamento, em parceria com o Ministério da Cultura, para apoio a iniciativas culturais juvenis, com foco na área rural, que é construir uma política permanente de juventude e cultura. A secretaria recebeu uma demanda de chamar uma reunião articulada entre vários ministérios para pensar o tema da cultura e das outras pautas, então vamos fazer nos próximos dias esse espaço de diálogo.

DEBATES DA MESA 1

Éryka Galindo – Os elementos trazidos pelo debate foram bastante diversos, consistentes. E esse é o nosso esforço, partir das diversidades, das realidades dos jovens da floresta, dos jovens quilombolas, da agricultura familiar, assalariados, enfim, reconhecer essa diversidade existente e tentar construir os caminhos que nos fortaleçam e permitam essas convergências. Foi bem colocada essa dimensão do modelo de desenvolvimento, que está em disputa e tem diversas faces. A gente tem que disputar esse modelo dentro das esferas do governo, de outras estruturas que estão colocadas aí. Essa reflexão exige uma ação mais forte, uma ação mais unitária de convergência, porque as nossas lutas e tantas mobilizações são fundamentais para incidir de maneira diferenciada nesse projeto que estamos disputando. Compreender qual o papel do rural no desenvolvimento nacional e qual é o papel da juventude no desenvolvimento rural são os desafios colocados, e esse Seminário é, mais que tudo, um espaço para apontarmos quais os caminhos que a gente quer seguir, quais diretrizes queremos para as políticas, para que elas aconteçam, para construir esse modelo que estamos disputando.

Gleisa Campigotto – Quando a gente fala de 20 milhões de pessoas que saíram da linha da pobreza, isso realmente é muito importante. A classe trabalhadora, com certeza, quer ter condições de comer três vezes ao dia, de poder ver um filme, de poder ter acesso à música de qualidade, quem é que não quer melhorar de vida. E as políticas públicas que a gente quer para a juventude, que viemos conquistando, é algo árduo, faz parte da nossa luta cotidiana. Estamos aqui hoje no Seminário conseguindo espaços, mas não significa que a gente tem espaço aberto dentro do governo. E é isso que queremos reafirmar, dizer que queremos sair daqui, com certeza, com uma política pública voltada para a juventude rural, em que a gente possa melhorar as condições de vida no campo. Se a gente está pensando na educação do campo, no ensino superior, ensino fundamental, ensino médio, como é que fecha 24 mil escolas no campo nos últimos anos? Vai ter uma oficina sobre educação do campo, então conversaremos sobre isso também, que a juventude está na luta, tem que estar em todos os espaços que são abertos para a gente ir melhorando a nossa qualidade de vida e a permanência no campo.

Luciano Brunet – Antes de mais nada reafirmo: o agronegócio segue hegemônico, mas não é mais tão central como anteriormente. Entendemos as críticas ao governo no campo da reforma agrária, mas não podemos esquecer que, além de empurrar os governos para que façam as reformas e as políticas de Estado necessárias, esbarramos em uma legislação, no mínimo, contraditória em relação a este tema. Temos que avançar e isso significa não só pressionar o governo, deveríamos também colocar pressão na mudança da legislação. Esta é a nossa grande contradição. Como eles conseguem eleger uma maioria que vota contra os índios, contra os quilombos, contra a reforma agrária e não são a maioria no país? Esse é um elemento que a gente deve refletir e tentar reverter. Não vamos sair do outro lado, em relação ao debate da reforma agrária, se não fizermos uma modificação profunda na legislação deste país. O mais importante no debate da reforma agrária agora é que temos que realmente transformar a

desapropriação naquilo que está escrito lá, como uma sanção ao proprietário que não cumpre a função social da propriedade. Antes de discutir produtividade, a parte técnica, temos que transformar o processo de desapropriação. Infelizmente, tanto o Legislativo quanto o nosso Judiciário são extremamente conservadores quando se trata de propriedade. E essa é uma tarefa profunda que somente uma nova geração de movimentos sociais vai conseguir trazer de novo à tona, da mesma forma como se colocou nos anos 1980. O Incra sofre as consequências de várias decisões baseadas em um governo que tem o tema do desenvolvimento como núcleo central de disputa. Dentro desse governo, há uma visão de desenvolvimento que é alternativa, sem dúvida, mas que é também voltada para o desenvolvimento. E o Incra faz esta disputa pela sua própria natureza. Pelo fato de ser o órgão fundiário desse governo. Absorvo a maior parte das críticas que foram colocadas e acho que esse Seminário realmente engrandeceu e muito a nossa Instituição.

Severine Carmen Macedo – A juventude rural está muito concatenada com o que é pauta da juventude sem descolar do debate de modelo de desenvolvimento. O desafio é sempre fazer o balanceamento dessas duas coisas. Tem visões em conflitos, é assim no governo, na sociedade, nas nossas próprias organizações, ainda mais num governo que é amplo e de coalizão. E é necessário que essas contradições venham à tona, mas não podemos perder o fio da meada da discussão de uma agenda que possa impactar concretamente. Quando a gente fala dos números e dos dados positivos do governo não é para amenizar os problemas que a gente tem, ou seja, não dá para se contentar, temos que ir avançando efetivamente. Quando a gente diz que o Brasil não está sendo impactado da mesma maneira que outros países pela crise econômica, falamos dessa mobilidade social, ou seja, 30 milhões de pessoas ascenderam de classe nesse país, são mais de 20 milhões de pessoas que saíram da linha da pobreza. Não significa que está resolvido, mas são passos importantes para a construção desse outro Brasil, desse outro modelo de desenvolvimento.

A gente tem outras estruturas para mudar, falei da importância do pacto federativo dos estados e municípios também assumirem mais essa pauta; a importância do parlamento, não somente em relação à questão dos índices de produtividade e à nova regulamentação do tema da terra, mas também, por exemplo, o PEC do trabalho escravo. Estamos falando da importância de ter uma reforma política nesse país para que isso não aconteça mais. Para além do reconhecimento da diversidade da juventude do campo, a gente deve ter a coragem de discutir nos nossos espaços a defesa dos jovens LGBT, por exemplo, que sofrem uma série de preconceitos, muitas vezes são tolhidos, efetivamente, de poder assumir a sua orientação sexual, que é um tabu no campo, onde já é difícil discutir a questão de gênero, a questão étnico-racial. Há um esforço dentro do Pronacampo de reconhecimento das escolas familiares, no movimento social tem inúmeras e excelentes experiências de educação do campo, os projetos de alfabetização, as escolas técnicas da agroecologia, que são feitas pelos próprios movimentos, e que muitas vezes não têm suporte nenhum do poder público. O Estatuto da Juventude que está tramitando no Senado agora prevê dentro do tema do direito do território a mobilidade, a possibilidade de passagem para a juventude trabalha-

dora. Prevê a extensão do transporte público para os nossos estudantes não só de ensino fundamental, mas para ir ampliando também para o ensino médio e para o ensino superior. O desafio depois do Estatuto aprovado é a sua regulamentação, mas sem dúvida nenhuma é um instrumento que nos ajuda a dar força para a política de juventude. A criação do Sistema e do Plano Nacional de Juventude, para não dependermos das sensibilidades do nosso governo para implementar a política de juventude, para que, independente de quem esteja hoje ou amanhã no poder, a política de juventude possa acontecer. O governo e a secretaria em geral estão se debruçando para construir um Sistema Nacional de Participação Social, avançar na perspectiva da criação como método de gestão de todo o governo, é um dos desafios que a gente tem, para que não fique só de conferência em conferência, mas que tenha mecanismos permanentes para garantir a efetividade das conferências, dos espaços de participação.

Mesa 2 - Os desafios para a construção de políticas públicas para a juventude rural

Neste tópico, encontram-se as intervenções da Mesa-Redonda 2, *Os desafios para a construção das políticas públicas para a juventude rural*, realizada na tarde do dia 22 de maio de 2012, composta pelos palestrantes: Sérgio Barcellos, estudante de doutorado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Valmir Luiz Stropasolas, professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Marcos Rochinski, da Fetraf; Jerônimo Rodrigues, secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA; João Paulo, liderança jongueira; e Maciel Cover, da Pastoral da Juventude Rural (PJR). A mesa teve como mediadora Elisa Guaraná de Castro, da Secretaria Nacional de Juventude.

Sérgio Barcellos – A ideia é trazer algumas questões e dados para contribuir para o debate da formulação das políticas públicas para e com a juventude. Minha pretensão é levantar questões, e o debate prosseguirá nas oficinas temáticas. Um dado importante é que cerca de oito milhões de pessoas no meio rural estão na faixa etária de 15 a 29 anos. Essa é a classificação dos dados censitários no Brasil, mas também precisamos considerar outro critério de classificação que é a pessoa se identificar e se considerar enquanto jovem. A juventude rural representa 27% da população rural, ou seja, o maior grupo etário no meio rural. Quando analisamos a comparação entre as décadas de 2000 a 2010, verificamos a questão do êxodo rural e suas consequências sobre a permanência do jovem no campo e a sucessão rural. No Brasil, em 2000, a população rural era de 31.835.800, dos quais aproximadamente nove milhões eram jovens rurais. Em 2010, uma década depois, temos 29 milhões, com oito milhões de jovens. A região Sudeste foi onde ocorreu o maior êxodo da população rural; as regiões Sul e Nordeste também tiveram perda da população rural. Entre 2000 e 2010, dois milhões de pessoas deixaram o meio rural aproximadamente, e, dessas, cerca de um milhão são jovens rurais.

Essas questões têm sido objeto do debate tanto no grupo temático da juventude rural da Secretaria Nacional da Juventude quanto no Comitê Permanente de Juventude Rural do Condraf. Os jovens migram não apenas em busca de trabalho e educação, mas, também, porque

consideram o meio rural pouco atraente em relação a outros contextos. O que tornaria o meio rural “mais atrativo”? Estamos nos referindo a educação, lazer, esportes, atividades culturais e oportunidades de exercer trabalhos e funções diferenciadas, além do cultivo agrícola no meio rural. Quando a juventude não está trabalhando no campo, como realiza os momentos de lazer? Como se desloca para ir ao baile, como acessa o Centro de Comunicação Digital? Há uma parcela da juventude que mesmo nesse contexto adverso quer ficar no campo. Mas sob qual condição? Além de um contexto atrativo no meio rural para se viver, há necessidade de terra. Assim, temos que pensar os dispositivos da reforma agrária e da distribuição da terra no Brasil. O contexto adverso para a juventude rural está também nos dados do Brasil sem Miséria. Dos 16 milhões de habitantes da população que vivem em condição considerada de extrema pobreza (2010), cerca de quatro milhões estão no meio rural. Além disso, o debate sobre as políticas públicas para a juventude rural nos espaços governamentais, movimentos sociais e em pesquisas tem apontado outras questões.

Por exemplo, em termos de formulação de política pública, é preciso perguntar se todas as pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 anos se reconhecem enquanto juventude rural. Eles todos acessariam uma política pública destinada à juventude rural? Como ficaria a unificação de grupos sociais diferenciados, que inclui agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras categorias? Como se trabalha com essa diversidade? Não teria um risco em unificar o que, talvez, não seja unificável? Essa é a proposta que está no Estatuto da Juventude, que está em votação no Congresso, está no Senado agora, na CCJ. Como enfrentar o desafio de pensar política para e com a juventude? Para a juventude rural é um desafio se empoderar, fazer parte desse processo. As políticas públicas específicas para a juventude rural, como Nossa Primeira Terra e Pronaf Jovem, também apresentam limites. Não estão atendendo às demandas e ao anseio da juventude rural. Assim, um dos desafios para o governo é pensar quais políticas públicas são demandadas pela juventude rural. Hoje as políticas públicas são pensadas para a terra, e crédito para a produção, mas não se pensa a infraestrutura no meio rural. Qual a infraestrutura apropriada para a juventude rural no meio rural hoje? Precisa de estrada? Precisa. Porque muitos jovens rurais relatam as dificuldades das estradas que precisam enfrentar para comercializar a produção. Outros relatam sobre a fragilidade da infraestrutura quanto ao armazenamento e ao próprio transporte. Ou seja, situações em que os jovens têm acesso ao crédito, muitas vezes, não têm as condições para o projeto produtivo devido a problemas de infraestrutura ainda graves no meio rural. Então, as políticas públicas específicas da juventude rural não são suficientes, mas há necessidade de políticas gerais para o meio rural.

Outra questão é a participação efetiva e apropriada da juventude nas políticas públicas, seja na sua gestão, formulação, seja na execução. É preciso romper com barreiras e preconceitos intergeracionais, com a adultização (pessoas em faixa etária adulta ou jovem, que estão em um “paradoxo adulto” em sua vida e na forma de relação em sociedade) na gestão e na formulação da política pública. A política geralmente é formulada por pessoas que se consideram ou estão em uma faixa etária adulta. Outro desafio é a renovação administrativa,

com formação continuada e contextualizada de gestores e coordenadores políticos de gestão de política pública. O exemplo mais claro disso são os problemas que a juventude enfrenta quando vai acessar o Pronaf Jovem no Banco do Brasil. Muitas vezes, o funcionário está desinformado em relação às políticas públicas de juventude. Então, o desafio não é só na ponta, mas também na gestão. É preciso, portanto, pensar uma nova política pública para a juventude rural. Então, que novo é este? Queremos uma nova política pública, que considere a questão da desigualdade social, apropriada, situada e contextualizada para a juventude rural. Essas questões são nossas, de pesquisadores, da juventude e de gestores, é um desafio nosso. A gente quer política pública para resolver que tipo de problema? Temos que pensar, também, se a política pública deve interagir com a diversidade, convivendo com diversas formas de produção, lógicas de monetarização, rentabilidade e de contexto socioambiental.

Hoje há uma assimetria gigantesca entre os recursos no Plano Safra, direcionado ao agronegócio e à agricultura familiar, por exemplo. Há também grandes desafios para as organizações e movimentos sociais. E a última pergunta é: qual o grau de autonomia e organização política necessário por parte das organizações e movimentos sociais da juventude rural em forjar ciclos de mobilização e reivindicar políticas públicas? Esse grau de autonomia tem que ser debatido para que se construa um novo ciclo de ações dos movimentos sociais. Eu não estou falando só autonomia em relação ao Estado, estou falando da autonomia mesmo, inclusive dentro da organização enquanto juventude rural em relação aos outros segmentos.

Valmir Luiz Stropasolas – Irei fazer algumas contribuições para o debate e não teria como deixar de resgatar o seminário que fizemos em 2006, em que alguns presentes nesse seminário estiveram também participando. Hoje, eu achei interessante uma fala de uma jovem liderança do MST sobre a perspectiva de dar continuidade e concretude às decisões dos seminários em relação às políticas para a juventude e não ficar apenas nas agendas e pautas. Quando comecei as minhas pesquisas sobre juventude rural, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, era uma heresia dizer que não se explicava a migração de jovens apenas pelas questões econômicas. Atualmente, vejo que tivemos já muitos avanços em relação ao debate sobre políticas para a juventude e sobre a compreensão do que é ser jovem nas suas mais diversas facetas. Hoje foi feita uma afirmação bem importante de que há um sério viés produtivo da vida dos jovens, quando na verdade nós temos que pensar na totalidade da sua vida social. Então, é nesse sentido que eu queria começar a minha contribuição.

Tem-se acentuado que o jovem vivencia problemas estruturais da nossa sociedade, enfrentando as mazelas de uma sociedade excludente, desigual, e que há uma dívida social muito grande com esses grupos que ficaram de fora das políticas. Se temos problemas estruturais afetando a juventude, nós temos que ter também soluções estruturais. E isso tem que estar diretamente vinculado com políticas efetivas que sejam também, em certo sentido, pontuais. Então, como compatibilizar o estrutural e o conjuntural, a unidade, a diversidade, o todo e a parte, as ações estratégicas, as ações táticas. É nesse sentido que eu penso: estamos conseguindo avançar e temos que avançar muito mais ainda em relação ao nosso seminário

rio. Primeiro, fazer que este evento e suas decisões e encaminhamentos sejam massificados para o conjunto da sociedade brasileira, sobretudo para os territórios rurais. E, por outro lado, cada vez mais ampliar essa articulação entre o Estado, o governo, as suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas, os jovens na sua maior diversidade possível. Ou seja, nós temos que pensar as políticas de uma forma multidimensional, porque ser jovem significa ser cidadão de pleno direito. Por que não ter cidadania a partir do campo? Ser cidadão no campo, assim como existem os cidadãos na cidade que têm seus direitos também. Advogados, médicos, engenheiros, e assim por diante, têm os seus direitos, então nós temos que trazer esses direitos da sociedade e as conquistas da modernidade para o campo. É preciso pensar a juventude na maior diversidade possível, incorporando a totalidade da sua vida social, que inclui questões de gênero, geração, raça, etnia. Os jovens querem o melhor desses dois mundos, o campo e a cidade, o rural e o urbano. Querem ser plenamente humanos nas suas mais diversas dimensões. Significa não olhar o e a jovem do ponto de vista do produtivismo, como foi bem ponderado por uma liderança aqui. É importante o econômico? Sim, as questões produtivas, as questões tecnológicas e, sobretudo, um outro modelo tecnológico para a agricultura, desde que inserido numa perspectiva multidimensional e sustentável de desenvolvimento rural.

Mas mesmo na agroecologia nós também temos o risco de cair num viés produtivista, porque estamos em um mercado que é capitalista, em que as coisas se definem nessas grandes engrenagens desse sistema. Então, como resolver esses problemas estruturais? Temos hoje pouco recurso para muita demanda, muita gente de fora dos modelos das políticas. Significa ter que mudar estruturalmente a alocação de recursos para as políticas diversas para a juventude. Significa uma articulação fundamental, e eu penso que está se começando aqui a se ampliar isso, porque eu vejo que os ministérios cada vez mais estão presentes no debate da juventude. Assim como nos movimentos, nas universidades está se difundindo a demanda pela realização de pesquisas, pela construção e disponibilização de conhecimentos contemplando as diversas categorias de juventude. Então, significa essa necessidade de articulação, de integração dos vários campos incluindo o Estado, a sociedade, os movimentos sociais. Por exemplo, hoje nós temos a agroecologia sendo defendida pelos mais diversos grupos sociais rurais. Tivemos recentemente uma grande mobilização das mulheres, a Marcha das Margaridas, em que a agroecologia é uma das grandes bandeiras de luta. Também temos o MST, o MMC, as comunidades quilombolas, indígenas, povos da floresta, ribeirinhos e os agricultores familiares. Na verdade, existe um conjunto amplo de grupos sociais que levantam a bandeira da agroecologia. Agora, como articular isso no cotidiano das ações, seja das instituições públicas, seja dos movimentos sociais e das entidades representativas? Entendo que questões como o conhecimento, o ensino, a pesquisa, a extensão têm que ser massificadas também, e isso significa ampliar os recursos e os investimentos públicos para o campo. Enfim, temos que “colocar a mão no PIB” e ampliar a quantidade de recursos disponibilizados para a agricultura familiar, especialmente para os e as jovens rurais. Alguém se referiu aqui que o PIB é insignificante para a educação do campo, é insignificante para as políticas, para a juventude.

E não há outro jeito, é uma escolha da sociedade que está em jogo. Nós temos um trunfo, o campo, o rural, as questões ambientais, a agroecologia, a vida social local tem um apelo muito forte na nossa sociedade, temos raízes históricas do nosso campesinato brasileiro que tem esse apelo na sociedade. Precisamos fazer um contraponto ao modelo do agronegócio, que tem uma ideologia muito forte sendo difundida na mídia, nos meios de comunicação, nas instituições, ou seja, necessitamos construir e propor uma visão ideológica alternativa a esse modelo hegemônico, fundamentada em um outro modelo de desenvolvimento que está sendo construído por todos nós. Significa que temos que pensar uma estratégia coletiva de acúmulo de forças envolvendo o Estado, a sociedade civil, as universidades e os movimentos sociais, para tornar concreto e cada vez mais ampliar o que está sendo feito hoje em termos de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Há outras questões que considero importantes que observamos nas pesquisas, nos estudos, ou mesmo nos depoimentos dos jovens, das suas lideranças e representações. Entre as quais, quebrar esse estigma que a sociedade e a elite dominante construíram sobre o e a jovem do campo e que está disseminado hoje nas instituições de ensino, de pesquisa e de extensão nesse país afora e *mostrar que o e a jovem têm valor*, como se canta nas nossas místicas. Ser agricultor, ser jovem, ser camponês, ser morador do campo significa ser reconhecido e ter uma profissão que tem valor, tal qual outra qualquer da sociedade. Quando conseguirmos quebrar essa estigmatização, numa perspectiva de igualdade de direitos sociais, sem desconsiderar as diferenças e as singularidades culturais, poderemos reverter um quadro ideológico que reproduz a desigualdade e a exclusão, provocando mudanças estruturais em termos de acesso aos recursos e às políticas. Então, são mudanças estruturais do ponto de vista político e questionamentos de padrões culturais construídos na nossa sociedade, incluindo questões de gênero, geração, etnia, etc., que podem sim ser realizadas, sobretudo pelas organizações sociais rurais, com participação das juventudes.

As pesquisas têm demonstrado que há, atualmente, uma grande busca, sobretudo de mulheres e jovens, pela autonomia que não é só do ponto de vista financeiro. Ela é fundamental para você se construir enquanto sujeito social, mas autonomia implica, também, uma mudança de valores, a afirmação de um projeto de vida. Então, a construção da autonomia e da identidade social de ser jovem significa pensar nessa multidimensionalidade em termos de uma política nacional para a juventude rural. Estamos construindo esse caminho com eventos como esse, que têm que ser, na verdade, multiplicados. Observamos nos dados que o Sérgio nos apresenta que mais da metade dos jovens do campo são do Norte e do Nordeste do Brasil. Os recursos públicos e os recursos privados atualmente estão sendo alocados, na sua maioria, no eixo Sul, Sudeste. Temos muito que avançar em relação a essa modificação de padrões e estamos buscando com esse Seminário quebrar esses paradigmas, esses conceitos que estão ainda impregnados nas nossas instituições.

Jerônimo Rodrigues – Eu vou trazer três momentos: primeiro, muito brevemente, dois elementos de contexto; segundo, trabalhar dois ou três desafios e, no terceiro momento,

talvez uma possibilidade de três ou quatro elementos concretos que possam contribuir para o resultado deste Seminário. Primeiro, eu diria que estamos passando por um momento importante no Brasil, o debate da juventude. Eu concordo com o senhor, professor, o tema é antigo, mas a forma como está sendo colocado é nova. O debate estrutural da política de juventude remete a um tempo da humanidade; agora, as formas como isso é colocado, principalmente no nosso olhar de governo, têm nuances. Eu penso que este momento nos permite um balanço, e o seminário contribui nesse sentido. Entendo que o que está sendo proposto por vocês para nós do Governo Federal é um balanço das políticas que existem; não podemos negar que existem políticas públicas. O que precisa ser feito do balanço é se perguntar: elas são adequadas à juventude rural? Elas têm uma dimensão para responder às demandas? Elas estão sendo ou não efetivadas? Outra questão é o vazio que existe nas políticas, que não respondem às demandas concretas da juventude rural.

A II Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, nos mostrou uma análise crítica das políticas que existem – por exemplo, vou tratar do caso do Pronaf Jovem. Escutamos todo o tempo as críticas e a necessidade de mudança dos instrumentos de assistência técnica para o desenvolvimento rural. Se ela está do tamanho correto, se está atendendo, por exemplo, à regionalização do Estado brasileiro. O Norte é um vazio para nós. Se reclamamos que as políticas não chegam bem no Sul e no Sudeste, no Norte nem se fala. Quem é de lá sabe do que se trata. Um segundo momento é a concepção de inclusão no debate da juventude. O professor Paul Singer, secretário nacional da Economia Solidária, todo o tempo faz uma crítica para dentro do governo sobre a modelagem da inclusão colocada agora no Brasil sem Miséria. O Estado tem que fazer a sua parte oferecendo as políticas necessárias e demandadas pela sociedade, mas é preciso que o pobre, no caso do Brasil sem Miséria, tenha um papel efetivo de sujeito. Ou ele se insere enquanto sujeito ou é o Estado que vai dizer que está fazendo a inclusão dos pobres. Eu penso essa mesma concepção para a juventude: a inclusão tem que ser feita ou coordenada pela própria juventude. É isso que conseguimos visualizar em todos os movimentos juvenis. A juventude tem um nível de invisibilidade, que eu queria fazer a comparação novamente com o Brasil sem Miséria.

No Brasil sem Miséria se fala que esse pobre com a renda de R\$70,00 para baixo, a pobreza extrema, é invisível ao Estado, ele não tem documento. Na verdade, tem um conjunto de críticas no sentido de dizer assim: “olhe, é para o Estado que é invisível, ele está lá, ele existe”. Há uma invisibilidade na juventude diferenciada dessa pobreza. O pobre de quem nós estamos tratando não tem documento, não tem endereço, não existe para o Estado. A juventude tem endereço, tem CPF, quer estudar ou estuda e mesmo assim ela não consegue ser visível às políticas públicas. Talvez esse grau de invisibilidade seja mais difícil para conseguirmos superar. Então, eu acredito que esses dois elementos contextualizam o momento e a construção de outro momento como este, pós-conferência. É, na verdade, um bom momento para fazermos um balanço, e eu sei que vocês estão tratando disso. Segundo, quanto aos desafios, para nós do governo e do MDA, tem dois elementos importantes. Um deles é que não estamos tratando apenas de fazer um rural específico para a juventude, mas

uma forma para enfrentar o tema do desenvolvimento rural como um todo, os temas colocados por Sérgio Barcellos, como infraestrutura, estradas, iluminação e comunicação, atingem a todos. Para vocês terem uma noção de como é tratado o rural, posso dar o exemplo das rádios comunitárias. A lei existente estabelece que o raio a que uma rádio pode chegar é de 1km. No rural 1km é nada. Na região Norte, isso piora. Então a questão não é só da juventude, mas da população rural que foi colocada como um peso para o modelo do desenvolvimento nacional. Nós estudamos no livro de Geografia e de História que o papel do rural é fornecer matéria-prima e mão de obra barata. Nós conseguimos reverter esse olhar ao longo de 30 a 40 anos graças ao papel dos movimentos sociais; não temos dúvida disso. O debate colocado pelo conjunto dos movimentos sociais está construindo um outro rural, não o do atraso.

Atualmente se coloca que é o rural que alimenta o país, 70% dos alimentos é da agricultura familiar. Ou concebemos um formato diferenciado de entender o rural e onde a juventude se insere ou não conseguiremos avançar. Vimos os dados do esvaziamento do campo, é claro, não tem os instrumentos que garantam à juventude permanecer no campo. Eu concordo com o professor Valmir, o tema da juventude está chegando dentro da pauta do governo, mas talvez o tempo seja muito lento, é um tempo de Estado. Nós sofremos com a questão da integração das políticas públicas. O tema do rural não é apenas do MDA. Este Ministério está posto como o carro-chefe, o que dá mais visibilidade, mas não dá para enfrentar os desafios do rural sem discutir educação, saúde e comunicação. Então, eu penso que esse tema da integração das políticas públicas é um desafio grandioso. Quando se trata de alguns temas das políticas públicas, aparece muito o termo da transversalidade. Eu tenho o maior medo disso, a transversalidade às vezes aparece para desaparecer. Já avançamos bastante, não tenho dúvida disso, mas nós temos muito a avançar nesse tema da integração das políticas públicas. Fica o desafio da integração das políticas públicas que diz respeito a um pacto federativo, não é só de responsabilidade do Governo Federal.

Finalizando, eu levanto aqui duas breves possibilidades. Uma é a estratégia territorial da nossa Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Não conseguimos em um país deste tamanho fazer acontecer as políticas no âmbito municipal, não temos pernas para isso. Fazer com os estados, às vezes fica muito distante da ponta. Então, a estratégia territorial dá conta de uma articulação de políticas públicas colocando a lupa em identidades rurais, que qualificam e unificam grupos. Nós conseguimos dar um avanço, precisamos naturalmente fazer muito mais. Tenho ouvido dos movimentos e dos conselhos territoriais assim: “olha, Jerônimo, a gente sabe que a conversa dos territórios tem avançado bastante com os comitês da juventude, mas os comitês não têm tido talvez a estrutura adequada para fazer melhor as suas ações”. Nós sabemos disso e estamos dispostos a ver de que forma esses comitês possam ter uma estrutura mínima para dar conta de participar efetivamente das ações de desenvolvimento territorial. Tivemos a Conferência Nacional de Juventude ou do Desenvolvimento Territorial, um bom exemplo disso. Eu penso que o movimento da juventude rural, uma estratégia acertada foi fazer valer o debate nas conferências territoriais. Eu acho que trouxe uma qua-

lificação das ações, certa unidade no debate e uma articulação com outros segmentos que estavam dispersos.

Já concluindo, nós temos um programa chamado de Proinf, que é um programa de investimento nos territórios – são os territórios que dizem que tipos de investimentos querem fazer. Arredondando os números, 40% dos recursos dos investimentos vão para as Escolas Família Agrícola. Cerca de 20% são projetos de investimento na área de cultura. Talvez o que nós da SDT e do MDA não tenhamos apurado de uma forma mais clara é de que maneira esses recursos, que estão sendo investidos nas EFAs, podem dar outro tipo de resultado, podem ser mais qualificados. Eu não quis nem entrar no debate, professores Sérgio e Valmir, sobre o debate de investimento. De todos os investimentos que fazemos nos territórios, eu diria assim, em torno de 50% a 60%, nós não temos tido talvez uma participação mais efetiva de projetos juvenis. Acho que, talvez, precisamos colocar uma lupa para que no Proinf deste ano possamos fazer valer pelo menos projetos daqueles territórios onde há os comitês juvenis.

Marcos Rochinski – Comecei a minha militância há alguns anos como coordenador de jovens dos três estados do Sul, onde a gente tem a Fetraf organizada. Desde aquela época, venho mantendo esse vínculo com o coletivo de jovens. Na nossa organização, sempre temos um coletivo de jovens bem estruturado, tanto dentro das federações quanto dos sindicatos. A partir do momento que deixar de ter jovem dentro do movimento sindical ou de qualquer organização de trabalhadores, essa organização passa a estar morta, a bater no teto como falamos, passa a deixar de elaborar coisas novas e pode cair em um marasmo. Organização sem jovem, na nossa concepção *Fetrafiiana* é uma organização morta. Eu queria trazer alguns elementos de contexto, mas centrarei muito mais em alguns desafios.

Temos refletido dentro da Fetraf alguns elementos que podem subsidiar o debate não propriamente da construção de políticas públicas, mas do caminho que precisamos trilhar enquanto juventude. Destacarei três desafios. O primeiro é que todos os dados que nos são apresentados estão evidenciando dificuldades da juventude rural como o acesso à terra, à educação, ao lazer e assim por diante. Eu já estou ficando careca de falar sobre essa realidade. Nós já sabemos onde ela esbarra. Há um tempo, falávamos de dificuldades no espaço rural, mas nós tínhamos também dificuldades no espaço urbano. Hoje, temos uma situação bastante diferenciada no nosso país: o espaço urbano passou a ter atrativos para a juventude. Então, se antes precisávamos de políticas públicas para a permanência do jovem no espaço rural, hoje é muito maior. Há um tempo, não se tinha opções de trabalho. Atualmente há capitais brasileiras, como Curitiba, no Paraná, por exemplo, em que a taxa de desemprego é 3%, e as empresas indo buscar jovens rurais para suprir a mão de obra, seja na construção civil, no comércio, seja no serviço público. Então, se antes nós tínhamos um desafio de propor um desenvolvimento rural capaz de ter políticas públicas para a juventude, hoje esse desafio é muito maior. Concordando com o professor Valmir, tendemos a cair nesse discurso produtivista de que o problema é renda, e digo que o problema não é renda. Na região que eu convivo, um jovem rural, por exemplo, integrado a um sistema agroindustrial de suínos,

aves ou fomicultura tem renda três vezes superior a um jovem que está trabalhando de caixa de supermercado. Mas esse jovem continua não permanecendo no espaço rural, ele prefere ir para a cidade e ganhar menos em função de ter autonomia. Em relação a quê? Aos pais? Não, em relação a ter mais oportunidades de lazer e entretenimento, enfim, de ter uma perspectiva diferente de vida. Um dos aspectos que se coloca muito forte é a questão da penosidade do trabalho. Sempre falamos o seguinte: “chega sexta-feira de tarde, eu não tenho como pendurar a vaca no prego e pegar só na segunda-feira. Eu tenho que cuidar dessa vaca no final de semana porque senão ela não produz leite”. Quer dizer, enquanto o jovem urbano termina a sua jornada de trabalho na sexta-feira ou no sábado de manhã e a retoma na segunda-feira, o jovem rural tem que cuidar da vaca, porque senão ela não produz leite e não dá renda para ele. Esta é uma realidade que a gente precisa começar a debater em espaços como as universidades brasileiras e começar a pensar em tecnologias alternativas. Eu não estou dizendo que a vaca vai deixar de produzir leite, mas temos que discutir a diversificação da produção, as tecnologias que permitam um processo de trabalho em que eu não seja forçado a ter que todo final de semana estar em função daquilo. Eu, por exemplo, sou avicultor, e passei seis meses na nossa propriedade em que nós não tivemos um final de semana. Porque entra um lote e sai outro. Você tem que produzir 100% em função de um modelo que é determinado para o crescimento agroindustrial e, inclusive, para exportação. Então, eu penso que a questão central para mim, e vocês inclusive precisam começar a responder amanhã, é: não adianta debatermos apenas remodelações daquilo que nós temos de política pública hoje.

O Pronaf, Jerônimo (secretário do Desenvolvimento Territorial), com todo o respeito entre nós todos que ajudamos a construir, o Pronaf bateu no teto. O crédito fundiário, do jeito que está, já bateu no teto; a reforma agrária do jeito que está, levando 10 anos para assentar uma família, já bateu no teto. Essas políticas precisam ser reconstruídas em outra perspectiva, porque o grande desafio não é nem específico da juventude, é a agricultura familiar e camponesa tornar-se centro do debate para o desenvolvimento do nosso país. Atualmente, as políticas públicas da agricultura familiar, camponesa e comunidades tradicionais são políticas periféricas que não entram no eixo central do desenvolvimento. O MDA é desse tamanho face aos grandes ministérios que determinam a política de desenvolvimento do nosso país, como o Mapa, por exemplo. Então, se não “metermos o dedo na ferida” e começarmos a dizer para o centro do governo e para a sociedade brasileira que a agricultura familiar e camponesa precisa ser o centro do debate do desenvolvimento desse país, não há políticas específicas para jovens que irão conseguir fazer um salto de qualidade e fazer que a juventude passe a permanecer no campo. O segundo desafio é tornar o jovem o centro do debate para que nós tenhamos a sua inclusão produtiva no pleno direito, como bem disse o professor. Nós precisamos de um modelo diferenciado de desenvolvimento que inclua o jovem como centro. Eu tenho provocado a juventude nos outros espaços, nos GTs de Reaf, de Condraf, internamente na Fetraf, para parar com essa ideia de que juventude é tema transversal. Não é, não pode ser. Temos que bater o pé com os nossos dirigentes das nossas organizações na Fetraf,

na Contag, na Via Campesina, no governo e dizer: “juventude é centro do debate. É eixo estratégico das nossas pautas. É eixo estratégico para o desenvolvimento”. Quando nossas organizações discutem pauta, quando nós sentamos na mesa de negociação com os ministros, com a presidente Dilma, juventude é um penduricalho no eixo central daquilo que as nossas organizações defendem. Tem um terceiro desafio, ao elegermos um governo democrático popular, fez que nós da sociedade civil caíssemos em um marasmo não cumprindo o papel questionador de um governo e apontando rumos diferentes. Há um marasmo nas nossas organizações do ponto de vista de fazer mobilização, não sabemos se fazemos mobilização ou não, porque como o governo é nosso, pode desgastá-lo porque tem outras conjunturas no Congresso. Com isso nós vamos perdendo forças no embate com o outro modelo de desenvolvimento e com o grande agronegócio. Então, esse processo de revitalização das organizações da sociedade civil, não estou falando só da Fetraf, da Contag, estou falando de todos, das centrais sindicais, inclusive, urbanas, passa por uma injeção de ânimo e por uma maior participação da juventude nas instâncias de direção.

Por fim, como falei no início, não tem processo de mobilização e de embate sem a participação efetiva da juventude, é só olhar a história e ver que em todos os processos de mudança significativa sempre esteve presente a juventude. Então, ou vocês, que estão efetivamente participando dos espaços jovens, incorporam esse espírito de serem mais uma vez protagonistas da mudança social dentro das organizações e na relação com o governo, de marcar a história e de, efetivamente, transformar a agricultura familiar e camponesa como centro do desenvolvimento desse país, ou não esperem que governos e lideranças macro das organizações façam por vocês. Nós temos um lema interno na nossa organização que eu acho que vale para todo mundo: Juventude organizada é sociedade transformada!

Maciel Cover – O tema da nossa conversa são *Os desafios da construção de políticas públicas para a juventude rural*. Enquanto PJR, nós organizamos alguns pontos em duas partes. Na primeira parte, vamos falar um pouco dos desafios para avançar na política pública e, na segunda, analisaremos os procedimentos a avançar na execução das políticas públicas. Estruturaremos os desafios em quatro pontos. Um primeiro conjunto de ideias é que só vamos avançar com políticas públicas para a juventude do campo a partir da leitura de que há na sociedade brasileira dois projetos bem distintos, o do agronegócio e o da agricultura camponesa. Não é possível a agricultura camponesa se dar bem com o agronegócio, só é possível uma relação subordinada, por exemplo, no corte de cana ou produção de frango. Então, nesse sentido é necessário combater o avanço do agronegócio e as formas de trabalho degradante, repudiar o Código Florestal e reduzir o uso de agrotóxico e combater a venda ilegal de venenos. Um segundo conjunto de ideias é que a reprodução da agricultura camponesa passa pelo acesso à terra via reforma agrária, mas os dados de novos assentamentos rurais são catastróficos. Além disso, demanda a geração de trabalho e renda no campo, reformulação do Pronaf Jovem.

Bom, o Pronaf Jovem, todo mundo fala mal. Então, há necessidade de mudanças no crédito. Se os bancos pensam que a juventude é um público de risco para emprestar dinheiro, o governo deveria criar outras perspectivas de fomento, como dar dinheiro sem retorno. Porque seria um investimento, não teria nada de errado. O governo já faz isso através do crédito do BNDES para as hidrelétricas, para as usinas de cana-de-açúcar, para as obras da copa mundial de futebol. O que custaria ter uma política para oito milhões de jovens rurais? Então, são essas questões que temos que pensar. A forma atual do Pronaf Jovem, as pessoas não querem ou não conseguem acessar. A reprodução da agricultura camponesa também depende do apoio à agroecologia, à assistência técnica, à agroindústria e à comercialização. Temos que reconhecer que programas como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar têm dado certo e garantido retorno ao agricultor. Deve ser investido mais nessa área. O apoio à comercialização é fundamental para reduzir o número de atravessadores e possibilitar mais renda para o agricultor familiar. Um terceiro conjunto de ideias está relacionado à educação do campo. O primeiro passo é não fechar as escolas. Nos últimos 10 anos fecharam 37 mil escolas no campo. O segundo passo é ter escolas em todos os níveis, ensino fundamental, ensino médio, curso técnico e superior, faculdades, não apenas cursos em áreas agrícolas, mas em todas as áreas. É necessário também fortalecer o Pronera e o Pronacampo.

Bom, agora o governo lançou o Pronacampo. O governo tem que entender uma coisa, o Senar não entende nada de juventude do campo. Mais da metade do Pronacampo está na mão do Senar que é da CNA, a CNA é do outro lado. Um quarto ponto é a questão da melhoria da qualidade de vida no campo, com ampliação da infraestrutura, apoio às cisternas de placa e não de plástico, que já estão derretendo lá pelo sertão, o acesso à cultura e à inclusão digital. Quanto aos procedimentos das políticas públicas, o primeiro é informar aos jovens sobre as políticas públicas. Os movimentos sociais fazem o trabalho de base, mas não atingem toda a população camponesa. O governo tem que pensar meios de informação e acesso. O segundo aspecto é que o Estado não está organizado nem para os camponeses nem para os trabalhadores. Assim, temos que fazer formação ideológica para a juventude e ter mobilização de lideranças para mudar a lógica em que o Estado está operando. Devíamos estimular mais o processo de pedagogia de participação com conteúdo de um projeto popular para o Brasil. Um terceiro procedimento para as políticas públicas são as conferências e seminários para que os jovens possam construir suas propostas que tenham lastro econômico no governo. O quarto ponto então é fazer o recurso chegar até o jovem. O pacto federativo pode ser interessante, mas vai para o governador, para o prefeito. E o que eles fazem? Usam esse dinheiro para fazer política, e não chega às mãos de quem precisa. Então, uma mudança de procedimento é que chegue direto no jovem e não por esses caminhos burocráticos do poder.

E, por fim, propomos ao governo que promova uma campanha maciça dos meios de comunicação dizendo que é importante o jovem ficar no campo. Claro que também não podemos mentir, não é? Temos que, ao mesmo tempo, ter políticas para que o campo seja

um espaço bom de ficar. Mas a nossa proposta é essa campanha maciça nos meios de comunicação pela permanência da juventude no campo, mostrando que a sociedade brasileira precisa do jovem no campo para que as nossas futuras gerações tenham alimento e proteção no meio ambiente.

João Paulo – Nós desenvolvemos muito a cultura do jongo. Penso que pouca gente aqui deve conhecer o jongo. É uma manifestação cultural que veio dos escravos, e consideramos o jongo como pai ou avô do samba. Na região Sudeste, a maioria das comunidades jongueiras também são quilombolas e é difícil trabalhar os dois, porque nem sempre tem uma capacitação ou desenvolvimento para um ajudar o outro. Então, a gente tem um trabalho lá muito importante com o Pontão de Cultura do Jongo Caxambu, que é uma ramificação da Universidade Federal Fluminense, que desde 2008 trabalha cultura com algumas comunidades jongueiras e quilombolas. No Pontão de Cultura, tem um pouco de articulação com outras comunidades, o que fortalece a rede de comunidades e pessoas quilombolas e contribui para melhorar a divulgação para o trabalho cultural com o jongo e por ser quilombo. É muito difícil falar de juventude, de quilombo, sem falar um pouco de juventude negra, para a qual se tem um olhar viciado historicamente. É aquilo que dizem: “Ah, o neguinho está ali. Então, é bandido, é um malandro”. Até há um pequeno avanço nas políticas de igualdade racial, mas não há avanço nenhum, pelo contrário, há um grande entrave na segurança pública. Ainda existe uma grande desigualdade social. Então, lutamos para que isso não aconteça, para que haja uma melhora na distribuição de renda, no acesso à saúde e à educação.

Também lutamos por uma visibilidade da cultura, não só cultura negra e quilombola, mas é a cultura em geral que não tem essa visibilidade. Nós, negros, lutamos muito por respeito pelas religiões de matriz africana, que é outra coisa bem difícil de lidar e de se falar. Nós estamos lutando muito até hoje por algumas titulações de terra e das comunidades quilombolas. Para vocês terem um exemplo, lá em Angra dos Reis, há a comunidade do quilombo do Bracuí. Eles têm a carta do Barão dando a posse da terra, mas não têm registro. Eles mostram a carta para os órgãos públicos, que a terra é deles, e assim mesmo tentam tirar a terra deles. Porque é difícil a titularização, é difícil ter esse trabalho na comunidade. O nosso amigo falou que sentiu falta do povo da floresta e eu senti falta muito maior do movimento quilombola, porque acho que só eu que estou aqui. Nós temos que fortalecer muito essa rede, porque se quisermos uma sociedade transformada, temos que lutar muito e ter mais pessoas lutando por essa causa. Nós temos que ter acesso à informação e inclusão digital. Então como relacionar estes dois pontos? Temos que ter as estruturas básicas, como educação. Ou o jovem decide se vai estudar ou trabalhar. Temos que começar a cobrar do governo e das organizações a verdadeira efetivação das políticas.

DEBATES DA MESA 2

Sérgio Barcellos – Penso que não adianta ter recurso ou estrutura, se não tem efetividade, se a política pública não tem capilaridade na sociedade. É preciso outra política e outras ideias que sejam mais apropriadas ao que a juventude rural está querendo dizer e fazer. A juventude precisa estar presente na formulação, gestão e execução da política pública. E estar presente não é só uma questão de dizer: “Ah! Olha só o rapaz tem 27 anos, é jovem e está na gestão”. Perdoem-me, mas eu acho que é essa a realidade. Não adianta só a questão de idade, mas sim da concepção política e geracional. Outra questão para quem está no governo é que não tem que reinventar a roda. A juventude rural tem experiência acumulada, com ações em diversos campos, desde a agroecologia e tantos outros, para sistematizar e contribuir no debate junto ao governo. No campo da cultura e educação popular, a juventude também tem efetividade, tem uma capilaridade na sociedade e tem uma influência.

Valmir Luiz Stropasolas – Queria começar por aquele questionamento que a Éryka da Contag traz em relação a esse debate entre autonomia e emancipação e políticas diferenciadas no contexto da lógica da unidade familiar. Talvez esse debate se reflita em um tema que me é caro hoje, que é o tema da sucessão. É um tema que está sendo muitas vezes levado por um viés que pode ser até perigoso em relação à sua condução, porque não pensamos no tema da sucessão desconsiderando todos os problemas estruturais que envolvem a condição social da agricultura familiar e camponesa na sociedade. Quer dizer, esse tema tem que ser muito mais complexificado, porque não podemos cair no risco de depositar apenas nos jovens a resolução de um problema que é estrutural, e me parece que, em alguns momentos, nós caímos nesse pecado de pensar que é no âmbito exclusivamente da família que o jovem vai conseguir mudar padrões culturais que são reproduzidos histórica e socialmente. Então, é claro que significa ver a sucessão na sociedade de maneira geral e, ao mesmo tempo, no âmbito da família. As conquistas dos movimentos na desestruturação de conceitos, de padrões que afetam as mulheres, os jovens, as comunidades de maneira geral, hoje estão materializadas nessas agendas de políticas. No entanto, não podemos esquecer que isso tem que ser compartilhado por todos os segmentos sociais que compõem as unidades familiares. Se conseguirmos que o grupo familiar, como um todo, defenda as questões específicas da juventude ou das mulheres, teremos certamente a garantia da união de forças e não a geração de mais conflitos. É muito difícil trabalhar com temas como esse da sucessão, da sexualidade, das drogas, é um debate que tem que ser mais qualificado, tanto por quem está dirigindo as instituições como para aquelas pessoas que estão pesquisando no âmbito das entidades, dos movimentos, das representações. Então, eu penso que são questões muito complexas que nós temos que discutir. De maneira geral, a gente sabe que os movimentos sociais, as mulheres e os jovens conseguiram, em certo sentido, quebrar ou romper com certos padrões culturais, com certos conceitos que reproduzem hierarquias, mas isso precisa avançar – e muito ainda – porque a estrutura ainda é pesada e, na verdade, fragmenta mais do que propriamente permite esta autonomia, liberdade, esta possibilidade da construção de projetos individuais.

Só para finalizar, em relação a essa busca de resgatar os conhecimentos tradicionais, a agroecologia permite isso a partir da interação entre conhecimento popular e conhecimento científico. Então, por exemplo, nós sabemos que existe hoje uma intenção de estender para o ensino médio o segundo turno nas escolas. A questão é saber o que vai acontecer em termos de sucessão, em termos de conhecimento de tudo aquilo que é transmitido de geração em geração na construção da agricultura familiar ou camponesa, na medida em que esses jovens tiverem necessariamente que ficar os dois períodos na escola. Essa é uma questão que está sendo levantada, tanto por familiares, por agricultores, como por entidades, os quais perguntam como implementar medidas como essas considerando os impactos que podem trazer em relação ao processo sucessório das famílias.

Marcos Rochinski – A principal crítica que tenho feito, e nós, enquanto organização, ao governo como um todo, não a um setor específico, é que onde havia uma participação mais efetiva da sociedade civil, hoje se busca a efetivação das políticas, tudo pelo bendito, ou maldito, pacto federativo. Isso é uma orientação de governo. De um lado, fortalece-se a estratégia do pacto federativo, onde se fortalecem estados, municípios que travam as políticas públicas; de outro lado, o tal do marco regulatório, que regulamenta a relação da sociedade civil com o governo, que permite desenvolver projetos de educação, de assistência técnica, está parado na Casa Civil, na Secretaria-Geral da Presidência. Enquanto isso, nós da sociedade civil estamos absolutamente travados, inclusive para executar projetos em parceria com o governo nos diferentes ministérios. Então, eu acho que são duas questões que são gerais, mas que demonstram um pouco as dificuldades que temos na efetivação de políticas concretas em relação à juventude. Nós falamos aqui do papel estratégico que têm as organizações. Nenhuma política chega aos rincões dos povos das florestas, nas comunidades tradicionais dos indígenas, ou em qualquer comunidade de agricultura familiar, ou assentamento, só pelas estruturas do Estado. Então, sem a participação da sociedade civil não se concretizam políticas públicas. E hoje nós vivemos no nosso país um processo travado do ponto de vista dessa relação da sociedade civil com o governo. Queria comentar mais um aspecto. Uma das questões que temos que tirar como ponto alto deste seminário é em que espaço a juventude será ouvida para opinar sobre essa agricultura dos próximos 20 anos.

João Paulo – Penso que tem que haver mais capacitação, os jovens têm que saber montar os próprios projetos. Em relação a nós, quilombolas, penso que tem que ter um olhar para nós, porque essa coisa de titulação das terras é difícil e precisamos disso. Outra questão que parece simples, mas é difícil, é a dificuldade que os jovens, principalmente negros e quilombolas, têm de acesso à universidade. Não são apenas os quilombolas, mas os camponeses e toda a área rural tem um acesso muito difícil à universidade. Então, a gente tem que lutar mesmo por isso com muita vontade.

Maciel Cover – Irei comentar três pontos. Primeiro, solicitar ao Jerônimo, secretário do Desenvolvimento Territorial, levar três recados para o Pepe Vargas, ministro do Desenvolvimento Agrário, e para a Dilma. Diga para eles o seguinte: em primeiro lugar, que reco-

nhecemos a importância de se ouvir a juventude, isso é um mérito muito interessante desse governo democrático. Segundo, que não tenham medo de investir no que essa juventude decide que tem que ser feito. O orçamento para a SNJ trabalhar com jovens rurais no ano passado foi R\$5 milhões. Considerando que há oito milhões de jovens no campo, temos o equivalente a R\$0,60 para cada um. Então, é pouco. Então diga para o ministro Pepe Vargas e para a presidenta Dilma Rousseff que é necessário liberar mais dinheiro para as políticas. Terceiro ponto é: Veta Dilma. E ela sabe do que se trata (referente ao veto que a presidenta Dilma podia fazer a artigos que flexibilizavam o Código Florestal).

Jerônimo Rodrigues – Eu gostaria de destacar três pontos. O primeiro é o tema da institucionalidade das políticas públicas, que foi colocado por mais de uma pessoa, no final a Éryka da Contag traz isso bem forte. É necessário ter as políticas públicas no papel, no PPA, senão não é política pública, é brincadeira. Segundo, tem que ter recursos e, terceiro, tem que explicitar de onde tirar o dinheiro para virar política pública. São três movimentos de disputa de projeto. Alguém tratou aqui isso muito legal. Política pública é disputa de projeto e de sociedade, e este governo, mais do que o governo Lula, ampliou a base de coalizão, é também uma disputa dentro do governo. Então, o Marcos da Fetraf falou que o tamanho do MDA é pequeno para o papel que precisa desempenhar, e os movimentos sociais estão colocando a necessidade de revitalização do MDA. A disputa é dentro do governo. Eu não estou colocando isso para amenizar. Vocês podem dizer assim: “os caras vêm aqui dizer para a gente acalmar”. Não é isso. Estou dizendo que a dureza também é para nós, dentro do governo. Leonardo Boff diz: “Governo é igual feijão, só amolece com pressão”. Esse governo é mais mole, é mais fácil de lidar em relação aos outros, mas é governo, é Estado. Para nós é duro, nos meses de negociação, como o Abril Vermelho, da Jornada, da Marcha, de Grito da Terra é duro. Nós não dormimos, estamos todo o tempo vendo o que se pode fazer, mas se não fosse isso, a pauta da agricultura familiar não estaria na mídia e nem conseguiríamos recursos junto ao Ministério do Planejamento.

Tem dois limites, o PPA é pequeno diante do tamanho das demandas, embora nós do Ministério nos esforcemos bastante. Vocês dos movimentos sociais, naturalmente, já fizeram essa análise do PPA de 2012 a 2015. A política pública tem o foco no Executivo, mas precisamos abrir os olhos para o Congresso. Outro aspecto que vocês colocam é o pacto federativo. O papel do Governo Federal é sim forçar que os governos estaduais e municipais se adequem. Quem tem que fazer o controle social do pacto federativo nos estados e nos municípios é a sociedade civil. São duas questões, Marcos (Fetraf), eu acho que o Governo Federal está fazendo decentemente o trabalho de forçar os estados e os municípios a pactuarem as políticas. As políticas públicas são oriundas em parte da sociedade civil, mas elas precisam ser debatidas e orientadas. Não dá para o Estado, o Governo Federal, ficar assumindo ações sozinho. Por exemplo, a assistência técnica, os governos passados acabaram com as entidades de assistência técnica, e o Governo Federal agora injeta dinheiro nos estados. Nós não estamos dialogando qual é a assistência técnica que nós queremos nos estados, isso precisa ser refeito no debate do pacto federativo. Então, é preciso ter a dimensão de que tipo de pacto

nós estamos fazendo. É preciso que a sociedade avalie a modelagem que está sendo feita. A outra situação é o perfil do gestor estadual e municipal; isso não cabe à Dilma resolver, mas ao voto. Da mesma forma que foi dito aqui, que as políticas públicas bateram no teto, a forma de as ONGs atuarem nas políticas públicas também bateu no teto. As ONGs não têm mais que ficar fazendo papel de governo. O papel de ONG é outro, é o que estamos fazendo no seminário, é o investimento para a formação de um novo quadro, de nova cultura. Mas também está correto que precisamos de um novo documento que estabeleça a nova formatação da relação entre Estado e as ONGs. Tem que ser feito um controle social forte, o Marcos (Fetra) tem razão. Nós já temos o rural desejado desenhado.

Assim, é mais um debate estratégico do que de concepção. Nós não conseguimos assentar o debate territorial com os povos indígenas, quilombolas. Agora, isso não se baixa por decreto. O território tem uma identidade e um movimento. Eu acho que a falha é nossa, enquanto governo. O território tem a representatividade das federações, dos movimentos sociais, dos sindicatos; esses, bom ou ruim, têm a grana para pagar uma diária de um sindicalista, líder de uma associação ou cooperativa. Os quilombolas e os indígenas não têm essa grana para ir para lá participar das decisões. Então, nós precisamos equalizar isso. Então, eu gostaria de encerrar, parabenizar a coordenação do evento, me solidarizar mais uma vez com a Secretaria Nacional de Juventude. Nós nos submetemos à ideia de ser coordenado pela temática da juventude rural, pela Secretaria Nacional. Sabemos qual é a dureza dessa secretaria. Foram vocês dos movimentos sociais que deram o sangue a essa iniciativa. Ela não está do tamanho que gostaríamos, mas o debate deste seminário faz que o Palácio e os Ministérios escutem.

Mesa 3 - Oficina de imagens sobre a juventude no trabalho assalariado

Participaram desta mesa José Roberto Novaes, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que fez a apresentação do Documentário Conflito³, e Carlita Costa, presidente do Sindicato de Empregados Rurais de Cosmópolis, São Paulo, que comentou o documentário.

José Roberto Novaes – O projeto Educação através das Imagens, que coordeno no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, visa dar maior visibilidade às pesquisas acadêmicas e experiências de lutas sociais através do uso das imagens na educação.

Tal projeto teve início em 1979, na Universidade Federal da Paraíba, com a produção do documentário *O que eu conto do sertão é isso*. Este teve como roteiro os resultados de uma pesquisa sobre as mudanças na estrutura produtiva do latifúndio no sertão paraibano, realizada pela Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa apresentava as consequências da substituição do algodão pela pecuária como atividade econômica principal nos grandes latifúndios da região sertaneja da Paraíba. Uma delas foi a desestruturação da relação de parceria.

³ O documentário *Conflito*, que foi exibido neste encontro, registra uma forma de reação dos trabalhadores canavieiros, jovens, migrantes, às precárias condições de vida e trabalho a que estão sujeitos. Este documentário foi produzido no projeto Educação através das imagens com apoio do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qKOCQIRROq0>>.

A produção deste primeiro documentário contribuiu para a divulgação dos resultados da pesquisa entre trabalhadores, agentes pastorais e dirigentes sindicais daquela região. Assim, *O que eu conto do sertão é isso* foi exibido em sindicatos e igrejas da região e, no processo, foi se constituindo num instrumento pedagógico para discussão de sua própria implicação na vida dos trabalhadores, daqueles que, expulsos da terra, migraram para as periferias das cidades.

Desde aquela época até 2014, a produção de documentários e a metodologia para o seu uso na educação foram sendo aprimoradas. Nesse período, foram produzidos pelo projeto Educação através das Imagens 20 documentários abordando questões relacionadas aos seguintes temas: trabalho, saúde e direito dos trabalhadores no agronegócio; resgate da memória das lutas sociais no campo; precarização do trabalho no agronegócio; migrações; juventude, mulheres, trabalho infantil; e sustentabilidade e agroecologia.

O documentário *Conflito*, a que vamos assistir, registra uma greve de trabalhadores assalariados, cortadores de cana da usina Vista Alegre, localizada no município de Itapeva, estado de São Paulo. Realizada no mês de outubro da safra de 2011, foi protagonizada por 400 trabalhadores, migrantes, jovens, procedentes dos estados da Paraíba e do Ceará. Todos foram arregimentados pelos funcionários da usina, nos estados onde moram, para o trabalho na safra da cana (abril a novembro de 2011). No ato da contratação, fizeram exame admissional e assinaram a carteira de trabalho. Estes trabalhadores partiram para São Paulo com a promessa de boas condições de trabalho, salário e alojamento. Faltando 45 dias para o término da safra da cana, paralisaram suas atividades e entraram em greve. O documentário registra as razões dessa greve. Uma greve peculiar, seu objetivo era romper com um contrato de trabalho.

Antes da exibição do documentário, apresentarei algumas circunstâncias que levaram e viabilizaram sua produção.

a) Os bastidores da produção do documentário *Conflito*: A ideia de registrar as mobilizações dos trabalhadores do corte da cana surgiu numa reunião de pesquisadores de diferentes universidades e dirigentes sindicais, realizada na Unicamp, em dezembro de 2010. O objetivo geral era para avaliar as lutas e conquistas desses trabalhadores considerando o contexto de implementação de novas tecnologias e da introdução de novas formas de organização e gestão do trabalho no corte manual da cana.

Trata-se de um cenário em que o corte mecanizado da cana se expande pelo interior de São Paulo. As máquinas colheitadeiras passaram a fazer parte da paisagem rural, e a lavoura de cana se alastrou por várias regiões daquele estado. Pesquisas acadêmicas foram contribuindo para compreender as mudanças nas relações técnicas e sociais de produção, a precarização e a intensificação do trabalho.

Em um contexto de modernização tecnológica e de grandes investimentos do capital internacional, estas pesquisas contribuíram para a elaboração de um diagnóstico sobre as péssimas condições de trabalho na lavoura da cana. A modernização desta agroindústria aumentou a produtividade do trabalho, porém precarizou e intensificou o trabalho nos

canaviais. Estes trabalhadores passaram a exercer suas atividades no limite da sua capacidade física. Para ser contratado e continuar na atividade, cada trabalhador do corte precisava cumprir a meta da usina: cortar no mínimo 10 toneladas por dia. Os acidentes, as doenças e as mortes de trabalhadores nos canaviais – provocadas pelo excesso de trabalho – aumentaram significativamente.

Por outro lado, constatou-se também naquela reunião um reduzido número de pesquisas sobre a ação sindical, organização e a mobilização desses trabalhadores. Estariam eles passivos diante das transformações estruturais na produção da cana? As novas formas de gestão das usinas teriam efeitos de neutralizar as lutas dos trabalhadores assalariados da cana? A contradição entre capital e trabalho, ou seja, a luta de classe estaria amortecida no interior das modernas usinas canavieiras?

Diante das dificuldades em responder a estas questões, colocou-se a necessidade de novas pesquisas. Destacou-se também a necessidade de registrar, através das imagens, possíveis reações dos trabalhadores com o objetivo de compreender novas formas de encaminhamento de reivindicações. Por outro lado, este registro tinha também a intenção de dar maior visibilidade às precárias condições de vida e trabalho dos trabalhadores da agroindústria canaveira num contexto de inovação tecnológica, aumento da produtividade do trabalho e diversificação da produção (com a produção de energia através do bagaço da cana, de combustível através do etanol e de alimento através do açúcar).

A primeira oportunidade para a concretização dessa proposta apareceu em outubro de 2011. Naquela ocasião, um trabalhador – em nome de um grupo –, já em greve na Usina Bela Vista, entrou em contato, pelo celular, com a presidente do sindicato de Cosmópolis e representante da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Carlita da Costa. Falando do próprio território da usina, solicitou a presença da sindicalista na Usina Bela Vista, município de Itapetininga, para coordenar uma assembleia de trabalhadores e fazer parte da comissão de negociação da greve. Carlita entrou em contato com alguns pesquisadores que participaram daquela reunião da Unicamp. Chegara o momento de colocar em prática as propostas então aprovadas. Assim, um câmara com seu equipamento de filmagem foi designado para acompanhar aquela assembleia e registrar o cenário do conflito.

Foram feitas imagens da assembleia dos trabalhadores, das condições dos alojamentos e dos ônibus que transportavam diariamente os trabalhadores para o eito da cana. Registros realizados com consentimento da comissão de greve, que sugeriu entrevistarmos alguns trabalhadores.

Com esse material, fomos para ilha de edição com a intenção de construir uma narrativa da greve que expressasse o ponto de vista dos trabalhadores sobre as razões da paralisação. Chegou-se a conclusão que o material disponível era insuficiente para construir uma narrativa e editar o documentário proposto. As imagens gravadas e as entrevistas registravam um momento da greve, da mobilização e não o processo todo. Como resolver este problema?

Enquanto pensávamos em como resolver isto, já fora do contexto da greve, no período de entressafra da cana, resolvemos fazer uma segunda rodada de filmagens e entrevistas. Uma delas com o procurador do trabalho, um dos mediadores da greve. Nosso objetivo era ter um olhar de uma autoridade que participou de todo o processo negocial daquela greve. A outra entrevista foi realizada com Carlita da Costa. Dela queríamos informações sobre a certificação, selo de produção sustentável da usina, e a saúde dos trabalhadores. Queríamos saber se tinha conhecimento de denúncia feita pelos trabalhadores entrevistados sobre a ocorrência de uma epidemia durante a safra, doença de pele, alergia, enxaqueca, diarreia provocada pela péssima qualidade da água que abastecia um alojamento onde moravam 90 trabalhadores. Nesta segunda rodada de filmagem, foram feitas imagens do lago e do alojamento cuja péssima qualidade teria provocado doenças durante a safra.

Retornamos à ilha de edição para montar o roteiro do documentário. Tínhamos elementos para compreender todo o processo da greve. Porém, realmente, faltavam as imagens dos diferentes momentos da greve. A greve durou sete dias, e tínhamos registro de apenas um dia.

Durante as exaustivas “garimpagens” das imagens gravadas no dia da assembleia, percebemos algo novo que poderia ser a solução para nosso impasse. Enxergamos um detalhe que até então não tínhamos percebido: tanto na assembleia quanto no alojamento e ônibus, sempre aparecia um grupo de trabalhadores registrando as cenas em seus celulares. O uso do celular pelos trabalhadores passou a ser uma possibilidade para resolver nosso impasse. Sem poder sair da usina, pelo celular se comunicaram com a sindicalista para fazer a mediação da greve, agora percebemos que o mesmo celular estava sendo usado para registrar imagens da assembleia, das precárias condições dos alojamentos e dos ônibus.

Assim, surgiram algumas questões: será que os trabalhadores registraram todos os acontecimentos da greve? Como saber isso? Como obter essas imagens? Afinal, já haviam passado oito meses da paralisação quando nos deparamos com tais questões. Como localizar alguns desses trabalhadores no alto sertão da Paraíba para saber se tinham gravado imagens da greve em seus celulares?

Era preciso encontrá-los em suas regiões de origem. Para tal, entramos em contato com Gerlândia, sindicalista do município de São José de Piranhas, localizado no Alto Sertão da Paraíba, quase fronteira com o Ceará. Este contato foi realizado por mediação da professora Marilda Menezes, da Universidade Federal de Campina Grande, que fazia pesquisa sobre migrações de jovens trabalhadores desta região para os canaviais das usinas de São Paulo. Estava colocada a possibilidade de recuperação das imagens da greve. Gerlândia se comprometeu em localizar os trabalhadores que participaram da greve e saber se ainda tinham as imagens em seus celulares. Depois de uma semana de espera, ela deu a notícia que tinha encontrado alguns dos trabalhadores e que ainda tinham as imagens na memória de alguns celulares e outros haviam transferido as imagens da memória de seus celulares para um DVD, em uma *Lan House*.

Recebemos o DVD e assim conseguimos editar o documentário *Conflito*, incluindo as imagens feitas pelos trabalhadores. As mesmas mãos calejadas que manuseavam com destreza e habilidade o podão da cana, também manusearam com desenvoltura esta nova tecnologia de informação e comunicação.

b) O contexto da greve: Importante registrar, para nosso debate, alguns aspectos relacionados ao contexto da greve que não aparecem no documentário. Esta não teve nenhuma repercussão na imprensa local, regional e nacional, ficou circunscrita ao território da usina, nem mesmo interrompeu a moagem da cana. As máquinas da usina não pararam. As colheitadeiras mecânicas e mesmo algumas turmas de trabalhadores do corte manual, que não aderiram à greve, asseguraram a manutenção do fluxo de matéria-prima para alimentar o processo de moagem da usina.

Ou seja, esta forma de organização e mobilização dos trabalhadores tem características diferentes das greves dos anos 1980, em que praticamente não existia o corte mecanizado da cana. Naquelas mobilizações, o sucesso da greve era medido pela capacidade de a organização dos trabalhadores parar a moagem da cana. A paralisação da moagem era uma forma de trazer os usineiros para a mesa de negociação. Para tal, a greve tinha que ser abrangente, atingir a maioria dos trabalhadores do corte manual para interromper o fluxo de matéria-prima para a usina. Estas mobilizações não passavam despercebidas. Algumas tiveram grande repercussão na imprensa local, nacional e internacional, como nas greves dos canavieiros nas Campanhas Salariais do Nordeste (entre os anos 1979 a 1985), de Guariba de 1984, de Leme, São Paulo (1986), e em outras tantas que ocorreram na década de 1980, no contexto de ascensão das lutas sociais.

Já o documentário *Conflito* registra uma greve vitoriosa, deflagrada em outro contexto, sem que a usina interrompesse a moagem da cana, sem que a sociedade local soubesse dessa paralisação. Registramos assim uma nova forma de mobilização entre trabalhadores do agronegócio da cana, diferente dos anos de 1980.

Neste mesmo movimento de comparação entre passado e presente, outro tema diz respeito à organização autônoma dos trabalhadores. Ou seja, a decisão e organização da greve não teve nenhuma ingerência do movimento sindical. Depois de deflagrada é que um trabalhador, como se pode ver em depoimento no filme, solicita a intermediação da presidente do sindicato de Cosmópolis, Carlita da Costa. O sindicato esteve ausente nesta mobilização e atuou somente na fase de negociação. O que nos leva a discutir o atual papel do sindicato em situações de contratos temporários e mão de obra migrante.

Na mesa de negociação os usineiros sugeriram como proposta a possibilidade de pagarem um bônus em espécie para cada trabalhador grevista para que ficasse até o final da safra, que foi recusada pela comissão de greve. Ou seja, a greve chegou ao seu final, e os trabalhadores se sentiram vitoriosos quando os ônibus se aproximam para transportá-los para suas regiões de origem. Assim, os alojamentos se esvaziam, aquele “cativeiro” foi desativado...

A partir da produção do documentário, coloca-se o desafio de viabilizar seu uso como instrumento de debate sobre as relações de trabalho em um setor tecnologicamente moderno e de alta produtividade. Este recurso pedagógico pode dar maior visibilidade às questões relacionadas ao trabalho e a seu ambiente, à precarização do trabalho e à mobilização de jovens trabalhadores.

Neste Seminário podemos discutir como usar este recurso visual como instrumento para ampliar o nível de informação e reflexão da própria juventude – rural e urbana. Afinal, a dura realidade dos jovens assalariados rurais é bem pouco conhecida e está ausente da mídia. Suas demandas carecem de reconhecimento, trata-se de um segmento de jovens trabalhadores que não se beneficia de políticas públicas nem no Nordeste (onde tem pouco ou nenhum acesso à terra), nem nas modernas usinas do Sul do país.

Com este desafio vamos para a projeção do documentário. Após a exibição, teremos a exposição da Carlita, presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis. Com grande experiência e compromisso, ela deverá abordar as questões relacionadas à precarização do trabalho e suas consequências na saúde dos trabalhadores. Após ouvi-la, teremos mais condições para discutir as razões da greve, o atual papel dos sindicatos e as contradições dos processos de certificação das usinas paulistas.

Carlita Costa – Atuo no movimento sindical há muitos anos, mas sou trabalhadora rural. Eu vim do corte da cana, trabalhei na Usina Esther alguns anos e, a partir daí, a gente saiu para uma luta que teve dia para começar e não vai ter dia para terminar. É muito difícil você começar a falar depois de ver essas imagens [referência ao documentário], porque a gente que vive isso, mexe demais. Vendo a fala de cada trabalhador, os movimentos, começo a lembrar de tudo o que foi ocorrendo ali. Mas eu gostaria de falar, aproveitando a oportunidade deste encontro, que estou um pouco surpresa, porque vocês sabem que o estado de São Paulo é onde se tem um trabalho muito forte na questão assalariada dos canavieiros. E em outras regiões do país também tem o assalariado rural e neste encontro aqui eu vi trabalhadores de várias áreas, mas eu não vi o específico assalariado, e este faz parte da juventude. O assalariado rural tem que estar inserido nas demandas, nas políticas públicas que vem aí. Porque nos últimos tempos houve um investimento muito grande por parte do governo no grande empresariado da cana. Houve uma mecanização massiva no setor canavieiro e esses trabalhadores vindos da Paraíba, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Piauí, de várias regiões do país, vêm numa condição muito humilhante. Duas vagas em uma usina e tem 50 pessoas disputando, e o resto do pessoal fica perambulando por aí. Muitos não têm nem condições de voltar, submetendo-se àquilo que as empresas querem fazer; outros estão indo para a área da construção civil, que é pior ainda do que o setor da cana, porque o setor da cana focou números maiores de trabalhadores e a construção civil distribui muito. Esses trabalhadores rurais estão por todo o nosso país, e sem um amparo maior das organizações. Por quê? Infelizmente temos vários pensamentos no movimento sindical e nem todos estão abordando a prioridade de estar trabalhando as questões dos assalariados rurais.

Quanto à mecanização, um massacre que foi feito com os trabalhadores do setor canavieiro, desempregou-se muito. A Paraíba e o Ceará mandam muitos trabalhadores para o estado de São Paulo, e esse povo ficou assim jogado, estão hoje desempregados e sem uma sustentação nas suas terras. Nós estivemos na Paraíba, classifiquei como estado de pedra. Porque onde estão as famílias dos trabalhadores, pequenos produtores, é o lugar que não tem como plantar, não tem água, não tem como eles sobreviverem ali – e as terras boas estão nas mãos de usineiros. Nós fomos para a Paraíba para ver porque o trabalhador se submetia a tantos absurdos, dormir no chão, é absurdo a pessoa pegar caixa de laranja, colocar papelão em cima e deitar ali para dormir depois de um dia de corte de cana. Assim, quando você vê essas metas, eu classifico como metas para morrer. Por quê? Eu posso falar muito segura do que vou dizer aqui, nós fizemos um trabalho de controle de produção e conseguimos detectar que é mentira que o cortador de cana corta 12 toneladas por dia. O empresariado diz que ele corta isso, infelizmente a representação dos trabalhadores no movimento sindical abraçou e diz também que ele corta 12 toneladas e ninguém foi lá para ver. Mas, na verdade, quando fecha a quadra um cortador de cana corta 18, 25 toneladas... Tenho registrado um trabalhador que morreu, o Luquinhas, Valdecir da Silva Reis, foi até matéria do Fantástico, o Podão de Ouro, um cara assim cheio de vida, gostava de dançar, morreu seco. Ele foi secando, a mão esquerda, que é a mão da cana e a mão do podão. Ele chegava a dizer: “Carlita, eu não posso respirar direito e também não posso comer. Eu como quatro colheradas e eu já tenho ânsia de vômito. Se você colocar a mão assim em mim, eu vou gritar de dor”. O cara se arreventou, mas o Luquinhas cortou 52 toneladas de cana/dia. Tenho o holerite dele, apesar de ele ter morrido, eu pego de vez em quando no arquivo para poder pensar, tento entender. E, tantos outros. Agora eles vêm oferecer carro, moto para trabalhadores, dizendo: “se você atingir 12 toneladas...”. Se eles pagassem o que o trabalhador realmente corta, eles poderiam dar uma fazenda para cada um.

É a exploração no corte da cana, no frigorífico, na laranja, no algodão, em todos os setores. Um colhedor de laranja amarra uma sacola na cintura e arrasta por todo o pomar de laranja com 38kg. E sabe por quantos quilos ele recebe? 27, 20. Isso não é fiscalizado. A quantidade de movimentos que você faz com a mão no podão e ele não pode ser leve porque senão não corta a cana. E você bate aquilo diariamente e, quando sai do canavial, depois de 10, 15 anos, o trabalhador está morto, está arreventado, destruído e não é considerado acidente no trabalho. Ele é afastado pela Previdência, fica lá 90 dias, depois o médico fala que ele está apto para voltar a trabalhar. Aí trabalha mais um dia e se esforça sentindo dor, o médico afasta novamente, dali a pouco a empresa o manda embora, ele não tem estabilidade, sai sem uma indenização. E o mercado de trabalho está oferecendo muitas pessoas para eles contratarem; podem escolher a dedo.

Eu vivi um caso que me chamou muita atenção: um trabalhador muito jovem, o Renato, na Bahia, foi cortar cana e perdeu um dedo. Um jovem que saiu mutilado e, assim, tem inúmeros e não é tratada essa questão. Existem grandes protocolos hoje, que eu chamo passaporte para o estrangeiro vir aqui e meter a mão no Brasil. Porque o nosso país é aquele

que produz o melhor etanol. Nós somos capazes de fazer tudo, mas estamos virando colônia do estrangeiro. Vamos ficar reféns, porque em lugar que se plantava arroz, soja, tomate, que se criava gado, hoje está se plantando cana. Vai ver o preço dos alimentos daqui cinco ou seis anos, teremos que buscar alimento lá fora e por um preço absurdo, e nós entregamos tudo aqui de bandeja. Existe uma lei, que diz que a terra tem uma função social a cumprir, é uma lei antiga. Nós conseguimos fazer que uma fazenda de 2.200 hectares fosse desapropriada com base nessa lei e que dá para todos nós aqui trabalharmos em cima disso. A terra tem que gerar emprego e renda e a terra está gerando só renda, renda para meia dúzia e os outros estão ficando aí à mercê. Tem o caso do seu Aluizio, era funcionário do grupo Cosan (hoje grupo Raizen da usina São Francisco), ele também perdeu um dedo, e ficou lá na roça colocando terra para estancar o sangue até que o povo terminasse o eito, porque o turmeiro não podia levá-lo para o hospital, não tinham uma ambulância na frente de trabalho, não podia levá-lo e depois voltar para buscar os outros. Seu Aluizio apareceu lá em Cosmópolis; ele não é da nossa base territorial. A lei, os organizadores, os pensadores colocaram cabresto na gente. “Carlita, aqui é a base territorial do sindicato de Cosmópolis, três, quatro municípios. Daqui você não passa, porque você é *persona non grata*”. Mas, a base territorial nossa é onde tiver trabalhador necessitando se organizar, não pode existir limite para nós. Então, ainda tinha terra no corte do Sr. Aluizio desde o dia em que ele se cortou, o homem estava para perder o braço. A gente fez um escândalo, chamamos a imprensa, denunciemos, envolvemos o Ministério Público. Enfim, foi rapidinho que o grupo Cosan, com medo de sair na imprensa, já foi correndo tapar o sol com a peneira, e a gente também cercando. Porque o trabalhador, infelizmente, é iludido, pelo que ele vive e pelo que foi colocado para ele a vida inteira. Ele sofre e aí vem alguém, faz uma coisinha boa e ele já acha que tem um amigo ali. Esquece a punhalada que estava levando nas costas. Então a gente cercou o Sr. Aluizio e estamos tocando este processo, que já está na fase final, em todas as esferas nós ganhamos.

Nós estamos fazendo um trabalho agora, até contratamos um ortopedista. O braço dos trabalhadores da cana seca, a gente começou a observar isso. Estamos detectando que há uma infecção muito grande no braço deles quando começam a reclamar de dor. Não cuidam, o trabalhador faz um pouco de fisioterapia e volta a cortar cana, até que a usina consegue tirá-lo de fato. Então são questões que coloco aqui para tentarmos ver de que forma essa organização dos jovens pode também estar abraçando os assalariados, esse elo da luta para fazer valer o direito dos trabalhadores, aquele que tem direito à terra, aquele que tem direito a uma indenização. Fazer que os doutores da lei vejam que quem está lá no canavial faz esse esforço diário, tem LER, isso tem que ser considerado. A vida útil de um cortador de cana e de um colhedor de laranja não passa de 15 anos; o resto é só doenças e tratar com remédio. Então a gente precisa conseguir inserir esses trabalhadores nas leis para que sejam vistos e que seja discutida essa problemática. Esses que estão assim há 10, 15 anos, agora eles vão ficar na Paraíba, no Ceará, sem serviço. Existe uma questão, a Usina fala hoje que, por conta da mecanização, ela não está terceirizando mais. O acordo nacional diz que acabou a terceirização. Mentira, acabou nada, está aí camuflada nas periferias. Tem alojamentos

padrão, cartão-postal para os estrangeiros ver. Eles vão lá e veem os trabalhadores vestidos, com proteção da cabeça aos pés, tudo bonitinho, alojamento com televisão etc. É mentira. Tem para 200, 300, 1.000, mas não tem para toda a mão de obra que eles estão absorvendo. E essa mão de obra rural vai continuar, pode mecanizar até certo ponto, mas tem uma área que não tem como, os canaviais têm que ser tratados. Estamos com acúmulo de injustiças, e por mais que você grite, este grito não está passando do teto, não está saindo. São situações que precisam ser tratadas. E como que a gente vai tratar isso? Vamos tratar na medida em que todos nós, com direito à terra, à vida, ao estudo, a tudo. Sabemos que esses trabalhadores, por menos estudo que tenham, eles têm uma coisa que cada um de vocês aqui tem: que é dignidade, coragem. E quando a gente tem isso, temos a capacidade para lutar, para brigar e para fazer acontecer.

Chamo a atenção de todos, peço que a partir desse encontro, essa organização de jovens, comece-se a pensar no assalariado rural, incluindo toda a diversidade que tem na questão rural, na cana, na laranja, na agricultura familiar etc. Vejam bem, os assentamentos em São Paulo, uma terra que brigamos para vir para a mão de trabalhadores. E o que aconteceu com essa terra hoje? Por falta de uma política de sustentação dos pequenos produtores nas suas propriedades, os assentamentos estão plantando cana. Daqui a pouco o filho de assentado vai ser assalariado da cana. E isso está acontecendo, por mais que você brigue a coisa lá no estado de São Paulo já está bem avançada mesmo. Então, pessoal, chamo a atenção de todos, espero sair daqui e um dia poder retornar sabendo que está se discutindo a organização dos jovens trabalhadores rurais em toda a sua diversidade, como é de fato, assalariado, arrendatário, parceiro, meeiro, pequeno produtor, todos estão no mesmo foco. Nós somos vítimas de um sistema que é o grande capital. A gente não pode se esquecer disso e eu chamo todos vocês para participar desta luta. Eu sei que aqui tem pessoas formadas, tem pessoas que vieram da roça e que hoje estão aí advogando, estão fazendo outras coisas, mas que não deixaram as suas origens. Eu gostaria assim de poder contar com vocês, porque há uma demanda muito grande e necessita de povo batalhador e eu sei que todos nós somos.

Mesa de Balanço do Seminário

Esta mesa foi composta por Elisa Guaraná de Castro, coordenadora geral de Políticas Transversais da SNJ e professora da UFRRJ; Marilda Aparecida de Menezes, da Universidade Federal de Campina Grande; Valmir Luiz Stropasolas, da Universidade Federal de Santa Catarina; e José Roberto Novaes, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Elisa Guaraná de Castro – Como coordenadora desse evento, quero dizer que foi um momento muito especial, de intenso diálogo, muito fraterno, muito diverso. Para nós é extremamente importante, é o nosso papel como Secretaria Nacional de Juventude promover da forma mais ampla possível a participação social como método de governo e o diálogo dos movimentos sociais, das organizações, da juventude rural, indígena e quilombola com o governo, com os representantes e gestores do governo. Esse foi o nosso esforço, e acho que

a gente avançou bastante nesse sentido. Vou passar agora a fala para dois pesquisadores de longa data do tema juventude rural. A professora Marilda trabalha com o tema da migração, mais recentemente com a migração sazonal dos jovens. O professor Valmir trabalha há muito tempo a condição da juventude, principalmente no Sul do país, com recorte específico para a situação das jovens mulheres. Eles vão fazer um balanço, uma sistematização, um olhar que a gente pediu que fosse bastante cuidadoso, um olhar sobre este momento, sobre como foi esse processo do Seminário.

Marilda Aparecida de Menezes – Bom dia a todos. Eu penso que uma parte de vocês já teve essa tarefa de síntese nas mãos e sabe que é muito difícil. Primeiro, nós tentamos captar pontos comuns da abertura e das duas mesas-redondas. Não fizemos síntese sobre as oficinas. Segundo, nós pontuamos algumas poucas divergências, porque listar várias demandaria o dia inteiro de discussão. Então, o esforço foi, de fato, unificar, sintetizar e buscar pontos comuns. E, terceiro, gostaria de dizer que todo esforço de síntese não é neutro, ele tem a marca de quem fez. Embora a gente tenha partido do material original, quase transcrito, na síntese está impresso o olhar de quem a elabora. Então, muita coisa pode ter se perdido ou sido omitida; é o risco que corremos. Eu e o Valmir fizemos uma proposta de quatro temas: 1) contexto e realidade juvenis do campo e da floresta; 2) modelo de sociedade; 3) dimensões de políticas públicas para a juventude; e 4) identidades dos jovens rurais. Eu sintetizarei os dois primeiros pontos e, posteriormente, o Valmir irá apresentar os blocos das políticas públicas e das identidades.

Primeiro bloco:

Contexto e realidades juvenis do campo e da floresta e das águas

Nós destacamos aqui cinco pontos. Primeiro, o que representa a população jovem no campo. A população jovem no campo são oito milhões. Há concentração maior nas regiões Norte e Nordeste. São nessas regiões que se concentra o nível de pobreza e exclusão social. Também foi relatado que nessas regiões há uma dificuldade maior de se acessar as políticas públicas. Com relação a essa população jovem, foi identificado que há uma continuidade dos processos migratórios. No último Censo (2010), havia um decréscimo da população rural, e esses processos migratórios dizem mais fortemente respeito aos jovens. Como compreender esses processos migratórios? Nós tentamos sintetizar cinco explicações: primeiro, são fatores estruturais ligados às condições de reprodução social na agricultura; segundo, ausência de possibilidades de renda; terceiro, a frágil infraestrutura de equipamentos sociais no meio rural como acesso à saúde, à escola etc.; quarto, diz respeito aos padrões culturais e às hierarquias na família. Foi chamada a atenção para o patriarcalismo, as hierarquias na família onde estão compreendidas as relações de gênero, que são dimensões importantes nos processos migratórios; e, por último, os projetos de vida dos jovens rurais que muitas vezes envolvem o desejo de outras profissões, não apenas a continuidade como agricultores. Segundo ponto: observou-se em várias apresentações que estamos vivendo processos de envelhecimento e masculinização da população rural. É bom dizer que esses processos são uma tendência

geral, mas têm diferenças muito importantes por regiões e dentro das regiões. Por exemplo, a masculinização parece intensa na região Sul do Brasil, mas menos intensa na região Nordeste. Terceiro, quando falamos de juventude rural, na verdade estamos falando de juventudes rurais, e elas envolvem uma diversidade muito grande. Esse Seminário e a composição das oficinas, de certo modo, expressaram essa diversidade. Então, envolve: juventudes quilombolas, juventudes camponesas, indígenas, assalariadas, populações tradicionais, e deve ter escapado algumas outras categorias. Envolve, também, as diferenciações de gênero, mulheres, homens. São todas diferenciações importantes que implicam demandas e políticas públicas diversas. Quarto ponto é com relação às políticas públicas no meio rural. Destacamos três elementos: primeiro, a constatação de que há um vazio em relação às políticas públicas para a juventude, principalmente para a juventude indígena e juventude assalariada. Por exemplo, para a juventude camponesa e de agricultores familiares, pelo menos, temos o Pronaf, com todos os problemas. Segundo, há um problema também na formulação das políticas públicas e, terceiro, na implementação das políticas públicas. O quinto ponto é como estão as organizações sociais e os movimentos sociais da juventude. Duas constatações: primeiro, houve aqui uma afirmação de que há um marasmo na mobilização dos movimentos sociais em geral e, também, das organizações de juventude. Há necessidade de uma revitalização dos movimentos sociais e dos movimentos da juventude. Apesar de todo o esforço dos movimentos sociais, há uma grande quantidade de jovens rurais que não estão dentro dessas organizações. Ou seja, há muito ainda que ser feito para ampliar, integrar, agregar, dar voz e ouvidos à juventude rural. Bom, então esses seriam os cinco pontos do primeiro bloco que nós chamamos de Contexto e Realidade Juvenis do Campo e da Floresta.

Segundo bloco:

Modelos de sociedade, modelos de desenvolvimento

Esse bloco nós dividimos em três subpontos. Primeiro, foi largamente constatado aqui que nós temos dois modelos de desenvolvimento rural: um baseado no agronegócio e outro na agricultura familiar. As visões que conseguimos captar é de que não há um consenso sobre a relação entre esses dois modelos: algumas organizações e setores do governo afirmam a necessidade e a importância da convivência dos dois modelos e há outras organizações que afirmam muito enfaticamente que os dois modelos são inconciliáveis. O segundo ponto é: Qual é o modelo que está sendo proposto pelas organizações? É o que se chamou aqui de projeto alternativo de desenvolvimento sustentável. O que ele envolve? Envolve uma visão de que o meio rural é um espaço de vida e trabalho, cujo centro são os sujeitos do campo e não as máquinas; é também uma crítica ao modelo monocultor e uma defesa da biodiversidade e a valorização dos saberes e valores dos agricultores e agricultoras para produzir alimentos saudáveis para toda a sociedade. E, por último, esse modelo envolve, também, o uso sustentável dos recursos naturais: da terra, da água, das florestas e da biodiversidade. Nesse item várias críticas foram levantadas em relação ao Código Florestal. Então, todas as vezes em que se tocava nessa proposta de uso sustentável, a referência, além das palavras de ordem,

era pelo veto. O terceiro ponto desse bloco é sobre o projeto alternativo de desenvolvimento sustentável. A juventude não é um tema transversal, mas é o centro do debate. Nós anotamos uma frase de algumas falas: *A juventude é um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Se não assumirmos que a juventude está no centro desse projeto de desenvolvimento sustentável, ela pode estar em tudo e não estar em nada.* Então, essa é uma colocação que saiu com força e que nós trouxemos aqui de volta para a síntese. Então, eu passo agora a palavra ao Valmir, para ele trabalhar os blocos três e quatro.

Valmir Luiz Stropasolas – Antes de tudo, quero dizer que esse esforço de fazer uma síntese, num certo sentido, é a representação de uma construção de conhecimentos que foram compartilhados durante esse Seminário, representando o conjunto de proposições, de entendimentos que partem de dirigentes, lideranças, educadores, pesquisadores, jovens. Enfim, um conjunto o mais variado possível de atores e sujeitos que estão aqui presentes. Essa construção de conhecimentos não deve se restringir apenas a um seminário como esse, mas também pensar na conjunção de esforços visando à implementação dos resultados deste Seminário. Salientar, também, que as pesquisas e os conhecimentos gerados nas instituições, nas entidades, têm que ser disseminados e publicizados, democratizados nas bases das entidades que aqui estão representadas. Então, das dimensões de políticas públicas para as juventudes que é, na verdade, o eixo norteador e que está orientando este seminário.

Terceiro bloco:

Dimensões de políticas públicas para as juventudes do campo, das florestas e das águas

Houve várias falas expressando a necessidade de se pensar o processo de concepção e implementação de políticas públicas, considerando que há uma unidade que deve ser potencializada integrando as dimensões de políticas estruturais e políticas específicas. São processos concomitantes. Quer dizer, não podemos paralisar ações efetivas, que estão sendo conduzidas, esperando que medidas mais estruturais sejam implementadas. Na verdade, são duas frentes que têm que andar de forma simultânea nesse processo de implementação das políticas. Algumas falas levantam questionamentos como o nível de institucionalidade de políticas de juventude em nível de governo, seja federal, estadual, seja municipal. Ou seja, em que pé anda essa institucionalização, que é um processo muito importante de implementação das políticas visando justamente ao conjunto das dimensões que integram as políticas públicas. Questionamentos também no sentido de se averiguar até que ponto as políticas diferenciadas alteram as lógicas existentes em nível de comunidades, de famílias, de estruturas onde os jovens estão inseridos. Foi citado o tema da sucessão, no sentido de que não se deve abordar esse tema de uma forma deslocada, ou mesmo depositando-se apenas nos jovens a resolução de um problema que é estrutural, pois é muito mais abrangente do que os próprios esforços que os jovens podem realizar. Ou seja, pensar numa visão integrada para a implementação das políticas, que possa dar conta dessas questões.

Foi enfatizada também a necessidade de uma maior articulação e qualificação da relação entre governo, sociedade civil, universidades, movimentos sociais. E aqui, sobretudo, uma

maior integração interministerial, intersetorial, dando conta dessa necessidade de se ampliar e potencializar as políticas públicas para a juventude. Ou seja, ações isoladas, setorializadas, não resolvem o problema da juventude, que é um problema complexo, multidimensional, envolvendo dimensões de renda, educação, cultura, acesso à terra, enfim, uma série de dimensões implicadas na vida cotidiana da juventude. Foi salientada a necessidade de se repensar a disponibilidade de recursos públicos voltados ao tema da juventude rural. Inclusive, alguém fez uma conta rápida numa mesa deste seminário, mostrando valores irrisórios nos orçamentos considerando o número de jovens rurais existentes hoje no Brasil. Mais precisamente, precisamos ainda mobilizar muito recurso público para dar conta dessa ampla e diversa gama de políticas necessárias para os mais diversos segmentos da juventude rural. Isso tem relação com o bloco que a Marilda acabou de apresentar, que se refere ao modelo de sociedade que estamos construindo. Em que medida temos as condições estruturais, as condições de recursos, de políticas, para implementar o modelo que a gente está propondo? Isso nos remete a considerar o campo de forças em que se define a hegemonia política. Esse aspecto tem que ser constantemente debatido exigindo posicionamentos firmes para garantir uma fatia maior no “bolo” do PIB e dos recursos públicos para que as políticas realmente sejam direcionadas visando atender aos anseios da juventude.

Foi também enfatizada a importância de se repensar os modelos de implementação das políticas em nível local. Se, por um lado, houve depoimentos salientando a importância do pacto federativo, outras falas, particularmente dos movimentos sociais, questionam este pacto destacando-se inclusive a necessidade de rever os modelos adotados para a sua implementação em nível local. Recomenda-se que seja feita uma avaliação da forma de gestão em nível de território visando justamente a um maior controle social, uma maior participação social da juventude nesse processo. Argumentou-se pela necessidade de se construir uma política clara, efetiva, de estímulo à agroecologia, que envolva não só os processos de mobilização de recursos, de fomento de crédito, mas também pensar numa estratégia de formação, de capacitação nas mais diversas dimensões, no intuito de se buscar a alteração do modelo tecnológico em curso. E a orientação ao público jovem como setor estratégico para a implementação dessa política tão requisitada. Nesse ponto, pergunta-se: “Bom, que tipo de fundo, que tipo de crédito deve ser mobilizado? É um crédito na modalidade fundo perdido? A partir de fundos solidários? Cooperativas de créditos em nível local?”. Esses questionamentos foram levantados no sentido de se avançar nas formas de acesso aos recursos públicos por parte das juventudes, o que já foi inclusive salientado na problemática ligada, por exemplo, ao Pronaf Jovem, cujo acesso foi extremamente insignificante, ou mesmo em outras políticas ligadas à terra, também insignificantes diante das demandas que são colocadas na realidade pelos diversos segmentos da juventude.

Foi falado da importância do Pronacampo. Considera-se muito importante essa conquista histórica dos trabalhadores do campo, dos jovens, mas ao mesmo tempo afirma-se que é necessário repensar a forma de implementação. Enfatizou-se, também, a ausência de políticas públicas para os jovens e as jovens indígenas, quilombolas, assalariados. Num certo

sentido, as oficinas vão expressar essa ausência; então a enorme importância de se ampliar a implementação de políticas públicas voltadas a esses segmentos. Com relação à questão da terra indagou-se sobre quais seriam as modalidades para implementar o acesso à terra pelas juventudes. Além da constatação de que os números são limitados, questiona-se o processo de desapropriação que paga fortunas, que é insustentável do ponto de vista geral, não só econômico. Sendo assim, propõe-se a formulação de uma estratégia para que realmente a reforma agrária seja contemplada como prioridade, com toda a sua amplitude necessária para atender às populações rurais e, particularmente, aos segmentos de jovens. Destacou-se, nesse ponto, que o jovem se encontra no fim da fila em relação à questão da terra. Nesse sentido, muito tem que ser feito, com medidas estruturais e, ao mesmo tempo, ampliando e aprimorando a implementação das políticas já existentes em relação à questão da terra.

Por outro lado, alguns depoimentos destacam a existência de um viés produtivista no âmbito das políticas orientadas para a juventude e, nesse processo, nem as entidades representativas, nem mesmo os movimentos sociais escapam dessa armadilha. Obviamente que as políticas que focam a produção, mesmo aquelas pautadas na agroecologia, são fundamentais para a geração de emprego e renda. Alguns afirmaram que essa dimensão nem sempre é suficiente para conter o processo de migração de jovens, propondo-se pensar numa estratégia que realmente leve em consideração as diversas dimensões que afetam a vida das juventudes. Novamente, aqui, surge a proposta de se repensar os modelos de implementação das políticas dando conta da complexidade que envolve as juventudes do campo, da floresta e das águas. E, finalmente, o último bloco aborda as identidades sociais e culturais que constituem os diferentes segmentos das juventudes.

Quarto bloco:

Identidades sociais e juventudes

Com relação a essa questão das identidades, ressaltou-se a importância de se fazer frente ao modelo produtivista, ao padrão tecnológico em curso, que é excluyente e coloca os jovens no fim da fila das políticas. Considera-se como sendo fundamental pensar as juventudes, as suas identidades sociais, enquanto cidadãos com plenos direitos, na sua totalidade, como sujeitos sociais que buscam uma unidade entre os dois mundos vividos, o rural e o urbano. Ou seja, superar a dicotomia existente entre esses dois mundos buscando dar conta, então, das diversas demandas que afetam hoje as juventudes, desde o ponto de vista do acesso à renda, às oportunidades de emprego, ocupação etc., considerando a absoluta falta de alternativas, de oportunidades de emprego e renda para as juventudes. Vários depoimentos indicam que os jovens desejam permanecer nas comunidades rurais, no campo e na floresta, no entanto, faltam perspectivas concretas de realização de projetos individuais que gerem a autonomia tão desejada pelas juventudes, uma autonomia que não é só financeira, mas que proporcione independência para que eles/elas possam ter os seus próprios projetos de vida, para a construção de suas identidades. Salienta-se nesse aspecto as questões que envolvem a jovem mulher, as questões ligadas a todas as comunidades indígenas e quilombolas, aos povos

ribeirinhos, extrativistas, entre outras. Contudo, quando os jovens buscam a compatibilização desses dois mundos, o rural e o urbano, ou mesmo no processo complexo de construção de uma identidade social, a juventude se depara com conflitos e contradições. Ou seja, não se pode negligenciar o leque de problemas subjetivos, afetivos, envolvidos no processo de realização das identidades sociais juvenis, que acabam influenciando nas decisões tomadas e nas trajetórias seguidas pelos(as) jovens rurais.

Foi ressaltado, também, a necessidade de uma campanha maciça nos meios de comunicação, buscando sensibilizar para a importância do jovem e da jovem permanecer no campo, obviamente, com todas as condições adequadas para isso, como sujeitos de direitos. Para isso, construindo-se a cidadania a partir do campo, na medida em que vem se afirmando as juventudes como público protagonista e estratégico para as mudanças sociais, econômicas, enfim, para um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, inclusivo. Isso significa dizer que tem que se pensar as estratégias das políticas públicas dando conta dessa dimensão abrangente que envolve as identidades das diversas juventudes. Afirmou-se também que, ao se investir nos jovens para que permaneçam no campo, teremos um tecido social mais vivo e ativo nas comunidades, fazendo que realmente o rural, o campo, a floresta, sejam lugares de vida, trabalho e sociabilidade, e não apenas lugares de produção. Para isso, afirma-se como sendo de fundamental importância veicular, através de campanhas educativas nos meios de comunicação, conteúdos que objetivem quebrar, desconstruir as estigmatizações, a inferiorização reservada ao mundo rural, as hierarquias construídas pela visão urbana de desenvolvimento, buscando justamente valorizar tudo o que significa o rural, o campo e, sobretudo, as juventudes. Salientou-se bastante o aspecto da autonomia, da independência, de uma maior liberdade e mobilidade por parte da juventude, inserindo-se aqui as questões vinculadas a gênero, geração, raça e etnia. Ou seja, que se abordem estas questões nas mais diversas dimensões das políticas, dos projetos e programas, somando-se ao que os movimentos, as entidades, os jovens já estão fazendo em termos de questionamento de conceitos, valores e padrões tradicionais que reproduzem o machismo, o preconceito, a discriminação e que geram as desigualdades no campo. Nos processos de inserção das juventudes, sugere-se ampliar a discussão em torno das identidades étnico-raciais, incorporando toda a dimensão dos povos indígenas, das populações quilombolas, entre outras.

Finalmente, ressaltou-se o direito à diversidade sexual, um aspecto muito importante e que foi enfatizado de forma recorrente por diversos interlocutores no seminário, os quais destacaram que, muitas vezes, esse tema fica de fora não só das ações governamentais, mas inclusive das agendas das entidades representativas, dos movimentos sociais, das universidades. Então, é fundamental que se insira essa dimensão em todos os contextos onde estamos discutindo e implementando políticas e ações ligadas às juventudes. Inclusive, hoje foi salientado no grupo, que eu estava coordenando, que não podemos esconder a realidade relacionada a essa dimensão, pois ainda temos um tabu muito forte envolvendo as questões em torno da diversidade sexual no campo, mais do que na cidade. Muitas vezes os jovens que são afetados pelos preconceitos, pelas hierarquias de poder, sofrem individualmente, porque não tem en-

tidades, políticas e ações que possam de uma forma coletiva dar conta dessas questões. Temos hoje no campo, também, cada vez mais novos formatos nas relações afetivas, nas relações familiares, e isso é uma realidade que está aí e que deve ser considerada pelas instituições, pelas entidades e suas políticas. Enfim, foram estes os quatro blocos sistematizados, constituindo-se numa síntese das ideias gerais que foram destacadas pelos presentes no seminário e que, certamente, irão subsidiar o processo de elaboração das políticas públicas no Brasil para os diferentes segmentos das juventudes do campo, das florestas e das águas.

Elisa Guaraná de Castro – A coordenação ampliada com todos os relatores, coordenadores e facilitadores dos grupos de trabalho (GTs) optou por não priorizar a apresentação GT por GT. Isso porque foi tão rica a produção realizada, tivemos ao longo desse processo mais de 120 jovens, mais de 200 pessoas passaram por aqui, entre pesquisadores, representantes do governo, colaboradores, interessados na temática, jovens quilombolas, indígenas, assalariados rurais, agricultores familiares e camponeses. Mais de 40 organizações de movimentos sociais passaram por esse seminário – e o que nós produzimos ontem aqui foi uma demonstração da complexidade, como muito bem colocou não só Marilda e Valmir, mas todos os que usaram a palavra nesses dias. A diversidade e a complexidade, o imenso desafio que a gente tem pela frente para discutir políticas públicas de juventude rural. Então, nós não fizemos o esforço de correr para apresentar o resultado final. Foram vários os esforços no sentido de se construir a participação social como método de governo, começando já com a apresentação das pautas da juventude rural e, mais recentemente, da juventude indígena à Secretaria Nacional de Juventude, além da constituição do Grupo de Trabalho da Juventude Rural, envolvendo movimentos sociais, organizações e governo.

Esse processo caminhou e foi bastante consolidado na II Conferência Nacional de Juventude, onde se verificou uma ampla mobilização em torno da temática e, aí a gente percebeu, também, especialmente no eixo Territórios, um amplo e forte diálogo que se consolidou nesse espaço em torno da diversidade que hoje começa a ser visibilizada e reconhecida. Essa diversidade de populações que temos no campo brasileiro, nas florestas, nas águas, que ainda precisamos trabalhar mais esse ponto. Nesse sentido, ao longo desse processo, além das mesas, os temas que Marilda e Valmir trouxeram foram os que ocuparam os sete GTs, os quais foram detalhados nas propostas. Tivemos uma gama imensa em termos de avaliação, porque a gente tinha dividido na metodologia de avaliação propostas e sugestões para a participação social, e acompanhamento de políticas públicas, e isso foi usado intensamente nos GTs. Para nós esse processo ainda tem outras etapas. A gente pensou desde o começo na importância do registro desse momento, que é novo também para a Secretaria Nacional de Juventude. Fizemos um bom trabalho aqui de registro a partir da colaboração de muitas pessoas, com relatorias que começaram a acontecer desde o primeiro minuto, com a filmagem, os fotógrafos contratados, e que entraram no clima e estão ajudando bastante no registro e, principalmente, com a colaboração do professor José Roberto Novaes que vai falar da experiência do documentário. Ele filmou bastante, está muito empolgado, gravou uma quantidade enorme de depoimentos e vai explicar qual é a proposta.

José Roberto Novaes – Uma expectativa que gera na gente é produzir um material visual que não seja só um registro de um evento, mas que se possa utilizar para reflexão no cotidiano de vida e trabalho dos jovens enquanto agentes transformadores de uma sociedade. Eu cheguei nesse tema da juventude através das pesquisas que realizo no mundo do trabalho com o assalariado rural, porque a maioria dos trabalhadores migrantes que cortam cana, que é o objeto da minha investigação, da minha reflexão e da minha militância, são jovens. Então, jamais poderia tratar somente a questão de trabalho sem tratar a da juventude. Queria chamar a atenção para algumas expectativas. Quando comecei a fazer aqui as entrevistas, eu fiquei impressionado com a qualidade da argumentação. Isso me chamou a atenção e fiquei frustrado, porque no espaço de dois dias, com essa intensidade de coisas, não foi possível entrevistar todo mundo. Então, foi uma escolha aleatória, que eu fui pegando um ou outro, mas espero que o pensamento dessas pessoas que foram entrevistadas represente o conjunto e a diversidade de situações que aparecem no campo. Mas eu gostaria de colocar uma inquietação pessoal.

Quando estava entrevistando algumas pessoas ou mesmo conversando, eu pude perceber algumas coisas. Por exemplo, em relação a Paraíba, onde eu trabalhei durante 12 anos. Eu perguntava assim: “Escuta, vocês conhecem Margarida Maria Alves, por exemplo?”. E muita gente não tinha a referência dessa pessoa, quem foi essa pessoa, que tipo de atividade ou luta exerceu. Então, eu penso que a história de vocês tem passado, eu considero importante articular, conhecer personagens. Por exemplo, se eu perguntasse assim no auditório: “Quem conhece a história de vida do Silvio Santos?”. Todo mundo conhece, a sociedade toda conhece. Por quê? Porque há ideologicamente um processo de divulgação de personagens que tiveram sucesso na vida, como foi esse cara, saiu lá de baixo, vai lá para cima, hoje é empresário do meio de comunicação e tal. Mas eu acho que essa questão relacionada aos nossos heróis, a reconstrução da história tendo essas referências como sujeitos políticos da transformação da sociedade. Eu penso que a gente precisa cuidar, porque só a partir daí que vamos manter viva a nossa utopia para o futuro. A gente não consegue pensar e criar utopias sem essa articulação entre o que é resgatado do passado para ressignificar o presente, para pensar o futuro. E eu acho que isso alimenta muitas utopias, a sociedade e a juventude. Mas eu acho que ela pede uma dimensão da política, da solidariedade. Então, eu queria deixar isso e agradecer a todos pela oportunidade. Muito obrigado!

SÍNTESE DAS OFICINAS

Reunidos de 21 a 24 de maio de 2012, jovens da agricultura familiar, camponeses, quilombolas, indígenas de todas as regiões do Brasil construíram propostas para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude Rural. A partir de eixos temáticos, a metodologia das oficinas contemplou 3 momentos: inicialmente, os presentes fizeram uma análise objetiva dos desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural. Em seguida, formularam um conjunto de propostas de políticas públicas para cada eixo temático. Finalmente, elaboraram propostas de participação social e acompanhamento das políticas públicas para a juventude rural. Os resultados dos trabalhos realizados nas oficinas são apresentados a seguir.

1 Eixo Juventude das Comunidades e Povos Tradicionais Rurais: igualdade étnico-racial

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Educação/formação cidadã voltada para a realidade dos povos e das comunidades tradicionais. Aplicação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08;
- Infraestrutura: vias de acesso às comunidades (comunidades isoladas), energia elétrica, internet, saúde, moradia, saneamento, água, escolas;
- Burocracia: acesso a créditos, projetos, morosidade nos projetos existentes;
- Grau de formação dos professores que atuam nos povos e nas comunidades tradicionais;
- Ausência de titulação e reconhecimento das terras dos povos e das comunidades tradicionais;
- Ausência de políticas públicas para os jovens dos povos e das comunidades tradicionais;
- Superar a defasagem da idade/série;
- Não reconhecimento por parte das políticas públicas, da dimensão territorial dos povos e das comunidades tradicionais que transcendem os municípios;
- Existência do mito da democracia racial e do racismo institucional;
- Alcoolismo e drogas nos povos e nas comunidades tradicionais; e
- Extermínio dos jovens dos povos e das comunidades tradicionais e a intolerância religiosa dos povos e das comunidades tradicionais.

Propostas de políticas públicas

- Acelerar a política de reconhecimento e titulação das terras dos povos e das comunidades tradicionais;

- Apoiar o processo de criação dos canais de comunicação nos povos e nas comunidades tradicionais. No caso das rádios comunitárias, buscar alterar a legislação para dar maior celeridade à concessão do uso para o seu funcionamento, como forma de fortalecer e ampliar a divulgação e valorização desses povos;
- Investimento público nos povos e nas comunidades tradicionais, na preservação e valorização dos fazeres tradicionais, a exemplo de sementes crioulas, artesanatos e patrimônios materiais;
- Realização de campanha massiva de divulgação e valorização dos povos e das comunidades tradicionais;
- Adesão dos jovens à campanha Igualdade Racial pra Valer, promovida pela SEPPIR;
- Implementação no Programa Saúde da População Negra do jovem dos povos e das comunidades tradicionais;
- Levar às comunidades Campanha Nacional contra o Extermínio de Jovens e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra para a juventude quilombola;
- Priorização da implementação da Lei nº 10.639/03, do Parecer CNE/CP nº 03/2004 e da Resolução CNE/CP nº 01/2004;
- Garantir que o jovem seja um sujeito dos saberes tradicionais, se reconheça como cidadão brasileiro e tenha acesso à escolarização plena, formação cultural ampla e direito à formação técnico-profissional;
- Construir redes de formação, inclusão digital, atividades culturais;
- Política de incentivo à formação dos professores das comunidades tradicionais;
- Capacitação dos jovens para concorrer aos editais e executar os projetos existentes;
- Inserir os povos e as comunidades tradicionais nas linhas de crédito existentes; e
- Garantir a aplicabilidade das propostas aprovadas na Conferência Nacional da Juventude/2011.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Aplicação da Lei nº 10.639: utilização das redes sociais, os espaços, fóruns para divulgação e fiscalização;
- Fortalecer a participação da sociedade civil, especialmente dos jovens das comunidades tradicionais, nos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade, para acompanhamento das ações previstas na Lei nº 10.639/03;
- Apoiar a criação da rede de juventude dos povos tradicionais, garantindo a participação nos espaços estaduais e nacional;

- Realização de conferências municipais e estaduais para formular e acompanhar a implementação das políticas públicas destinadas aos povos e às comunidades tradicionais; e
- Investir no diálogo dos mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas com as redes de participação do jovens dos povos e das comunidades tradicionais.

2 Eixo Juventude Rural e Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Ausência de políticas efetivas específicas para jovens mulheres;
- As políticas públicas não atingem plenamente as mulheres;
- Desconhecimento das políticas públicas que já existem;
- Burocratização do acesso às políticas públicas;
- As políticas públicas não consideram a discussão da sexualidade e da diversidade sexual;
- As políticas públicas são desarticuladas;
- As políticas públicas do meio rural não podem ser apenas políticas para as famílias, devem existir políticas específicas para as mulheres; e
- As políticas públicas não valorizam e não dão visibilidade ao trabalho das mulheres no âmbito produtivo e reprodutivo (trabalho doméstico/cuidados em geral).

Propostas de políticas públicas

- Política de assistência técnica que leve em consideração questões como: desigualdade de gênero e geração, transição do modelo tecnológico para a agroecologia;
- Formação para jovens mulheres – educação formal e não formal – que considere o direito a corpo, sexualidade e diversidade sexual;
- As políticas sobre saúde e direitos sexuais devem trazer informações suficientes para que a jovem do campo possa conhecer o funcionamento de seu corpo e fazer suas escolhas, qualificando profissionais da saúde para atenderem sem discriminação os homossexuais;
- Melhoramento/reformulação das políticas de comercialização que já existem, ampliando a participação das jovens mulheres;
- Políticas de fomento para capacitação e infraestrutura que incluam todas as etapas produtivas (produção, industrialização e comercialização) específicas

para a geração de trabalho e renda para as mulheres jovens do campo, de forma desburocratizada, enfocando a agricultura camponesa agroecológica;

- Políticas que garantam a infraestrutura necessária para a transição para a agroecologia;
- Campanhas nos meios de comunicação que valorizem a vida no campo contribuindo para superação de estereótipos, preconceitos, discriminações e mostrando a diversidade que existe (gênero, raça/etnia, sexualidade, geração);
- Promover a inclusão digital na zona rural com paridade de participação das jovens mulheres (telecentros);
- Garantir seis meses de salário-maternidade para as jovens mulheres do campo;
- Viabilizar uma educação do campo não sexista, antirracista e contra a homofobia;
- Garantir o acesso à titularidade da terra às jovens do meio rural, como direito de permanecer no campo e exercer com dignidade a profissão de agricultora;
- Políticas de capacitação à geração de renda na área da cultura e de valorização das manifestações culturais e artísticas protagonizadas pelas jovens mulheres;
- Criar/ampliar os espaços de sociabilidade e lazer nas comunidades, com alternativas e garantias à participação das jovens mulheres;
- Criar creches nas comunidades rurais; e
- Garantir que o poder de decisão sobre a renda seja compartilhado.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Constituir fóruns/comitês para acompanhamento e controle social das políticas, sendo constituídos com a participação efetiva das jovens mulheres, valorizando-as como protagonistas na articulação de políticas específicas para mulheres;
- Criar cotas para que as jovens mulheres estejam nos espaços de elaboração/articulação e controle das políticas de juventude; e
- Organizar/constituir grupos de jovens mulheres que atuem em âmbito local, no monitoramento da execução das políticas.

3 Eixo Juventude Rural e o Trabalho Assalariado

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Não há políticas públicas diferenciadas para a juventude assalariada rural, mas sim algumas políticas e legislações gerais que são acessadas por estes jovens;
- A mecanização é uma tendência que está dada, que nos exige formular estratégias de longo prazo, mas sem perder de vista as urgências vivenciadas pelos trabalhadores hoje;

- Gerando uma taxa de rotatividade de 98% entre os assalariados rurais com carteira, o topo do ranking da rotatividade é disputado entre assalariamento rural e construção civil;
- Mesmo com a mecanização, o corte manual permanecerá só que em outras proporções e condições (de trabalho e contratação). Precisamos qualificar a incidência da juventude rural diante desta nova conjuntura;
- O Compromisso Nacional, acordado entre empresários, trabalhadores e governo, não ultrapassa os direitos já previstos pela CLT, tem grandes limites de implementação e restringe a fiscalização sindical;
- Os(as) trabalhadores(as) do corte da cana vivenciam condições precárias de trabalho, devido à exigência de alta produtividade, tais como o corte de 15 toneladas/dia e o uso de agrotóxicos;
- A migração no período da safra impede a permanência do jovem na escola, o acesso a outras políticas e a vivência da sua condição juvenil;
- Rotinas extenuantes no corte da cana geram agravos à saúde e mortes, como LER/Dort, infecção dos braços, morte por exaustão, impactando diretamente as condições de inserção produtiva;
- A distribuição de equipamento de proteção individual (EPI) é inadequada às demandas dos trabalhadores. Os materiais são precários e inadequados, com tamanhos inapropriados etc. Mesmo sob estas condições as empresas atendem à legislação e transferem para o trabalhador a responsabilidade pela sua não utilização;
- A (re)inserção dos trabalhadores assalariados que regressam para a unidade familiar de produção é agravada pela insuficiência das políticas agrícolas, mas principalmente por conta das limitações de saúde e psicológicas geradas pelas jornadas exaustivas de trabalho;
- A migração dos(as) safristas não deve ser entendida como opção e sim como uma necessidade de construir as condições de autonomia e efetivação do projeto de vida em médio e curto prazo;
- É preciso pensar soluções de enfrentamento às relações de trabalho degradante, no âmbito do trabalho assalariado sazonal, nos marcos dos direitos sociais e humanos, não se limitando às relações trabalhistas formais;
- É preciso construir políticas públicas voltadas à juventude assalariada rural;
- É necessária a construção de marcos regulatórios, especialmente no âmbito do trabalho na cana-de-açúcar, que vão além das definições do piso salarial e que afirmem o trabalho digno;

- É preciso desenvolver políticas nos territórios da migração (nos municípios de origem dos migrantes) no âmbito da geração de renda, dos direitos sociais e, principalmente, na educação do campo, para assegurar qualidade de vida nestes municípios e gerar alternativas à migração; e
- A reforma agrária é estratégica para combater o trabalho assalariado precário e degradante.

Propostas de políticas públicas

- Antecipação da aposentadoria para o(a) trabalhador(a) assalariado(a) rural;
- Maior agilidade ao processo de aposentadoria dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais por acidentes de trabalho;
- Reconhecimento pelo INSS da LER/Dort no âmbito do trabalho assalariado rural;
- Elevar o piso salarial da categoria e criar mecanismos para o controle da produção (quadra fechada);
- Elaborar e implementar um marco regulatório do trabalho assalariado rural que não se restrinja ao piso salarial;
- Garantir condições efetivas para que o exame médico demissional seja minucioso;
- Acesso à terra, por meio da reforma agrária, para garantir a autonomia econômica e política dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais;
- Acesso à educação do campo, em todos os níveis de ensino, inclusive nos períodos de safra, associado a processos formativos que abordem a dimensão dos direitos humanos e trabalhistas para os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais;
- Ampliar a oferta de ensino, por meio da pedagogia da alternância, nos territórios de migração (regiões de origem), na intenção de estimular outras oportunidades de trabalho e renda;
- Destinar bolsas de estudo para todos os jovens estudantes do campo, especialmente para que os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais possam acessar a formação em todos os níveis; e
- Ampliar investimentos em políticas de formação superior no campo, a exemplo do Procampo e do Pronera, assegurando a inclusão dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) rurais.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Que o governo potencialize a organização da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, organizações locais etc.), assegurando os princípios da autonomia política destas organizações;

- Que todos os municípios e territórios rurais constituam instâncias de controle social das políticas públicas do campo; e
- Que todos os municípios e estados constituam Conselhos de Juventude.

4 Eixo Juventude Rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

Balanço das políticas existentes

Nossa Primeira Terra (NPT):

Limites

- O programa não gera um processo de distribuição de terra e cria um jovem endividado;
- Foi criado para desmobilizar a luta pela reforma agrária e não funciona como tem que funcionar. Aliás, funciona ainda com mais rapidez do que a reforma agrária para prejudicar o jovem;
- O limite do financiamento é baixo e não deveria ter juros;
- Confirma a terra como mercadoria e, por ter sido criada pelo Banco Mundial, tem os vícios do sistema financeiro;
- A crítica é a reforma agrária que não foi feita e é apenas um cala boca do povo; e
- É interessante a manutenção, porque possibilita o aumento da terra para as futuras famílias.

Pronaf Jovem:

Limites

- É uma política que não serve e chegou no limite pois não tem o que melhorar. O desafio é ter outra política com a mesma função. O acesso é o principal limite e os recursos estão poucos. Se endividar é o maior problema;
- Função: estruturar um projeto produtivo para o jovem que o permita ter condições de desenvolver um trabalho produtivo em sua propriedade;
- A política do Pronaf jovem tem o maior problema do acesso por causa da burocracia (100 horas de um curso técnico e não tem entidade que faça esse curso acontecer) e por falta de recursos (tem que ter ao menos 30 jovens). Os bancos não promovem atividades para divulgação do Pronaf, não o fazem, limitando o acesso;
- A cultura agrícola a ser financiada é definida pelo banco;
- No Pará, houve único acesso e não é para a realidade do jovem;

- Não há assistência técnica e quando há é defasada;
- A inadimplência do município impede que o jovem acesse o Pronaf;
- Falta de credibilidade dos jovens pelos bancos;
- Falta de documentação necessária decorrente da falta de infraestrutura e dificuldade para comprovar a capacidade técnica;
- Pronaf Jovem interessante, mas vinculada ao produtivismo tradicional;
- Não jogar a criança fora junto com a água do banho. O Pronaf se constituiu em um ganho para a autonomia;
- Está sendo operacionalizado dentro de instituições financeiras tradicionais, o que significa: juros altos, o valor limite é baixo, incluir a assistência técnica é um problema, falta acompanhamento técnico, prazo curto para pagar, capacitação vinculada à escola técnica, ao acessar o Pronaf normal não se pode acessar o Pronaf Jovem;
- A vinculação com o pai; e
- Deveria demandar aprimoramento desse programa, pois é uma política que proporciona o plantio de alimentos importantes. Também faz que o jovem preencha a DAP que é um momento importante de reconhecimento.

ProJovem Campo:

Limites

- A política se reformulou do ProJovem Saberes da Terra para o ProJovem Campo e se reestruturou no âmbito do ProJovem. O público é o agricultor familiar com déficit de escolaridade, o qual tem direito a uma bolsa;
- Precisa de educadores sociais e estes recebem, ainda, uma bolsa aquém do desejado (R\$250,00 para trabalhar 22 horas);
- Precária infraestrutura;
- Não chega às comunidades;
- Necessidade de maior diálogo das Secretarias de Educação com as formulações dos movimentos sociais;
- A proposta não atende à necessidade local, prejudica a educação que existe no local; e
- Não dá espaço aos educadores locais.

PAA e PNAE:

Limites

- Dificuldade de os jovens se formalizarem e acessarem;
- A escala e as questões das regras de vigilância sanitária.

Propostas de políticas públicas

- Ter acesso à terra por meio da reforma agrária;
- Reeditar um programa similar ao consórcio social da juventude e que o projeto seja financiado pelo governo com maior tempo de execução e garantia de sua implementação pelos movimentos sociais, com recurso para investimento na unidade produtiva;
- Fomento diferenciado para jovens rurais que querem reconverter a propriedade para a agroecologia no valor de R\$30.000,00;
- Criar programa que esteja vinculado à permanência da juventude no campo e que tenha um limite de R\$20.000,00, juro zero, idade de 16 anos em diante, prazo de pagamento 12 anos, carência de oito anos, rebate de 50% no pagamento em dia, que a assistência técnica seja incorporada no projeto (92% e mais 3% do governo), que tenha prioridade as regiões Norte e Nordeste (o semiárido), que todos os jovens aptos da unidade familiar tenham acesso e que seja desburocratizado o acesso;
- Política de cotas para que a juventude camponesa tenha acesso à universidade, assegurando bolsa permanência;
- Programa de residência para os jovens recém-formados, para que retornem à sua localidade de origem com bolsa para a manutenção;
- Linha de crédito facilitada dentro do BNDES para associações e cooperativas de jovens agricultores familiares, em que estes estejam inseridos em qualquer tipo de ação produtiva agrícola ou não agrícola, com juros subsidiados pelo BNDES;
- Política de reconversão produtiva do fumo para outras culturas que assegurem a renda no processo de transição;
- Estimular a organização da produção construindo e fortalecendo as cooperativas, as associações e os grupos de produção;
- Criar programa específico para a juventude rural, de agroindústria, comercialização, beneficiamento e escoamento da produção;
- Fomento para produção de alimentos em comunidades tradicionais (camponeses) para se inserir no PAA e no PNAE;

- Apoio governamental para espaços de socialização das experiências exitosas de produção protagonizadas pelos jovens;
- Assegurar espaços para a juventude na Feira Nacional da Agricultura Familiar;
- Campanha nacional de valorização da juventude familiar e camponesa via mídia;
- Contratar técnicos, priorizando jovens e mulheres, com formação agroecológica;
- Garantir a participação dos jovens nos colegiados territoriais e conselhos territoriais;
- Política específica para financiar o projeto profissional dos jovens das escolas família agrícola e agrotécnica, que sejam jovens filhos de agricultores familiares ou jovens agricultores familiares;
- Que os órgãos de assistência técnica dos estados funcionem;
- Garantir o acesso à DAP aos jovens independente da DAP da família;
- Revisão do crédito fundiário, em especial o Selo Nossa Primeira Terra, e ter no mínimo 50% a fundo perdido, com juro zero;
- Possibilitar a compra da terra por pessoas próximas e parentes de primeiro grau e rever o valor do teto do programa;
- Rebatem o recurso de 50% da parcela se for paga em dia e aumentar o prazo do pagamento do crédito;
- Capacitação financiada pelo Governo Federal para os jovens acessarem o programa, executada pelas organizações; e
- Garantir assistência técnica. O valor da assistência técnica deverá ser incorporado ao projeto correspondendo a um total de 2% do financiamento pago pelo jovem e o restante da assistência técnica deve ser atendida pelo governo.

Pronaf Jovem:

- Respeitar a realidade de cada estado e cada região;
- Construir outras formas de operacionalizar o crédito de forma diferenciada e com maior variedade de linhas, diminuir juros, ampliar prazos e carência; e
- Transformar o Pronaf Jovem em um programa de permanência da juventude rural no campo e na floresta, com limite de R\$80.000,00, juro a 0%, prazo de pagamento de 12 anos, com carência de 8 anos, com rebate de 50% nas parcelas pagas em dia, capacitação obrigatória, com o governo garantindo o cursos de capacitação.

ProJovem Campo:

- Formação das turmas pelos movimentos sociais, com reconhecimento dos educadores populares e em parceria com os municípios;
- Produção de materiais regionalizados com a fiscalização do cumprimento das condicionalidades pelo poder público municipal (órgão fiscalizador ser os órgãos executores); e
- Melhorar a infraestrutura do programa e aumentar a remuneração dos profissionais.

PAA e PNAE:

- Cota de 30% dos recursos para projetos de produção de juventude do PNAE e do PAA;
- Que os e as jovens tenham garantida a venda dos seus produtos de forma independente do valor total da família;
- Rever método de fiscalização e implementação que não seja pelas prefeituras para PAA; e
- Garantir recurso no PAA para assistência técnica e ela ocorrer via política de Ater.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Acompanhamento e fiscalização do PAA e PNAE pelos movimentos sociais;
- Políticas públicas operacionalizadas também pelos movimentos sociais e não só pelo poder local;
- Publicação dos processos e custos da implementação;
- Fortalecimento do portal da transparência do Governo Federal; e
- Planejamento e orçamento participativos no âmbito da gestão das políticas de desenvolvimento agrário.

5 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Sucessão e Perspectivas de Produção Sustentável: acesso à terra, agroecologia e condições de produção

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Que a reforma agrária seja ampla, massiva, de qualidade e integral, que mexa na estrutura fundiária do país através da desapropriação dos latifúndios e contemple a juventude camponesa;
- Regularização fundiária: proposta de 50% de subsídio para o acesso à terra com juro de 0% ano e aumento do valor, financiando até R\$200.000,00. A possibilidade de comercialização de terras entre pais e filhos;

- Assentamento imediato das famílias acampadas;
- **EDUCAÇÃO:** garantir os cursos de nível médio/técnico e superior para a juventude rural em toda a sua especificidade, através do Pronera, em convênio com as IFEs, universidades federais e estaduais, e as organizações sociais credenciadas;
- Garantir bolsas de estudo para a permanência do jovem nos cursos, sendo eles nas áreas das tecnologias, das ciências humanas, ciências agrárias, ciências da saúde, das engenharias;
- Aplicação da Lei de Educação do Campo, instituída pelo Decreto nº 411/2010 e inclusão no Plano Nacional de Educação de cláusula que garanta a implementação da educação do campo na rede pública no ensino em todos os níveis e modalidades;
- Não fechamento das escolas do campo, e reabertura de escolas em áreas rurais;
- Condições de produção: controle do avanço do agronegócio, por meio de apoio aos bancos de semente crioulas, acesso a implementos agrícolas para a agricultura familiar;
- Os programas PAA e o PNAE sejam 100% da agricultura familiar, sendo 10% de produção orgânica e agroecológica; e
- Ater: revisão da Lei de Ater, visando ao fortalecimento da política de assistência especializada na produção agroecológica e aos produtores jovens.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- As políticas em âmbito nacional devem ser acompanhadas pela SNJ e pela sociedade civil organizada (GT Juventude Rural).

6 Eixo Juventude Rural e a Educação do Campo

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- A relação com as instituições de ensino e a manutenção financeira;
- Regulamentação e reconhecimento dos cursos;
- Condições de mobilidade e transporte;
- Acesso e permanência aos diversos níveis de ensino;
- Condições materiais para efetivação de uma educação de qualidade (transporte, informação e comunicação etc.);
- Ausência de escolas em todos os segmentos da educação básica, principalmente ensino médio;
- Ideologia propagada pela escola da cidade como espaço de vida, isto é, currículo das escolas é descontextualizado da realidade do campo;

- Falta de estrutura básica devido à dificuldade de capilaridade dos recursos – eles não chegam às instituições escolares do campo;
- Falta de mecanismos de avaliação e monitoramento das políticas públicas, por parte da Secadi; e
- Estudantes do campo que vão para a cidade e ficam à mercê da marginalidade.

Propostas de políticas públicas

- Formação específica para os educadores que atuam em escolas do campo;
- Inclusão da juventude nas condições objetivas da sociedade, com inclusão digital;
- Construção de escolas comunitárias do campo e com educadores do próprio campo;
- Utilização da pedagogia da alternância como dinâmica educacional;
- Acabar com o fechamento das escolas do campo;
- Escolas de ensino médio nucleadas no campo em grupos de comunidades;
- Projeto pedagógico que respeite a realidade e a vida dos sujeitos do campo;
- Estímulo e incentivo aos professores que trabalham no campo;
- Fortalecer as escolas em alternância;
- Fortalecer o Pronera;
- Garantia de projetos de capacitação, para além da escolarização, com a gestão da sociedade civil organizada;
- Promover espaços para valorizar a cultura rural nas escolas;
- Criar espaço de diálogo família – estudante – educador;
- Educação pública, gratuita, de qualidade e com referência social;
- Incorporação da igualdade de gênero nas escolas;
- Campanha de quebra da dicotomia campo – cidade;
- Edital específico para concurso público de educadores para escolas do campo;
- Escolas do campo organizadas em sistema de autogestão e que a definição do gestor seja feita pelos sujeitos envolvidos com o espaço escolar;
- Categorizar e qualificar as propostas em vista da projeção a curto, médio e longo prazo;
- Construção de escolas técnicas e institutos de formação no campo;
- Realizar um diagnóstico da educação do campo no Brasil;

- Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades rurais;
- Ensino fundamental e médio nucleados no campo, limitados pelo número de estudantes;
- Ensino superior em institutos e universidades públicas em todos os territórios e com cursos definidos em conjunto com a sociedade civil organizada;
- Reconhecimento efetivo das escolas indígenas, quilombolas, de povos tradicionais, ribeirinhos e itinerantes;
- Transporte escolar de qualidade para as escolas do campo;
- Equiparação das experiências escolares da sociedade civil organizada às das escolas públicas;
- Política estudantil (PNAE) ampla que contemple transporte, alojamento, alimentação;
- Fomentar pesquisas sobre a juventude rural e a relação com sua perspectiva de estudo e formação;
- Gestão compartilhada das escolas com participação ativa dos sujeitos;
- Escolas organizadas em alternância com um currículo organizado em áreas do conhecimento, e que a prática dos sujeitos seja propulsora do processo de ensino/aprendizagem, que contemple questões culturais e artísticas;
- Projetos de formação com movimentos e organizações sociais do campo;
- Espaços de esporte em todas as escolas que estejam a serviço da comunidade; e
- Introduzir no ensino médio uma disciplina específica que trate da discussão da juventude rural, uma educação contextualizada.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Construção e avaliação das políticas públicas de educação pelos jovens rurais;
- Criação de um grupo de trabalho composto por jovens rurais para discutir a educação do campo;
- Espaço de participação para a juventude no espaço escolar;
- Mobilização e motivação das famílias camponesas em torno das políticas educacionais e espaço de participação efetiva das famílias, descentralizado, compartilhado, democrático e deliberativo;
- Processo de avaliação continuada e processual da implementação da política de educação do campo; e

- Continuidade do debate de juventude rural e a criação de espaços de diálogo com a sociedade civil organizada para avaliação e construção das políticas públicas.

7 Eixo Juventude do Campo e da Floresta, Direitos Sociais, Tempo Livre e Novas Sociabilidades: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Maior participação dos jovens na construção das novas políticas públicas;
- Fortalecer a Secretaria Nacional da Juventude na articulação junto a todos os ministérios;
- Identificar e publicizar quais são as políticas públicas que temos para o jovem rural dentro da sua realidade; e
- Realizar mudanças necessárias na legislação, na administração e nas instituições para garantir o reconhecimento e as políticas públicas para e com a juventude rural.

Propostas de políticas públicas

- Construção de centros culturais que permitam fácil acesso a cultura, esporte, lazer, cineteatros, cineclubismo, salas de oficinas, salas para criação audiovisual no campo;
- Rádios comunitárias no campo que abranjam a comunidade onde for instalada;
- Extensão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) para o campo, com a construção e melhoria de telecentros em todas as escolas do campo, com monitoria dos jovens da própria comunidade;
- Construção de bibliotecas e videotecas comunitárias e acervo com temas literários, científicos e filosóficos e materiais com ênfase nas questões agrárias;
- Construção de unidades de saúde e manutenção dessas unidades. Garantir que o SUS forneça medicamentos fitoterápicos;
- Criação de um programa de esporte, cultura e lazer voltado para a juventude rural com formação de educadores, pagamento de profissionais da comunidade, material esportivo, infraestrutura adequada;
- Construção de centros comunitários e quadras de esportes com toda infraestrutura necessária e apropriada para o campo. Onde já existir esses equipamentos, revitalizá-los;
- Programa de formação da juventude rural que consiga dialogar com a cultura dos movimentos sociais, com conhecimento da realidade brasileira, formação política, questões agrárias e artísticas;

- Criar e garantir no orçamento participativo democrático políticas públicas para e com a juventude rural;
- Provocar as Secretarias de Serviço Social para buscar maior envolvimento no meio rural. Os assistentes sociais precisam estar mais envolvidos com o meio rural para o acompanhamento das necessidades das famílias desse meio;
- Garantir outros segmentos de profissionais de saúde dentro das unidades básicas do campo (nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas etc.);
- Toda a merenda escolar produzida pelos agricultores da comunidade;
- Agroecologia como modelo de desenvolvimento no campo;
- Universalizar os editais dos Territórios Digitais em todo o território nacional;
- Intercâmbio nacional sobre experiências culturais exitosas com a juventude rural; e
- Financiar festivais e encontros da juventude rural.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Maior incentivo nas criações de Conselhos Municipais e Estaduais de Juventude e capacitação para os conselheiros;
- Reconhecimento das organizações e associações em juventude rural representativas para atuar e participar na capilarização das políticas públicas; e
- Formação continuada para gestores técnicos e políticos do governo na temática da juventude rural.

OFICINAS ESPECIAIS

Juventudes Indígenas: igualdade étnica e direito à vida

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude indígena (avaliação objetiva)

- Garantir o direito à terra e a execução de políticas públicas para assegurar a condição plena de jovem indígena, que passa pela sustentabilidade sociocultural. Para isso, é essencial fortalecer o protagonismo dos jovens indígenas em todos os espaços de decisão; e
- É um desafio em curto prazo o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Por outro lado, é preciso superar a fragmentação das políticas públicas que existem hoje e que estão em execução em diversas instâncias do poder público. Para que elas sejam de fato executadas nos territórios, é fundamental assegurar a participação dos jovens na formulação e execução destas. Estas políticas devem respeitar a diversidade e promover a produção e reprodução das culturas indígenas.

Propostas de políticas públicas

- Efetivar as propostas de políticas públicas apresentadas nas diversas conferências, em particular, na I e II Conferência Nacional de Juventude, com foco na juventude indígena;
- Atualizar as propostas voltadas para a juventude indígena presente no Plano Nacional de Juventude, que está em tramitação no Congresso Nacional;
- Realizar o 2º Seminário de Juventude Indígena;
- Incentivar e dar condições aos jovens para formação na área de saúde, como Medicina, Enfermagem, cursos técnicos para atuação nas comunidades indígenas, valorizando as práticas tradicionais;
- Implementar cursos técnicos nas aldeias, bem como facilitar o acesso ao crédito para que os jovens possam desenvolver microprojetos voltados para geração de renda, com foco nas diferentes realidades econômicas, sociais, culturais e ambientais das comunidades indígenas, por exemplo, na área de Agroecologia;
- Implantar políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos jovens indígenas no ensino superior, bem como melhorar a qualidade do ensino médio nas comunidades indígenas;
- Valorizar as culturas indígenas por meio de políticas específicas que contemplem tanto os modos tradicionais, a exemplo do Prêmio Culturas Indígenas e do programa Pontos de Cultura, garantindo aos jovens indígenas o acesso aos meios de comunicação enquanto agentes de produção, bem como às novas tecnologias de informação;
- Construir espaços adequados para diversas modalidades esportivas e lazer, considerando e reconhecendo as práticas tradicionais; e
- Viabilizar o transporte e a mobilidade da juventude indígena, considerando as diferentes especificidades.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Criar o Grupo de Trabalho de Juventude Indígena na SNJ;
- Garantir a participação da juventude indígena nos espaços públicos constituídos (conselhos, fóruns, comitês etc.);
- Ampliar capacitação, monitoramento e participação nos eventos e articulações e instrumentos voltados à garantia da proteção e promoção dos direitos da juventude indígena;
- Garantir a participação da juventude indígena no controle social, na formulação e execução das políticas indigenistas (Funai, Educação, Saúde etc.); e

- Realizar oficinas de qualificação dos jovens indígenas para a sua participação nas discussões das várias instâncias para fortalecimento local, regional, nacional e internacional.

RIO+20

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Agroecologia: que possa se expandir e tornar-se visível. Garantir a certificação dos produtos;
- Segurança: garantia dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo;
- Uso da terra: combate ao avanço do agronegócio; limitar, fiscalizar e erradicar o uso dos agrotóxicos. Que o poder executivo vete todas as alterações do Código Florestal aprovado pelo Parlamento. Criar uma ouvidoria para os camponeses, indígenas, quilombolas e as demais comunidades, na qual possam denunciar a invasão no âmbito dos seus territórios e propriedades por parte de empresas e consórcios;
- Fiscalizar e punir empresas e consórcios que violam territórios e pequenas propriedades;
- Ressarcir os camponeses que tenham algum prejuízo causado por parte das empresas;
- Trabalho decente: implementação da agenda do trabalho decente para a juventude rural;
- Valorizar o camponês enquanto trabalhador do campo. Reconhecimento da profissão camponesa e o acesso aos direitos trabalhistas;
- Educação: garantir a qualidade de educação do campo e no campo e abertura de novos campus das universidades públicas, ampliar o número de bolsa para estudantes do campo, abrir novos cursos com regime de alternância;
- Novos modelos de matriz energética: garantir que o campo tenha acesso a novas matrizes energéticas (eólica, solar, bioenergia, entre outras), bem como a novas tecnologias;
- Reforma agrária com qualidade: reforma agrária ampla e integral para toda a juventude que precisa de terra e de programas complementares (assistência, ferramentas, financiamento etc.);
- Saúde: garantir a formação de agentes e profissionais de saúde nas comunidades, bem como postos de saúde e farmácias populares;
- Migrações/erradicação da pobreza: garantir a efetividade dos itens anteriores; e

- Limites: falta de infraestrutura; falta de perspectiva; pouco acesso à educação e à cultura; carência de acesso à terra; políticas que visam à reforma agrária atual: “quando se dá a terra mas sem condições para produção”; e ausência de acesso às novas tecnologias; crédito e financiamento com recorte para a juventude.

Propostas de políticas públicas

- Garantir, adequar e facilitar o acesso às políticas públicas já existentes, bem como a sua efetividade;
- Fomentar políticas públicas para a criação de cooperativas, que possam garantir a comercialização dos produtos do campo;
- Incentivar a produção cultural do campo, estimular através de subsídios os grupos já existentes e a criação de novos, assim como ações que possam valorizar as manifestações culturais;
- Financiar pequenas agroindústrias;
- Fomentar o crédito para a juventude;
- Programas de formação e capacitação voltados à realidade local (resgate a agricultura, agroecologia, organização, cooperação e política), executados por instituições reconhecidas pelo seu trabalho junto à juventude camponesa;
- Participação de movimentos e organizações da juventude rural no processo de elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas ao campo;
- Ampliação e qualificação da infraestrutura (estradas, água, saneamento ambiental, luz, transporte etc.) de forma a garantir o seu melhor aproveitamento; e
- Incentivar a criação e implementação dos projetos dos movimentos sociais que pautem a democratização dos meios de comunicação. Exemplos: TVs e rádios livres.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Participação de movimentos e organizações da juventude rural no processo de elaboração e implementação das políticas públicas dirigidas ao campo;
- Democratização do poder e respeito aos projetos de iniciativa popular;
- Produção de informação em linguagem acessível à juventude;
- Dar visibilidade aos mecanismos, fortalecer os espaços já existentes (conselhos, comissões, grupos de trabalho etc.) e criar novos espaços deliberativos que contemplem as novas realidades sobre a juventude rural; e
- Ampliar a formação e capacitação política da juventude no campo, utilizando a proposta de Advocacy.

Juventude do Xingu e do Amazonas

Desafios e limites das políticas públicas para a juventude rural (avaliação objetiva)

- Reconhecimento pelo governo da pedagogia da alternância: forma de aprendizagem que facilita a educação do campo. Esse ensino incentiva os jovens do campo a estudarem e permanecerem na propriedade. Um exemplo é as Casas Familiares Rurais (CFR). Os jovens passam 15 dias estudando o ensino médio e Técnico em Agropecuária. Tudo que o aluno aprende na CFR ele pode implantar na propriedade. Mas para essa forma de aprendizagem continuar acontecendo, nós precisamos do apoio dos governantes; e
- Ensino do jovem do campo não pode ser defasado em relação ao jovem da cidade. Esse desafio dialoga com as diretrizes 2, 4, 8 e 9 do Eixo 4 do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu.

Propostas de políticas públicas

- Fundo de apoio às experiências de transição agroecológica desenvolvidas pela juventude: criar fundos de apoio aos grupos juvenis de produção no sistema agroecológico, considerando a realidade amazônica e suas especificidades. Este fundo poderia integrar os recursos entre os estados na Amazônia Brasileira. O fundo financiaria pequenos projetos produtivos, cujo desenvolvimento obedecesse a critérios e princípios de sustentabilidade. O público-alvo destes projetos seriam jovens agricultores familiares de áreas de reforma agrária, extrativistas, indígenas e quilombolas. Os projetos teriam prazos de 12 meses para sua execução. Também a aplicação dos recursos obedeceria a metodologia do fundo rotativo, na qual os jovens beneficiários teriam que devolver os recursos recebidos para outros grupos;
- Apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias para a produção agrícola familiar: garantir que o agricultor familiar tenha acesso a novos conhecimentos e tecnologias que resultem em uma produção sustentável ambiental e economicamente, por exemplo, mecanização no preparo de áreas, correção do solo e adubação. Permitir que o agricultor obtenha uma boa produção, utilizando áreas já degradadas. Essa proposta vem ao encontro do eixo 3 do PDRS, que prevê o fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- Fortalecimento da educação do campo: fortalecimento e reconhecimento do governo das CEFA's (Casas e Escolas Familiares) e CFRs. Diversificar e ampliar os cursos oferecidos no campo, para que os jovens do campo tenham ensino de qualidade e diretamente voltado para o meio onde vivem. Com isso ocorrerá à diminuição do êxodo rural, quando a família sai da zona rural para a zona urbana em busca de um ensino de qualidade para seus filhos, ocasionando inchaço populacional e crescimento das periferias;

- Elaboração de materiais didáticos que discutam as principais temáticas da Amazônia: construção de gibis, vídeos de bolso (3 min), que tratem de assuntos relacionados à temática social e educacional da Amazônia, visando colaborar com a inserção da juventude nestas discussões, para contribuir na formação dos jovens da região;
- Juventude da Amazônia na Campanha Permanente contra o Uso dos Agrotóxicos: o Brasil é o segundo país em consumo de agrotóxico do mundo. Consumimos anualmente uma média de cinco litros de veneno por pessoa. Vários tipos de câncer têm sido identificados com causa no uso de agrotóxicos. A campanha é simples: ao comer quaisquer alimentos, ou antes de comer pergunte: de onde vem? Como foi produzido? Foi produzido com segurança? Após se fazer estas perguntas, reflita: se deve comer e se seus amigos já sabem destas informações. Então, tome uma decisão, reúna os amigos e pesquise materiais para estudar. Há muitos vídeos documentários sobre o tema, panfleto, cartilhas. É só buscar! Lembre-se, esta campanha tem compromisso com a defesa da vida, por isso ela depende de você também. O campo brasileiro está contaminado pelos venenos; e
- Alimentos e energia não são mercadorias. Vamos nos reunir, conversar, ler, pesquisar, discutir, procurar os movimentos camponeses para melhor conhecer as propostas.

Proposta de participação social e acompanhamento das políticas públicas pela juventude rural

- Realizar o encontro de jovens do campo e da cidade, na região da Transamazônica e Xingu: o objetivo do encontro é construir um espaço de debate para gerar encantamento, discussões em torno das bandeiras comuns e planos de realização, buscando seus sonhos em conjunto. A realização do encontro permitirá aos jovens mobilizar uma rede que se reúna em prol das causas comuns da região. O encontro poderia ser realizado em Altamira, cidade-polo da região;
- Escola de formação política para a juventude amazônica: o objetivo da escola é o de contribuir, efetivamente, na capacitação de lideranças juvenis da Amazônia inseridas na vida política local, no embate aos grandes projetos e que, a partir de suas realidades, colaborem na construção de uma sociedade comprometida com causas da Amazônia; e
- Roda de conversa em torno das condicionantes do consórcio Belo Monte em diálogo com os eixos temáticos 4 e 5 do PDRS: uma roda de conversa com representantes dos governos (federal, estadual e municipal), representantes da sociedade civil organizada, movimentos sociais, juventude da casa familiar rural, para se fazer estudo, refletir e se apropriar das condicionantes na perspectiva do controle social.

CARTA DO I SEMINÁRIO NACIONAL JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nós, jovens rurais, agricultores familiares, camponeses, assentados da reforma agrária, assalariados, sem-terra, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, oriundos das diferentes regiões do país, reunidos no I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, afirmamos a necessidade de construção de uma política nacional de juventude do campo e da floresta.

Vivemos num momento histórico marcado pela hegemonia de um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário adverso, que dá centralidade ao agronegócio, baseado na concentração de terra e riquezas naturais; na produção de *commodities* para exportação; no uso desenfreado de agrotóxicos; no alto índice de exploração dos trabalhadores; que gera êxodo rural, desigualdade social e violência no campo.

Neste contexto, convivemos com estatísticas que nos apontam que a cada dia 10 escolas são fechadas no campo; que a cada ano 80 mil jovens precisam deixar o meio rural para buscar condições de trabalho e estudo nas cidades, condições estas insustentáveis para garantir relações mais justas e qualidade de vida para os povos do campo e da floresta, especialmente os(as) jovens.

As desigualdades de gênero, raça e etnia também compõem este cenário social em que a juventude rural está inserida, nos mostrando que superar relações de preconceito, machismo e racismo são desafios permanentes para a construção das políticas públicas e de novos padrões culturais igualitários.

A partir da luta dos jovens rurais organizados foi possível quebrar a invisibilidade e pautar o estado frente à construção de políticas públicas de juventude rural. Neste sentido, reconhecemos a disponibilidade do governo em promover diálogos para a construção de proposições, porém ainda há muito o que se fazer, por isso afirmamos que para a juventude ter vida digna no campo é necessário:

- Acesso à terra e ao território, através de uma ampla e massiva reforma agrária, demarcação das terras indígenas e quilombolas, que valorize a juventude rural como sujeito estratégico para a dinamização e o desenvolvimento do campo.

- Educação do campo e no campo, em todos os níveis, desde a superação do analfabetismo, passando pelos ensinamentos fundamental e médio e com cursos superiores nas diferentes áreas de conhecimento.

- Políticas agrícolas voltadas para a juventude rural, assegurando Ater, Ater Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para que a juventude possa produzir alimentos numa perspectiva agroecológica.

- Eliminar o trabalho degradante e em condições análogas à escravidão que os jovens rurais são submetidos nos latifúndios do agronegócio.

- Acesso a políticas de cultura, esporte, tecnologias de informação e comunicação, possibilitando novas sociabilidades e a vivência da condição juvenil no campo.

- Geração de renda agrícola e não agrícola, tornando o campo um espaço de oportunidades para que a juventude rural possa trabalhar dignamente no setor de serviços e em agroindústrias familiares, permanecendo assim no campo.

Os resultados obtidos neste I Seminário são fruto de uma construção coletiva dos diferentes atores sociais que atuam com a juventude rural, nos ensinando que a unidade das forças que representam os trabalhadores rurais, camponeses, sem-terra, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e quilombolas é um eficaz caminho para construir propostas de políticas, bem como para cobrar sua implementação.

Brasília, 24 de maio de 2012.

CADERNO DE FOTOS

Registros feitos durante o 1º Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas, ocorrido de 21 a 24 de maio de 2012, em Brasília. O evento foi realizado pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.













Legenda





SEGUNDA PARTE

O que pensam os jovens

JUVENTUDE RURAL BRASILEIRA: SENTIDOS E (RE)LEITURAS DE JOVENS PESQUISADORES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E MÚLTIPLAS IDENTIDADES JUVENIS NO CAMPO

Jacqueline Freire – Comissão de Seleção do Concurso de Artigos

Fragmentos do ensaio *Memórias de um leitor amoroso*, de Paes Loureiro (2001), traduz o sentido da (re)leitura para *Apresentação* dos cinco artigos selecionados para publicação, por meio do Edital de Convocação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2012, no livro ora concretizado. Diz o poeta amazônico:

[...] Assim, revelam-se a mim as palavras. Elas são como lâmpadas acesas ao longo e às margens do rio da existência. Como faróis elas dão sentido e sentimentos ao mundo. Co-nascentes do mundo, elas são um mundo, o qual não pode existir sem elas, embora tenham uma realidade própria e única. Cada palavra é a alma comprimida do universo... O ler é criar com os olhos. Escrever com os olhos... Ler é envolver-se... Ler é a felicidade do olhar [...].

Os cinco inéditos artigos, de autoria de jovens pesquisadores(as) sobre juventude rural brasileira e políticas públicas, se revelam como na poética de Paes Loureiro (2001). Por meio de palavras traduzem em diversos (con)textos reflexões instigantes sobre a realidade da(s) juventude(s) do campo nas diferentes regiões do país.

Protagonistas da história, os(as) jovens pesquisadores(as) lançam luzes na discussão sobre a juventude rural e as políticas públicas no Brasil, (re)acendendo debates, pluralizando vozes, potencializando múltiplos olhares sobre uma realidade complexa. Assim, os artigos traduzem convergências e complementariedades analíticas sobre políticas públicas, mas também memórias, sentimentos, histórias e projetos de vida, bandeiras de lutas, formas de resistência e agendas propositivas.

Ao brindarem os(as) leitores(as) com instigantes relatos e inflexões teóricas, os artigos trazem multiplicidade de identidades juvenis, bem como pluralidade de paisagens e territórios. É assim que os estudos presentificam reflexões a partir de realidades e experiências de assentamento no interior de São Paulo; Escola Família Agrícola, em Marabá, no Pará; Grupo de Trabalho da Juventude Rural da SNJ; extensão universitária na região do Sertão Centro-Sul no estado do Ceará; Associação de Colonos Ecologistas, em Três Cachoeiras no Rio Grande do Sul.

As autorias dos artigos contemplam não apenas a diversidade da produção de Norte a Sul do país, como retrata uma equilibrada produção acadêmica em termos de gênero. Dos cinco textos, três são de autorias individuais, das quais um autor é homem e duas são mulheres. Os outros dois textos são autorias coletivas, sendo um de duas autoras e o outro de um trio predominante de mulheres.

Todos os artigos versam sobre o tema central do livro, Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil, e trazem contribuições em termos de temas, abordagem teórica ou política

para a produção de conhecimento, com referenciais teóricos clássicos e atuais. Os artigos têm coesão e coerência textual, os objetos de estudo e os objetivos estão claramente delimitados, bem como a metodologia, predominando o enfoque qualitativo. Debater políticas públicas, é, na sua essência, assumir embates em torno de ideias e interesses, por vezes conflituosos e (de)limitados por decisões dos governos na tensão com outros atores, em que se incluem sujeitos coletivos como movimentos sociais. Na concepção de Souza (2006), a política pública e a política social, em particular, constituem-se, do ponto de vista teórico e conceitual, como campos multidisciplinares, cujo foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos.

As Políticas Públicas de Juventude (PPJ) podem ser compreendidas, referenciada na classificação de Raczynski (1995), como políticas setoriais ou políticas focalizadas, voltadas para segmentos populacionais específicos. As PPJ se diferenciam de outras políticas sociais do Estado por seu recorte social e etário voltado a um segmento específico, delineadas pela necessidade, pobreza ou risco social dos jovens, sem desconsiderar que há políticas universalistas, como a de seguridade social, que também afetam a situação dos jovens.

É legítimo reconhecer que os artigos, bem como o livro na sua totalidade, se constituem em contribuições concretas para a superação de dois problemas centrais analisados por Souza (2003) como marcantes nos estudos de políticas públicas. O primeiro é ampliar a escassa acumulação de conhecimento na área de políticas públicas, no caso, sobre juventude rural. O outro é, mesmo sendo estudos setoriais que se expandem horizontalmente, contribuem para fortalecer verticalmente a produção, dado o componente analítico marcante nos estudos.

Há convergências significativas nos artigos, entre as quais se destaca o entendimento da polissemia conceitual sobre juventude. Eles trazem a clara compreensão da juventude como construção histórica, da variedade e complexidade em que o fenômeno se apresenta como nos diz Pàmols (2004). A juventude é uma categoria sociológica, tecida como um construto histórico, político, social e cultural, portanto, sem constituir-se num conceito unívoco e de valor universal. O contexto, a materialidade das condições de vida dos jovens, a dimensão subjetiva de apreensão da realidade e tessitura de histórias e projetos de vida singularizam a juventude no tempo e espaço em que a condição juvenil é tecida. Assim, se rompe com argumentações etnocêntricas e a-históricas.

O reconhecimento dos jovens do campo como sujeitos de direitos é uma convergência teórica e política nos artigos. Ao focalizarem a análise de políticas públicas de juventude rural, desvelam o sentido de sua formulação e implementação num dado contexto e dinâmica agrária do país, suas contradições, tensões e necessidades.

As políticas públicas de juventude rural no Brasil são revisitadas a partir de múltiplas temáticas no olhar dos(as) jovens pesquisadores(as): terra e trabalho, educação, identidade camponesa, diversidades, migração, cultura camponesa, pertencimento, autonomia, sucessão rural, envelhecimento, gênero, protagonismo e emancipação juvenil, participação, entre outras.

O artigo *Juventude Assentada: guardiã do futuro do assentamento? Um estudo de caso no assentamento Bela Vista de Chibarro, Araraquara/SP*, de autoria de Ana Flávia Flores e de Silvani Silva, tem como objetivo principal fazer um estudo sobre as políticas públicas voltadas para a juventude do assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara, em São Paulo, buscando assim contribuir para a discussão da permanência dos jovens nos assentamentos.

A contextualização histórica abordada pelas autoras é reveladora das contradições decorrentes de componentes institucionalizados e da operacionalização da política de reforma agrária brasileira. A análise recorrente das autoras é a ausência de políticas públicas. As autoras apresentam duas formas de resistência da juventude assentada, sendo uma no campo da produção e outra no resgate de laços sociais. Baseadas em experiências de produção de hortaliças e de dinamização da cultura local, enfatizam o protagonismo juvenil, abordam críticas contundentes ao Pronaf Jovem e resgatam a cultura como prática socializadora no assentamento. Defendem a garantia de políticas geradoras de renda, de acesso a educação, cultura, lazer, tecnologias e infraestrutura como instrumentos de permanência de jovens no campo com dignidade.

O artigo *Estratégias de Transformação Social no Campo: a formação de jovens da Escola Família Agrícola de Marabá-PA*, de autoria do jovem pesquisador da Amazônia paraense Dalcione L. Marinho, apresenta a educação e processos de escolarização como objeto de estudo. Busca-se compreender em que medida a formação desenvolvida na EFA, a partir do curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, tem contribuído com a mudança da visão de mundo dos jovens de uma perspectiva individual para uma dimensão solidária/coletiva.

Na análise do autor, as expectativas dos jovens rurais ao ingressarem na EFA transitam entre duas perspectivas: uma mais individualizada, focada na ascensão social e de sua família, vinculada ao projeto de profissionalização; outra mais relacionada à ascensão coletiva vinculada ao desenvolvimento social. Para o autor, a primeira perspectiva é legitimadora da ordem estabelecida, enquanto a coletiva representa uma transgressão dessa ordem, é constitutiva de um potencial transformador, de ruptura com o padrão hegemônico do modelo agrário brasileiro.

A EFA é reconhecida como inserida em um projeto de Educação do Campo que contribui para a constituição de uma visão social de mundo permeada por causas emancipatórias, em que a escolarização potencializa uma identidade camponesa para os jovens rurais. Na análise do autor, os jovens rurais vivem a tensão da permanência no campo e a migração para a cidade, em que a relação de afeto e vínculos sociais com o campo acirra os dilemas do contexto, em que o projeto político pedagógico e a trajetória de escolarização influenciam padrões de reprodução e/ou emancipação a partir dos valores e significados que são atribuídos.

A Educação do Campo contribui para a formação de jovens comprometidos com a transformação social. No caso da EFA, a conclusão do autor é que a experiência tem se

constituído como espaço de utopia de resistência no sudeste paraense, região historicamente marcada por conflitos com o grande latifúndio.

No artigo *Em Pauta: juventude rural e políticas públicas*, de Eryka Galindo, a jovem pesquisadora enfoca a análise das demandas por políticas públicas pautadas pela juventude rural no bojo das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo que integram o Grupo de Trabalho da Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ). Considerou como base da análise as reivindicações da Contag, Via Campesina, Fetraf, MST, MMC, MAB, PJR, pautadas em 2011.

O protagonismo juvenil de sujeitos coletivos na formulação de propostas de políticas públicas de juventude é um pressuposto da autora, tal processo constitui-se numa arena diversa e não privativa da intervenção de gestores públicos.

Na análise da autora, o espectro de múltiplas identidades, tais como jovem camponês, quilombola, assentado, quebradeira de coco, agricultor familiar, ribeirinho, sem-terra, indígena, extrativista e as diversidades de gênero, étnico-racial, orientação afetivo-sexual, religião e outras, pouco permeia as políticas públicas; há uma tendência homogeneizante dos desenhos institucionais das políticas públicas de juventude rural. O trabalho como matriz formadora da identidade da juventude camponesa, bem como as demandas por terra, crédito agrícola, assistência técnica, assume centralidade nas pautas reivindicatórias em 2011.

A compreensão sobre a necessária integração e intersetorialidade das políticas públicas abordadas no artigo merece atenção em todas as esferas administrativas – federal, estadual e municipal. Destaca-se a instigante e necessária reflexão da problemática da migração, da promoção da sucessão rural e da permanência no campo como questões que transcendem o universo familiar, mas constitutivo da agenda pública, devendo se destacar na pauta de debates.

Os eixos de análise da autora estão sintetizados em quatro pilares: 1 terra e trabalho; 2 educação; 3 cultura, esporte e tecnologias da informação e comunicação; 4 participação. Em cada um dos eixos propostos, as demandas dos movimentos sociais são analisadas pela autora. A construção de convergências estratégicas entre os movimentos sociais e sindicais do campo é entendida pela jovem autora como desafio para o fortalecimento da disputa e defesa da agenda propositiva de políticas públicas de juventude rural pautada pelas múltiplas vozes de sujeitos coletivos do campo, no contexto de um projeto de desenvolvimento rural brasileiro emancipatório, em que a reforma agrária e a educação do campo são estruturantes para a ruptura com as desigualdades que historicamente marcam a realidade do campo no país.

O artigo *Juventude Rural, Gênero e Questão Agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “Juventude e Cooperação Agrícola”*, de autoria coletiva de jovens pesquisadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), campus Iguatu, Evelyne Medeiros Pereira, Francisco Brenno Soares Cavalcante e Larisce Nogueira de Oliveira, enfoca o relato de experiência desenvolvida na região do Sertão Centro-Sul do estado do Ceará.

O princípio da indissociabilidade da extensão, pesquisa e ensino se traduz no diálogo da instituição de ensino médio e superior com os movimentos sociais que atuam na região – MST, CPT, MPA, STR, PJMP –, do mapeamento da realidade local, da dinamização de processos formativos com jovens do campo, da formação de redes mediadas pelo uso de TIC, da interação de estudantes do IFCE com os jovens partícipes do projeto cujas interseções de vida são marcantes.

A particularidade de gênero e geração se constituiu no foco da compreensão de como vive e se organiza a população do campo nas áreas da reforma agrária da região onde atua a equipe do IFCE. Os fortes traços de relações de poder na região são analisados criticamente.

O processo de migração do campo para a cidade é analisado no artigo a partir dos condicionantes sócio-históricos com recorte de gênero e geração. O êxodo afeta mais mulheres jovens dado o predomínio de relações patriarcais no contexto do campo. A experiência do projeto é reconhecida como uma potencial contribuição ao processo organizativo dos trabalhadores do campo, especialmente de jovens, possibilitando, assim, a resistência ao avanço do agronegócio.

O artigo *Juventude Rural Organizada no Enfrentamento ao Êxodo: o caso da Associação dos Colonos Ecologistas da região de Torres - Acert/RS*, de autoria de Taciane Laís da Silva, tem como mote para a reflexão a migração do campo para a cidade. Privilegia como objeto de estudo a organização da juventude rural e sua contribuição para a permanência no campo a partir da análise da experiência da Acert no município de Três Cachoeiras, no Rio Grande do Sul. A produção de base agroecológica contextualizada na realidade da agricultura familiar da região é um diferencial na experiência. A organização social é reconhecida pela autora como elemento de identidade e pertencimento dos agricultores. O engajamento dos jovens no planejamento participativo da produção e comercialização dos produtos é destacado como parte do êxito da experiência.

A contribuição dos jovens na gestão do processo produtivo é enfatizada, considerando que, por terem níveis de escolaridade mais elevados, sua intervenção na dimensão administrativa é entendida como fundamental.

Assim, extrapola apenas a participação no plantio, manejo e colheita. A experiência estudada é entendida pela autora como instrumento de transformação e uma das alternativas para diminuir a dependência do capitalismo, a partir de práticas concretas de manejo sustentável que potencializem a autonomia do camponês.

Somos instados(as) como leitores(as) a ler e recriar com os olhos a compreensão do fenômeno da juventude rural brasileira, mas principalmente a contribuir para reescrever a história das políticas públicas com os jovens, assegurando o protagonismo, a autonomia e a emancipação juvenil. Importante convergência nos artigos é a pertinência social do conhecimento produzido, mas, também, a incidência das análises sobre a realidade dos jovens, e o engajamento em transformá-la é latente.

E como na poética de *Memórias de um leitor amoroso*, os artigos são um chamamento ao engajamento de governo, sociedade civil, academia e movimentos sociais, tecendo assim mais possibilidades de garantia de direitos da juventude. Que se possa viver o campo com dignidade, em que o afeto da terra produza mais que renda e se converta numa arena fértil e fecunda de oportunidades de acesso a educação, cultura, esporte, lazer, comunicação, tecnologias, referenciadas em relações de pertencimento, de diversidades – étnico-racial, gênero, geração, opção sexual, ambiental, cultural. E que se encontre uma profusão de igualdades de direitos, em que diferença seja afirmativa de identidades plurais e campo seja baluarte de projetos de felicidade no olhar dos(as) jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PÀMPOLS, Carles Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto; PÀMPOLS, Carles Feixa; CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. Trad. Augusto Caccia-Bava. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

RACZYNSKI, D. **Estrategias para combatir la pobreza en América Latina**: programas, instituciones y recursos. Chile: Cieplan, 1995.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, 39: 11-24, 2003.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

INTRODUÇÃO

Minha expectativa com esse artigo é a de oferecer algumas reflexões sobre as políticas públicas de juventude rural, para que estas encontrem as livres reflexões dos(as) leitores(as). Assim, o artigo pretende ser um canal de interação, que nos desafia a pensar a construção das políticas públicas como um dos caminhos para o reconhecimento dos sujeitos sociais organizados na luta pela garantia de direitos.

Antes de qualquer coisa é preciso evidenciar o ponto de onde observo, interajo e falo sobre a temática da juventude rural e das políticas públicas. Em primeiro lugar, localizo-me como um ser que se identifica como jovem e que ao longo dos últimos oito anos está engajada na organização da juventude rural. Parto também dos estudos que venho desenvolvendo na academia sobre jovens e participação social e política. Neste sentido, proponho caminhos analíticos nutridos por estes elementos: a minha pertença juvenil, o meu lugar de organização, a participação militante e as minhas vivências acadêmicas.

Depois desses necessários esclarecimentos, situo que este artigo tem por objetivo analisar quais as demandas por políticas públicas pautadas pela juventude rural, no âmbito das pautas de reivindicações dos movimentos sociais do campo⁴ que integram o Grupo de Trabalho da Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (GTJR/SNJ)⁵. Este grupo de trabalho definiu que as pautas de reivindicações destes movimentos, elaboradas e negociadas com o governo em 2011, teriam centralidade ante ao esforço de construir diretrizes para uma política nacional de juventude rural.

Nos primeiros contatos estabelecidos com as pautas apresentadas pela juventude rural, dos diferentes movimentos do campo, logo percebi a convergência de temas e propostas. Segui mobilizada por estas convergências e, a partir delas, tentarei sintetizar, neste artigo, as grandes questões que conformam o campo de disputa dos movimentos sociais em torno das políticas públicas de juventude rural.

4 Foram analisadas as pautas de reivindicação dos seguintes movimentos: Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Via Campesina, Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), MST (Movimento de Trabalhadores Sem-terra), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), PJR (Pastoral da Juventude Rural). Para análise destes documentos recorreremos à sistematização, de todas as pautas dos movimentos, feita e disponibilizada pela Secretaria Nacional de Juventude. Somente tivemos acesso à versão integral das pautas 2011 da Contag e da PJR.

5 Tal instância, criada em 2011, está vinculada à Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República. Ela tem como missão debater e estruturar diretrizes orientadoras de uma política nacional de juventude rural e conta com a participação de representantes da Contag, das organizações que integram a Via Campesina (especialmente entidades como PJR, MST, MAB, MMC, MPA – Movimento de Pequenos Agricultores), da Fetraf-Brasil e de áreas do Governo Federal.

Parto das pautas de negociação por compreendê-las como matérias-primas relevantes para entender como a juventude rural se reconhece e demanda reconhecimento. Por outro lado também as aciono para demarcar a importância dos “sujeitos coletivos” (PONTES, 2012, p. 724) na disputa e construção das políticas públicas. Com isso, reforço as afirmativas de Castro (2011), que caracterizam o campo das políticas públicas de juventude como uma arena diversa, não restrita à intervenção dos gestores públicos. Esta arena é marcada por conflitos de interesse e pela ação de diferentes setores, que demandam reconhecimento e pautam a participação como componente fundamental para a construção de novos paradigmas democráticos.

Reconheço também as pautas de reivindicações como produto de uma ação autônoma, genuinamente formatada pelos jovens rurais organizados, elemento que as difere das formulações produzidas em outros espaços participativos, como das conferências, dos conselhos, fóruns e comitês, que contam com a mediação de outros agentes, por exemplo, os governamentais. Não quero por este caminho construir uma abordagem que sacraliza as pautas de reivindicações, condena a ação do governo e desqualifica o acúmulo produzido por espaços participativos (como as conferências), pelo contrário, lanço-me na intenção de reconhecer os limites que se expõem nestes documentos e de contribuir com as análises sobre a juventude rural, fazendo uso de outras fontes, que nos informam sobre quais questões estão em disputa frente ao desenho das políticas públicas.

Para responder a esses objetivos, informo que além do tópico introdutório e das Considerações Finais, este artigo se estrutura em três partes: a primeira delas busca entender o que as pautas de reivindicações informam sobre quem são os(as) jovens rurais; a segunda reflete sobre os princípios que orientam as proposições de políticas de juventude rural; e a terceira explícita, de maneira genérica, quais as demandas centrais e comuns defendidas pelos(as) jovens dos diferentes movimentos sociais e sindicais do campo.

É oportuno destacar que, muito embora as análises acerca das estratégias de negociação e incidência, empreendidas pelos movimentos rurais, sejam dimensões importantes para refletir sobre a permeabilidade das suas questões na agenda das políticas públicas, este será um aspecto pouco aprofundado neste artigo, sendo uma reflexão em aberto, que pode animar outras investigações.

Movida por estes objetivos e consciente dos limites que se colocam a esta produção, convido cada leitor(a) a mergulhar numa leitura crítica sobre as análises que ousou compartilhar.

QUEM SÃO OS(AS) JOVENS RURAIS?

É importante destacar que quando falamos em juventude rural tratamos de uma categoria social diversa construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental.

Neste campo de reconhecimento e autoidentificação, a juventude rural vem se afirmando por meio de um amplo espectro de identidades, caracterizado pelas identidades como jovem camponês, quilombola, assentado, quebradeira de coco, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena, extrativista. A partir destas pertenças, afirmam-se como sujeitos de direitos e demandam políticas públicas coerentes com suas realidades, por meio de horizontes participativos.

A multidimensionalidade da categoria juventude rural também deve ser compreendida a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso. Se por um lado todos estes componentes devem ser considerados quando nos referimos à política pública de juventude rural, por outro vemos que a tradição brasileira é pouco permeável a estas questões, haja vista a tendência homogeneizante dos desenhos institucionais das políticas públicas, bem como seu alto grau de burocratização e de insuficiente condição de participação.

A diversidade, como componente que marca a categoria juventude rural, precisa ser reconhecida e deve estar integrada ao debate das políticas públicas, mas seu entendimento não pode ser confundido com relativizações e dissolução da categoria, condição esta que fragiliza a importância estratégica da juventude rural para a agenda governamental. Somam-se a este debate as contribuições de Stropasolas (2007, p. 281):

(...) preservar a idéia das particularidades, das diferenças, mas trabalhar isto numa chave mais universal, mais geral, constitui-se uma questão extremamente intrigante. (...) Dar conta deste desafio significa também fazer um contraponto à possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Diante da natureza política dos movimentos sociais e sindicais que apresentaram suas pautas em 2011, evidencia-se entre a juventude rural uma referência ao trabalho como matriz formadora da sua identidade e mediadora de sua inserção na vida social, familiar e comunitária. Esta afirmativa encontra ressonância no estudo de Stropasolas (2006, p. 132): “é principalmente em torno da dinâmica reunida nas categorias terra, trabalho e família que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social”.

Em cada uma das pautas de reivindicações de 2011 as demandas por terra, crédito agrícola, assistência técnica ganham centralidade. Dessa forma podemos concluir que o eixo trabalho é uma dimensão importante para esta geração de jovens rurais, sendo visto como estratégico para garantir o direito de permanecer no campo.

Trazendo outras contribuições a este tema, vê-se o trabalho, a terra e a produção como matrizes formativas e produtoras de identidade, como afirma Miguel Arroyo (2009, p. 77-78), parafraseando Dom Tomás Balduino: “(...) a terra é mais do que a terra. A produção é mais do que a produção. Por quê? Porque ela produz a gente. A cultura da roça, do milho é mais do que cultura. É cultivo do ser humano. É o processo em que ele se constitui sujeito cultural”.

Emerge destes documentos uma juventude rural que constrói sua identidade pelo vínculo com a terra e o trabalho, mas que apresenta demandas que transcendem estas dimensões. A partir de uma agenda propositiva que demanda políticas em torno de educação do campo, cultura, lazer, tecnologias de informação e comunicação e participação, estes(as) jovens afirmam-se como sujeitos integrais, que requerem direitos, e entendem-se para além da condição de trabalhadores(as) rurais.

Se por um lado a experiência com a terra e a produção familiar caracteriza estes(as) jovens, por outro as representações sociais da juventude como fase transitória de desenvolvimento, em preparação para a vida adulta, submetem estes sujeitos a condições subalternas de inserção social. É possível perceber por este caminho, que os(as) jovens rurais são localizados socialmente como aprendizes do ofício agrícola e, portanto, tidos como dependentes das ordens e transmissões de saberes oferecidas, principalmente, pelo “pai-patrão” (STROPASOLAS, 2006, p. 155). A esse respeito Carneiro nos fala:

Geralmente as pesquisas sobre a organização social no campo referem-se ao jovem apenas na condição de membro da equipe familiar, seja como **aprendiz** de agricultor, nos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, seja como trabalhador fora do estabelecimento familiar **complementando** a renda da família com seus salários precários (CARNEIRO, 2005, p. 243-244, grifos da autora).

Entre as jovens mulheres, além da imagem social que as rotula como ser em formação e sob tutela, atribuída a sua condição juvenil, pesa a cultura patriarcal que molda as relações de gênero e da manifestação da sexualidade e que circunscreve as mulheres ao espaço reprodutivo e privado, sendo este, tido em oposição e subordinação ao espaço da produção e do público, naturalizado como de atuação masculina.

Diante de tais representações sociais, vê-se que as pautas de reivindicações construídas pela juventude rural questionam este lugar social inferior, e afirma os(as) jovens como atores sociais e políticos que estão inseridos nas dinâmicas de produção e organização da comunidade. Frente a isso, requerem direitos e políticas que rompam com as desigualdades estabelecidas no campo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE RURAL PARA QUÊ?

Quando buscamos entender o que verdadeiramente deseja a juventude rural quando apresenta as suas demandas por políticas públicas, a primeira resposta que se apresenta é o direito de poder permanecer no campo, como se confirma nas seguintes citações: “Transformar o Pronaf Jovem em **um programa para a permanência da juventude rural no campo**” (PJR, 2011, grifo da autora); e

Juventude e sucessão rural: criar uma política nacional de fortalecimento da organização produtiva da juventude no campo, para a garantia da sucessão rural, orientada por processos de educação e

capacitação, articulada com políticas de acesso a terra, crédito, assistência técnica e extensão rural e cooperativismo, atendendo a 20 mil jovens em 2011 (Contag, 2011, grifo da autora)

Estes componentes (sucessão rural e permanência no campo) se fundamentam nos índices de migração juvenil-rural, confirmados pelos dados demográficos, como confirma Barcellos (2012, p. 1): “No que tange questões como o êxodo e a sucessão rural no Brasil a população rural no ano 2000 era de 31.835.143 dos quais cerca de 9 milhões eram de faixa etária jovem. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes com 8 milhões de jovens” (IBGE, 2010).

(...) Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural nos últimos anos (2000-2010), sendo que 1 milhão da população que emigra estão situados (*sic*) em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e cerca de 1 milhão são pessoas (*sic*) com idade considerada jovem, isto é, metade da emigração do campo para a cidade é do grupos social etário considerado jovem.

Na medida em que demanda direitos, programas e políticas, a juventude rural está tratando o tema da migração como sendo de natureza pública, ou seja, questiona os discursos que reconhecem a migração como resultado de uma escolha particular do jovem rural. Assim, promover sucessão rural e permanência no campo não é tema de caráter privado, restrito ao universo familiar, mas é, sobretudo, um componente da agenda pública, no tocante à garantia de direitos e cidadania, com reconhecimento dos povos do campo. Tal perspectiva vai ao encontro da afirmação feita por Ferreira e Alves (2009), que admitem existir uma combinação entre fatores internos e externos à família camponesa que determinam as condições entre ficar e sair do campo.

É função do Estado programar ações que visem mudar a realidade no campo, contribuindo para transformar o rural como ambiente próspero e sustentável, de forma a propiciar aos rapazes e moças do campo opções viáveis para construir seus projetos de vida em seu ambiente de origem. Não há como realizar isto sem repensar nosso modelo de desenvolvimento (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 257).

É necessário introduzir neste debate, sobre juventude rural, políticas públicas e migração, os componentes das identidades e vocações do(a) jovem e das relações de poder exercidas nas instâncias familiares, mas entendendo-os a partir dos contextos fundiários, macroeconômicos, culturais e políticos que determinam os lugares sociais desses(as) jovens sujeitos do campo. A migração é um fenômeno de desterritorialização engendrado num sistema social e econômico, que desvaloriza e destitui os povos do campo de seu lugar (territorial, cultural e identitário). É mais que um mero deslocamento geográfico: é a negação do direito de ser e estar no mundo ocupando o lugar da cidadania e da dignidade.

Outra resposta dada sobre as concepções que devem orientar as políticas públicas diz respeito à necessidade do reconhecimento da juventude rural como sujeito de direitos. Estes(as) jovens querem ser valorizados na condição de agentes que atuam sobre as dinâmicas produtivas e comunitárias e como vetores das transformações sociais. Ao afirmarem-se nestas

dimensões, questionam as velhas representações sociais que os rotulam como problema social e como indivíduos em formação, condições que os desqualificam para participar e decidir.

Sendo estas algumas concepções que orientam as pautas de reivindicações da juventude rural, elas lançam um profundo desafio referente à capacidade de as políticas públicas gerarem autonomia e emancipação juvenil. É preciso pensar em políticas públicas que promovam autonomia ao invés de tutela; que promovam o protagonismo no lugar da dependência; que considere os jovens como sujeitos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e solidário no campo, e não como indivíduos arcaicos, que precisam ser socializados num padrão civilizatório urbano.

Pensar políticas públicas para a emancipação e autonomia da juventude rural é também estar consciente da necessidade de superar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas pelo modelo de desenvolvimento rural brasileiro, baseado no latifúndio, no agronegócio e na concentração dos bens naturais comuns.

JUVENTUDE RURAL: QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DEMANDAM?

Neste ponto iremos destacar quais os elementos centrais que emergem das pautas de reivindicações dos movimentos com relação às políticas públicas de juventude rural. É importante demarcar que adotaremos uma abordagem genérica, que buscará localizar os pontos comuns entre as diferentes pautas, não sendo nosso propósito (diante dos limites impostos à construção de um artigo) tecer comentários mais aprofundados sobre cada uma das proposições levantadas.

Em síntese, as pautas políticas da juventude rural nos revelam uma convergência em torno de determinados temas, como: terra, trabalho, educação, cultura, lazer, tecnologias de informação e comunicação, esporte e participação. Adotaremos quatro eixos temáticos para analisar estas proposições, sendo eles: terra e trabalho; educação; cultura, esporte e tecnologias da informação e comunicação; e participação. Contudo, registramos que estas classificações foram sistematizadas livremente pela autora deste artigo, com o propósito de tornar mais didáticas as análises produzidas.

a) Terra e trabalho

As dimensões da terra e do trabalho são as que mereceram maior número de proposições em todas as pautas de reivindicações analisadas.

Quando se referem à terra, os apontamentos são no sentido da garantia de acesso, e é neste contexto que emerge com bastante ênfase a demanda por reforma agrária, embora sejam também feitas referências ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), especialmente no sentido da revisão de seus critérios e suas condições de financiamento.

As reivindicações giram em torno da criação de condições efetivas para o assentamento dos(as) jovens rurais por meio da criação de novos critérios e da ampliação dos investimentos. “Possibilitar que a juventude camponesa tenha **acesso à terra** a partir dos 18 anos, pois os jovens somente terão dignidade no campo se tiverem acesso a terra, e via desapropriação do latifúndio” (PJR, 2011, grifo da autora). “Garantir o cadastramento e **efetivar o assentamento** de jovens solteiros nos assentamentos de reforma agrária” (Contag, 2011, grifo da autora).

Por meio destas citações visualizamos a existência de processos discriminatórios, no âmbito da operacionalização da política de reforma agrária, em curso, que limitam o acesso da juventude rural à terra. Por outro lado, os dados do Governo Federal⁶ sobre os números de famílias assentadas pela reforma agrária demonstram que a cada ano estes índices vêm decrescendo, condição que lança impactos negativos não só para a vida dos(as) jovens rurais, mas para o conjunto das famílias que reivindicam terra no Brasil. Então, o grande desafio é recompor o Programa Nacional de Reforma Agrária, para que consiga assentar a população do campo desprovida de terra, reconhecendo e inserindo a juventude rural neste processo.

Vinculadas ao eixo trabalho identificamos várias propostas relativas à efetivação de políticas de valorização e fortalecimento da juventude da agricultura familiar, estabelecendo conexões com os aspectos do crédito, da assistência técnica, da comercialização e da geração de renda, da capacitação para organização produtiva e para o fomento à agroecologia.

As demandas se lançam no sentido da criação de políticas específicas de juventude rural (orientadas por um desenho próprio, que considere as suas realidades) e da revisão de programas de juventude rural, já existentes, na busca de aproximá-los dos desafios da atual conjuntura. No que se refere à revisão dos programas específicos, merece destaque o caso do Pronaf Jovem. As reformulações defendidas nos levam a crer que este programa estrutura-se sob critérios incompatíveis com as demandas e os contextos da juventude rural, e sob uma lógica marcadamente burocrática, bancária e inacessível. A pauta apresenta desde propostas focadas na revisão do teto, prazos e juros, bem como na reformulação dos seus objetivos e desenho institucional. Sabe-se que a agenda de reformulação do Pronaf Jovem não é nada recente, e também que as reivindicações apresentadas são pouco absorvidas pelas instâncias competentes. Diante disso, é necessário desenvolver outros caminhos de negociação e, mais que isso, é preciso pensar se diante de tantas travas, impostas pelo modelo de funcionamento do Pronaf, se este programa é verdadeiramente capaz de promover autonomia e emancipação da juventude rural, uma vez que os bancos, um dos principais agentes de operacionalização, estão descomprometidos com estes princípios.

6 Os maiores picos de assentamento de famílias pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, no período de 1995 a 2011, foram registrados em 1998 (101.094 famílias) e 2006 (136.358). Já nos últimos anos estes números despencaram: em 2009 foram assentadas 55.498 famílias, em 2010 foram 39.479 e em 2011 marca-se 22.021. (Dados publicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 2012, disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>).

Como já mencionado, há também ampla referência à constituição de processos de capacitação, formação e cursos voltados à juventude, especialmente no contexto da organização produtiva e de estímulo à agroecologia.

Sendo o conceito de capacitação fundamentado na ideia da preparação, da formação técnica, podemos inferir que ele se reforça na pauta da juventude rural pelo senso comum que atribui ao(à) jovem o lugar social do indivíduo em formação, na condição de aprendiz do ofício de agricultor e futuro sucessor da propriedade da família. Em contraponto a esta discussão, é preciso também pensar sobre a importância da articulação entre capacitação, formação e informação (em diferentes áreas e para diferentes sujeitos), como caminho para potencializar a capacidade de participar e agir com protagonismo ante a consolidação de projetos de vida e de sociedade. Contudo, é necessário tornar mais evidente nessas pautas a intencionalidade formativa e o horizonte de transformação que se quer alcançar. Capacitar para quê? Esta é uma das grandes preocupações que deve mover a agenda propositiva dos movimentos.

b) Educação

Na perspectiva da educação vemos uma ênfase menor, nas pautas, sobre a constituição de políticas específicas de juventude rural, com metodologia e desenho institucional diferenciado.

As demandas apontadas versam sobre maior investimento público, no sentido de: aumentar o número de escolas do campo, garantindo maior e melhor oferta de ensino em todos os níveis educacionais, especialmente superior; qualificar e ampliar o orçamento dos programas voltados à educação do campo; promover ações que tornem o currículo das escolas do campo comprometido com o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

Percebemos que esta agenda propositiva mantém coerência com a ação que os movimentos sociais desencadearam no último período, no sentido de intensificar a luta pela educação do campo através da criação de campanhas (a exemplo da criada pelo MST, em 2012, contra o fechamento das escolas do campo⁷) e da constituição de redes (como o Fórum Nacional de Educação do Campo), dentre outras iniciativas. As proposições sobre o tema da educação são orientadas pelo princípio da Educação do Campo, entendido como:

(...) um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

⁷Em 2011, o MST realizou a Campanha Nacional contra o Fechamento e pela Construção de Escolas no Campo, tendo por lema: Fechar escola é crime. Segundo dados do Censo Escolar, no período de 1995 a 2000 foram fechadas 17.947 escolas públicas do campo; já no intervalo entre 2003 e 2010 este número foi de 18.230 (FERREIRA; BRANDÃO, 2012).

Conclui-se que efetivar princípios, agenda e concepções da educação do campo nas dinâmicas societárias rurais é o propósito das pautas da juventude. Assim, as proposições deste eixo temático têm alcance muito mais amplo do que as reivindicações sobre construção de programas educacionais diferenciados para o segmento juvenil. Objetivam gerar um modelo educacional contextualizado com as realidades dos povos do campo e comprometido com o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa.

c) Cultura, esporte e tecnologias da informação e comunicação

No âmbito das proposições que tratam das políticas de cultura, esporte, lazer e tecnologias de informação e comunicação, são comumente empregados os verbos *construir*, *criar* e *garantir acesso*. Tais verbos não são meros recursos gramaticais, mas reveladores de uma condição de total privação, vivenciada pelas populações rurais, ante a disponibilidade de equipamentos públicos nas áreas antes mencionadas.

A garantia de acesso a bibliotecas, espaços de vivência esportiva, cineteatro, banda larga, meios de comunicação populares e produção cultural, é tida como meios e geradores de condições para promoção da cidadania e do desenvolvimento territorial, com justiça e sustentabilidade.

As pautas também demonstram que mais do que garantir acesso às políticas nestas áreas, a juventude rural quer estar inserida como agente, quer atuar de forma protagonista para fomentar tais políticas, como nos ilustra a pauta da Via Campesina: “Extensão do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) para o campo, com a construção e melhoria de telecentros em todas as escolas das comunidades camponesas, assentamentos, reassentamentos e acampamentos, **com monitoria dos jovens das próprias áreas**” (BRASIL, 2011, grifo da autora).

d) Participação

Na perspectiva da participação dá-se ênfase à necessidade de instituir a gestão participativa no âmbito de programas e políticas de juventude rural, além de requerer o fortalecimento e a ampliação da capacidade deliberativa de instâncias de monitoramento e controle social, como é o caso do Comitê Permanente de Juventude do Condrap (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável).

O debate da participação da juventude rural no âmbito das políticas públicas vem acompanhado de uma ação insistente destes sujeitos, na busca por maior institucionalização do tema nas estruturas governamentais: vemos a ocorrência de duas propostas relativas à estruturação de instâncias de juventude rural no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Essas proposituras disputam o reconhecimento da categoria juventude rural diante dos diferentes poderes que compõem o Estado, defendendo melhores condições de execução de políticas apropriadas para os(as) jovens rurais, que devem ser assumidas por todos os níveis do Poder Executivo (municipal, estadual e federal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas questões desponta como desafio a construção de convergências estratégicas entre os movimentos sociais e sindicais do campo, para fortalecer e disputar políticas de juventude rural orientadas por demandas, concepções e desenhos institucionais reivindicados nas pautas. É necessário pensar uma agenda unificada entre os movimentos da juventude rural, respeitando-se a diversidade de ideias e práticas que os caracterizam de forma a amplificar a capacidade de incidência.

Há que se potencializar uma agenda propositiva que reconheça e contemple as variadas dimensões identitárias da categoria juventude rural. As convergências devem promover maior potência ao processo de vocalização das diferentes demandas juvenis. Em outros termos, estamos provocando a necessidade de pautar, com maior ênfase, no âmbito das políticas públicas, as questões da juventude quilombola, ribeirinha, assalariada rural (citando só alguns casos), que ainda assumem lugar periférico neste debate.

Por fim, é preciso que as pautas demonstrem, de forma mais estratégica, a articulação entre programas e ações específicos da juventude rural e políticas estruturantes para o desenvolvimento rural. As respostas apresentadas pelos governos, normalmente expressas por ações pontuais como criação de editais específicos e pequenos ajustes nos programas, não são suficientes para promover a autonomia e emancipação da juventude rural. Para tanto é preciso intensificar a luta em torno de bandeiras estratégicas, como a reforma agrária e a educação do campo, para superar o ciclo de desigualdades que historicamente atinge o meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (Org.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate**. 2012. Disponível em: <http://www.adital.com.br/jovem/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=72457>.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Pauta de Reivindicações dos Movimentos Sociais e Entidades da Sociedade Civil Referente a Juventude Rural 2011**. Brasília, 2011.

CALDART, Roseli Saleti. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projeto e valores. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro. **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda; FREITAS, Maria Virgínia (Org.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Grito da Terra Brasil 2011: agenda por um Brasil sustentável, sem fome e sem pobreza**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f2011-pauta-geral-do-gtb.doc>>.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni de; ANDRADE, Carla. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

FERREIRA, Fabiano Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação e políticas de fechamento de escolas do campo**. Paranaíba: Unespar, 2012. Disponível em: <http://www.estudosdo-trabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf>.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL (PJR). **Pauta da Pastoral da Juventude Rural: PJR 2011**. Campina Grande, PB: 2011.

PONTES, Maria Lúcia. Sujeitos coletivos e direitos. In: CALDART, Roseli et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

JUVENTUDE ASSENTADA: GUARDIÃ DO FUTURO DO ASSENTAMENTO? UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO ARARAQUARA/SP

Ana Flávia Flores
Silvani Silva

INTRODUÇÃO

O Assentamento Bela Vista está localizado no município de Araraquara/SP. Foi declarado de interesse social, para fins de reforma agrária pelo Decreto nº 97.660, em 13 de abril de 1989. Atualmente, moram no assentamento 203 famílias divididas no mesmo número de lotes.

Este assentamento teve, em seus momentos históricos diferentes, importância em relação à região na qual está inserida, pois, segundo Mascaro (2003), está constituído nas estruturas remanescentes de uma antiga fazenda do café, chamada Bela Vista, estabelecida em fins do século XIX, na segunda metade da década de 1870. Em agosto de 1934, a fazenda foi agrupada às terras de uma usina de açúcar (Usina Tamoio), sendo sua estrutura física aumentada e utilizada como vila operária (prédios, habitações, mão de obra, que acabaram servindo à produção do açúcar). Com a decadência da usina, as áreas da fazenda foram ocupadas por trabalhadores rurais boias-frias e desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra para reforma agrária, em 1989, na época com 176 famílias.

Segundo o Incra, o assentamento já foi uma referência no desenvolvimento da reforma agrária brasileira. No início, os agricultores desenvolveram a agricultura dentro dos moldes ditados pelos órgãos do governo, eles se organizaram em cooperativas, buscaram créditos junto aos bancos e compraram máquinas para o trabalho em unidade diante de seus ideais. Mas não alcançaram bons resultados: as colheitas foram ruins devido à situação em que se encontrava o solo: infestado de gramíneas de porte alto e apresentando grandes quantidades de rebrota de cana, não foi possível uma preparação adequada da terra, o que se refletiu negativamente na produtividade. Outro fator que contribuiu para a baixa produtividade alcançada nas culturas foi o prolongamento da estiagem nos meses de verão. De outra parte, a acidez do solo existente na maioria dos lotes contribuiu para a queda da produtividade nas lavouras; com isso, os assentados ficaram endividados.

Deste modo, eles não conseguiram pagar os financiamentos, conseqüentemente não obtiveram mais crédito. Um fato comum à maioria dos pequenos agricultores e principalmente dos assentados de nosso país.

Nos anos iniciais do assentamento, o órgão federal responsável esteve ausente, deixando por conta do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP a responsabilidade pela assistência técnica. A falta de acompanhamento ocasionou problemas que poderiam ter sido

evitados se houvesse, na trajetória do assentamento, uma fiscalização da conduta dos assentados e incentivo a outras alternativas produtivas por meio de políticas públicas.

Em 2003, o Incra retorna ao assentamento numa tentativa de recuperação deste. Nesse ano, foram adotados procedimentos de regularização dos lotes, mas os assentados não acreditavam no órgão federal por consequência do descaso de gestões anteriores e mantiveram os mesmos posicionamentos irregulares, de modo que o Incra entrou com ações judiciais de reintegração de posse.

Após a reintegração de posse, foi feita uma avaliação, para modificação do tamanho do lote, passando de 6 alqueires para 3 alqueires, ou seja, criou-se dois novos lotes com o assentamento de famílias regularmente aprovadas pelo processo de seleção com a Norma de Execução nº 45/2005.

Mediante o conflito, boa parte das famílias que estavam irregulares procura o Sindicato dos Empregados Assalariados Rurais de Araraquara ligado à Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP para intermediar a regularização dos lotes e, principalmente, romper com o contrato da parceria com a usina. Todavia, um grupo não aderiu à proposta de negociação, continuando irregular perante o Incra e isto tem ocasionado vários conflitos dentro do assentamento.

Apesar do rompimento da parceria com a usina, a colheita da cana continua sendo feita pela mesma usina sob autorização do órgão gestor do assentamento, por isso desde 2008, os assentados vivem a angústia se poderão ou não cortar a cana do seu lote. Apesar da tentativa de regularização, a situação da cana ainda é um imbróglio e expressa bem a trama de tensões existente entre os diferentes agentes que se fazem presentes no assentamento.

Não obstante, alternativas estão sendo desenvolvidas no assentamento, merecendo destaque as experiências coletivas de cunho familiar na produção de hortaliças. Estas experiências têm apontado outro horizonte para os assentados, pois apresentam formas de desenvolvimento que são coerentes com as normas da agricultura familiar. Todavia, mesmo encontrado um caminho possível para a coletividade, os assentados ainda estão sofrendo a falta de políticas públicas que possam fomentar a estabilidade dos agricultores. A estabilidade econômica da família assentada estimula, sem dúvidas, a permanência das futuras gerações. Sem ela haverá sempre evasão, pois, para os jovens, o campo não tem oferecido muitos atrativos.

Diante disso, este artigo busca contribuir para a discussão da questão de permanência dos jovens nos assentamentos, com o olhar voltado para as políticas públicas que se destinam a estes. Tendo em vista o grande número de filhos de assentados que buscam oportunidades em outros lugares, pela falta de perspectiva de trabalho no lote, uma vez que o trabalho assalariado apresenta uma ilusão de estabilidade. A pesquisa apresenta duas formas de resistência da juventude assentada: a primeira trata da atuação dos jovens na produção de hortaliças, a qual tem obtido resultados financeiros positivos, e a segunda referência é um grupo do as-

sentamento, chamado Grupo Pé Vermelho, que desenvolve projetos de recuperação dos laços sociais e autoestima dos moradores, com a participação da comunidade e de outros jovens.

Uma hipótese a se testar é que a falta de políticas públicas voltadas para filhos de assentados seja o principal motivo que leva a esta migração. Em muitos casos, depois de um tempo, acabam retornando para o assentamento, com um olhar diferente sobre a realidade. Vale considerar também a falta de uma educação que aborde questões do campo.

A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE NO ASSENTAMENTO: CONTROVÉRSIAS É QUE NÃO FALTAM

Vários países e instituições de pesquisa determinam juventude a partir de uma abordagem cronológica de idade. Segundo Troian, Dalcin e Oliveira (2009, p. 4), o Brasil “segue o padrão de análise da Organização Iberoamericana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos”. Conforme este padrão de análise, atualmente no assentamento Bela Vista, existe em torno de 300 jovens que enfrentam, de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a eles dirigidas.

Juventude é considerado um período de autoidentificação, bem como de desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos. Segundo Carneiro e Castro (apud TROIAN, 2009, p. 3):

O termo juventude remete a uma série de conceitos, os quais muitos especialistas definem de maneiras divergentes. Culturalmente determinada, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária.

Esta é uma fase de mudanças, por si polêmicas, isto é, são pessoas que estão deixando de ser crianças e partindo para a fase adulta e isso requer enfrentamento da realidade, afirmação da personalidade e fase de decisões que farão diferença na vida adulta. Naturalmente, assim acontece no meio rural: é nesta fase que surgem os questionamentos quanto à permanência na propriedade dos pais e, conseqüentemente, continuidade dos afazeres da família ou distanciamento da propriedade rural familiar com interesse no modo de vida nas cidades.

Observa-se no assentamento Bela Vista do Chibarro um distanciamento por parte de alguns jovens com relação ao trabalho agrícola, um desinteresse e talvez, mesmo, rejeição à cultura camponesa. Por um lado, a ausência de perspectiva de permanência no campo e, por outro, o sonho, ou ilusão de uma vida na cidade e de um trabalho assalariado para o qual não há preparo e qualificação. Diante dessa situação, Whitaker aponta que:

Um equívoco nas avaliações daqueles que desconhecem a realidade dos assentados está em acusar os jovens de abandonarem o campo em busca da cidade, como se houvesse uma “força jovem” interior a comandar mecanicamente. Na realidade, os projetos de assentamento é que não prevêem a continuidade das gerações (2006, p. 115).

No caso do assentamento Bela Vista não é diferente, pois boa parte dos jovens migra para a cidade por falta de perspectivas de garantirem sua autonomia como trabalhadores

rurais e por falta de políticas públicas que sejam direcionadas a eles. Diante desta ausência de perspectiva, oportunidades de emprego e acesso ao lazer e à cultura são os ilusórios benefícios que a cidade oferece que passam a ser valorizados, mas, que para serem usufruídos, demandam recursos financeiros. Segundo Vantroba (2009, p. 5) “para muitos destes, o principal motivo que os leva a abandonar o campo não é a vontade de viver na agitação das cidades e sim pela impossibilidade destes alcançarem seu pleno desenvolvimento econômico através de atividades agrárias”.

Os pretextos que levam ao deslocamento dos jovens para a cidade são dificuldades da vida no meio rural, como a falta de autonomia, financiamentos, assistência técnica para projetos em que os interesses dos jovens sejam levados em conta. Com a falta de recursos os jovens migram para a cidade, pois esta passa a ser um atrativo tanto financeiro como para o acesso a lazer e cultura.

Segundo dados da pesquisa do convênio Incra/Uniara⁸, que avaliou as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do estado de São Paulo, foi demonstrado que um dos entraves de desenvolvimento está relacionado à juventude assentada que enfrenta, de forma acentuada, a ausência de políticas públicas a ela dirigidas. A pesquisa mostrou que *67% dos pais não desejam que seus filhos permaneçam no assentamento e somente 33% dos pais querem que os filhos permaneçam.*

As possíveis causas das saídas dos jovens estão relacionadas à falta de renda própria, alternativas profissionais, políticas públicas que garantam a permanência dos jovens, infraestrutura, alternativas para constituir nova família, educação, cultura e lazer.

As dificuldades na cidade aparecem trazendo consequências diversas que, no primeiro momento, não são percebidas, por exemplo, o custo de vida neste novo meio social. Os empregos encontrados pela maioria dos jovens que saem do assentamento são reflexos da baixa escolarização e qualificação. Possibilidades encontradas por eles são vagas em redes de supermercado ou comércio da cidade, os quais não lhes garantem autonomia nem perspectivas de ascensão social.

Depois de algum tempo essa configuração muda, e os motivos de retorno dos jovens ao assentamento são as dificuldades financeiras causadas principalmente pelo desemprego. Quando retornam, passam a ter um novo olhar sobre o assentamento, embora percebam que as condições econômicas do local e as políticas públicas pouco avançaram. No entanto, constatam que o custo de vida no meio rural é menor do que no meio urbano e também há relativa liberdade do agricultor, que não depende de um patrão. Além da produção agrícola (horta, fruticultura, milho e criação de animais, etc.) outros jovens retornam ao assentamento

8 Com o título “Diagnóstico regional com o objetivo de identificar as vocações e potencialidades das regiões e dos sistemas produtivos nas quais os projetos de assentamentos e comunidades quilombolas estão inseridos”, pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor/Uniara). Equipe multidisciplinar, formada por um grupo composto por docentes da Uniara, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos, permitiu identificar obstáculos e dificuldades das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

na expectativa de trabalhar em atividades que ainda não são desenvolvidas na comunidade (cultura, lazer, turismo rural, etc.). Pois, “a terra, aos olhos das famílias, é o aconchego, o porto seguro, banhado pela fecundidade da terra e da mãe, ambas nutridoras de sonhos e acalentos que povoam o imaginário e desejos de homens e mulheres que buscam um lugar para reescreverem sua história” (FARIAS, 2008, p. 165).

PROTAGONISMO JUVENIL: NOVOS HORIZONTES EM CENA

Podemos destacar no assentamento Bela Vista duas experiências nas quais os protagonistas são os jovens. A primeira trata da atuação dos jovens na produção de hortaliças, a qual tem obtido resultados financeiros positivos. Embora esses jovens não tenham financiamentos e formação para desenvolver esta atividade, nota-se que há o empenho tanto por parte deles quanto um incentivo dos pais para garantir o êxito da atividade.

Nota-se que o recurso para iniciar a produção advém da família, pois apesar de existir, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma linha direcionada para os jovens denominada Pronaf Jovem, este investimento não tem atendido à juventude rural por conta da burocratização do programa. Esta linha de crédito exige a escolarização dos jovens em cursos de escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado do curso ou estágio de formação profissional que preenche os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Um filho de assentado, em 2010, sabendo do crédito procurou a agência do Banco do Brasil de Araraquara para obter o financiamento, mas além de não preencher os requisitos, foi informado pela gerente responsável pelo setor que na agência não houve nenhum financiamento desde a implantação do programa e por isso o banco tirou o Pronaf Jovem de circulação. Esta informação contrasta com a informação dada por outro jovem de uma cidade vizinha, que disse que acessou o crédito em 2010 na agência do Banco do Brasil de Pradópolis.

Apesar de o programa existir desde 2004, observa-se que os jovens não sabem da existência desta linha de crédito, o que é também um problema, pois a divulgação se concentra em panfletos que são distribuídos nos escritórios e por técnicos, às vezes não chegam ao conhecimento daqueles que podem se beneficiar com ele.

O limite de crédito por beneficiário é de R\$15.000,00, um valor que poderia alavancar o processo produtivo, mas o atrativo principal desta linha de crédito é a carência de três anos que pode ser elevada para cinco anos. Também a taxa de juro se apresenta de forma satisfatória: 1% ao ano. Todavia, este crédito está distante da realidade dos jovens, por ser exigido o Curso Técnico Agrícola, o que nesta região já é um problema, pois apesar de existirem escolas técnicas, estas também possuem seus critérios, como os processos seletivos que são crivos que podem impedir a entrada dos jovens. O segundo fator é próprio da comunicação

que se dá de forma insatisfatória nos assentamentos. Mas também a pesquisa detectou falta e limitação da assistência técnica para os jovens assentados.

Apesar de não ter Curso Técnico Agrícola, a maioria dos jovens que constitui esta iniciativa cursou o ensino médio, teve experiências no meio urbano e hoje manifesta o desejo de permanecer no assentamento e contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Ao contrário dos pioneiros que conquistaram o assentamento, com poucas exceções, estes jovens são receptivos às questões que envolvem meio ambiente, tecnologia, diversificação da produção agrícola, sendo importantes atores para fomentar a agricultura familiar.

Com muito esforço estes jovens têm produzido brócolis, pepino, alface, couve-flor, couve, feijão de corda, tomate, maracujá, abacaxi e milho, que são comercializados nos varejões, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e terminal de Araraquara. Também entregam para a prefeitura de São Carlos e participam da feira do produtor realizada no domingo, na periferia desta cidade.

Em entrevista com um jovem, este revelou que tem faturado em média R\$300,00 por fim de semana na feira de São Carlos e isto lhe tem possibilitado pagar o financiamento de um carro.

Esta experiência apresenta resultados positivos, mas estes foram alcançados através de muito trabalho e dedicação de quem tem o dom de fecundar a terra e colher seus frutos. Embora nos últimos anos tenhamos avançado em políticas públicas, ainda existe um longo caminho para garantir uma vida menos sofrida e mais digna para os agricultores e os jovens da área rural.

A segunda experiência de jovens é um grupo do assentamento, chamado Grupo Pé Vermelho, composto por estudantes do curso de Pedagogia da Terra⁹ (UFSCar) e filhos de assentados, que têm desenvolvido parcerias para atuar na comunidade. O grupo nasceu a partir da pesquisa destes estudantes sobre a história do assentamento e os vários processos de lutas desencadeados na região pela reforma agrária, pois perceberam a importância dos fatos históricos que formaram sua comunidade.

O nome do grupo foi escolhido para reafirmar a identidade dos jovens assentados com a terra e enfrentar o preconceito que sofrem no dia a dia da cidade, ao serem chamados de pés vermelhos. No intuito de romper com esse estigma, passaram a ser, simbolicamente, uma representação da luta pela terra.

O objetivo do grupo é desenvolver projetos de recuperação dos laços sociais e autoestima dos moradores, com a participação da comunidade e outros jovens, a fim de recuperar o espírito de coletividade do assentamento. Vejamos a seguir, como se deu este processo de construção e ações deste grupo.

9 Curso de Graduação em Pedagogia promovido através do convênio Inkra/Pronera, UFSCar e Movimentos Sociais do Campo: Federação da Agricultura Familiar (FAF), Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Organização de Mulheres Quilombolas e Assentadas do Estado de São Paulo (OMAQUESP).

AÇÕES EM MOVIMENTO: A POLITIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

Desde 2005 no assentamento não havia momento festivo, onde todos pudessem se encontrar. A fim de mudar este cenário, a primeira ação do grupo foi uma noite cultural no dia 13 de setembro de 2008, que reuniu vários moradores do assentamento, tanto os mais antigos quanto os mais jovens. Além disso, a participação das famílias na doação de alimentos para o lanche coletivo foi surpreendente.

Outro fator importante e um dos atrativos principais desta noite foi a apresentação dos artistas do assentamento, sendo que os mais idosos puderam cantar modas de viola, os mais jovens tocaram e cantaram músicas sertanejas, uma família de cantores tocou e cantou forró, fizeram constatação de história e também a apresentação de fotos dos momentos importantes do assentamento, das pessoas pioneiras da luta e das antigas festas promovidas pelos assentados no início do assentamento, momento este cercado de emoção por lembrarem daqueles, em princípio, esquecidos em suas memórias.

A segunda ação deste grupo foi a comemoração do dia das crianças em 2008, com o intuito de organizar e potencializar a participação da comunidade e proporcionar às crianças um momento alegre e festivo. As crianças tiveram, na parte da manhã, gincanas e foram divididas em equipes e à tarde puderam brincar no pula-pula, se deliciaram com algodão doce e assistiram às apresentações de fantoches e uma peça de teatro. Os jovens da comunidade e voluntários da cidade ficaram responsáveis por serem monitores das equipes no momento da gincana e também contribuir na decoração da festa, e as mulheres responsáveis por fazerem os lanches.

Este dia foi marcado pela participação coletiva de jovens e mulheres assentadas que contribuíram para que esta comemoração pudesse acontecer. Foi um trabalho voluntário e coletivo da comunidade, o que trouxe novas significações para a retomada e valorização dos espaços de sociabilidade para jovens e moradores do assentamento.

As reuniões que se seguiram deram voz cada vez maior às manifestações coletivas. Foi no dia 28 de março de 2009 que o Pé Vermelho teve uma reunião para fazer um balanço do grupo e determinar as ações para aquele ano. Compôs a pauta de discussões, a retomada da Festa Junina, que tinha ficado na memória coletiva dos assentados, como uma época onde todos se encontravam e trocavam experiências.

Neste sentido, um dos marcos importante para o grupo foi ter promovido no assentamento o resgate da tradicional Festa Junina, que ficou sem ser realizada por três anos por razões econômicas e sociais. Graças a estas lembranças, trabalho coletivo e organização dos assentados é que foi possível a retomada da Festa Junina na comunidade. Outro fator importante é que em abril de 2009 o assentamento comemorou 20 anos da sua desapropriação, conquista e luta. Então, nada melhor para a comemoração do que o resgate da tradicional Festa Junina. Pois, como afirma Bogo (2009, p. 21), “(...) cultura, trabalho e existência estão

interligados. Por isso definimos primeiramente a cultura como sendo tudo o que fazemos para produzir a nossa existência”.

A proposta de retomada seguiu permeada por desafios como: reunião com comunidade e mobilização desta; organização da parte cultural; recursos financeiros; buscar parcerias; ofícios à prefeitura; ofícios para conseguir palco, som/luz, barraca, limpeza do terreirão; material de divulgação (panfletos/cartaz); banda; decoração e arrecadação dos alimentos com a comunidade.

Na primeira reunião relativa à Festa Junina compareceram os jovens e alguns adultos que queriam ver a retomada da festividade. Para os jovens seria uma oportunidade de lazer, já os adultos esperavam obter uma renda complementar. Os antigos organizadores não participaram nas primeiras etapas da organização, talvez por não acreditar que os jovens pudessem reavivar a festa; eles só mudaram de posição quando viram a festa noticiada e as arrecadações sendo feitas.

Assim, o esforço desse trabalho coletivo resultou em uma festa com um público de aproximadamente quatro mil pessoas vindo de Araraquara e região, que puderam prestigiar a festa e conhecer o assentamento. A festa tem se consolidado como espaço de sociabilidade dentro do assentamento, tamanha foi a repercussão da retomada, e o fato de grupos antagônicos terem se reunido para discutir a organização do evento em 2010.

Desde a implantação do grupo Pé Vermelho, seus idealizadores tinham como objetivo restabelecer o diálogo com todos os grupos do assentamento que ao longo dos 20 anos foram perdendo o espírito coletivo da comunidade. Pois conforme Caldart (2003, p. 57).

As pessoas não aprendem a ser humanas sozinhas; sem os laços de sua participação em coletivos elas não conseguem avançar na sua condição plenamente humana. Pessoas desenraizadas são pessoas desumanizadas, que não se reconhecem em nenhum passado e nem têm projeto de futuro.

Outra ação significativa ocorreu em outubro de 2009, com a segunda Festa do Dia das Crianças, que reuniu crianças e representantes do assentamento Bela Vista do Chibarro, Horto Guarani (Pradópolis e Guataparã), o assentamento Vitória (São Carlos) e Comunidade 13 Agrária 21 de Dezembro (Descalvado). Foi um dia importante para a integração das comunidades assentadas. Também, aconteceu recreação e divertimento, com jogos, caça ao tesouro e lanche coletivo. A participação das mulheres e dos jovens foi, novamente, expressiva nessa ação.

O tema norteador da festa, Orgulho de Ser Assentado, tinha como objetivo contribuir com a interação das crianças assentadas e aproveitar o feriado para promover a reflexão acerca da coletividade, identidade, memória e importância da reforma agrária.

Entretanto, esta comemoração do Dia das Crianças não foi realizada em 2010, pelo fato de o grupo ter se dedicado a outro projeto em andamento, que foi o Paiol de Arte e Cultura. Este tem a intenção de trabalhar com as artes visuais, artes cênicas, gestão/planejamento cultural, métodos/caminhos e cineclube, em parceira com Kruppa.arquitetura.arte.

cultura e o Núcleo de Estudo e Fazimento da Cena¹⁰. Vejamos a seguir um pouco mais sobre o Projeto Paiol de Arte e Cultura.

PAIOL DE ARTE E CULTURA: SEMEANDO NOVOS CAMINHOS

O projeto Paiol de Arte e Cultura, foi construído através de parceria com diferentes atores sociais que pretendem, através da cultura, fomentar a arte como pensamento, visando a liberdade de criar ideias e reflexões, estimulando processos autênticos de expressão cultural.

O paiol é o local que se destina ao armazenamento de provisões e ferramentas de acordo com as necessidades do sitiante ou de uma comunidade. O Paiol de Arte e Cultura pretendeu ser progressivamente um depósito de sementes criativas e seus apetrechos para a reflexão, criação, formação, produção, difusão, circulação e avaliação do pensamento, através da arte. Nele guardamos memórias, bagagens, mantimentos e, principalmente, condições efetivas para o cultivo de “roças artísticas”, para a manutenção e replantação de uma existência fecunda na sua mais instigante expressão.

Através de discussões feitas entre os jovens e algumas pessoas mais velhas da comunidade, decidiu-se fazer a reforma da vasca¹¹, pois esta era um lugar de socialização das mulheres. Além de lavar roupa, conversavam os mais variados assuntos e à noite o lugar servia como ponto de encontro. Contou ainda com outra prática que foi uma roda de conversa com uma companhia de dança para trocas de experiências culturais entre campo e cidade.

Esta prática foi realizada na escola do assentamento com participação da comunidade, jovens e autoridades de Araraquara. Possibilitou, entre os jovens e a comunidade, trocas de experiências que valorizam o meio rural e sua cultura camponesa, bem como sua forma de trabalho na área cultural através do fortalecimento do patrimônio imaterial.

Outra proposta envolve o Turismo Rural, que aparece de forma tímida, por exemplo, por meio do aproveitamento do patrimônio arquitetônico do final do século XIX através de projeto de realização de visitas locais monitoradas. Durante estas visitas notou-se que os visitantes se interessam por tudo no assentamento desde os produtos, histórias e estórias, estando dispostos a pagar inclusive por estadias. E algumas famílias já receberam diárias de

10 Kruppaarquitetura.arte.cultura – constituído por um grupo de arquitetas e artista que desenvolvem atividades de arquitetura, arte e cultura em Araraquara e região e Núcleo de Estudo e Fazimento da Cena, é a junção de ações e pesquisas integradas junto a coletivos de profissionais e iniciativas de formação na área cênica, enquanto espaço de visualização e questionamento do meio em que estamos inseridos, através de apresentações, cursos, montagens, mostras, palestras, seminários e outros meios que possibilitem um aprofundamento no campo da cena.

11 Ao final da década de 1940, para melhorar a qualidade de vida da população residente, sobretudo das mulheres responsabilizadas pelas tarefas domésticas, a usina instalou um sistema de fornecimento de água em grupo, construindo VASCAS coletivas para a lavagem de roupa. Em razão da enorme presença de italianos, desde os primeiros anos do século XX, a palavra italiana VASCA (pia) passou a ser utilizada com o significado de tanque de lavar roupa, que, na área rural, também é usada para lavar louça, lavar o rosto, escovar os dentes, etc.

atividade do turismo educacional¹². Isto acontece desde 2008, quando escolas particulares foram visitar o assentamento para realização de atividade escolar.

A experiência foi um sucesso tanto para os estudantes, que puderam aprender sobre as questões do assentamento, quanto para os assentados, que puderam receber pelas diárias e pela alimentação. Esta atividade também promoveu o assentamento, já que os estudantes criaram páginas na internet e escreveram cartas para o poder público reivindicando melhores condições para os assentamentos.

Outra experiência com o Turismo Rural foi a parceria com o Programa de Turismo Social do Sesc de Araraquara/SP, que promove ações educativas por meio de viagens e passeios que oferecem conhecimento, convivência, integração e trocas de experiências, além de lazer e diversão. As atividades são pautadas na valorização não de atrativos locais, mas principalmente de atrativos sociais e humanos que envolvem os locais visitados. Nesse contexto, o Grupo Pé Vermelho e Kruppa.arquitetura.artes.cultura, trabalham em três roteiros:

1. Arquitetura dos Templos Religiosos - Roteiro Rural: o passeio destaca os templos inseridos no periurbano e rural da cidade de Araraquara/SP, relevante para a história da cidade e pouco conhecido da população em geral, já que alguns permanecem fechados na maior parte do tempo. Destacando a capela São Judas Tadeu do Assentamento Bela Vista e a igreja de São Pedro que pertenceu à antiga Usina Tamoio;

2. Da Terra à Mesa: destaca a importância da agricultura familiar, os meios de produção e incentiva a alimentação saudável, promovendo a troca de conhecimento entre produtor e consumidor. Os visitantes têm a oportunidade de conhecer os lotes e as técnicas de cultivo dos assentados do Bela Vista;

3. Arquitetura e Natureza do Assentamento Bela Vista: ainda em preparação, o roteiro prevê visitas às construções antigas presentes nesse assentamento, revelando os períodos históricos vivenciados naquele local, incluindo suas belezas naturais.

Os jovens do assentamento estão buscando alternativas de permanência. No entanto, suas atividades não têm sido contempladas com a atenção necessária, pois os projetos apresentados pelos jovens, principalmente nas questões de cultura e lazer, são permeados por relações de clientelismo. Uma prova disso foi a promoção das festas juninas do assentamento, que, mesmo sendo referência cultural para a cidade, acabou sendo palco dos políticos que se aproveitaram da disposição e da infraestrutura emprestada pela prefeitura para se promover ou fazer suas campanhas. Os organizadores são levados a consentir com tais práticas, embora não as legitimem, pois a festa popular demanda muita infraestrutura que o assentamento não possui. Para a continuidade da festa, passam a depender da lógica da troca de favores em muito sustentada por uma cultura da dívida.

¹² O turismo educacional, caracterizado primordialmente por viagens de estudo ao meio, é uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário criar oportunidades para que os jovens deem continuidade à agricultura familiar. Para isso, não basta ter amor à terra e resistir, mas isso tem que estar atrelado a uma política pública que garanta aos jovens uma renda regular, seja na lavoura, seja em outras atividades que eles queiram desenvolver no assentamento. Além disso, deve envolver melhores condições de estudo, mais cultura e lazer, bem como mais possibilidade de aposentadoria, considerando que o campo já tem seus atrativos como custo de vida mais barato, melhor qualidade de vida, hospitalidade, estar próximo da família e a relativa liberdade do agricultor em não depender de um patrão.

A permanência dos jovens no assentamento também pode ser relacionada à condição econômica que precisa ser ampliada e agregada com tecnologia que ajude o jovem agricultor a produzir com eficiência ou poder aderir às novas alternativas produtivas.

Os jovens do campo dividem algumas preferências com os jovens da cidade e o acesso às tecnologias é de interesse de ambos, pois o jovem cidadão busca, cada vez mais, novas tecnologias. E o jovem rural anseia ter acesso a estas por acreditar que facilitam sua permanência em seu meio social, agregam valor ao seu trabalho e à sua produção, expectativas que não necessariamente se concretizam por meio das tecnologias.

A pesquisa Incra/Uniará mostrou que, na visão dos pais, a permanência dos filhos depende de infraestrutura para que os jovens fiquem e deem continuidade ao trabalho e à sobrevivência na terra. A questão de educação, cultura/lazer e infraestrutura foi uma das maiores reivindicações dos pais. Para tanto, o futuro dos assentamentos depende de arranjos e melhorias de políticas públicas, planejamento e organização dos atores envolvidos nesse processo.

Nesse sentido, é necessário criar atrativos que transformem o meio rural em um local adequado para os projetos de vida dos jovens, e a valorização da agricultura familiar deve ser um elemento estratégico para reorientação das políticas que visam ao desenvolvimento rural perpassando também pela educação.

O artigo, ao relacionar a juventude e o futuro, procura contrapor-se ao equivocado diagnóstico de que o desenvolvimento dos assentamentos não prospera em virtude da evasão dos jovens. As expressões de resistência aqui relatadas mostram que, entre o ficar ou sair do assentamento, há mediações que necessariamente devem ser resgatadas. Especialmente porque os assentamentos têm dado mostra de que estão cada vez mais entre as possibilidades do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. 3. ed. São Paulo/SP: Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 2009.

CALDART, Roseli S. Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia. **Currículo sem fronteira** [on-line], v. 3, p. 50-59, jan./jun. 2003. Disponível em <http://bibliotecadigital.conevyt.org.mx/colecciones/documentos/Catedra_Andres_Bello/Agosto%202007/Lecturas/pedagogia_sin_tierra.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília/DF: MDA; Araraquara/SP: Uniara, 2008. p. 151-170.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. **Retratos de assentamentos**, Araraquara/SP, Uniara, Nupedor, n. 09, 2004.

LUCINI, Marizete. Memória. Cap. 3. In: **Memória e história na formação da identidade sem terra no assentamento conquista na fronteira**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2007. p. 87-106.

MASCARO, Luciana. P. **Arquitetura e modo de vida no assentamento Rural Bela Vista do Chibarro**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia; OLIVEIRA, Sibebe V. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar nas localidades de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS**. Porto Alegre/RS: Sober, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

VANTROBA, Eléia A. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem no campo no seu ambiente**. Irati/PR: PDE, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf?PHPSESSID=2010012508181580>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

WHITAKER, Dulce C. A.; SOUZA, Marinaldo Fernando de. A permanência dos jovens nos assentamentos de reforma agrária: um rosário de equívocos. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Org.). **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, Uniara/Nupedor, n. 10, p. 113-125, 2006.

JUVENTUDE RURAL, GÊNERO E QUESTÃO AGRÁRIA: UMA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE CEARENSE A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO “JUVENTUDE E COOPERAÇÃO AGRÍCOLA”

Evelyne Medeiros Pereira
Francisco Brenno Soares Cavalcante
Larisce Nogueira de Oliveira

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como base as experiências desenvolvidas no estado do Ceará, mais precisamente na região do Sertão Centro-Sul, no âmbito da extensão universitária junto à juventude do campo. Referimo-nos particularmente às ações do projeto “Juventude e Cooperação Agrícola”, desenvolvido desde janeiro de 2012 por um grupo de docentes e discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *Campus Iguatu*, em parceria com o Ministério das Comunicações (MiniCom) e a Secretaria de Inclusão Digital (SID) do Governo Federal.

O projeto, que tem como objetivo geral capacitar a juventude do campo visando ao fortalecimento da organização política e produtiva dos assentamentos e das comunidades rurais da região¹³, por intermédio da cooperação agrícola e da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), vem possibilitando o desenvolvimento de ações que conjugam extensão, pesquisa e ensino. Isso, além de fortalecer os espaços coletivos e as alternativas para a convivência dos jovens¹⁴ no campo, tentando identificar as potencialidades e as mais diversas dificuldades enfrentadas por tais sujeitos.

Diante desse objetivo, foi fundamental o conhecimento sobre a realidade, especialmente para identificar as contradições existentes nas comunidades acompanhadas, além de permitir traçar o perfil básico dos jovens que vivem nessas áreas. Contradições essas que, a nosso ver, não podem ser analisadas e explicadas somente pela dinâmica interna dos assentamentos rurais. Observar as mediações existentes entre a esfera local e global foi, então, para o desenvolvimento desta análise, principal ferramenta, pois seria ingênuo supor que, somente na esfera do poder local, pudessem ser superadas as contradições de classe na ordem do capital.

13 Dentre as comunidades acompanhadas, centralizamos nossas ações nas seguintes: três assentamentos federais (Chico Mendes; Bom Lugar; Aleudo), localizados no município de Icó; dois estaduais (Umarizeira, no município de Ipaumirim, e Virador, no município de Acopiara); além de duas comunidades de pequenos agricultores (Várzea Redonda, localizada no município de Quixelô, e Minador, distrito de Jucás).

14 A partir de então, para fins didáticos, utilizaremos a concordância dos verbos (plural) no masculino, mas compreendemos que esta linguagem não contempla os gêneros, refletindo uma construção histórica de uma sociedade pautada em relações humanas hierárquicas e desiguais entre homens e mulheres.

Ressaltamos também alguns procedimentos teórico-metodológicos utilizados para subsidiar a análise da realidade e responder aos objetivos propostos. Dentre estes, a observação de campo, análise documental e revisão bibliográfica.

Para o desenvolvimento das ações do projeto, foi necessário, antes de tudo, conhecer e definir os municípios onde havia um maior potencial de organização de jovens em assentamentos e comunidades rurais. Para isso, contamos com a contribuição dos movimentos sociais e das entidades que já atuam historicamente na região, nossos principais interlocutores, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Caritas Diocesana de Iguatu, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icó (STR) e a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP).

Com isso foi possível a concretização da primeira etapa do projeto, que consistiu em uma aproximação da realidade, por meio de compilação de documentos e informações oficiais com órgãos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas para o campo em âmbito municipal, estadual e federal (prefeituras, IBGE, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – Idace, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, etc); visitas aos assentamentos rurais e comunidades de pequenos agricultores organizadas; além da elaboração de um mapeamento geral da realidade encontrada, o que também tornou possível a delimitação do público-alvo das ações de extensão.

Posteriormente, foram desenvolvidas capacitações e trocas de experiências com a participação dos jovens, identificados com potencial organizativo. É importante destacar que esses espaços de formação tiveram como objetivo fazer dos jovens sujeitos do conhecimento e da ação, e não apenas receptores, ressaltando a importância da comunicação entre os instrutores das formações e os jovens ser marcada por uma relação de reciprocidade, para que exista assim “o acordo entre os sujeitos reciprocamente comunicantes” (FREIRE, 1977, p. 67). Acordo este de suma importância dentro do processo de extensão.

As capacitações ocorreram tendo como referência a *pedagogia da alternância* (CALDART, 2004), priorizando dois momentos: o “tempo escola” e o “tempo comunidade”. O “tempo escola” aconteceu mensalmente, em que priorizamos formações com temas voltados para o objetivo geral do projeto, tais como “Questão agrária no Brasil e os desafios para a juventude do campo”, “Cooperação agrícola e gestão coletiva”, “Comunicação popular e juventude” e “A importância das TIC’S”. Simultaneamente a essas ações, os bolsistas e docentes têm garantido a realização das atividades do “tempo comunidade” por meio de visitas aos assentamentos e às comunidades para a orientação dos jovens no desenvolvimento de ações em suas localidades. É importante ressaltar que estas atividades são orientadas pelas temáticas do “tempo escola”.

A terceira etapa teve como objetivo a criação de uma “rede de jovens” na região Centro-Sul, por intermédio das TIC, com o intuito de desenvolver ações permanentes em parceria com o IFCE, visando fortalecer a organização produtiva e a atuação política, principalmente no âmbito da cooperação agrícola, além da promoção de seminários e vivências, feiras comunitárias, elaboração e publicação de cartilha para “formação de formadores”, livro com

relatos de experiências, e vídeo-documentário sobre o processo de extensão e as trajetórias da juventude do campo na região.

Observando as diferenças e potenciais existentes na trajetória das comunidades com presença marcante dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito às experiências de organização política e gestão coletiva da produção, com a participação da juventude, priorizamos as áreas de influência desses movimentos que são os nossos principais interlocutores com os jovens participantes das atividades desenvolvidas na extensão.

Desde o início das ações, observamos a importância do processo de extensão para os discentes graduandos dos cursos de Serviço Social, Licenciatura em Química e Tecnologia em Irrigação e Drenagem do IFCE, que têm a oportunidade de refletir sobre as condições concretas e históricas em que desenvolverão suas práticas profissionais; de assumir uma postura crítica aliada à competência técnica e ao compromisso político do seu papel na sociedade; e de vivenciar e desenvolver habilidades na operacionalização de saberes teórico-metodológicos na elaboração, na organização e avaliação de projetos multi e interdisciplinares.

Todo esse processo também vem possibilitando conjunto de reflexões e trocas de experiências entre os jovens – tanto aqueles que vivem no campo como os bolsistas de extensão que, por vezes, apresentam trajetórias de vida bastante semelhantes – demandando a sistematização e análise da realidade da juventude rural, o que viabilizou a observação de um conjunto de condicionantes que incidem na realidade das comunidades rurais, rebatendo particularmente na vida dos jovens dessas localidades. Tais condicionantes são expressos no cotidiano da população do campo de diversas formas, como: falta de uma política pública de acesso à terra mais ampla nos municípios; falta e/ou precarização no acesso aos serviços públicos básicos, como educação e saúde; as vias de acesso, escoamento e transporte, em suma, em péssimas condições; forte diferenciação dos papéis sociais de gênero nos processos de organização e decisão coletiva; grande saída de jovens das localidades em busca de emprego nas cidades-sedes dos municípios ou nos grandes centros urbanos, principalmente na região Sudeste, em muitos casos, para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, na construção civil ou no comércio, em condições, em geral, de informalidade e muita exploração da força de trabalho.

Assim, diante das múltiplas expressões da “questão social”¹⁵ no Sertão Centro-sul cearense, partícipe de uma dinâmica que extrapola os limites territoriais, buscamos compreender como vive e se organiza a população do campo nas áreas de reforma agrária da região com a particularidade de gênero e geração. Partimos do pressuposto de que, para analisar tais relações, é fundamental uma conexão com os aspectos que configuram a formação social do Brasil, atravessada pela questão agrária, fazendo uma interlocução entre a realidade e os autores que discutem tal temática.

15 Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, emergem os conflitos sociais através do aprofundamento da “questão social”, aqui apreendida, segundo Iamamoto (2004, p. 27-28), “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (...). Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”. As classes sociais assim, com o agravamento da “questão social”, acirram conflitos na tentativa incessante de se reproduzirem enquanto tal (classes).

QUESTÃO AGRÁRIA E JUVENTUDE: ANÁLISE PRELIMINAR

A formação social do Brasil, com suas particularidades históricas, reflete uma forma bastante peculiar de desenvolvimento do capitalismo, sendo atrelado substancialmente ao seu caráter agrário, atravessado por relações conservadoras, escravocratas e de heteronomia, subsidiando o “desenvolvimento desigual e combinado”, conforme nos indica Florestan Fernandes (2007). A atividade agrícola e a questão fundiária foram, portanto, a base do avanço do capitalismo no país, desde o período de colonização, viabilizando historicamente a acumulação de capital.

De acordo com Yamamoto (2007, p. 136), a questão agrária no país é decisiva para a compreensão das formas históricas assumidas pelo Estado “mediante os interesses de classes vinculados à propriedade territorial na composição política do poder interferindo nas grandes transformações operadas na vida da nação”.

A conjuntura brasileira contemporânea, tal como nos demais países latino-americanos, vem sendo atravessada por aspectos que marcam o advento e avanço do agronegócio¹⁶ e do processo denominado por alguns autores de “reprimarização da economia” (PETRAS; VELTE-MEYER, 2009), o que nos faz perceber o permanente e central interesse do capital na questão fundiária, especialmente em territórios de capitalismo dependente (FERNANDES, 2006).

Vale destacar que no Brasil temos uma das taxas mais elevadas de concentração de renda, riqueza e propriedade fundiária, o que aprofunda as contradições entre riqueza e pobreza, classes e regiões. Sobre isto, evidenciamos que “os 10% da população ocupada com os rendimentos mais elevados concentraram 42,5% do total de rendimentos de trabalho, enquanto os 10% com os rendimentos mais baixos detiveram 1,2% do total das remunerações” (IBGE, 2009).

Os reflexos dessa situação implicam, sobretudo, a população jovem e pobre. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em estudo intitulado “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” de 2008, existem 51 milhões de jovens entre 15 e 19 anos no país, ou seja, quase 1/3 da população brasileira. Em relação ao acesso às políticas públicas, a exemplo da educação, o percentual de jovens matriculados no ensino superior é de apenas 13% entre os jovens de 18 a 24 anos, incidindo também sob o desemprego que atinge 46% do total de jovens entre 15 anos e 29 anos. Já os 50% dos ocupados entre 18 anos e 24 anos são assalariados sem carteira assinada. Em média de 31% dos jovens de 15 a 29 anos apresentam renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo, condição mais agravante para as mulheres e também para os negros que representam 70% dos jovens pobres.

16 O agronegócio é caracterizado como um modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, explorador e expropriatório para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento”. O agronegócio “consorcia de forma mais contundente a fusão de interesses entre setores agropecuários, industriais e financeiros, nos mais diferentes ramos e cadeias produtivas” (THOMAZ JR, 2008, p. 276).

No que tange questões como o êxodo rural no Brasil, para Barcellos (2012), em 2010 havia aproximadamente um total de 8.060.454 jovens na zona rural. Na região Sudeste, a população rural caiu de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). As regiões Sul e Nordeste também tiveram perda da população do campo: constata-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que 1 milhão da população que migra são jovens rurais (18-29 anos), isto é, metade da migração do campo para a cidade é de jovens.

Assim, mesmo diante do desenvolvimento mais recente da política de criação de assentamentos rurais, de algumas “tímidas” iniciativas à agricultura familiar, da expansão e descentralização de políticas públicas, a exemplo da educação¹⁷, há uma tendência em bastante relevo, já indicada por Abramovay (1998), de “envelhecimento e masculinização do campo”, o que pode representar um entrave para o próprio projeto de reforma agrária, defendido e construído por diversas organizações de trabalhadores.

Tais condições revelam o caráter estrutural e histórico do modo de produzir, distribuir e acumular bens materiais e riqueza no capitalismo contemporâneo, tendo como principal expressão o pauperismo no campo e nas cidades, expresso particularmente na vida dos jovens (PEREIRA, 2011).

A REALIDADE DO SERTÃO CENTRO-SUL CEARENSE E A PARTICULARIDADE DE GÊNERO

A questão agrária possui uma configuração particular no Nordeste. Ao olharmos para a realidade do sertão cearense, percebemos fortes traços das relações de poder na região, tanto na esfera política quanto na econômica, alicerçada pelo “coronelismo” e “paternalismo”. Essa prática, comum nos tempos remotos, hoje ainda é frequente, porém com um viés “moderno”, representando uma aliança entre as famílias tradicionais e o empresariado transnacional, em outras palavras, viabilizando a “modernização conservadora”¹⁸, que tem hoje como expressão a existência, nas entranhas do moderno agronegócio, de relações patriarcais, pautadas na lógica do favor, na autoridade masculina e opressão de gênero, dos “clãs familiares”, conforme caracterização de Nobre (2010).

A região centro-sul cearense não difere, em seus aspectos gerais, da realidade do estado. Trata-se de uma região semiárida que tem o município de Iguatu como polo econômico. Este, durante muito tempo, teve sua economia assentada na cotonicultura, tendo sido o maior

17 Em relação à realidade cearense, é importante atentar para algumas políticas públicas atualmente desenvolvidas na região do Sertão Centro-Sul, muito embora ainda concentradas no perímetro urbano. Chamamos atenção especial para a instalação, nos últimos anos, de instituições municipais, estaduais e federais que desenvolvem ações no âmbito educacional. Ressaltamos a existência de algumas unidades de ensino básico, técnico e tecnológico/superior no município de Iguatu, tais como: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

18 Em linhas gerais, a formação social do país é permeada pela coexistência do “moderno” e do “arcaico”, “recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-las, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira (...). O novo surge pela mediação do passado” (IAMAMOTO, 2007, p. 128). Tal processo também é chamado de “modernização conservadora”. Desta forma, a inserção do país na divisão internacional do trabalho deu-se com o avanço das forças produtivas modernas, acompanhada por relações de trabalho retrógradas.

produtor do estado e um dos principais do Nordeste. Na economia da região predominam atividades próprias do setor de serviços e da agropecuária.

A população considerada rural representa uma parcela expressiva nesses territórios, constituindo aproximadamente 50% da demografia local, segundo Perfil Básico Regional (2011) elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Sobre isto, destacamos que a população com faixa etária de 10 a 24 anos constitui a maior parte da população urbana e rural da região.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (2008), os territórios abrangem algumas áreas de assentamentos rurais federais e estaduais que têm como principais sistemas de produção a agricultura e a pecuária, em sua maioria de subsistência. A mão de obra utilizada para a realização do cultivo dessas áreas em quase sua totalidade é de origem familiar. Já a venda da produção é realizada por intermédio de atravessadores ou no mercado local. Os trabalhadores, por sua vez, utilizam técnicas de manejo, sendo as mais comuns o consórcio de culturas.

Ainda existem muitas dificuldades no âmbito socioeconômico. Os trabalhadores, geralmente, sofrem com a falta de assistência técnica continuada, além de outras políticas públicas de caráter mais estruturante que ofereçam condições efetivas para uma organização social e produtiva que viabilize a melhoria na autossustentação e na qualidade de vida, inclusive, dos jovens. Estes, em sua maioria, tendem a deslocar-se para as cidades mais próximas em busca de alternativas de trabalho e estudo.

Como observamos, o êxodo rural continua sendo um fenômeno bastante contemporâneo na vida das pessoas dessa região, sendo o principal sujeito desse processo a população jovem e pobre.

Tal fato assume proporções nacionais. De acordo com Abramovay (1998), de 1991 a 2000 houve redução de 26% da população jovem do campo, sendo o movimento migratório caracterizado pela forte concentração na faixa etária de 20 a 24 anos e no contingente feminino, representando 52% do total de migração jovem. Assim, mesmo diante do desenvolvimento mais recente de uma política de criação de assentamentos rurais, há uma tendência em bastante relevo de envelhecimento e *masculinização* do campo, como indica o autor, que pode representar um entrave na viabilização da reforma agrária no país.

Não podemos entender tal processo sem observar suas múltiplas determinações. Dentre estas, ressaltamos a construção histórica dos papéis sociais de gênero, alicerçada na perpetuação do sistema patriarcal, tendo como reflexo a naturalização da violência contra as mulheres, que se restringem aos espaços privados; na heteronormatividade e controle da sexualidade; no peso da autoridade paterna no seio familiar; na falta de participação das mulheres nos espaços públicos e na política das comunidades, “o que reforça a ‘saída’ de casa e do assentamento como forma de alcançar a autonomia”. (CASTRO, 2009, p. 193). O êxodo rural, portanto, tem recorte de sexo, idade e etnia, sendo acompanhado, em geral, pelo abandono dos estudos e pela inserção em jornadas de trabalho, especialmente doméstico, sem a garantia de direitos nos pequenos, médios e grandes centros urbanos.

Durante o desenvolvimento das ações de extensão do projeto, percebemos, em geral, que a participação das mulheres nesses assentamentos e comunidades rurais dá-se de forma ampla no que diz respeito às atividades domésticas, religiosas, no serviço público – enquanto agentes de saúde e professoras, coordenadoras, diretoras e auxiliares de serviços gerais nas escolas locais –, no acréscimo da renda familiar com a confecção de artesanato, contribuindo ainda na produção agrícola, sendo esta atuação entendida como “ajuda”, complemento da renda familiar.

As mulheres, em suma, continuam sendo vistas apenas como mantenedoras do espaço doméstico, associadas às atividades com viés caritativo e de cuidados, sendo que, na maioria das vezes, acabam multiplicando sua jornada de trabalho: em casa e na roça. Dessa forma, a vida das jovens no campo ainda é marcada pela invisibilidade e inferioridade de seu trabalho.

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Desse modo, o trabalho nas comunidades rurais é organizado levando em consideração a divisão sexual, criando diferenciações sociais profundas. As mulheres, responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos; os homens, pelo trabalho produtivo, gerador de renda e sustentação financeira da família.

Essa realidade não se diferencia do contexto macroscópico em que o trabalho da mulher é desvalorizado tanto no meio rural como no urbano, onde a superexploração do trabalho da mulher funciona como estratégia de acumulação de capital. Sobre isso, lembramos a atual reconfiguração do mundo do trabalho que, segundo Antunes (2003), é marcada por transformações próprias do “novo” ciclo de acumulação capitalista. O toyotismo (ou acumulação flexível¹⁹), além de afetar decisivamente as formas de organização econômica do trabalho, também afeta o processo político e ideológico de organização do sujeito desse trabalho. Para o autor, tais mudanças vêm produzindo uma constante expansão no desemprego, que atinge o mundo em escala global. Isto, além de “modalidades de subemprego”, com a intensificação da dupla jornada de trabalho das mulheres, a utilização de mão de obra infantil e migrante.

No que se refere à participação e organização política nos assentamentos e nas comunidades rurais acompanhados pelo projeto de extensão, são poucos os que existem a atuação feminina nos espaços de decisões coletivas. Muitas vezes a participação desse segmento é vetada pela incompatibilidade entre os horários das assembleias e demais espaços de organização e dos afazeres domésticos.

19 Toyotismo ou ohnismo é um modelo produção japonês que se difundiu nos anos 1980. Baseia-se no sistema de acumulação flexível, utilizando a alta tecnologia da microeletrônica, objetivando a ampliação da produtividade da massa trabalhadora. Trouxe como consequência o aumento da taxa de exploração da força de trabalho; no plano ideológico, “conquista” a mente do trabalhador: “buscava capturar a consciência operária a partir de iniciativas educativas extra fábrica”. Este se torna não mais um operário, mas um colaborador. O perfil de trabalhador exigido é o polivalente, aquele que exerce diversas funções dentro da empresa, e isso contribui na elevação do índice de desemprego.

Contraditoriamente, observamos algumas iniciativas presentes especialmente em comunidades onde existe atuação de organizações e movimentos sociais do campo, tais como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas Diocesana e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este, inclusive, vem apresentando em sua estrutura organizativa a demanda pela criação de setores específicos de gênero e de juventude. Essa relação tem favorecido o desenvolvimento de ações no âmbito organizativo e produtivo relevantes, inclusive com a presença de jovens. A realização e participação na Marcha das Margaridas²⁰ é um exemplo.

Entretanto, a presença de movimentos que pautem a necessidade da auto-organização das mulheres no campo, a exemplo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)²¹, ainda é rara no estado do Ceará e, especialmente no Sertão Centro-Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das experiências e reflexões desenvolvidas a partir do projeto de extensão “Juventude e Cooperação Agrícola”, podemos, portanto, perceber as particularidades que caracterizam a realidade do Sertão Centro-Sul cearense. Dentre essas, chamamos a atenção para o fenômeno do êxodo rural da juventude que só pode ser analisado levando em consideração os determinantes sócio-históricos que conformam a questão agrária e incidem diretamente nas relações de gênero e geração.

Assim, partimos do pressuposto de que a realidade das comunidades e dos assentamentos rurais não está apartada das contradições que permeiam as relações sociais no contexto nacional e mundial. Para isso, é fundamental ter a clareza de que a realidade apresentada a nós é multifacetada, possuindo diversas expressões da mesma questão. Nesse sentido, priorizamos em nossa análise os aspectos gerais que conformam a vida dos jovens e das mulheres da zona rural na região do sertão cearense.

Constatamos que o fenômeno ainda bastante atual das migrações juvenis atinge de forma particular as mulheres, visto que ainda predominam as relações patriarcais nas comunidades, definindo papéis sociais de gênero marcados pela desigualdade e opressão, não só pela diferenciação entre sexos. Tal condição influencia diretamente na falta de participação e na dificuldade encontrada pelas jovens de auto-organização.

Dessa forma, é incontestável que a falta e precarização de políticas públicas no campo, ou mesmo a estagnação de uma política de reforma agrária ampla e justa, é um dos principais aspectos que influenciam diretamente na reedição do êxodo rural entre os jovens. Por isso,

20 Movimento fundado em 2000 por mulheres trabalhadoras rurais que lutam contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Coordenado pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – Contag, por 27 federações (Fetags) e mais de 4.000 sindicatos, sua realização conta com ampla parceria, inclusive a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <www.blogueirasfeministas.com>. Acesso em: 2 out. 2012.

21 Movimento de mulheres do campo, organizado em 18 estados do Brasil, existente há mais de 20 anos. Dentre as suas reivindicações, destacamos o “Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos”. Disponível em <<http://www.mmcbrazil.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

faz-se necessário discutir e implementar políticas que dialoguem com as demandas próprias da juventude do campo, com suas mais diversas particularidades, tal como a de gênero, viabilizando condições dignas de vida no campo.

Por outro lado, observamos também a importância da juventude rural nos espaços de organização, resistência e reivindicação de trabalhadores, tais como movimentos sociais e sindicatos rurais. Em relação às ações de extensão, vale destacar que o público feminino é o que mais tem participado, inclusive em atividades externas às comunidades. Destacamos ainda que, das áreas acompanhadas, aquelas com mais organização coletiva e vínculo com movimentos sociais apresentam mais condições de participação das mulheres.

Por fim, acreditamos que avaliar as contradições, os limites e os potenciais presentes na dinâmica local, que caracterizam as relações de gênero e geração no campo, poderá servir como subsídio a mais nos processos organizativos dos trabalhadores do campo, especialmente no que tange à juventude. Esperamos também que os resultados das ações por nós desenvolvidas possam contribuir para a construção de estratégias, especialmente no âmbito das políticas públicas, que realmente respondam aos anseios da população do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A juventude rural e as políticas públicas no Brasil**: alguns dados e questões. 2012. Disponível em: <www.pjr.org.br>.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTRO, Elisa Guarana de. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e Reforma Agrária**. In Revista Proposta, RJ, Edur, nº107/108, dez. 2005/ mar. 2006.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** [online], v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2009000100008&script=sci_arttext>.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

_____. O que é revolução. In: CAIO, Prado Jr.; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2004/2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ (IDACE). 2008. Disponível em: <www.idace.ce.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. 2008. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Perfil Básico Regional**. 2011. Disponível em: <www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2013.
- NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Cercas e secas na história do Ceará: expressões da “questão social”. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., **Anais...** 6-10 dez. 2010.
- PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Cooperação e hegemonia na dinâmica do capitalismo contemporâneo: a cooperação agrícola e organização política dos trabalhadores rurais na Lagoa do Mineiro/Ceará**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2011.
- PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Dinámica del poder político en América Latina. In: BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos (Org.). **Coyuntura actual, latinoamericana y mundial: tendencia y movimientos**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Latinoamericana de Serviço Social. Série Antologias, v. 14).
- SANTOS, Michela Katuscia Calaça Alves. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- THOMAZ JR., Antônio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campepinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JUVENTUDE RURAL ORGANIZADA NO ENFRENTAMENTO AO ÊXODO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS COLONOS ECOLOGISTAS DA REGIÃO DE TORRES - ACERT, RS/BRASIL

Taciane Lais da Silva

INTRODUÇÃO

O espaço rural, já esvaziado, vem sofrendo com o gradativo aumento do envelhecimento e da masculinização da sua população, em consequência do êxodo massivo de jovens e mulheres, os quais abandonam o campo em busca de melhores condições de vida, vislumbradas no espaço urbano. Diante desse contexto, a temática juventude rural e êxodo aparece como preponderante para se pensar e projetar o desenvolvimento do campo.

A juventude rural é pautada por realidades diversas, balizadas por condições e necessidades específicas, as quais influenciam na construção de diferentes identidades. Contudo, é crescente a influência que estas identidades vêm sofrendo por parte dos meios de comunicação, via anúncios que estão sempre tentando alienar e estimular as pessoas a valorizar o ser humano pelo que possui, induzindo assim ao crescente nível de consumo. Diante desta realidade há que se dispensar especial atenção aos jovens rurais, visto que estes acabam sofrendo influência de propostas e ideais direcionados a realidades e modos de vida de jovens urbanos e que, por sua vez, criam diversas expectativas que direcionam ao deslocamento do jovem rural para a cidade.

Nesse contexto há que se ressaltar que é comum ao jovem projetar o futuro e consequentemente criar expectativas de cunho profissional e familiar. Sendo que, tais perspectivas alcançam tanto jovens do espaço urbano como do espaço rural. Contudo, há que se considerar suas identidades diferenciadas.

Em meio às reivindicações da juventude rural, que inclui em seus projetos futuros a permanência no campo, há que se considerar uma série de melhorias a serem alcançadas, dentre as quais estão: acesso a lazer; espaços de convivência, onde seja possível manifestar sua cultura; qualidade de serviços, como saneamento básico, saúde e educação.

Os aspectos apresentados anteriormente merecem especial atenção ao se tratar de juventude rural, visto que remetem à conjuntura atual do campo, em que o esvaziamento, o envelhecimento e a masculinização, consequência do êxodo, sobretudo, de jovens e mulheres, crescem significativamente.

Se o êxodo por si só torna-se um processo de entrave à continuidade da população rural, a situação se agrava quando a migração é seletiva. “O êxodo seletivo da mulher acaba incentivando o homem a também abandonar o rural, ou assumir a vida solitária, de celibatário, já que dificilmente as moças da cidade aceitam um casamento onde precisarão residir

no meio rural [...]” (RAUBER, 2010). Desde a década de 1970, a saída da população jovem feminina foi superior à masculina (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Desta forma, o meio rural gradualmente está com uma configuração demográfica e social mais envelhecida e masculinizada e, por consequência, com menos atrativos e perspectivas. Ao se observar as dificuldades enfrentadas pelos jovens para conseguir ficar no espaço rural com qualidade de vida, renda adequada, entre outras necessidades, fazem-se necessárias alternativas que garantam seus direitos e os permitam almejar melhores perspectivas nesse meio.

Para tanto, destaca-se a importância da organização da juventude, pois conforme enfatizado por Castro (2009):

[...] as organizações e as muitas expressões identitárias de juventude, ontem e hoje, contribuíram para a visibilidade das muitas juventudes. A principal contribuição foi demonstrar que aqueles que são organizados como juventudes têm algo a dizer sobre ser jovem no mundo atualmente e os problemas específicos que enfrentam.

Essas organizações podem estar formatadas de diversas maneiras, seja através de grupos informais de produtores, seja associações ou cooperativas, e nelas está contida a demanda de gerar alternativas para aumentar a renda e melhorar as perspectivas no meio rural, de forma que estas estejam articuladas a uma produção sustentável e socioambiental adequada com o meio social.

Na busca em contribuir para essa discussão, o presente trabalho analisa como a atuação de uma organização da juventude rural pode estar contribuindo para a permanência do jovem no campo. O objeto de análise escolhido para o estudo foi a Associação dos Colonos Ecológicos da Região de Torres – Acert, localizada em Três Cachoeiras, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

O município de Três Cachoeiras é composto por uma população 10.217 habitantes, dentre os quais 7.501 residem na área urbana e 2.716 compõem a população rural (IBGE, 2010). Sendo esta população descendente, preponderantemente, das etnias alemã e italiana (SCHAEFFER, 1986).

De acordo com o IBGE (2010), a economia do município tem participação preponderante do setor de serviços, sendo seguido pela agropecuária e indústria, setores que apresentam participações equivalentes. Sendo que o setor agrícola está baseado no cultivo de hortifrutigranjeiros, tendo por principais produtos banana, cana-de-açúcar, repolho e aipim (VIEIRA, 2010).

A Acert foi fundada em 1991 por jovens da região que ousaram se organizar e criar uma estratégia para conseguirem permanecer no meio rural. A criação desta organização contou, ainda, com o apoio e incentivo da Pastoral da Juventude Rural – PJR, Comissão Pastoral da Terra – CPT e alguns padres que apoiam essas iniciativas. Esse auxílio esteve em torno das relações humanas e de aspectos técnicos e organizativos para a formação associativa, produção diversificada e diferenciada, industrialização e comercialização direta dos produtos.

Atualmente a associação está composta por 28 famílias dos municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba e Dom Pedro de Alcântara. A partir dessa realidade, junto a Acert, acompanhou-se a luta e resistência no campo, em que jovens rurais estão inseridos. Observou-se o processo de construção de suas identidades, as experiências alternativas de produção e a participação nas decisões relativas as unidades de produção.

METODOLOGIA

O foco de análise empírica deste trabalho foi a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres, localizada na região do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Três Cachoeiras.

Os métodos de pesquisa que serviram de base para a construção desta pesquisa são de caráter qualitativo. No primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual se levantaram dados sobre o município, a associação, bem como buscaram-se autores que trabalham nos temas da juventude e desenvolvimento rural.

A etapa posterior consistiu na pesquisa de campo, a qual foi constituída por três fases. Primeiramente foram realizadas entrevistas abertas com 27 agricultores, sobre como e por que se organizam na forma de associação e qual a dinâmica de funcionamento administrativo da Acert.

Observou-se que na associação se organizam em três grupos: Acert Raposa, Acert Três Passos e Acert Mampituba. Essa divisão se deu devido ao aumento dos associados, também para facilitar a logística das vendas e para melhor organização. Cada grupo possui um coordenador, um ônibus próprio para levar as suas mercadorias à feira, e reúnem-se ordinariamente uma vez por mês.

A Acert conta com 28 famílias associadas, isso corresponde a algo em torno de 112 pessoas e conta com a colaboração de várias redes, ONGs, movimentos, cooperativas, associações, entre outros. Um exemplo destes é a associação Terra Livre, responsável pela formação política dos agricultores, composta por jovens da PJR, sendo que parte destes, por sua vez, são filhos dos produtores da Acert.

Na segunda etapa do referido trabalho, realizou-se uma vivência nos espaços de produção da associação. Estes agricultores trabalham com a produção agroecológica há 20 anos. Nas propriedades visitadas observou-se o envolvimento de todos os membros da família nas atividades de produção e industrialização dos produtos também. Em uma terceira etapa de trabalho, acompanhou-se a comercialização dos produtos nas feiras e cooperativas de consumidores. O comércio dos produtos ecológicos da Acert se dá de três formas: nas feiras de produtos ecológicos, nas cooperativas de consumidores e para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Nesta etapa percebeu-se que a juventude participa de forma bastante significativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As experiências vivenciadas na Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres permitiram traçar uma visão analítica frente às estratégias desenvolvidas pelos componentes da organização para enfrentar o êxodo rural.

Pode-se verificar a necessidade de alternativas de produção que criem novas possibilidades em torno do meio rural local, as quais permitam aos jovens novas expectativas sobre seus projetos de vida. A Acert desponta, ainda, como um laboratório que possibilita explorar e aprender com as diversificadas culturas e realidades locais inseridas no contexto da agricultura familiar típica da região. E o trabalho proporcionou um embasamento para entender, de fato, como é possível e sustentável trabalhar com agroecologia. As atividades realizadas pelos jovens são conciliadas com os horários da escola, sendo que a maioria estuda no turno da manhã. Portanto, o turno da tarde é utilizado para trabalhar nos processos produtivos, tais como plantio, colheita, manejo, planejamento e organização da unidade de produção e/ou preparação dos produtos para comercializar nas feiras.

Foi possível verificar que os agricultores, inclusive os jovens, têm consciência da importância do seu trabalho na sociedade. Sendo, a organização dos produtores importante instrumento para que os agricultores se reconheçam enquanto atores de grande significado social, visto o grande sucesso e satisfação alcançados com as atividades e estratégias desenvolvidas a partir da associação. Os produtores se sentem respeitados e valorizados em todos os espaços da Acert, conseguindo melhores oportunidades de comercialização, por exemplo, vender produtos para merenda escolar através do PAA. Também possuem maior credibilidade para lutarem por seus direitos e, por estarem organizados, conseguem receber assistência técnica especializada.

A assistência técnica prestada à associação é realizada por uma organização não governamental – ONG, o Centro Ecológico²², a qual presta assessoria às organizações de agricultores familiares na produção, no processamento e na comercialização de alimentos ecológicos e também na formação de cooperativas, como as de consumidores.

A certificação de produtos ecológicos da Acert é feita pela rede Ecovida. Os três grupos da Acert utilizam o mesmo selo para a comercialização dos produtos, que é abrangido pelo Núcleo de Certificação Litoral Solidário, o qual abrange os três estados do sul.

São realizadas assembleias gerais de dois em dois meses com todos os associados, e uma vez por mês são feitas as reuniões por grupos. Nestes espaços também é efetivado o planejamento da produção com a participação de todos, sempre levando em consideração as preferências do produtor adequando ao que o meio ambiente permite. Os jovens, principalmente os que possuem mais formação na área agrícola, contribuem significativamente neste processo. Todos

²² ONG que trabalha para que a população tenha acesso a alimentos sem agrotóxicos produzidos pela agricultura familiar através das Cooperativas de Consumidores do Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia.

os grupos da Acert podem comercializar em todas as feiras e cooperativas, mas cada grupo faz sua contabilidade. As feiras acessadas pelo grupo acontecem todos os sábados pela manhã, sendo que cada grupo abastece de mercadorias seu ônibus e se desloca até as feiras de Porto Alegre ou até a feira de Torres. Geralmente na volta das feiras, quando sobram produtos, os agricultores fazem trocas. Os produtores demonstram estar bem satisfeitos com as vendas, com a produtividade e com o modo organizacional da associação.

A juventude da Acert tem suas opiniões, ideias e trabalho respeitados e valorizados em todas as etapas descritas anteriormente. Isto se evidencia, por exemplo, quando um(a) jovem dá sua opinião sobre como deve ser a logística dos produtos na tenda da feira, quais as melhores lavouras com as culturas adequadas para fazer a rotação, épocas de plantio e colheita das produções agrícolas. O trabalho destes não é apenas considerado ajuda, mas sim reconhecido como importante.

Conforme descreveram Costa e Ribeiro (2004),

[...] as associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais, assim como os conselhos municipais de desenvolvimento rural mostram-se como novas formas de agregação social, que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse e os sindicatos, com uma função de socialização se constituem, hoje, como mais um canal de participação e de representação.

A agroecologia se constitui como outra alternativa utilizada pelo grupo, pois agrega valor à produção e preserva a saúde do produtor. A alternativa de uma produção sustentável é somada ainda à preservação do meio ambiente e valorização da vida. Os pais dos jovens e das crianças afirmaram ficar despreocupados em relação ao contato dos filhos com a produção, pois o fato da não utilização de produtos químicos garante mais tranquilidade em relação a não contaminação das pessoas, além de otimizar o controle biológico de pragas e doenças de plantas. Despontando assim como uma estratégia de sobrevivência no campo, com mais saúde, biodiversidade, equilíbrio ambiental, podendo agregar maior valor ao produto. Configurando-se como uma das formas que os produtores da Acert encontraram para competir com a agricultura patronal e convencional. Segundo Caporal e Costabeber (2002): A Agroecologia nos traz a idéia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de trazer benefícios aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.

A juventude rural na Acert é valorizada e reconhecida, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, como peça fundamental para todo processo de planejamento, produção, industrialização e comercialização dos produtos.

O planejamento é uma das atividades produtivas necessárias para que não ocorra uma superprodução dos mesmos produtos; afinal, na Acert, a comercialização é realizada em conjunto. Os grupos da associação se reúnem antes da época de plantio e planejam quais as culturas mais adequadas a serem produzidas, sempre respeitando as especificidades de cada família integrante. Nesta fase da organização os jovens propõem sugestões e colocam suas opiniões, pois, mesmo sem ter muita experiência, suas ideias são valorizadas e muitas vezes

acatadas pelo grupo. Nas unidades de produção também é realizado o planejamento referente aos custos de produção. No que diz respeito à parte administrativa, os jovens contribuem bastante em função de ter maior grau de escolaridade. Também são planejadas as áreas onde serão instaladas ou mantidas as lavouras, quais culturas serão produzidas e organizam a produção de forragem para que se tenha alimento suficiente para as criações.

Na fase produtiva a juventude contribui desde o plantio, manejo até a colheita. Os jovens que possuem conhecimento técnico orientam no controle integrado de pragas e doenças de plantas. Eles têm participação não só como mão de obra de ajuda, mas também como sujeitos em todas as etapas produtivas, tais como as técnicas adequadas para a rotação de culturas, preparação do solo, cobertura com matéria orgânica a ser utilizada, preparação e aplicação de caldas naturais, raleio de pomar, etc. Nesta etapa há bastante demanda por mão de obra, sendo que a produção agroecológica exige mais manejo do que os cultivos convencionais, isto se evidencia por não utilizar agrotóxicos para controlar inços e ataque de pragas.

A industrialização é considerada uma das fases mais importantes, pois é onde se consegue agregar maior valor à produção. Uma das famílias da associação tem uma agroindústria familiar a “Agroindústria Morro Azul”, onde se faz o processamento com bananas, uvas e figo. As demais famílias produzem pães, bolachas e balas. Nesta etapa a juventude auxilia desde o processo de fabricação dos produtos até embalar, rotular e encaixotar.

Na fase de comercialização a juventude é peça fundamental, pois ajuda na preparação das feiras, e trabalha com a comercialização direta, onde não há atravessadores entre produtor e consumidor. Os jovens organizam os produtos, ajudando na logística das tendas e no controle das encomendas a serem entregues nas cooperativas de consumidores. Além disso, esta é a etapa do processo de maior preferência da juventude, pois possibilita um enorme convívio social.

Utilizando sistemas integrados de desenvolvimento do meio rural, produção de alimentos com qualidade e sem agrotóxicos, tecnologias de sustentabilidade e com a organização de jovens, adultos e valorização dos que neste meio estão inseridos, a associação está conseguindo ser um instrumento de transformação e uma das alternativas efetivas para diminuir a dependência deste sistema capitalista que cada vez mais oprime os(as) trabalhadores(as) rurais. Segundo Gørgen (2004), é preciso ir reforçando a partir de práticas concretas os elementos que diminuem a dependência e aumentam a autonomia do camponês na construção de variadas formas de produzir na terra.

Neste sentido não só os jovens produtores rurais são beneficiados, mas sim toda a população envolvida, pois se sabe que esta consumindo produtos de qualidade, preservando os recursos naturais e fortalecendo a agricultura de base familiar.

Pelo que se pode perceber, a satisfação de produtor e consumidor é recíproca no momento da comercialização dos produtos, sendo que se percebe uma relação muito boa entre os agricultores e os consumidores, inclusive, muitas vezes, de amizade.

Assim, para permanecerem mais jovens no meio rural é necessário ter organização, incentivos, mais políticas públicas específicas para os jovens do campo, políticas que incentivem a agroecologia, educação direcionada para o meio rural, como cita Altieri (2004). Além do desenvolvimento e da difusão de tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável exige mudanças nas agendas das pesquisas, bem como políticas agrárias e sistemas econômicos abrangendo mercados abertos e preços e, ainda, incentivos governamentais. Permitindo ao jovem qualificar-se e permanecer no meio rural, com perspectivas de ter as condições adequadas e dignas para que possam tirar seu sustento socioeconômico e um projeto autônomo de vida.

Conclusão

A organização associativa do grupo de produtores agroecológicos da região de Torres, no que se refere a sua organização e seu planejamento participativo, funciona bem, e atua como alternativa importante para a permanência dos jovens e adultos no espaço rural. Segundo Pisoni (2007) a participação da juventude camponesa nos espaços de tomadas de decisão é primordial para que esta se sinta parte do processo de desenvolvimento da propriedade e responsável pelo desenvolvimento da propriedade da família camponesa.

No que se refere à participação nas dinâmicas organizativas da associação, a juventude está presente, sendo valorizada pelos componentes de faixas etárias diferentes.

Percebe-se que são alternativas assim, ancoradas em ajuda mútua, que são consideradas fundamentais para o sucesso de todo o processo de produção até a comercialização e o desenvolvimento da agricultura familiar.

Nos processos diários de produção, pode-se perceber o cuidado com a preservação do meio ambiente, a utilização de sistemas produtivos voltados à sustentabilidade e a participação do conjunto da família nas diversas etapas da produção.

A comercialização dos produtos agroecológicos, que acontece nas feiras e cooperativas de consumidores, é de grande importância e reconhecimento das partes mobilizadas.

Pode-se observar que os agricultores sentem-se valorizados e estimulados a continuar produzindo agroecologicamente e com qualidade.

Percebendo a realidade vivenciada na associação, afirma-se que esta configuração de organização e estratégia de trabalho tem potencial para dar certo em outros lugares também. Considera-se que para essa experiência ser efetivada em outros locais deste país, com as variáveis diferentes das apresentadas, mostram-se necessários incentivos governamentais que deem condições de vida digna, trabalho e renda apropriada. Corroborando Ferreira e Alves (2009) afirma que os atuais programas federais direcionados para este público têm se mostrado insuficientes na promoção de alternativas de trabalho e renda.

Entende-se também que esta é uma das maneiras de estimular o protagonismo dos jovens agricultores e desenvolver econômica e socialmente a população. A juventude rural, apesar de na maioria das vezes ter seu trabalho e suas ideias desvalorizadas, e julgadas por falta de experiência, num espaço como a Acert consegue ser ouvida, valorizada como trabalhadora e como peça fundamental para todo o processo de planejamento, produção, industrialização e comercialização.

É notório o envolvimento da juventude da Acert e a dedicação deste grupo para a construção de uma alternativa de sustentabilidade, preocupado com o bem-estar coletivo, tendo a percepção de que está contribuindo para a construção de outro projeto de produção e desenvolvimento.

Diante da realidade estudada, pode-se observar que é construindo alternativas, fortalecendo cada vez mais os movimentos sociais e modelos diferenciados de sociedade que vamos, de fato, mostrar que outro mundo é possível!

A partir dessa discussão pode-se compreender que a Acert está contribuindo com esta meta. O caso da associação se mostra como um possível exemplo de organização, de luta e resistência bem avaliado pelos seus participantes. Demonstra que vale a pena o governo investir na organização da juventude rural e nos meios de produção sustentáveis com políticas públicas que efetivem esta ideia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999 (Texto para Discussão, n. 621).

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CASTRO, E. G. de; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F. de. **Juventude rural no Brasil: ressignificação e construção de identidades sociais**. 2009.

COSTA, A. A. A.; RIBEIRO, T. C. A. **O associativismo no meio rural brasileiro: condições e perspectivas**. Nepps/UFPE, 2004.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE,

Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. cap. 10. p. 257.

GÖRGEN, F. S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=432166&search=rio-grande-do-sul|tres-cachoeiras|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em: 1º dez. 2013.

PISONI, F. M. **Juventude camponesa e agroecologia**: uma forma diferente e participativa de viver no campo. Ronda Alta, RS: UERGS, 2007.

RAUBER, C. C. **Masculinização da população rural do Rio Grande do Sul**: uma discussão de alternativas a partir dos sistemas agrários. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.

SCHAEFFER, I. J. **Três Cachoeiras**: breve relato histórico da fundação de Três Cachoeiras. 1986.

VIEIRA, M. N. **A agroecologia e sua contribuição para a permanência da juventude no campo**. Três Cachoeiras: Elaa/UFPR, 2010.

ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO: A FORMAÇÃO DE JOVENS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARABÁ-PA

Dalcione L. Marinho

INTRODUÇÃO

No meio rural do sudeste paraense ocorrem índices bastante elevados de pobreza e falta de perspectivas socioeconômicas, sendo precárias as condições de atendimento às necessidades básicas das populações locais, entre as quais se destaca a educação, o que resulta na expulsão de um grande contingente humano em direção aos centros urbanos, na expectativa de encontrar melhores condições de vida, visto que a chamada modernização da agricultura agravou o estado de pobreza no campo, pois a modificação do perfil técnico e econômico da nossa agricultura se fez com a exclusão de uma parcela importante dos pequenos agricultores, gerando a concentração de terras e de renda no meio rural (MOREIRA; CARMO, 2004).

O maior percentual da população que se desloca do campo para cidade corresponde a jovens na faixa etária de 15 a 19 anos. Parte significativa dessa juventude tem se dirigido em busca de outras possibilidades de formação em virtude da ausência de educação e perspectivas que possam dar respostas às suas necessidades de inserção no mundo do trabalho (MARINHO, 2007).

Essa realidade no campo se torna cada vez mais frequente entre os jovens que desejam dar continuidade aos estudos, pois a maioria das comunidades rurais só possui escolas de ensino fundamental, tendo esses jovens que deixarem suas comunidades e suas famílias para continuar os estudos na cidade. Essa mobilidade espacial, proporcionada pela falta de escolas ou pela constituição de escolas nas áreas urbanas, contribui para que o vínculo com a terra diminua, ou até mesmo, seja rompido. O mesmo acontecendo com a coesão da unidade familiar, aumentando a despesa e principalmente diminuindo a força de trabalho da família.

Porém, as escolas públicas existentes no meio rural não têm se preocupado em desenvolver uma proposta pedagógica que assegure o acesso e a permanência da juventude na escola, pois está desconectada dos processos socioprodutivos das famílias camponesas, de modo a não contribuir para o melhoramento do sistema de produção e, por conseguinte, não estimular a permanência da juventude rural no campo, estando alienada do processo que envolve a segurança alimentar, a geração de renda e a manutenção da coesão da unidade familiar.

Diante dessa realidade o campo tem se tornado cada vez mais “um espaço envelhecido”, ou seja, com pouca presença de jovens, fato este que tem preocupado e mobilizado estudiosos e movimentos sociais a fim de compreender as perspectivas para continuidade do campesinato, como também as possibilidades de reprodução social, ambiental e econômica das famílias camponesas.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo compreender em que medida a formação desenvolvida na Escola Família Agrícola de Marabá (EFA) tem contribuído com a mudança da visão de mundo dos jovens, de uma perspectiva individual para uma dimensão solidária/coletiva.

Para tanto, utilizou-se a base de dados do estudo de caso da II Turma de Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia da Escola Família Agrícola de Marabá²³, sendo este o trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – UFPA/Ufac/MDA/Programa Residência Agrária.

A abordagem utilizada para servir de referencial neste estudo foi a dialética, por ser, segundo Gatti (2002), aquela que, em relação às demais, fornece mais possibilidades epistemológicas para se analisar o objeto investigado em suas múltiplas e concretas determinações históricas, sendo esta bastante utilizada em pesquisa de perspectiva sociológica.

Desta forma, consideramos que a investigação faz parte de um contexto social que deve ser entendido dentro das determinações apresentadas pelo próprio ambiente onde vivem os sujeitos envolvidos, ou seja, existe relação intrínseca entre o mundo natural e o social, o que nos levará a conviver com a complexidade, com a diversidade, com a especificidade e com a diferença no decorrer da pesquisa.

Nesse tipo de abordagem se leva em consideração as contradições sociais do sujeito relacionando-as dialeticamente as condições materiais de existência dos envolvidos direta ou indiretamente no processo investigativo.

O estudo foi realizado entre março e agosto de 2007, iniciando por uma pesquisa exploratória a partir de um levantamento bibliográfico, além da coleta de dados secundários, como: Projeto Político de Curso, relatório de atividades e registros históricos sobre a educação do campo na região, entre outros.

Após a pesquisa exploratória foi realizado um encontro com os educandos, para explicar quais os motivos da realização desse estudo e principalmente as possíveis contribuições deste. O curso possuía 88 educandos, residentes em 16 municípios da região do sudeste paraense, abrangendo um total de 69 localidades, divididas entre agrovilas, projetos de assentamentos, acampamentos e outros. Fato este, que nos permitiu uma leitura de escala regional a respeito dos resultados encontrados.

E, finalmente para apreender o processo desenvolvido e sua concretude, realizamos uma pesquisa de campo que teve como *locus* os sujeitos envolvidos: educandos e familiares. A pesquisa foi realizada em dois contextos sociais.

23 A concepção da EFA parte da crítica do modelo tecnológico da chamada "revolução verde" (agricultura moderna), ou seja, da homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando sua artificialização através de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial. Essa crítica fundamenta-se em aspectos sociais, mais expressamente na concentração de terra e renda que esse modelo significa, constituindo a base da história de expulsão e migração de outras regiões que a maioria das famílias aqui estabelecidas tinha vivenciado. Ao mesmo tempo, fundamenta-se em aspectos ecológicos, reconhecendo os danos ambientais que a aplicação desse modelo significa para a Amazônia, com destaque para os desmatamentos.

O primeiro durante o Tempo Escola, período este em que os educandos encontram-se no espaço da EFA, envolvendo na parte inicial da pesquisa toda a turma. Foi utilizado questionários aberto para abordar dados quantitativos relacionados ao perfil da turma e também fornecer elementos para construir tipologia.

A outra etapa ocorreu pelo uso da técnica de grupo focal de educandos, por considerar que essa técnica propicia melhor entendimento de atitudes, preferências, necessidades, pontos de vistas, etc. Segundo Dias (2000) essa técnica propicia uma sinergia entre os participantes que leva a resultados que ultrapassam a soma das partes individuais. Assim, a opção pela técnica de grupo focal se deu por consideramos que esse procedimento é o que melhor relata a totalidade dos processos no contexto em que são desenvolvidas as ações.

As entrevistas coletivas se constituem em uma fonte de informação a mais, da qual se estará lançando mão, a fim de que, junto com os elementos documentais, possamos construir uma base sólida de informações acerca da realidade investigada.

O segundo contexto foi realizado durante o Tempo Comunidade, período em que os educandos retornam as suas comunidades e aos estabelecimentos rurais. Esta parte da pesquisa visa acompanhar *in loco* o lote de alguns educandos, selecionados aleatoriamente, tendo como referência a tipologia construída anteriormente e a disposição geográfica dos educandos, na tentativa de abranger diferentes municípios. Esse momento esteve voltado para a observação do jovem e sua relação com a família, utilizando roteiro e gravação de áudio.

O artigo tem a seguinte estrutura textual: iniciaremos demonstrando em qual contexto foi criada a EFA, em seguida apresentaremos a autopercepção do conceito de juventude dos educandos da EFA e para finalizarmos buscou-se analisar as expectativas dos jovens rurais em relação ao ingresso na EFA e refletir sobre o processo de construção destas.

DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À EDUCAÇÃO DO CAMPO: A CRIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE MARABÁ

No estado do Pará, tanto na região Sudeste quanto na região da Transamazônica, as experiências com a pedagogia da alternância iniciaram a partir da década de 1990, vinculadas a três matrizes: a matriz do movimento social, a matriz acadêmica e a matriz da cooperação franco-brasileira. O objetivo comum entre elas estava em discutir e oferecer oportunidades para o futuro dos jovens do meio rural e, conseqüentemente, discutir e propor alternativas para o futuro da agricultura familiar (RIBEIRO, 2003).

A parceria entre movimento social, universidade e a cooperação franco-brasileira foi fundamental para orientar essa experiência que se firmou pelos princípios definidos para o

CAT²⁴ (Centro Agroambiental do Tocantins). Essa diversidade de ações e concepções influenciou na implantação da pedagogia da alternância (RIBEIRO, 2003).

No entanto, com base na especificidade de cada região, as propostas de educação foram adequadas às realidades de seus contextos. Enquanto na região do sudeste paraense a EFA passou a ser a proposta Político Pedagógica de Educação do Campo (para os níveis de ensino médio e fundamental) defendida por movimento social, entidades governamentais e não governamentais ligadas à luta pela reforma agrária. Na região da Transamazônica (oeste do Pará), a proposta Político Pedagógica de Educação do Campo foi a Casa Familiar Rural (RIBEIRO, 2003).

Segundo o mesmo autor, alguns registros afirmam 1993 como o início do debate sobre educação do campo em nossa região. É praxe dos movimentos sociais apontar grandes eventos como marcos nas decisões: o I Encontro de Jovens Camponeses dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ligados à Fata, realizado em outubro de 1993, ficou conhecido simbolicamente como a gênese da educação do campo em nossa região, para Tavares: “[...] as primeiras discussões sobre a necessidade da criação de uma escola que atendesse a classe camponesa surgiram em 1991 [...] com o objetivo de preparar novas militâncias para atuarem e darem continuidade ao movimento social” (2002, p. 63-67).

Em 1996 iniciou na região a primeira experiência de pedagogia da alternância (a Escola Família Agrícola de Marabá), com uma turma de 22 alunos. Com o fim do Programa CAT em 2001, o movimento social herda total autonomia sobre a Fata, tanto no que consiste o espaço em si quanto à execução das atividades, passando a ser incorporada como a secretaria de formação do movimento sindical, desenvolvendo as atividades de educação (com os jovens rurais) e formação (com os agricultores).

Esse acontecimento proporcionou mais dinamismo e fortalecimento dos processos educativos na região, estimulou a criação de novas parcerias, iniciando fóruns de discussão sobre “educação do campo”, a realização das conferências regionais de educação do campo e a criação do Fórum Regional de Educação do Campo (2005) e, principalmente, aumentou o número de educandos e os níveis de ensino (em 2003 inicia a I turma de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera), como também a materialização do Programa Saberes da Terra, em 2005.

24 O CAT foi um programa constituído de duas instâncias: a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata), integrada inicialmente pelos sindicatos dos trabalhadores rurais de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia e Jacundá e o Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins (Lasat). A Fata era uma instituição que apoiava os agricultores na produção e comercialização dos produtos, garantindo autonomia política aos STRs associados, principalmente pela não ingerência, pois a Fata se assinala como um instituição econômica, enquanto que os STRs como instituição política. O Lasat se caracterizava como instituição ligada à Universidade Federal do Pará, que agrupava pesquisadores com intuito de se aproximar cada vez mais dos agricultores ao realizar pesquisas agrônomicas e sociais permanentes, identificar as necessidades dos trabalhadores rurais e propor respostas. Fato inovador a nível regional e nacional, pois as poucas pesquisas existentes para o campo estavam colocadas a serviço da agricultura de larga escala. Porém, mesmo no alvoreço dos conflitos pela terra, esse programa tinha um objetivo ousado de desenvolver uma *agricultura camponesa* em todas as dimensões: social, econômica, política e ambiental (LEROY, 2000).

Todo esse processo de organização foi fundamental para criação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá em 2007 (Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007), e, através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, passou a constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), transformando-se no Campus Rural de Marabá (CRMB, 2009).

O Campus Rural de Marabá surgiu com a missão de promover a formação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades, sobretudo de nível médio integrado com o técnico, dos povos do campo que organizam o território para a produção de sua existência (agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e ribeirinhos), apresentando novos rumos e desafios na materialização das experiências de educação contextualizada na região, tendo como roupagem a materialização da educação do campo na região (IFPA, 2009).

QUEM SÃO OS JOVENS RURAIS DA REGIÃO DO SUDESTE PARAENSE: JUVENTUDE OU JUVENTUDES?

O conceito de juventude vem sendo construído ao longo dos anos, mas somente a partir da década de 1990 esse debate se materializa com mais intensidade. São comuns trabalhos acadêmicos que resgatam essa temática, identificando que o tema é pouco privilegiado nas pesquisas. Na tentativa de proporcionar mais dinamismo e significado ao estudo, decidimos recorrer à classificação de juventude no próprio meio em que a pesquisa foi realizada, ou seja, buscar a autopercepção deste conceito, a partir da ótica dos educandos da segunda turma do Ensino Médio Técnico Profissionalizante (EMEP II) da Escola Família Agrícola de Marabá (EFA). Nesse sentido foram identificados três tipos de classificação:

- A juventude como uma faixa etária compreendida a partir de recortes biológicos da vida: “A juventude é uma fase da vida de cada ser vivo, podendo começar desde os 18 anos de idade até os 40 anos” (Romério Dias Cunha, 15 anos, Parauapebas-PA).

A juventude entendida nessa perspectiva traz a tona um caráter reducionista e homogeneizante, deixando implícita a diversidade que essa categoria social representa (CASTRO, 2005).

- A juventude como uma fase de vida, na perspectiva de um processo de mudança não só biológico, mas também intelectual (no que diz respeito ao desenvolvimento de responsabilidade, consciência e caráter), antecedido pelo firmamento do matrimônio: “Juventude é quando a pessoa passa por várias fases até constituir sua família e passa a ser responsável por ela e pelos seus próprios atos” (Edevagno, São Geraldo do Araguaia, 18).

Essa definição é compartilhada por vários autores que estudam juventude rural, com base em Durston:

[...] a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas. [...]. Pode-se dizer que a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo (1994, p. 14-15).

- A juventude como sinônimo de liberdade, aventura, diversão e principalmente sinônimo de imaturidade: “Eu aprendi uma frase que dizia o seguinte: Somos jovens em busca de algo que nunca encontramos, liberdade e felicidade. Às vezes eu acredito que seja verdade, pois a juventude é o adolescente que vive só o hoje como a inexistência do amanhã, e quando pensa que tem tudo, muitas vezes acaba não tendo nada”. (Ingled Sâmara, 15 anos, São João do Araguaia).

Essa é uma classificação pejorativa que trata a juventude como imatura, na perspectiva de “vir a ser” na imagem de pessoas em formação, incompletas, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações, desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2005).

O conceito de juventude é marcado pela diversidade que essa categoria social possui, pois não existe uma juventude, e sim juventudes que precisam ser vistas além dos cortes etários. Um horizonte importante de ser seguido para evitarmos a homogeneização desse conceito. Contudo, o termo juventude precisa ser observado a partir das relações sociais, das disputas de poder e principalmente do contexto histórico, no qual estão inseridos (CASTRO, 2005).

A FORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

Os jovens rurais convivem, ao mesmo tempo, com a tradição familiar e com valores adquiridos a partir da mobilidade espacial campo – cidade, sem contar com a diversidade sociocultural existente nos assentamentos, característica marcante em região de fronteira agrícola. Esta relação dialética entre campo e cidade é definida por Florentino (2000) como transterritorialidade, um conceito que permite analisar os vínculos sociais do conjunto da família entre cidade e campo, a partir da sua história. Recentemente, geógrafos vêm tratando a temática da territorialização e a diversidade presente na construção de territórios a partir do desenvolvimento do conceito de multiterritorialização.

A visão social de mundo dos jovens rurais é constituída em meio a essa complexidade de relações sociais, frutos de um processo de construção social. Vários são os motivos, os desejos e as circunstâncias que impulsionam os jovens a ingressarem na Escola Família Agrícola, perpassando desde os seus projetos mais individualizados até os projetos mais coletivos e das famílias.

Durante a sistematização da pesquisa foi percebido que as expectativas dos jovens quanto ao ingresso na EFA correspondia a duas visões sociais de mundo:

As expectativas que almejam perspectivas mais individualizadas, voltadas à sua ascensão social e da sua família, principalmente a partir da profissionalização e, por conseguinte, o ingresso no mercado de trabalho/emprego. A necessidade de superação das condições de vida, muitas vezes hostis, impõe a adoção dessas estratégias por partes das famílias (FONSECA, 2004). Porém, para que o trabalho cujo produto da ação dos sujeitos tenha efeitos que vão além do único atendimento das particularidades individuais, é preciso que inclua na sua reprodução como indivíduo a reprodução das características humanas produzidas historicamente (FONSECA, 2004).

E, as expectativas dos jovens rurais que retratam um viés de ascensão coletiva, voltada ao desenvolvimento social, construído em uma perspectiva revolucionária, que busca a ruptura do senso comum e da ordem estabelecida. Para que aconteça de fato o desenvolvimento social no campo, seria necessário que as famílias camponesas readquirissem novas esperanças e vislumbassem uma nova utopia, reafirmando a identidade camponesa capaz de criar outras e várias identidades de resistência à exclusão social e a superação dos modelos socioeconômicos vigentes (MARTINS, 1973).

AS EXPECTATIVAS DOS JOVENS RURAIS NO INGRESSO NA EFA

Considerando essa diversidade de situações e contextos que permeiam o cotidiano dos jovens, e também o fato de que geralmente as decisões/escolhas são precedidas por um conjunto de fatores, de diferentes ordens e instâncias, o que sugerimos a estes, durante a aplicação do questionário, foi que elencassem a expectativa que mais influenciou a decisão de ingressar na escola, ao invés de descrever todas. A seguir serão apresentados os percentuais das expectativas dos jovens rurais, seguidos da definição de cada uma delas a partir das falas mais representativas:

- O pai queria (A): 4%;
- Falta de escola e condições financeiras (B): 8%;
- Ajudar a família (C): 8%;
- Uma forma de conseguir nível superior (D): 9%;
- Por que se identifica com o campo (E): 20%;
- Ajudar os pais e a comunidade (F): 30%;
- Arrumar emprego/profissionalização (G): 21%.

Com relação às sete expectativas dos jovens rurais descritas, apesar da diversidade que elas representam, se enquadram em duas visões sociais de mundo: individuais e coletivas.

Expectativas que proporcionam ascensão social individual legitimam a ordem estabelecida: 50% (o pai queria, 4%; falta de escola e condições financeiras, 8%; ajudar a família, 8%; uma forma de conseguir nível superior, 9%; arrumar emprego/profissionalização, 21%).

Expectativas que proporcionam ascensão coletiva, vão de encontro à ordem estabelecida (coletivas): 50% (por que se identificam com o campo, 20%; e ajudar os pais e a comunidade, 30%).

Contudo, é surpreendente esse equilíbrio entre as duas visões sociais de mundo, pois os jovens rurais (assim como os demais) aprendem a ser individualistas desde cedo, em quase todos os espaços de sociabilidade no qual convivem. Esses valores materiais e simbólicos são ensinados nas escolas e principalmente repassados e reproduzidos dentro da instituição família, e assim o individualismo, a competição e a exclusão são disseminados e, ao mesmo tempo, banalizados pelo senso comum, travestidos e justificados por uma ascensão social individual fruto da coexistência com a lógica do capital.

Esta é uma concepção que pode contribuir para afastar os jovens dos tradicionais espaços de militância política (partidos, sindicatos, movimento estudantil e até mesmo cristianismo progressista), do debate das grandes transformações sociais e das utopias, ou seja, as concepções de juventude em disputa geram ideologia, políticas públicas, formas de se disputar a sociedade (CASTRO, 2005). Transformando valores como solidariedade e coletividade em palavras cada vez mais esquecidas e menos materializadas, tornando-se raros e escassos os espaços de sociabilidade que discutem a utopia de um desenvolvimento sociocoletivo, contra-hegemônico de resistência.

No entanto, essas são análises superficiais e pouco consistentes sobre as expectativas dos jovens rurais. Além de conhecermos essas expectativas, precisamos compreender como elas são construídas. É com esse intuito elucidativo que os itens seguintes serão descritos. Neste sentido adotamos a trajetória escolar como o elemento central desta reflexão.

A TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS JOVENS RURAIS

A ideia de escolher a trajetória escolar como uma questão a ser tratada nesse estudo vem na tentativa de mostrar a influência que esses diferentes percursos escolares representam nas expectativas dos jovens rurais quanto ao ingresso na Escola Família Agrícola. A pesquisa realizada demonstra que o fator escola, na realidade camponesa, muitas vezes é direcionador de estratégias familiares e, conseqüentemente, definidor da vida do jovem, conforme demonstramos no resgate da trajetória escolar dos jovens educandos da EFA:

- I. Educandos que tiveram contato com a pedagogia da alternância (que estudaram o ensino fundamental na EFA de Marabá ou iniciaram o ensino médio em 2003 e desistiram) serão chamados de *os alternantes* – 17%;
- II. Educandos que sempre estudaram em escolas rurais (na comunidade ou nas vilas mais próximas), os quais foram chamados de *os rurais* – 32%;
- III. Educandos que possuem experiências em escolas rurais e urbanas serão *os mistos* – 36%; e
- IV. Educandos que sempre estudaram em escolas urbanas serão chamados de *os urbanos* – 15%.

Os alternantes correspondem a 17% do total de educandos. Todos os integrantes desse tipo já estudaram na Escola Família Agrícola de Marabá, quase todos são egressos do ensino fundamental, com exceção de uma educanda que fez parte da primeira turma do ensino médio em 2003, mas desistiu.

Argumento que explica a expressão desse tipo é o fato de que foi dada prioridade para os educandos que concluíram o ensino fundamental na EFA concorrerem a uma vaga, ou seja, esse projeto foi idealizado principalmente para dar continuidade aos estudos desses jovens. A Escola Família Agrícola de Marabá quer ser mais do que uma escola que garanta a escolarização para os jovens rurais. Ela está inserida em um projeto de educação do campo do movimento sindical, articulada com várias outras ações e entidades no intuito de garantir a formação continuada para os jovens rurais.

Esse grupo representa uma minoria da população de estudantes se compararmos com os demais tipos, pois a EFA abriga menos de 0,6% dos jovens da região em idade escolar (MARINHO, 2007). Um valor essencialmente pequeno, mas extremamente importante para o desenvolvimento da região, pois geralmente os indivíduos desse tipo compartilham de uma visão social de mundo permeada pelas causas sociais e principalmente por uma relação equilibrada entre sociedade e natureza.

Os rurais se caracterizam como um dos grupos mais representativos, correspondendo a 32% dos educandos. É compreensivo esse fato, pois é uma categoria de educandos cuja escola tem muito interesse em trabalhar, jovens que sempre moraram e estudaram na zona rural. Teoricamente traz à tona a ideia de educandos portadores de uma identidade camponesa mais sólida, ou seja, jovens que não só conhecem a realidade do campo, mas a vivem de forma intensa, mantendo relação com a terra e com a comunidade bem mais estreita do que os outros tipos. O que não necessariamente significa que esses alunos serão aqueles que mais se identificarão com a proposta do curso.

Os jovens desse tipo em sua maioria vivem um constante antagonismo, divididos entre a possibilidade de trilharem projetos mais individualizados na cidade, expresso na vontade de “melhorar a qualidade de vida minha e da família”, de “ser alguém na vida”, e a vontade de continuar residindo no local de origem, principalmente pela relação com a família e o sentimento de pertencimento à localidade, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”. Contudo, esses jovens cultivam laços que ainda os prendem à cultura de origem, mas, ao mesmo tempo, vislumbram a cultura urbana, como possibilidade de construir seus projetos de vida, atraídos pela modernidade ou principalmente pelas dificuldades e pela penosidade do trabalho na roça, atreladas à falta de perspectivas para esses jovens no local de origem (CARNEIRO, 1998).

O grupo dos mistos corresponde a 36%. Essa situação é uma realidade no campo, tornando-se cada vez mais frequente entre os jovens que desejam dar continuidade aos estudos, pois a maioria das comunidades rurais só possui escolas de ensino fundamental, tendo esses jovens que deixarem suas comunidades e suas famílias para continuar os estudos. Essa mobilidade espacial, proporcionada pela falta de escolas na zona rural, contribui para que o

vínculo com a terra diminua ou até mesmo seja rompido, o mesmo acontecendo com a coesão da unidade familiar, aumentando a despesa e principalmente diminuindo a força de trabalho da família.

A mobilidade isolada dos jovens para a cidade não necessariamente implicará a migração definitiva da família para os centros urbanos, mas de certa forma aliada a um conjunto de fatores (falta de mão de obra; dificuldade de escoar a produção; falta de mercado; problemas de saúde; condicionantes ecológicos motivados pela queda na fertilidade do solo, dificultando a produção etc.) é um agravante que influenciará consideravelmente a migração das famílias nas comunidades rurais em direção à cidade. Mas, por outro lado, a mobilidade do jovem rural pode ser uma estratégia importante na garantia da reprodução social e econômica da família, desde que ela corresponda a um projeto familiar.

Todavia, considerando os limites do imediatismo da reforma agrária, ou seja, à medida que os filhos vão atingindo a fase adulta e constituindo família, “a terra” vai ficando pequena para garantir o sustento de toda a família, e esta chance na cidade geralmente é privilegiada para os filhos com menos afinidades com a terra e para as filhas, em que estes aproveitam para estudar e trabalhar, sendo essa oportunidade uma espécie de herança (CARNEIRO, 1998). Entretanto, a construção de uma nova identidade (CARNEIRO, 1998) ou a constituição de novos vínculos sociais (FLORENTINO, 2000) não impõe ruptura com a cultura de origem, mas, sobretudo, apropriação de valores materiais e simbólicos, da cidade, expressados na forma de vestir e falar, idealizados no estilo de vida do jovem de classe média urbana.

Observa-se que os urbanos, apesar de nunca terem residido na zona rural, possuem contato com a terra a partir dos pais ou parentes próximos, apresentando um total de 15%, valor bem alto se considerarmos o fato de que essa categoria de educandos não é o público-alvo que a escola se dispõe a atender. O principal fator que justifica esse dado está na quebra dos critérios de indicação dos educandos por parte dos sindicatos dos trabalhadores rurais, principalmente o critério de residência no lote. Algumas indicações às vezes se caracterizam como relações de favorecimento, em que as pessoas mais próximas às instituições de base das comunidades, ou seja, as que possuem mais acesso às informações, são beneficiadas, independentemente se atendem ao perfil desejado ou não.

Sobretudo, os educandos que se enquadram nessa circunstância geralmente possuem pouca afinidade com a terra e com as atividades nela desenvolvidas, e assim mantêm relação menos intensa com a comunidade do que outros grupos, simplesmente por não se sentirem parte daquele meio, pois o seu espaço de sociabilidade é a cidade. Contudo, não podemos deixar de considerar o fato de que a vivência na EFA pode estreitar ou até mesmo construir as relações dos jovens com as comunidades rurais.

É em meio à localidade em questão que as relações são construídas e fortalecidas a partir dos interesses, das relações sociais, do contexto histórico e das relações de poder em que estão imersos (CASTRO, 2005). Outro fator relevante diz respeito à coesão da unidade familiar, que se manifesta fragmentada se comparada a outros grupos, fruto da necessidade ou fragilidade de um projeto familiar.

A INFLUÊNCIA DA TRAJETÓRIA ESCOLAR NAS EXPECTATIVAS DOS JOVENS RURAIS

Esse é um dos pontos centrais do nosso estudo: tem como objetivo comprovar a influência da trajetória escolar nas expectativas dos jovens e posteriormente compreender os significados dessas relações. Para chegarmos aos resultados, fizemos uma relação da trajetória escolar dos jovens com as expectativas de ingresso na EFA. Como podemos observar abaixo:

- Egressos da Escola Família Agrícola (alternantes) representam 17% dos educandos: 88% seguem a tendência coletiva enquanto 12% a individual;
- Educandos que sempre moraram e estudaram no campo (rurais) representam 32% dos educandos: 50% pela tendência coletiva e 50% restante pela individual;
- Educandos que tiveram experiências no campo e na cidade (mistos) representam 36%: 35% dos educandos optaram pela tendência coletiva e 65% restante, pela individual;
- Educandos que sempre estudaram e moraram na zona urbana (urbanos) representam 15%: 20% optaram pela tendência coletiva e 80%, pela individual.

Com relação às questões supradescritas, podemos perceber que a trajetória escolar é marcada por um conjunto de valores e significados, fruto de um processo de construção social, que nos permite confirmar uma influência significativa nas expectativas dos jovens rurais educandos da EFA.

Entretanto, no que consiste ao grupo dos alternantes, quase todos os seus integrantes possuem suas expectativas voltadas à tendência coletiva, devido ao fato de estes residirem no campo e principalmente pelo contato com um processo de educação contextualizada (pedagogia da alternância).

Com base nos rurais existe um equilíbrio entre as duas tendências de expectativas, fruto do antagonismo que assola esse grupo, dividido entre o desejo de permanecer na terra, devido ao vínculo cultural existente e às possibilidades de trilhar projetos mais individualizados a partir da mobilidade para cidade, atraído pelas inovações da vida urbana e principalmente pela “vida trabalhosa no campo” e falta de perspectivas.

No que diz respeito ao grupo dos mistos, existe maior conjunto de expectativas voltadas à tendência individual do que a coletiva, principalmente devido à constituição de uma nova identidade (CARNEIRO, 1998) a partir da mobilidade espacial dos jovens para a cidade. O que não necessariamente significa ruptura com a cultura de origem (CARNEIRO, 1998), por isso a tendência coletiva, apesar de inferior à outra, apresenta-se expressiva.

De acordo com os dados anteriores, podemos perceber que no caso do grupo dos urbanos, quase todos os integrantes compartilham de expectativas com tendência individual, devido estes não possuírem relações estreitas com as comunidades rurais, por sempre residirem na cidade, e, principalmente, por terem concepção de melhoria da qualidade de vida baseada no padrão do individualismo urbano.

Contudo, uma expectativa mais individual possui uma trajetória escolar fundada na competição, ou seja, o entendimento de escola como possibilidade de ascensão social, econômica e espacial por meio da escolarização e da diplomação. No outro sentido a expectativa considerada coletiva se relaciona a uma vida escolar construída lado a lado, inicialmente com o trabalho agrícola e posteriormente na vida social, político-cultural da comunidade (MARINHO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se durante o período da pesquisa um limite por parte da escola referente à indicação dos educandos, pois 15% dos estudantes da turma em questão nunca residiram no campo, como já foi falado no item anterior, fato este que não justifica a presença desses jovens nessa circunstância, tendo em vista que a EFA tem como público-alvo os jovens que vivem em comunidades rurais. Além disso, esses jovens, em geral, apresentam pouca afinidade com as questões agrárias e também falta de relação com as comunidades rurais, dificultando a aplicação dos instrumentos metodológicos da pedagogia da alternância, no que consiste uma perspectiva de cunho pedagógico.

Outra questão diz respeito às expectativas dos jovens rurais corresponderem a um projeto familiar, ou seja, entre os jovens entrevistados todos demonstraram vínculo bastante consolidado entre as expectativas individuais e os projetos dos pais, reforçando o papel da escola enquanto elo entre o projeto de vida dos pais e o projeto de vida individual do jovem, que se constitui no projeto de vida da família.

A formação de jovens é importante instrumento de transformação social, essencial na mudança das expectativas dos jovens rurais, da perspectiva individual para a perspectiva coletiva. Sobretudo com base nas informações citadas, torna-se pertinente afirmar que a expansão de iniciativas de educação contextualizada nos municípios da região do sudeste paraense poderá ser alternativa concreta para o renascimento de nova utopia de resistência, fruto de uma educação ancorada na realidade local, comprometida com a formação de sujeitos sociais, críticos, autônomos, combativos ao padrão de desenvolvimento rural predatório e desigual no contexto agrário local.

Frente à pesquisa realizada observa-se que todos os esforços referentes às pesquisas e aos estudos sobre a temática *juventude rural* são fundamentais para compreensão não só dessa categoria social, mas também de vários aspectos referentes ao campesinato, principalmente no que consiste a sua longevidade, pois, conhecendo os jovens rurais, teremos uma noção das perspectivas de futuro das comunidades das quais esses sujeitos sociais fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CASTRO, Elisa G.; Rodrigues, Julian V. **Juventude: reflexões para o debate**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.
- DIAS, Claudia Augusto. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.
- DURSTON, John. Juventude rural, modernidade e democracia: desafio para os noventa. In: **Juventude e desenvolvimento rural no Cone Sul Latino-Americano**. RS, jun. 1994 (Série Documentos Temáticos).
- FLORENTINO, Laurence G. Localidade fragmentada e o novo vínculo social local: uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica (região de Altamira-PA). **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, Neaf/UFPA, v. 1, n. 2, 2000.
- FONSECA, Marizete da S. Pensar trabalho é pensar vida: as dimensões pedagógicas da alternância da Escola Família Agrícola de Marabá-Pará. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, Neaf/UFPA, v. 4, n. 4, 2004.
- GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v. 1).
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). Campus Rural de Marabá (CRMB). **Projeto Político Pedagógico**. Marabá: 2009.
- LEROY, Jean-Peirre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jeans; NAVEGANTES, Raul da Silva (Org.). **CAT – ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA, CAT, 2000.
- MARINHO, Dalcione L. **Entre ideologias e utopias: as expectativas dos jovens rurais quanto o seu ingresso na Escola Família Agrícola de Marabá**. Marabá, UFPA/Residência Agrária, 2007.
- MARTINS, J. S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, jul./dez. 2004.
- RIBEIRO, Beatriz; SILVA, Idelma S.; SANTOS, Damião S. **A pedagogia da alternância no Pará: um debate em construção**. Marabá, 2003.
- TAVARES, Rose Martins. **A Escola Família Agrícola (EFA) do município de Marabá-PA: análise de um projeto educativo para o meio rural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Belém, 2002.

TERCEIRA PARTE

**Artigos de Pesquisadores sobre o
Estado da Arte em Juventude Rural
e Políticas Públicas**

A DIMENSÃO DA DIVERSIDADE SOCIAL NA CONCEPÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE RURAL

Valmir Luiz Stropasolas

INTRODUÇÃO

O artigo parte de uma problemática que pode ser identificada nos eventos organizados com a presença de jovens rurais ou mesmo nas iniciativas que visam atender às demandas reivindicadas por esse público. Mais precisamente, as intenções e os esforços realizados por agentes envolvidos com a organização dos eventos ou com a concepção de políticas procuram incluir um leque amplo de grupos sociais juvenis; no entanto, a pretensão de se buscar contemplar efetivamente a diversidade e realizar unidade nas ações nem sempre é bem-sucedida, tendo em vista a grande heterogeneidade social, econômica e cultural da juventude – seja do campo, das águas, seja da floresta. Heterogeneidade está marcada por enorme desigualdade de situações e condições entre os jovens, o que é consequência da não resolução de problemas estruturais no campo brasileiro, processo que afeta parcela expressiva desse público, que vivencia, ainda, hierarquias de poder, invisibilização, pobreza e exclusão social. Por outro lado, as insuficientes e, em certos casos, inadequadas políticas e programas das instituições oficiais quando aplicadas contemplam, sobretudo, os jovens que possuem maior capital social, econômico e político.

Nesse contexto, a organização e a presença de diversos grupos sociais juvenis e a manifestação de diferentes matizes de pensamento no I Seminário sobre Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil – entre os quais, representantes de instituições do Governo Federal, lideranças da juventude de vários movimentos sociais, de federações de trabalhadores(as) rurais e da agricultura familiar, ONGs, pesquisadores de universidades, entre outros – inserem-se nesse processo mais geral que visa dar conta dessa complexa problemática, cujas iniciativas mobilizadas nessa oportunidade objetivam dar uma resposta coletiva e, ao mesmo tempo focalizada, aos anseios e às reivindicações dos diferentes estratos sociais desse público, reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, que passam a questionar as omissões e demandam posicionamentos das instituições.

Contudo, a participação de vários interlocutores dos jovens rurais não foi privilégio deste evento especificamente, pois vem sendo constatada em vários encontros em níveis nacional e regional organizados em torno das problemáticas e demandas dos jovens rurais. É importante destacar, no entanto, que momentos como esse são únicos, considerando a diversidade e representatividade de públicos, lideranças e instituições interagindo numa mesma oportunidade, contemplando representação importante de jovens rurais, do campo, das águas e da floresta, de ambos os sexos, que muitas vezes ficam ausentes das agendas e dos espaços de definições das políticas das instituições oficiais ou mesmo de eventos massivos de movimentos sociais e

entidades representativas e sindicais rurais. Além disso, cabe salientar também a diversidade de temas e questões debatidos no evento, entre os quais desenvolvimento, políticas públicas, juventude, sucessão, gênero, geração, raça, etnia, sexualidade.

Nessas últimas décadas a sociedade organizada através de movimentos sociais rurais, sindicatos, ONGs, com apoio de intelectuais, técnicos, pesquisadores, etc., mobilizaram-se a partir de uma unidade de ações visando conquistar políticas sociais e econômicas para as populações rurais e camponesas. Conceitos como rural, agricultura familiar, camponês, desenvolvimento sustentável, juventude rural, são (re)construídos para pensar e abordar as problemáticas sociais rurais e propor mudanças, políticas, projetos, etc. Programas como o Pronaf, o Pronacampo e, mais recentemente, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica são ilustrativos desse processo. Assim, concepções teóricas e intervenções no cotidiano buscaram (e ainda buscam) abarcar e representar a diversidade de categorias sociais e suas demandas represadas ao longo da história da agricultura brasileira.

No entanto, até que ponto as categorias mobilizadas e as proposições de políticas materializadas em programas e projetos dão conta da diversidade de grupos sociais que integram as juventudes? Como contemplar e incluir a diversidade social da juventude (em políticas, programas, pesquisas, etc.) reconhecendo e valorizando as demandas específicas expressas pelos diferentes segmentos de jovens e as novas identidades sociais juvenis que vem sendo (re)construídas nos diferentes territórios do país?

Nos embates travados cotidianamente para a formação das suas identidades e a inserção na sociedade, seja nos espaços sociais do campo, seja nos da cidade, os mais diversos e heterogêneos indivíduos e grupos sociais integrantes da categoria juventude rural se deparam com hierarquias de poder, estigmas, preconceitos, discriminações e desigualdades. Nesse processo, segmento expressivo de jovens questionam a sua condição social no campo e procuram redefinir suas identidades e seus projetos de vida através de iniciativas que visam ao acesso e à ampliação dos níveis educacionais, de oportunidades de trabalho e renda (que lhes proporcionem a autonomia financeira e a independência da tutela dos pais), além do reconhecimento político como cidadãos a partir da participação com voz ativa na vida sindical, política, institucional. Muitos desses jovens buscam, também, mudanças nas formas de ser, agir, falar, vestir, consumir, etc. Para isso, ancoram-se nas experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos espaços privado e público e que são oportunizadas através da participação e interação na família, na comunidade, na escola, no sindicato, nos movimentos sociais, etc., ou mesmo através da televisão, da internet e das redes sociais, dos eventos políticos e culturais, das músicas e danças, das relações de sociabilidade, religiosidade e afeto, entre outros. Nessas relações dinâmicas em que vem sendo redefinidas as identidades sociais desse público, os jovens interagem num sistema cultural plural, conflituoso e contraditório, que resulta, por um lado, do desejo de não recusar completamente valores do mundo rural e, por outro, da busca pelo que tem de melhor no mundo urbano, na localidade em que vivem ou mesmo fora dela, processo esse que é complexo e muito difícil de se realizar na vida cotidiana, mas

que não deixa de ser “tentado” por inúmeros(as) jovens. Por não visualizar mudanças na sua condição social, parcela expressiva da juventude vem recusando reproduzir a profissão de agricultor(a), sobretudo as moças, enquanto outros jovens, de ambos os sexos, questionando essa condição e mais engajados e/ou vinculados a entidades representativas e movimentos sociais, lutam para conquistar o seu direito como cidadão de viver com dignidade formulando projetos para viver e trabalhar no campo.

Este artigo não tem a pretensão de responder exhaustivamente estas questões. A partir das reflexões resultantes da participação no seminário, intenciona apenas colocar em relevo os desafios e as tensões que afloram no momento em que se objetiva inserir a dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. Para isso, é feita preliminarmente uma problematização no campo teórico de determinadas categorias, como rural, juventude, diversidade, agricultura familiar, entre outras, visando questionar em que medida a unidade pretendida dá conta de explicar a complexidade dos fenômenos e as diferentes condições vivenciadas pelos jovens rurais. Em seguida, faz-se uma abordagem da dimensão da desigualdade na análise da diversidade da juventude. Finalmente, coloca-se em evidência as redefinições nos perfis identitários dos jovens e das jovens e conclui-se fazendo algumas considerações em torno da interação diversidade, juventudes rurais e políticas públicas.

UNIDADE NA DIVERSIDADE: TENSÕES E DESAFIOS NO CAMPO TEÓRICO

A imagem do rural construída ao longo do tempo pelas elites dominantes e reproduzidas no imaginário da sociedade brasileira em geral, em grande medida internalizada pelos próprios grupos sociais rurais, aparece associada à ideia de atraso, como lugar de não desenvolvimento e sem acesso a infraestruturas e serviços básicos¹. Entendo que é fundamental se problematizar a formulação desses discursos em relação às representações cristalizadas do que seja o *rural* ou *urbano*, na medida em que se verifica, cada vez mais, desmistificação das vantagens associadas às cidades, sobretudo pelas experiências advindas dos jovens migrantes, que informam o que se passa nesse espaço da sociedade aos seus pares que residem nas comunidades rurais, ou mesmo pelas informações veiculadas nos meios de comunicação, que colocam em relevo os problemas enfrentados por quem reside nos centros urbanos. Contudo, é fundamental dizer que todos os aspectos positivos, os benefícios e as conquistas da modernidade e da cidadania, associados ao mundo urbano, devem ser usufruídos também pelas populações do campo e que, em nenhum momento, negligencia-se aqui esses aspectos.

As concepções pautadas nos dualismos reducionistas rural – urbano ou tradição – modernidade, que acabaram inferiorizando e estigmatizando populações e dimensões de sua vida, não dão mais conta ou não conseguem mais explicar as complexidades vivenciadas pelos diversos segmentos de jovens rurais, que se mobilizam de forma interativa nos diferentes

¹ Alguns autores, entre os quais cabe destacar José de Souza Martins, têm ressaltado a construção na sociedade brasileira destas representações que reproduzem a inferiorização e a hierarquia do rural em relação ao urbano.

espaços sociais, não sem experimentar renovados conflitos de valores e de visão de mundo entre os gêneros e as gerações, que se manifestam sobretudo na dimensão da vida social e cultural, especificamente, nos significados de ser jovem e rural, nas escolhas profissionais e nos projetos de vida, nas relações de sociabilidade, nos modelos de família e casamento, na religiosidade, na vida afetiva e orientação sexual, entre outros. De que forma e em que sentido os profissionais e/ou interlocutores das instituições e entidades que interagem com as populações do campo – sejam formuladores de políticas, lideranças, técnicos(as), extensionistas, professores, etc. – abordam, concebem e adotam esses conceitos no cotidiano das suas intervenções? Quais valores e significados de rural, campo, juventude são (re)produzidos nas suas atividades técnicas, políticas ou pedagógicas? Enfim, são questões instigantes que precisam se fazer presentes nas discussões e nas proposições de políticas que são feitas por pessoas e instituições que trabalham com as juventudes rurais no Brasil.

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (1996), Abramovay (1998), Schneider e Niederle (2008), entre outros, já abordaram o tema da diversidade da agricultura familiar e camponesa. Em outra oportunidade (Stropasolas, 2006), fiz um esforço reflexivo para problematizar a adoção de forma homogeneizante e harmônica da categoria “agricultura familiar”, mostrando que esse viés na utilização do conceito implica a omissão dos conflitos, das hierarquias de poder e dos problemas estruturais que se manifestam na vida econômica, social e cultural das populações rurais. Cabe salientar que ainda é perceptível em determinadas noções e proposições a imagem de um modelo cristalizado de rural, comunidade, família e juventude, padrão este que vem sendo literalmente “detonado” nas representações e práticas juvenis. Assim, de forma recorrente, percebe-se a necessidade de se realizar, também, uma discussão mais geral, teórica, de fundo das principais questões que afetam as juventudes e que emergem nas diferentes regiões e, assim, identificar o que há de comum entre os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que existe de diferente em relação a outras gerações. Importa destacar que os jovens vivenciam hoje uma experiência geracional singular: herdaram os problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são “convocados” ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, quem deles deseja assumir este papel?

Nesse cenário, a relação tensa entre o todo social e as especificidades é marcante na abordagem das problemáticas que afetam (e as soluções que demandam) os diversos segmentos de jovens rurais brasileiros. Nessa relação conflituosa se inscreve a diversidade, noção aparentemente fácil de abordar no campo da teoria mas de difícil operacionalização no terreno das políticas públicas, sobretudo quando se busca contemplar, concomitantemente, medidas gerais visando atender ao “grande público” da juventude rural e ações direcionadas para tudo aquilo que representa o específico, o singular, o diferente, ou seja, o exuberante e colorido tecido social formado pela heterogeneidade cultural e histórica da população rural brasileira, em que se inserem os mais diversos grupos de jovens rurais.

Este grande desafio se fez presente, mesmo que não de forma explícita, nos vários momentos do seminário. Isto é, trabalhar numa perspectiva de unidade político-institucional todos os aspectos que são comuns à categoria juventude rural, garantindo ao mesmo tempo na sua concepção os instrumentos que contemplem as particularidades, o reconhecimento e a valorização das diferenças, a superação das desigualdades e o atendimento das reivindicações específicas, visando integrar dimensões que se complementam na abordagem da noção de diversidade no tocante às políticas públicas voltadas à juventude rural. Como enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos sociais inerentes à categoria juventude e os processos de natureza mais geral, unitária, que caracterizam a sociedade (rural) contemporânea? A relação entre agente e estrutura? Dar conta deste desafio significa também problematizar teoricamente possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos, os quais enfatizam apenas a diversidade entre os jovens ou mesmo que afirmam a noção de juventude como sendo genérica demais, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Fazendo este questionamento, busco afirmar a pertinência e a relevância teórica de se mobilizar de forma vigorosa as categorias juventude, rural e campo para explicar os processos e fenômenos sociais em curso nas mais diversas localidades brasileiras, fazendo a crítica da narrativa modernista, da globalização hegemônica, da homogeneização e suposta supremacia do agronegócio e do individualismo exacerbado e excludente que movem o mercado capitalista e as suas consequências no mundo rural em termos de exclusão de territórios, agricultores familiares, camponeses, populações tradicionais, grupos sociais específicos, culturas e identidades. Argumento pela necessidade de se investigar as mudanças em curso nos espaços rurais – e propor soluções aos problemas verificados – valorizando fundamentalmente as perspectivas daqueles que, até recentemente, eram “esquecidos”, invisibilizados, nas políticas ou nas instituições, entre os quais e de forma privilegiada os jovens rurais. Ou seja, desconstruir as noções de rural, campo, desenvolvimento, políticas públicas, etc, colocando em relevo as suas múltiplas construções, sobretudo aquelas dos grupos sociais rurais não hegemônicos e que se diferenciam “em gênero, número e qualidade” do ideário e das concepções defendidas e difundidas pelo agronegócio e pelos grandes conglomerados empresariais e financeiros que atuam sem controle social no campo, na floresta e nas águas, responsáveis que são pela concentração da renda, dos recursos e da propriedade da terra e pela degradação socioambiental nos territórios rurais.

Enfatizo, assim, as abordagens que veem a juventude e o rural como conceitos em construção e não como noções cristalizadas e com “virtudes” essencialistas. Muitos trabalhos abordam a juventude como categoria autoevidente ou autoexplicativa, passível de uma definição universalizante, tanto no campo acadêmico quanto nas políticas sociais. Na sua abordagem teórica sobre o conceito de juventude rural, Castro (2009) sintetiza bem as diferentes concepções, ou seja as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetiva-

das da categoria; e as definições que associam *juventude e jovem* a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social.

A partir da explicitação e do entendimento das diferentes visões de mundo dos jovens rurais e dos interesses e expectativas diversos, podemos apostar na possibilidade de se construir um sentido de unidade (da diversidade) na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais. Nesse sentido, o reconhecimento de diferentes dimensões na abordagem das questões que afetam a juventude insere-se nesta instigante incumbência teórica de dar conta da diversidade da categoria sem desconsiderar o processo geral em que ela está inserida. Nesse sentido, não corremos o risco de se cristalizar uma ou outra dimensão nas análises e nos estudos sobre juventude. Em decorrência, estaremos promovendo o diálogo não só nos diversos campos da academia (como forma de se evitar a fragmentação dos nossos campos de estudos e pesquisas), mas também entre a universidade, a sociedade civil, os movimentos sociais e os jovens rurais, incluindo temáticas como política pública, educação, gênero, geração, etnia, raça, sexualidade, etc.

As representações e as práticas dos jovens que se mobilizam nos diferentes espaços sociais das pequenas localidades, nas entidades representativas e nos movimentos sociais, assumindo a inovação e alguns aspectos ressignificados da modernidade, mas ancorados em determinados alicerces valorativos que compõem tradicionalmente o patrimônio cultural familiar, proporcionam algumas pistas que podem orientar as análises em torno da noção de diversidade. Para isso, é importante resgatar ou reinventar a capacidade de síntese, de formular algumas teses gerais que objetivam explicar os processos que movem os fenômenos sociais rurais e que repercutem na trajetória da juventude.

Um aspecto apontado por estudiosos da juventude é o de que os jovens podem se constituir em elementos reveladores das mudanças em curso no país. Ou seja, entender não apenas o que acontece com os integrantes desta categoria social, mas sim ampliar nosso horizonte e vislumbrar o sentido das mudanças que ocorrem na sociedade brasileira na qual a juventude, de maneira geral, está inserida. Para Wanderley (2007), os jovens são a tradução no meio rural das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Nesse sentido, não possuem mais qualquer poder explicativo as análises que busquem isolar a realidade dos jovens rurais, que os visualizam como membros de um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem. Como também estão defasadas as abordagens que acabam diluindo-os numa pretensa homogeneidade, ou como se refere a autora:

que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade. Em consequência, o nosso objeto de pesquisa só pode ser entendido, em profundidade, se situado num quadro mais geral, que inclua as muitas situações concretas, correspondentes à diversidade das experiências de vida dos jovens rurais (WANDERLEY, 2007, p. 31).

O período vivido pelos jovens em busca de emancipação, de escolha de valores, de construção de uma identidade social, torna a juventude uma categoria de forma diferenciada porque a

juventude é plena de singularidades. Nesse sentido, podemos inferir que diversas problemáticas sociais que afetam os jovens brasileiros não deixam de influenciar, também, com formas e conteúdos específicos, os diversos segmentos de jovens rurais, os quais se diferenciam por renda, etnia, raça, gênero, orientação sexual, religiosidade, disparidade regional, etc.

Esta ampliação do universo simbólico e valorativo pode ser visualizada nos depoimentos dos jovens que desejam o melhor dos dois mundos, como se refere Nazareth Wanderley, o rural e o urbano, uma síntese muito difícil de conseguir. Mas a busca desta conflituosa unidade sociocultural, como desejo, como demanda, vem sendo explicitada de forma recorrente nas trajetórias e nos projetos de vida de moças e rapazes de origem rural e residentes nas pequenas localidades. A inclusão digital e o acesso à informação e à comunicação interpessoal cada vez mais são demandados, tendo em vista a interação criada pelos jovens que passam a ter acesso à internet nas escolas, no sindicato, na igreja, etc. Isto se reflete no campo da cultura e nas redefinições de valores decorrentes da mobilização social e espacial da juventude rural.

A DIMENSÃO DA DESIGUALDADE NA DIVERSIDADE SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL

De acordo com os dados do IBGE (2010), existem aproximadamente 8 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que representa 27% de toda a população que vive no campo. Cabe salientar que nos últimos 10 anos em torno de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural e, deste universo, 50% são jovens, indicando de maneira geral processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, embora haja especificidades em relação a essas tendências em determinados territórios do país. Apenas para ilustrar esse processo, os dados apresentados no evento pelo representante do Incra, resultante de pesquisa realizada recentemente em todos os assentamentos do país, indicam que do total da população dos assentamentos 53% são homens e 47% são mulheres.

Esta migração seletiva já vem comprometendo segmento significativo de propriedades agrícolas familiares, sobretudo nas regiões coloniais do Sul do Brasil, onde se verifica em determinadas localidades valores que oscilam de 25% a 30% de estabelecimentos familiares sem sucessores. Depoimentos coletados em pesquisas² de cunho qualitativo realizadas pelo autor em determinadas comunidades rurais de Santa Catarina (SC) indicam que nos estabelecimentos familiares sem sucessores (ou em vias de) – como também nos casos em que os pais percebem a completa desmotivação dos(as) filhos(as) em permanecer na propriedade – há tendência de se “frearem” os novos investimentos produtivos com estagnação ao longo do tempo das tecnologias empregadas e da produtividade das atividades desenvolvidas, considerando as dificuldades de mão de obra e as incertezas quanto à continuidade do funcionamento da

² As pesquisas referidas são: Gênero, suinocultura e biogás: a participação das mulheres na divisão social do trabalho familiar, realizada em 2011 na região oeste de SC; A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório, concluída em 2012; O processo sucessório na produção familiar agroecológica de leite (em andamento); As mudanças nos processos de formação e socialização das crianças e suas implicações na sucessão entre as gerações na agricultura familiar, concluída em 2013, com recursos do CNPq.

propriedade no momento em que houver o afastamento (por idade, aposentadoria, doença, venda da propriedade ou qualquer outro motivo) das pessoas que efetivamente “tocam” (como se referem os próprios agricultores) a propriedade.

Diversos autores analisaram os fatores que explicam essa migração seletiva, sobretudo as problemáticas de gênero e geração presentes nas comunidades rurais, entre os quais Brumer (2004), Paulilo (2003), Aguiar & Stropasolas (2010), entre outros. Nesse sentido, não nos deteremos aqui na análise desses fatores, por não ser objeto deste artigo, sugerindo a quem interessar a leitura dos trabalhos dos autores supracitados.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 são aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos no país. Desse universo, foram identificados cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

Para ilustrar a magnitude da desigualdade social no mundo rural brasileiro, cabe recuperar os dados divulgados recentemente em relação ao Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, em que se verifica que os recursos sob responsabilidade do Mapa somam R\$136 bilhões para financiamento dos produtores empresariais, não familiares, enquanto o Plano Safra da Agricultura Familiar, a cargo do MDA, terá disponível R\$39 bilhões para ser utilizado por todos os programas orientados à agricultura familiar (Pronaf, PAA, PNAE, Ater, etc.). Mais precisamente, a agricultura familiar, que é responsável por garantir grande parte da segurança alimentar e nutricional do país, representando 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários e com 74,4% do pessoal ocupado no meio rural, recebe apenas 22% de todo o crédito disponibilizado pelo Estado para o custeio e financiamento das atividades agropecuárias.

No entanto, a diversidade do ponto de vista da desigualdade se manifesta, de forma bastante acentuada, entre os próprios agricultores familiares, considerando que 1,4 milhão deles são responsáveis por 80% do total do valor bruto da produção (VBP) da agricultura familiar no Brasil e que 1,9 milhão soma apenas 10% do VBP.

Os dados divulgados de forma recorrente por organismos nacionais e internacionais, entre os quais o PNAD/IBGE, ONU e Unicef, são bastante ilustrativos da precariedade e da desigualdade social vivenciadas, nessas últimas décadas, pelas populações infanto-juvenis no meio rural brasileiro. Contudo, a história da infância e da juventude rural no Brasil é permeada pelas trajetórias de populações rurais, camponesas, quilombolas, indígenas, entre outras, vivendo condição de empobrecimento social e econômico, de estigmatização e preconceito, exclusão e invisibilidade, sobretudo por parte do Estado, tendo em vista que desde o início sempre houve nas diferentes regiões brasileiras diferenciação e desigualdades entre os grupos sociais (inserindo-se aí as populações juvenis), devido a fatores vinculados às disparidades de desenvolvimento regional, às hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às

políticas públicas e aos bens da modernidade. Estas trajetórias sociais desiguais acompanham a história do Brasil, desde a Colônia, passando por Império e República, estando presente, ainda hoje, no cotidiano de segmento expressivo dessa população nos territórios rurais. Ou, como afirma Pinheiro (2001, p. 30), “a desigualdade social assume, entre nós, múltiplas expressões, quer se refiram à distribuição de terra, de renda, do conhecimento, do saber e, mesmo, ao exercício da própria cidadania”.

No que se refere aos aspectos relacionados à precariedade e à desigualdade social verificadas no meio rural brasileiro no âmbito educacional, os dados frequentes divulgados pela Unicef e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC/INEP) são bastante ilustrativos. Ou seja, as crianças que nascem no campo têm muito mais chance de não frequentar a escola que uma criança nascida na cidade. Os números divulgados nos estudos indicam o difícil quadro da educação rural no Brasil. De um lado, é justamente entre as crianças e os adolescentes que vivem em áreas rurais que encontramos os maiores índices de crianças não alfabetizadas. Por outro lado, a baixa qualidade do ensino oferecido nos estabelecimentos rurais também é alarmante. Geralmente, o conteúdo ensinado nas cidades é levado para o campo sem problematização, desconsiderando as realidades locais. Para Soares, Albuquerque e Wanderley (2009), os projetos pedagógicos desenvolvidos na área urbana dos municípios, em que frequentam as crianças rurais, nem sempre reconhecem as especificidades constitutivas da diversidade do campo, desprezando tradições, valores e identidades individuais e coletivas em favor de um mundo “único”, “civilizado” e “educado” ao qual todos devem ser submetidos. Para os autores desse estudo, é evidente a distância estabelecida entre a educação ministrada para a população do campo e a perspectiva de educação que se elabora no âmbito das demandas dos movimentos sociais.

Sendo assim, é fundamental se problematizar a utilização do conceito de diversidade ou mesmo de identidade na análise da interação entre juventude rural e políticas públicas. O reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou “diversidade” dos jovens rurais brasileiros que vem sendo cada vez mais expresso nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica se, por um lado, tem como aspecto positivo a relativização dos modelos hegemônicos e a valorização das diferentes identidades sociais e culturais, por outro, pode se tornar problemático na medida em que se minimiza o peso das desigualdades sociais que afetam as populações do campo, da floresta e das águas, os próprios jovens rurais e as diferentes condições e oportunidades vivenciadas por este público em relação à população juvenil dos espaços reconhecidos como urbanos de nossa sociedade.

Para Silva (2005), o chamado “multiculturalismo” apoia-se em vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Para o autor, é particularmente problemática a ideia de diversidade que se limita a proclamar a mera existência da diversidade. Nessa perspectiva da adoção do conceito de diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. Em geral, a posição socialmente

aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição?

No caso específico dos jovens rurais, eles fazem parte de grupos sociais que possuem particularidades na organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como singularidades culturais e históricas na vida social. Vivenciam processos de aprendizagem e de socialização (no âmbito da família, da comunidade, de interação com o trabalho, com a natureza, com os ciclos climáticos, com as culturas e as criações, com o tempo e o espaço, com a religiosidade, etc.), que estimulam o convívio coletivo entre as gerações, bem como a mobilidade, a circulação e a atuação diversificada e ativa no exercício das atividades diferenciadas em que participam no âmbito da divisão social do trabalho na família, ou mesmo nos eventos culturais, nos mutirões e nas iniciativas cooperativas e associativas organizados entre as famílias nas suas comunidades de origem. Essas características se diferenciam de acordo com os diferentes contextos em que se inserem os jovens rurais nos mais diversos territórios rurais. É importante destacar que essa diversidade social e cultural é resultante, também, das raízes históricas do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 1996), o que deve ser reconhecido e valorizado pelo Estado e pela sociedade como um patrimônio.

Mas, se o reconhecimento da diversidade é importante, torna-se imprescindível esclarecer que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais, o que muitas vezes não é expresso nas análises, nos discursos e nas agendas oficiais. Se nos referirmos ao público infantil e juvenil, especificamente, perceber essas pessoas como “crianças rurais” ou “jovens rurais” e, portanto, como tendo, indubitavelmente, “infância” ou “juventude”, é apostar numa igualdade de *status* geracional que é visivelmente inexistente nas condições concretas de existência desses sujeitos sociais. Nesse sentido, esta desigualdade deixa de existir como contradição intrínseca à própria sociedade para ser entendida como lamentável contingência de “contextos sociais e culturais diferenciados”. O entendimento das grandes diferenças sociais que se manifestam nas condições materiais de vida dos diversos segmentos de jovens rurais não pode ser feito como se elas não fossem mais que “disfunções”, ou “injustiças” a serem eternamente “corrigidas” no futuro (SARMENTO; MARCHI, 2008). A luta pela igualdade de condições por parte das populações rurais se inscreve na consolidação de direitos de cidadania e de tudo aquilo que tem de melhor nos espaços sociais, rural e urbano, além da valorização (inclusive monetária) da profissão de agricultor(a) e de suas novas funções com os mesmos benefícios que qualquer outra profissão exercida na sociedade urbana.

Nos cenários da globalização hegemônica, a situação de ambiguidade e complexidade paradoxal é a que melhor ilustra a condição social da infância e da juventude. Se, por um lado, há maior proximidade vivenciada pelos indivíduos, devido, sobretudo, aos avanços tecnológicos na área das comunicações, paradoxalmente, o mundo parece ter-se tornado mais complexo, porque a sociedade se apresenta mais desigual e heterogênea. A desigualdade marca e afeta, sobretudo, os grupos sociais que enfrentam enormes dificuldades para acessar os direitos de cidadania, que continuam a ser excluídos e invisibilizados nas arenas de ação e nos foros de

decisão, entre os quais as crianças e os jovens e, principalmente, os membros dessas categorias que integram populações tradicionais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados rurais, entre outras.

Aos jovens raramente é dada a oportunidade de participar na definição da agenda política que os afeta, dificilmente se procura incluir os seus pontos de vista. Nesse sentido, a ausência de um estatuto político está implicada na falta de um estatuto social desse público. Os integrantes da categoria juventude são vistos como aprendizes e em fase de socialização, período caracterizado de transição para a vida adulta. Ou seja, não são membros plenamente constituídos do mundo social, considerando que estatuto social implica plena cidadania, ambos são requisitos para a participação política. Mais precisamente, os jovens são (potencialmente) reconhecidos como cidadãos plenos em torno do momento em que deixam a juventude.

Verifica-se inadequação entre as expectativas das crianças e jovens, expressas nas novas atitudes face à política, à família, ao trabalho, à sexualidade e ao corpo, por exemplo, e às respostas formuladas pelas instituições. No caso dos territórios rurais, constata-se lacuna enorme no tratamento destas temáticas por parte das instituições oficiais e entidades sociais que interagem com as famílias rurais. Estas categorias sociais são hoje prejudicadas, também, na sua relação com as políticas públicas, frequentemente excludentes e artificiais, na medida em que se depositam nas responsabilidades individuais as causas do insucesso na busca pela satisfação das suas necessidades, na sua luta pela inclusão social e pelo acesso aos bens e direitos de cidadania, desconsiderando-se a influência dos mecanismos estruturais de produção das condições sociais. Considera-se, também, que as formas convencionais de socialização, a escola por exemplo, não chegam a responder à demanda cada vez maior deste público por formação adequada às suas necessidades e à realidade em que vivem, trabalham, e que interagem socialmente, bem como para entrar no mercado de trabalho ou para enfrentar os desafios das renovadas relações sociais de produção. Neste sentido, questionar-se sobre o papel e o lugar das crianças e dos jovens nas relações sociais, econômicas e culturais nos territórios rurais é também perguntar qual modelo de sociedade civil e política pode atender e incluir este segmento da população.

Boaventura de Souza Santos (1998) utiliza a noção de individualismo institucionalizado para explicar o processo que consiste na definição do indivíduo como célula social de base (em detrimento da família, da classe social, da comunidade, etc.), na consignação de direitos individuais e, sobretudo, na prescrição normativa de cada um para conduzir a própria vida a partir de escolhas e opções puramente individuais. Nesse sentido, a individualização contemporânea configura-se não como escolha, mas como “fatalidade” socialmente prescrita. Para Sarmento e Marchi (2008), a individualização consiste em transformar a identidade humana de um “dado” em uma “tarefa” a cargo e de responsabilidade dos próprios indivíduos, em que responder pelas consequências da escolha (das previstas às indesejadas) faz parte do jogo social. Em suma, o fracasso na tarefa de autoconstrução biográfica será, então, “responsabilidade” do indivíduo e não da dinâmica social, do Estado ou da sociedade. Ou, como se refere um jovem durante o seminário: “cobra-se dos jovens o que não se cobra dos adultos”, exemplificando que os ban-

cos não querem disponibilizar recursos porque têm desconfiança na capacidade de um jovem ser responsável pela utilização eficiente do crédito e honrar o compromisso da dívida com o banco, o que se constitui em estereótipos excludentes e manifestos no plano individual e que, nesse caso, acabam inviabilizando o acesso aos recursos públicos por parte dos jovens rurais.

No momento em que se discutem e se propõem medidas para os temas da sucessão geracional na agricultura familiar ou mesmo para o acesso às políticas e aos recursos públicos, é fundamental que se leve em consideração, sobretudo, a influência dos fatores estruturais e dos padrões culturais na (in)definição dos projetos de vida dos jovens rurais, como forma de se evitar soluções simplistas que atribuam unicamente aos próprios jovens, moças e rapazes a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso nas suas tentativas de inclusão social, seja no âmbito da propriedade familiar, seja na sociedade circundante. Mais precisamente, pensar o tema da sucessão considerando todos os problemas estruturais que envolvem a condição social da agricultura familiar e camponesa na sociedade. Quer dizer, esse tema tem que ser muito mais complexificado do que normalmente vem sendo empregado, porque não podemos cair no risco de depositar apenas nos jovens a resolução de um problema que é estrutural e me parece que em alguns momentos a gente cai nesse pecado de acreditar que é no âmbito da família exclusivamente que o jovem vai conseguir mudar padrões culturais que são reproduzidos histórica e socialmente. A reprodução social dessas famílias, camponesas ou agricultoras, depende de uma série de outros fatores multidimensionais.

Assim, se o individualismo se apresenta como a ideologia da modernidade, isto não significa que todos tenham as mesmas “chances” de realizá-la com sucesso. Alguns conseguem tornar-se indivíduos “de fato”, outros apenas o são no plano “jurídico”. Tradicionalmente os temas da juventude, das mulheres, das populações quilombolas, indígenas, dos assalariados rurais, como também o debate de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc. são exemplos de públicos e temáticas que, muitas vezes, acabam ficando em segundo plano nas discussões.

De outro modo, percebe-se que é preciso ampliar o conhecimento dos diferentes segmentos da juventude rural brasileira. É muito importante se fazer amplo diagnóstico social das juventudes assalariada, indígena, quilombola, por exemplo, populações que muitas vezes acabam ficando imperceptíveis nas discussões e intervenções centradas nas categorias agricultura familiar e juventude rural, que, em muitas abordagens, são utilizadas de forma homogênea e harmônica. A universidade, as entidades representativas, os movimentos sociais, as ONGs e as instituições governamentais precisam aliar forças para o processo de (re)conhecimento, valorização e afirmação dessas categorias sociais, buscando a superação das dicotomias, hierarquias e estigmatizações que impedem a inserção desses diferentes públicos na sociedade.

Uma dimensão pouco visualizada no âmbito das pautas de reivindicação da juventude, inserida nos movimentos do campo, é a da juventude assalariada. Alguns depoimentos no evento, assim como trabalhos de pesquisadores(as) indicam que os jovens assalariados não têm reconhecimento como cidadãos e sujeitos de direitos nos locais de trabalho sazonal e nem mesmo onde residiam anteriormente. Enfatiza-se para essa categoria social a importância de

se buscar o trabalho decente e a empregabilidade juvenil, assim como mais investimentos em qualificação profissional, visando se contrapor ao desemprego crescente nas cadeias produtivas em que estão inseridos, consequência da modernização em curso nesse setor (MENEZES; SILVA; COVER, 2011).

Ao se abordar o tema da diversidade dos jovens rurais é indispensável se inserir a juventude negra, certamente o público mais afetado pela desigualdade, exclusão e invisibilidade social. No evento inúmeros depoimentos reforçam a necessidade de se lutar pela titulação de terras das comunidades quilombolas, bem como melhorar o acesso a renda, emprego e recursos públicos por parte dessa população, dando visibilidade à cultura e à religiosidade africana e fortalecendo a organização das redes de comunidades quilombolas.

Vários depoimentos no seminário indicam, também, a ausência de temas sensíveis nas discussões em torno da interação juventude rural e políticas públicas, entre os quais orientação sexual, drogas lícitas e ilícitas, violência doméstica, etc. Ou seja, se já é difícil discutir questões de gênero, geração, mais complicado ainda é abordar estas temáticas nos eventos e nas reuniões. Cabe salientar que no seminário houve a oportunidade através de um grupo temático específico de se discutir e avançar proposições de políticas voltadas à diversidade sexual, tema muito importante e que muitas vezes fica de fora não só das ações governamentais, mas inclusive das agendas das entidades representativas, dos movimentos sociais, das universidades. Nós temos ainda, no campo, um tabu muito forte envolvendo essa questão da diversidade sexual. Muitas vezes os(as) jovens que vivenciam hierarquias de poder, preconceitos e discriminações sofrem individualmente, porque não há entidades, instituições, ações que possam de uma forma coletiva dar conta dessas questões. Contudo, embora em proporção bem menor que nos espaços urbanos, cada vez mais também no campo começam a aparecer novos formatos de relações afetivas, novos modelos de família, casamento e sexualidade, questionando padrões e instituições.

REDEFINIÇÕES NOS PERFIS IDENTITÁRIOS DAS JUVENTUDES DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS

No processo de construção de políticas públicas para as juventudes é fundamental se compreender os novos perfis identitários que vêm sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude. Nesse sentido, entendo ser necessário abordar a categoria juventude muito mais que o agrupamento de indivíduos reconhecidos como jovens constituindo uma população específica com características singulares ou mesmo como uma categoria que é a mera junção de grupos sociais juvenis diferenciados que pouco dialogam entre si, o que dificultaria sobremaneira a interação social e a identificação de interesses comuns entre os “pares geracionais” na sua luta por reconhecimento, valorização e afirmação de uma identidade política na sociedade. No processo de configuração de uma identidade social, as classificações normativas também podem mascarar as hierarquias e as

desigualdades sociais que marcam os diferentes contextos e as condições dos jovens no seu cotidiano, seja na família, na comunidade, seja nas instituições, etc.

Na luta pelo reconhecimento social e afirmação de uma identidade, está envolvido conjunto de fatores que se influenciam mutuamente e que não se restringem às iniciativas próprias dos indivíduos na sua trajetória em busca de afirmação social. Obviamente, numa sociedade moderna, globalizada e fundamentada no individualismo exacerbado, os sujeitos são “estimulados” a encontrar reconhecimento como seres autônomos, individualizados, que disputam com outros indivíduos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Como se refere Honneth (2003), na sua obra *Luta por reconhecimento*, sem a suposição de uma certa medida de autoconfiança, de autonomia juridicamente preservada e de segurança sobre o valor das próprias capacidades, não é imaginável êxito na autorrealização, se por isso deve ser entendido um processo de realização espontânea de metas de vida autonomamente eleitas. No entanto, como se refere o autor, a liberdade de autorrealização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano, visto que ele só pode adquiri-la com a ajuda de seu parceiro de interação, indicando a importância da força solidarizante na formação coletiva da identidade.

Na concepção de Silva (2005), a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Para o autor, a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre *nós* e *eles*. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder, o que significa também classificar e dividir o mundo social, o que se torna central na vida social, ou seja, a divisão e o ordenamento da sociedade em grupos, em classes, que não são simples agrupamentos simétricos, mas também hierarquizações. Enfim, deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. No mundo das políticas públicas, classificar, selecionar, dirigir recursos públicos implica hierarquizar, influir nas relações de poder existentes entre os diferentes grupos sociais, privilegiando uns em detrimento de outros.

Nessa perspectiva, torna-se desafio nada desprezível conceber e implementar políticas públicas para as juventudes do campo, das florestas e das águas que não impliquem classificações ou vieses políticos reproduzindo ou criando novas hierarquizações, exclusões ou assimetrias de poder em territórios, famílias, comunidades e entidades em que se inserem as populações de jovens. Os mecanismos de unificação de categorias sociais por parte do Estado, que não deixam de ser resultantes também de iniciativas da sociedade civil visando aglutinar forças e lutar por conquistas sociais e políticas (como foi o caso da categoria agricultura familiar e a consolidação do Pronaf), como instrumento de planejamento, normatização e gestão de

políticas públicas, devem ser problematizados ao se pensar políticas para os diversos públicos que integram a categoria juventude rural. Os formuladores e os que estão no dia a dia da execução das políticas precisam evitar o risco em potencial de se normatizar modelos, processos de gestão e públicos que respondem aos apelos e às exigências dos programas e das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas, pois isto pode resultar num processo de seleção/exclusão de grupos sociais que integram a juventude rural, em detrimento dos que sempre estiveram à margem do Estado, dos seus recursos e das instituições.

Na constituição das identidades juvenis e sua interação com as definições tomadas no campo das políticas públicas, as dimensões da autorrealização e da força solidarizante do grupo social exercem influências complementares nas imagens e representações que são formadas em torno da categoria juventude. Segundo Castro (2009), a própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilização da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais. Imagem esta que já foi apontada por autores como Bourdieu (1962), Champagne (1979), Woortman (1995), entre outros, os quais tratam a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato e como consequência da desvalorização do campo frente à cidade.

Cabe salientar que o desinteresse e a desmotivação de segmento expressivo da juventude em reproduzir a sua condição social e a profissão agrícola não deixam de ser influenciados, também, pelo desejo de muitos pais (sobretudo das mulheres) de que os filhos obtenham condição de vida melhor que a deles, principalmente para as moças que, de maneira geral, são excluídas da herança da terra e dos arranjos sucessórios na família, que não veem seu trabalho reconhecido ou remunerado e que, quase sempre, estão ausentes dos processos decisórios e da gestão financeira dos estabelecimentos familiares. Como afirma Castro (2008), se ser jovem carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, ser jovem rural e mulher representa uma situação de “inferioridade” ainda maior na hierarquia social.

Entretanto, nesses últimos anos, os movimentos sociais rurais no Brasil são espaços em que se verifica o surgimento de novas organizações de juventude como ator político, o que pode ser observado, por exemplo, na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), na Via Campesina-Brasil, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e na Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Assim, estamos testemunhando atualmente uma redefinição importante na categoria em si, ao mesmo tempo que a constituição de novos perfis identitários entre os jovens que, longe de viverem no isolamento, “dialogam com o mundo globalizado, reafirmando sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar*, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, *jovem da roça, juventude rural, jovem camponês* são categorias aglutinadoras de atuação política. Essa reordenação da categoria vai de encontro à imagem de desinteresse dos jovens pelo meio rural” (CASTRO, 2009, p. 183).

Considero fundamental recuperar a noção de identidade trabalhada por Silva (2005), pois reforça a nossa intenção de mostrar as redefinições em curso nas identidades sociais dos jovens rurais, inicialmente para afirmar que a identidade desse público não é uma essência, um dado ou um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Essa concepção de identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Juntamente com o autor podemos dizer que:

A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Ao se analisar a noção de identidade visando compreender a interação entre diversidade social da juventude rural e políticas públicas, é importante levar em consideração, também, que a construção de uma identidade social por parte dos diferentes segmentos de jovens rurais implica o reconhecimento de si mesmo na interação com o diverso, com o outro, o diferente, nos espaços sociais, rurais ou urbanos, públicos ou privados, em que se mobilizam cotidianamente seja para trabalhar, estudar, seja para participar de reuniões, eventos, manifestações, etc. Nesse processo, “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2005). Contudo, do ponto de vista da diversidade, esta abordagem será consistente teórica e politicamente, indo além da superfície e de nossa natureza humana comum, se questionar as relações de poder e não deixar de incluir os processos de diferenciação que, antes que tudo, produzem a identidade e a diferença.

No processo de redefinição das suas identidades sociais, os jovens rurais vivenciam diversidade de sistemas simbólicos coexistentes e nem sempre concorrentes, do que resulta uma reelaboração do sistema de valores locais (CARNEIRO, 1998). Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local.

Esse é o desafio que experimentam os jovens: carregam uma tradição que aprenderam, mas são chamados também a inovar. Isto se observa de forma mais evidente no campo das políticas, dos projetos e das iniciativas de instituições governamentais, ONGs ou mesmo de movimentos sociais rurais, ou seja, além da reprodução das tradicionais atividades da agricultura familiar, propõem-se novas funções como a incorporação de atividades não agrícolas, a preservação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a segurança alimentar e a produção agroecológica, o agroturismo e a agroindustrialização em pequena escala de alimentos, as alternativas bioenergéticas, entre outras.

Contudo, aumentam as exigências e a complexidade para se assumir com eficiência esses novos papéis, pois, além das dificuldades enfrentadas para a reprodução social do patrimônio familiar, essas novas funções exigem competências, habilidades e recursos (inclusive de

mão de obra) que muitas vezes não estão no domínio dos membros do grupo doméstico ou mesmo acessíveis ou que podem ser mobilizados a curto prazo. De outro modo, não são raras as iniciativas antes referidas e voltadas à geração de renda que possuem sério viés de fazer “produtivização” da vida dos jovens, quando na verdade os jovens buscam dar conta de questões que afetam a totalidade da sua vida social. Além de que várias pesquisas de cunho qualitativo vêm indicando que mesmo em famílias com melhores condições econômicas existem jovens migrantes ou predispostos a sair e procurar profissões alternativas à agricultura. Se os jovens podem se constituir como protagonistas no processo de viabilização dessas novas funções para o espaço rural, o exercício desses novos papéis está na dependência de que o Estado e a sociedade forneçam todas as condições necessárias para o desempenho efetivo dessas atividades e que estas sejam devidamente valorizadas pela sociedade.

A participação cada vez mais ativa dos jovens nos movimentos sociais e nas entidades representativas e sindicais, bem como o acesso por parte desse público às tecnologias de informação e comunicação, o contato e a interação com jovens migrantes e os maiores índices educacionais e culturais são fatores que, no conjunto, fazem os adolescentes e jovens questionar padrões e instituições e seus modelos e projetos convencionais de família, casamento, escola, igrejas, sindicatos, partidos, políticas, etc. Nesse processo de interação cada vez maior entre campo e cidade, as crianças e os jovens experimentam e formulam novos modelos e padrões alternativos de consumo, de comportamento, de estética do corpo, sexualidade, ou seja, cada vez mais cedo, integrantes do público infantil e juvenil, de ambos os sexos, formulam novos planos e projetos de vida, redefinem identidades, valores, escolhas.

A negação da condição social de agricultor(a), de trabalhador(a) rural por parte de segmento expressivo de jovens rurais expressa a recusa de vivenciar a inferioridade, a desvalorização e o desmerecimento nas relações sociais. Considerando que a necessidade de reconhecimento, inclusão e interação social nos espaços de sociabilidade marca os diversos segmentos de jovens rurais, ao se relacionarem com os seus pares geracionais nos espaços sociais reconhecidos como urbanos das pequenas cidades, muitos deles procuram internalizar e serem vistos a partir dos valores, comportamentos e atitudes do que é considerado mais “moderno”, recusando-se a manifestar determinadas características associadas ao mundo rural e que dizem respeito à linguagem, às vestimentas e ao cuidado do corpo. No entanto, embora isto possa estar presente nas intenções e nos projetos formulados pelo público juvenil, isto é, a busca para ser aceito e reconhecido como um “igual”, nem sempre torna-se possível a realização imediata desse imaginário “urbano”, tendo em vista as dificuldades materiais e a complexidade simbólica presentes nesse processo. Embora seja necessário relativizar as diferenças que marcam os contextos societários, esse fenômeno tem certas similitudes com as descritas por Elias em *Os estabelecidos e os outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Cada vez mais, o movimento feminista atual vem sendo liderado por mulheres mais jovens, assim como as jovens rurais cada vez mais estão presentes e se fazem representar nas ações e nos organismos de representação dos movimentos sociais rurais e das entidades sindicais.

Nos discursos de jovens lideranças que participam dos movimentos sociais, enfatiza-se que o diálogo tem que ser, por um lado, de mão dupla, ou seja, relação de igualdade entre os gêneros e, por outro lado, diálogo intergeracional que proporcione a problematização das hierarquias existentes. Nessa perspectiva, a questão geracional pressupõe também diálogo intrageracional, contemplando as diferentes visões de mundo e a diversidade de interesses e expectativas entre os próprios jovens. Salienta-se aqui os pontos em comum a partir do reconhecimento e da valorização das especificidades de gênero, raça, etnia, renda, religiosidade etc. Ou seja, que os jovens consigam, enfim, perceber o que lhes interessa enquanto geração e que consigam com isso falar entre si. Nesse processo, constata-se que novos valores, representações e projetos de vida surgem como antípodas daqueles da geração precedente, como o pluralismo político, ideológico e cultural, ao mesmo tempo que uma procura de autonomia financeira, independência da tutela dos pais e autenticidade na definição de si mesmo.

Enfim, pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UNIDADE E DIVERSIDADE NA INTERAÇÃO ENTRE JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesses últimos anos, interlocutores e responsáveis por programas, ações e políticas no âmbito das instituições do Estado – com uma interação importante de atores sociais vinculados às entidades organizativas e representativas das populações rurais, camponesas e tradicionais – realizaram esforços importantes no sentido de reconhecer a diversidade dos grupos sociais que integram essas populações, buscando a implementação de ações ou redefinindo políticas de âmbito geral, como o Pronaf, por exemplo, visando focalizar recursos para públicos específicos, entre os quais, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, extrativistas, mulheres, jovens etc. No entanto, constata-se, também, que as intenções de valorização desses diferentes segmentos sociais e o conjunto de ações implementadas no âmbito do Estado ainda são insuficientes para realizar transformações efetivas na condição social dessas populações, especialmente dos diversos grupos integrantes da categoria juventude rural. Nesse conjunto de medidas, poderia ser citado o Pronaf Jovem, o programa Nossa Primeira Terra, o Pronatec e, mais recentemente, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015) etc.

No evento, houve várias falas expressando a necessidade de se pensar o processo de concepção e implementação de políticas públicas, reforçando a importância de se agir de forma unitária, sistemática, integrando processos simultâneos que contemplem políticas mais estruturais,

gerais, duradouras com dimensões mais localizadas, específicas, focalizadas, setoriais, emergenciais. Ou seja, ações isoladas, setorizadas, contextuais, desconectadas de políticas mais macrossociais, estruturantes, não resolvem os problemas das juventudes, que são complexos, multidimensionais, envolvendo simultaneamente fatores como terra, renda, emprego, sucessão, crédito, educação, cultura, lazer, saúde, informação, sexualidade etc.

Ao se questionar a versão setorizada ou individualizada de políticas para as juventudes, reforça-se a importância de se implementar ações integradas que contemplem a diversidade social das juventudes do campo, das florestas e das águas e suas demandas específicas, mas que estejam estreitamente vinculadas a um projeto mais amplo de transformação social orientado para o desenvolvimento territorial sustentável. Para isso, constata-se a necessidade de se rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, visando justamente a mais controle social, mais participação social da juventude nesse processo, tendo em vista que se percebe débil participação dos jovens nos projetos e programas oficiais existentes nos territórios, inclusive os da cidadania. Ou seja, cada vez mais ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens na sua maior diversidade possível. Em suma, transformar agendas políticas em ações concretas constitui-se num grande desafio a ser enfrentado na viabilização de políticas públicas para a juventude rural. No âmbito macrossocial, os interlocutores da juventude reiteram a importância de que, uma vez aprovado o Estatuto da Juventude, surgem novos desafios a serem enfrentados no que se refere a sua regulamentação e consolidação como política pública de Estado, que engloba, também, o sistema e o plano nacional de juventude, o que se constitui numa grande conquista social e política.

Constata-se que muito ainda precisa avançar em termos de demarcação das terras indígenas, bem como de titulação das terras quilombolas, considerando que nos marcos atuais a desapropriação constitui bônus para o proprietário da terra. Nesse sentido, a problemática da terra e o acesso desse bem por parte de populações tradicionais, agricultores familiares, camponeses, sem-terra, entre outros, implica rever a legislação agrária, fundiária, considerando efetivamente a função social da terra e, com isso, a realização de uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade.

Diversos depoimentos feitos no seminário argumentam pela necessidade de se fazer uma contraposição ideológica àquilo que a mídia e os setores dominantes da sociedade vêm pautando em torno do agronegócio: dar visibilidade social a esse modelo de agricultura, tendo como referência o sucesso tecnológico e mercadológico da produção. Em contraposição, propõe-se uma campanha maciça nos meios de comunicação pela permanência da juventude no campo, que leve ao conhecimento dos jovens rurais as políticas públicas a eles direcionadas, fazendo que os recursos cheguem efetivamente e diretamente aos diferentes públicos que constituem a juventude rural, sem passar pelo crivo político-ideológico do poder local. Campanha que busque o reconhecimento e a valorização da profissão de agricultor(a) familiar na sociedade,

com a garantia de acesso aos benefícios e direitos de cidadania daí decorrentes, semelhante ao que ocorre com as demais profissões urbanas, constituindo-se, assim, num pressuposto básico para o desenvolvimento dos territórios rurais. Para isso, argumenta-se pela importância de aumentar a sinergia e o controle social na utilização dos recursos públicos visando à inserção dos jovens e das jovens no conjunto das políticas.

Quanto às entidades, às organizações, aos programas e às instituições em que interagem os diferentes segmentos de jovens rurais, propõe-se trabalhar com a perspectiva de que elas sejam, também, dos jovens e ajam com e para as juventudes, visando à construção social de valores culturais e de cidadania política que possibilitem a inserção efetiva e democrática desse público nos espaços privado e público de nossa sociedade. Para além da proclamação retórica da importância de inclusão social dos jovens rurais e considerando as insuficiências e/ou inconsistências na realização dos direitos e das políticas públicas que contemplem os diversos grupos sociais que integram a categoria, reconhecemos que é na garantia das condições fundamentais da existência e na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania desse público. Enfim, o desenvolvimento da cidadania como identidade política e o reconhecimento dos jovens como sujeitos politicamente relevantes e membros efetivos e com voz ativa na comunidade, nas instituições e na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto; STROPASOLAS, Valmir Luiz. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 159-183. v. 1.

BOURDIEU, P. Celibet condition paysanne. **Etudes rurales**, 5/6, p. 32-109, abr./set. 1962.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr. 2004.

CARNEIRO, M. J. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 95-118.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; CONSUELO, Dulce; WHITAKER, Andreatta (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 112-130.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud**, Manizales, v. 7, n. 1, p. 179-208, jan./jun. 2009.

CHAMPAGNE, P. Jeunes agriculteurs et veuxpaysans: crise de la succession et apparition du “troisiemeage”. **Actes de larecherche em sciences sociales**, Paris, Editions Minuit, n. 26-27, p. 83-107, mars-avril 1979.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Childhood under threat**. New York: Unicef Press, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/01/2013

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **L'agriculture familiale: Uneréalitépolymorphe**. Paris: L'Harmattan, 1993. 304 p.

_____. **Du mythe à laréalité**. Paris: L'Harmattan, 1994. 303 p.

MENEZES, Marilda A.; SILVA, Marcelo da; COVER, M. Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Ideias** (Unicamp), v. 2, p. 59-87, 2011.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson (Org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 183-210.

PINHEIRO, A. **A criança e o adolescente no cenário da redemocratização**: representações sociais em disputa. 438 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

QVORTRUP, Jens. Childhood matters: an introduction. In: QVORTRUP, Jens et al. (Ed.). **Childhood matters: social theory practice and politics**. Aldershot: Avebury, 1994.

SANTOS, Boaventura de S. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998.

SARMENTO, Manuel Jacinto; MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica. **Configurações**, Revista do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, n. 4, p. 91-113, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fabio Gelape; FARIA NETO, Austeclínio Lopes de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado, 2008. p. 989-1014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOARES, Edla; ALBUQUERQUE, Mabel; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Educação do campo: a escola do campo e a cultura do trabalho no mundo da infância e da adolescência em Pernambuco. Recife: Undime, Conselho Estadual de Educação e UFPE, 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 236 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu/MG. **Anais**. Caxambu, MG, out. 1996.

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BALANÇO, PERSPECTIVAS E QUESTÕES PARA O DEBATE

Sérgio Botton Barcellos
Paulo Rogério Adamatti Mansan

A partir desse artigo pretende-se contribuir no debate e diálogo sobre os temas juventude rural, desenvolvimento rural e das políticas públicas, através da análise de um conjunto de dados que foram sistematizados no último Censo IBGE (2010), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011 e em diversos estudos técnicos e acadêmicos. Almejamos suscitar algumas questões, mesmo que em caráter geral, sobre os caminhos possíveis e necessários para a formação de outro ciclo de políticas públicas com a construção de um projeto de desenvolvimento rural em que a juventude seja um ator importante.

Iniciando a discussão, evidencia-se que no Brasil os grupos sociais que se situam sócio-historicamente no âmbito da agricultura familiar e camponesa ainda vivenciam grandes dificuldades de acesso a terra, em efetivar a produção agropecuária e acessar as políticas públicas (reforma agrária, assistência técnica, crédito rural etc.). Essa condição se constituiu seja em função da alta concentração fundiária no Brasil, que contribuiu para gerar em grande medida a desigualdade social no meio rural, seja pela concentração do poder político e econômico, que define, classifica restritos grupos sociais (por exemplo, latifundiários e grandes corporações do ramo do agronegócio) como os privilegiados por essas políticas e, conseqüentemente, com a concentração dos recursos públicos aplicados em infraestrutura, crédito, assistência técnica e pesquisa.

A emergência da categoria juventude rural junto a organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais por meio de reivindicações e processos de organização e representação política abriu oportunidades e espaços de atuação política para esses jovens. Embora a atuação política não seja considerado algo novo, a juventude rural ao longo da história e, em muitos países, foi uma categoria ordenadora de organizações sociais e no Brasil ocorre atualmente uma reordenação dessa categoria e de suas formas de mobilização (CASTRO et al., 2009).

Para Castro (2005) a categoria juventude aparece associada a determinadas denominações, tais como vanguarda, transformadora, questionadora. Esta adjetivação subentende papéis sociais privilegiados para os indivíduos identificados como jovem e juventude, principalmente como agente de transformação social. Contudo, o jovem também é adjetivado como em formação, inexperiente, sensível (FORACCHI, 1972, p. 161), ou ainda associado a delinquência, violência, comportamento desviante. Estes adjetivos e essas percepções, aparentemente contraditórias, se aproximam, pois partem da visão do jovem como ator social detentor de certas características e atributos vinculados a um sentido negativo.

Embora haja discussão se o critério de classificação de juventude deve ser etário, geracional, comportamental ou por algum contexto histórico, o ponto de partida, em muitos casos, é uma

categoria genérica ou, como define Bourdieu (1989, p. 28), uma categoria pré-construída histórica e socialmente em diversos contextos. No caso do Brasil, junto à esfera governamental e nas organizações e nos movimentos sociais ao que tudo indica essa característica não é muito diferente.

Nessa perspectiva, reconhece-se que atualmente a questão da juventude no meio rural brasileiro perpassa pela vivência em um espaço socialmente desigual com a falta de acesso a bens e serviços, tensionado de modo geral por questões como a expansão indiscriminada do agronegócio, da concentração fundiária e da exploração socioambiental (CASTRO, 2005). Diante disso, acredita-se que é necessário contextualizar, mesmo que de forma breve, como o debate da juventude atualmente passa a ser observado como um tema de interesse no Estado, nas organizações e dos movimentos sociais.

A juventude rural no Brasil recentemente passa a ser referenciada inclusive por ser um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais. Torna-se necessário contextualizar, mesmo que brevemente, como o debate da juventude rural se torna um tema de interesse mais tácito por parte da sociedade, no âmbito do Estado, das organizações e dos movimentos sociais. Esse processo político de constituição das políticas públicas para a juventude rural ocorreu junto a intensas articulações, disputas e mobilizações políticas principalmente em 2003 e 2004, no âmbito do Governo Federal.

Isso pode ser observado na criação de estruturas administrativas específicas aos jovens rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003, como a Assessoria de Juventude no MDA, políticas públicas como Nossa Primeira Terra – PNCF e programas como o Pronaf Jovem. Essas iniciativas prospectam marco institucional diferenciado no âmbito das relações de negociação e disputa política no âmbito do Estado no Brasil.

Outro desdobramento nesse processo ocorreu em 2005 em relação a um debate mais amplo sobre juventude: a formação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), órgão que compõe a Secretaria-Geral da Presidência da República. A SNJ tem o objetivo de elaborar, propor e discutir as políticas públicas direcionadas para a população jovem no Brasil, bem como representar esse grupo social em espaços internacionais que sejam de interesse nacional (SNJ, 2010).

A institucionalização dessa secretaria foi concomitante à constituição do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), composto por dois terços de representantes da sociedade civil (diversas entidades, organizações e movimentos sociais rurais e urbanos) e um terço de representação dos órgãos governamentais. Também no mesmo ano ocorreu a criação do ProJovem³ (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), que foi considerado pelo Governo Federal uma das principais iniciativas para a juventude constituídas nos últimos anos (SNJ, 2010). Com isso, percebe-se que a partir de 2000 as ações e PPs de governo passam a ter mais enfoque na juventude que vive no meio urbano e por uma concepção dos(as) jovens enquanto sujeitos de direitos.

3 O ProJovem foi instituído em fevereiro de 2005 pela Medida Provisória nº 238, já convertida na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005.

Outro marco considerado importante nesse processo institucional de reconhecimento da categoria juventude rural, ou jovens do campo, ou jovens camponeses, foi a I Conferência Nacional de Juventude (CNJ) realizada em 2008, espaço onde se iniciou a discussão do Estatuto da Juventude (PL nº 4.530, 2004), sancionado em 5 de agosto de 2013, que faz menção à categoria *jovens do campo*.

O sentido dado à categoria juventude rural, ou jovens do campo, na qual o Estado passa a selecionar como público-alvo ou beneficiário para as PPs, tenta unificar grupos sociais e identitários distintos que têm como “unidade a identidade cultural com a terra e o direito ao reconhecimento como cidadão” e que vivem do campo e da floresta, como extrativistas, seringueiros(as), quebradeiras de coco babaçu, pescadores(ras), marisqueiros(as), agricultores(ras) familiares, trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros, acampados e assentados da reforma agrária, artesãos(ãs) rurais.

Adentrando-se na discussão sobre a categoria juventude rural ou jovem do campo, inicialmente, para a questão das gerações, a discussão sobre jovem permite ter um olhar sobre essa categoria, sob um prisma da relação com pelo menos dois tempos diferentes. Um deles pode ser o do curso da vida do ator social (jovem) em seus contextos, e outro que é o da sua experiência histórica enquanto agente-público, alvo de ações em organizações, movimentos sociais e PPs por parte do Estado. A perspectiva de seleção e unificação dessa categoria social por parte do Estado é considerada uma questão a ser enfrentada e devidamente problematizada, para que não ocorra a naturalização dessa categoria como apenas um público-alvo ou beneficiário de uma política pública de Estado.

2 DADOS DEMOGRÁFICOS SOBRE A JUVENTUDE RURAL NO BRASIL

Demograficamente, nas últimas décadas, está ocorrendo uma inegável diminuição da porcentagem de jovens e de adultos que vivem nas áreas rurais. Atualmente no Brasil, conforme o IBGE (2010), cerca de oito milhões de pessoas em uma faixa etária considerada jovem (15 a 29 anos) estão no rural, representando 27% de toda a população que vive nesse espaço.

TABELA 1:
População jovem entre 15 a 29 anos no Brasil - urbano e rural

	Urbanos	Rurais	Total
Região Sul	5.966.915	1.061.252	7.028.167
Região Norte	3.436.517	1.239.016	4.675.533
Região Nordeste	10.940.226	4.025.883	14.966.109
Região Centro-Oeste	3.451.703	435.349	3.887.052
Região Sudeste	19.515.809	1.491.520	21.007.329
Brasil	43.280.019	8.060.454	51.340.473

Obs.: Estimativa feita sobre a porcentagem geral de população rural de cada região e do país.

No que tange a questões como o êxodo e a sucessão rural no Brasil, em 2000 a população rural era de 31.835.143 habitantes, dos quais cerca de nove milhões eram jovens. Em 2010 havia 29.830.007 habitantes com 8.060.454 jovens (IBGE, 2010). Contudo, cabe uma discussão mais aprofundada sobre isso em outro momento, pois segundo os dados da PNAD 2011, recentemente divulgados, estimou-se que em 2011 apenas cerca de sete milhões de pessoas entre 15 a 29 anos estavam residindo no meio rural, sendo a maioria composta por homens.

Na região Sudeste ocorreu o maior êxodo da população rural, caindo de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). As regiões Sul e Nordeste também tiveram êxodo de população rural. Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, sendo que 1 milhão da população que migra estão situados em outros grupos etários (crianças, adultos e idosos) e cerca de 1 milhão são os jovens rurais (18-29 anos), isto é, metade da migração para a cidade é de jovens.

Ainda, segundo o IBGE (2010), a taxa de êxodo rural no país caiu da tendência de 1,31% entre 1990-2000, para 0,65% entre 2000-2010. Mantendo-se esta tendência, estima-se que entre 2010-2020 aproximadamente 81.000 jovens (homens e mulheres) migrarão para as cidades anualmente. Ainda, acredita-se que 92 mil mulheres irão migrar para a cidade no Brasil a cada ano dessa década. Dessas, 25 mil serão mulheres jovens que migrarão para as cidades por ano⁴. Esse conjunto de dados e estimativas demográficas, em relação às pessoas em faixa etária jovem no rural, se soma ao que se chama bônus demográfico, isto é, vivemos um período com a maior população economicamente ativa (PEA) e a mais jovem da nossa história (IBGE, 2010).

Diante disso, em pesquisas recentes, como as de Ferreira e Alves (2009) e OIT (2010), há indicação de que os jovens que vivem no meio rural consideram as oportunidades de trabalho e construção de uma autonomia para a vida como questões difíceis ou pouco viáveis, pois, além de estarem inseridos em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, há também a insuficiência do tamanho da terra e a persistência da tutela aos padrões familiares e comunitários. Articulada com essa realidade, para os(as) jovens rurais há ainda a dimensão relativa às incompreensões ao período de vida e às questões postas por isso, fora ser visto como alguém “que poderá vir a ser”, como se já não estivesse sendo sujeito.

Pelos dados apresentados, é possível observar que a população jovem ainda representa uma grande parcela populacional e pode ser considerada como o maior grupo etário no Brasil. Atualmente, a população rural no Brasil, em termos percentuais, é estimada em 15,65% em relação à população total do país (cerca de 190 milhões de habitantes), sendo que a maioria está na região Norte e Nordeste (IBGE, 2010).

4 Contudo, cabe destacar, e deve ser um fluxo migratório a ser mais estudado, que nas regiões Norte (4,2 milhões) e Centro-Oeste (1,6 milhão) ocorreram o aumento da população rural. A região Norte concentra os quatro estados que tiveram a maior taxa de crescimento da população rural no período: Roraima, Amapá, Pará e Acre.

Considera-se que nem todos esses jovens se dedicam apenas ao trabalho agrícola. Muitos transitam intensamente entre o rural e o urbano, seja para trabalhar, estudar, seja para encontrar alternativas de vivência, por meio de cultura, esporte e lazer. As trajetórias podem ser diversas e dependem das condições de trabalho e renda no meio rural, dos níveis de escolaridade alcançados e das características etnoculturais e socioambientais que esses jovens estão vivenciando.

Sobre o aspecto da desigualdade social, a população considerada jovem no meio rural e urbano também enfrenta outras restrições significativas para que se desenvolvam como força de trabalho no Brasil e na América Latina (OIT, 2010). Segundo a PNAD 2011, de cerca de oito milhões de famílias que residem no rural, 6,5 milhões sobrevivem com até três salários mínimos e apenas 147 mil famílias sobrevivem com uma renda de mais de 10 salários mínimos e até mais de 20 salários. A desigualdade social no meio rural pode ser percebida pelos dados divulgados recentemente sobre a população considerada em situação de miséria no Brasil (IBGE, 2011). Dentre os 16 milhões de habitantes da população que foram considerados em situação de extrema pobreza, estima-se que 7,9 milhões estão no espaço rural. Acredita-se que 48% dos domicílios considerados rurais estão em situação considerada de extrema pobreza, sem acesso à rede geral de distribuição de água e com ausência de poço ou nascente na propriedade (IBGE, 2010).

Com o acesso ao CadÚnico, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (set. 2012), encontramos dados que mostram o alto índice de pobreza das pessoas em faixa etária jovem no meio rural. Mais de 58%, ou seja, 4.691.131 de jovens vivem em situação de pobreza e extrema pobreza no que tange às possibilidades de obter suas rendas mensais no contexto rural. Destes, 2.885.041 vivem no Nordeste brasileiro, ou seja, 61,5%; só o estado da Bahia tem 16,5% dos considerados pobres na média nacional. Se focássemos somente o Nordeste, esse índice aumentaria para 26,8%, isto é, 773.845 pessoas em faixa etária jovem e que vivem no meio rural.

Entretanto, consideramos que em relação a esses dados sobre as condições de pobreza e extrema pobreza no contexto rural não foram divulgados ainda conjunto de dados qualitativos e quantitativos, para analisar de forma mais precisa sobre a situação da juventude rural.

Ainda destaca-se que no Brasil 46% das terras estão em posse de 1% dos proprietários rurais, sendo um dos maiores índices de concentração de terra do mundo. Temos um contexto rural com 1.363 conflitos por diversos motivos segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Entre esses dados, demonstra-se o aumento dos conflitos protagonizados pelo poder privado – fazendeiros, empresários, madeireiros e outros –, que são responsáveis por 689 dos conflitos por terra. Ainda, segundo dados de Canuto, Luz e Wichinieski (2012), há cerca de 120 mil famílias reivindicando terra no Brasil.

Para cimentar essa realidade de desigualdade social no rural brasileiro, temos o Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 a cargo do Mapa, o qual prevê R\$115,25 bilhões para financiamento da agricultura empresarial. O Plano Safra da Agricultura Familiar, a cargo do MDA,

terá disponível R\$18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar. Outros R\$4,3 bilhões serão disponibilizados aos agricultores por meio de programas, como os de assistência técnica e aquisição de alimentos.

Além da discrepante quantia concedida em crédito para o agronegócio em relação à agricultura familiar, temos uma matriz orçamentária na União em 2012, por exemplo, a qual prevê um total das despesas públicas em mais de R\$2 trilhões. Desse montante, apenas 0,25% será utilizado para organização agrária e 0,9% para a agricultura, em relação aos 47,1% que são retidos para juros e amortização da dívida pública brasileira (interna e externa), junto a instituições financeiras ou vinculadas ao mercado especulativo.

Diante disso, ao analisar os dois planos supramencionados, constata-se que se tem ainda um modelo de desenvolvimento rural baseado em grande parte no crédito e com a maior parte dos recursos direcionados ao agronegócio, aos grandes e médios produtores (médios esses que são alvo de disputa e significado no âmbito do governo). A pequena propriedade atualmente no Brasil está diminuindo, porque o agronegócio avança a cada dia, por meio das transnacionais e das crescentes monoculturas da soja, do eucalipto e da cana-de-açúcar. Prova disso, são os dados apresentados no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) divulgado pelo IBGE (2012), no qual consta que as culturas de arroz, milho e soja correspondem a 91,3% da estimativa da produção agrícola do país e respondem por 85,1% da área a ser colhida, em relação a outros alimentos, o feijão, por exemplo.

Em relação à situação histórica dos(as) jovens rurais, embora se considere que as políticas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar possibilitam alternativas de ocupação ou geram impacto sobre a qualidade de inserção juvenil neste contexto, constatou-se que os atuais programas federais são considerados insuficientes para a produção de uma mudança social e econômica significativa em relação à situação juvenil no meio rural (SNJ, 2010).

No estudo da OIT (2010) ainda consta que nos países da América Latina, como no caso do Brasil, existe o chamado *eject* populacional. Isto se configura pela questão de os jovens migrarem não apenas para buscar novas oportunidades de trabalho ou educação formal, mas porque eles têm uma percepção considerada pouco atraente da vivência no rural em relação a outros contextos, como o urbano, que oferece condições consideradas mais atrativas em termos de educação, lazer, esportes, atividades culturais, afasta-os da tutela intensiva (quando ocorre) aos padrões familiares e comunitários, bem como oferece oportunidades de exercer funções laborais diferenciadas das vinculadas à questão agrícola.

Contudo, mesmo frente a essa realidade e esse contexto socialmente adverso e desigual, observa-se a ocorrência de muitos jovens e grupos de juventude que se mobilizam junto a organizações e movimentos sociais no anseio de permanecer no rural e reivindicar acesso a terra. Por isso, os debates e as disputas políticas para o aprimoramento e a ampliação de um conjunto de ações e políticas públicas estão em pauta, tanto nas esferas de governo como para a sociedade no Brasil.

3 RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIAS E PROVOCAÇÕES PARA O DEBATE

Nas últimas duas décadas, pode ser evidenciado que os formuladores⁵ de políticas públicas para o meio rural brasileiro demonstram interesse em tentar reconhecer a diversidade dos grupos sociais que vivem neste espaço. Nesse sentido, foram formuladas políticas específicas para agricultores familiares e, mais recentemente, em especial a partir de 2003, para populações quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, etc., além de programas para segmentos específicos destas categorias sociais, nomeadamente mulheres e jovens.

Em meio a essa conjuntura, no âmbito do Governo Federal – juntamente com os grupos da sociedade civil que participam dos espaços de participação promovidos pelo governo –, ocorreu a constituição de diversos espaços de discussão e formulação de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o grupo e atualmente Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e a seguir, em 2011, o Grupo de Trabalho em Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)⁶.

Além desses espaços ocorre no âmbito do Governo Federal ações, políticas e programas direcionados para a juventude, como o Pronaf Jovem, o selo Nossa Primeira Terra (NPT), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), os Comitês de Juventude nos Territórios Rurais da Cidadania, ações internacionais no âmbito do Mercosul com a Reunião Especializada de Jovens (REJ) e na Agricultura Familiar (Reaf) e mais recentemente o Pronatec⁷. Destaca-se que, conforme consta em SNJ (2010), as ações de governo identificadas e efetivas com o recorte juvenil, ou seja, com escopo específico para a juventude, no espaço rural, entre 2003 e 2010, foram realizadas pelo MDA, Incra, MEC e MTE e priorizaram a disponibilização de crédito para aquisição de terra ou para a realização de projetos técnicos, de formação em educação do campo e de produção agropecuária, centrados no PNCF-NPT e Pronaf Jovem, além do Pronera, que é realizado pelo Incra, o qual aborda de forma transversal os(as) jovens do campo, bem como o ProJovem Campo, executado pelo MEC, e o Consórcio Rural da Juventude, que foi realizado pelo MTE em parceria com as organizações sindicais.

Em agosto de 2011, aconteceu na Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional da Juventude Rural intitulado *A permanência do jovem no campo e a continuidade da agricultura familiar no*

5 O termo formuladores seria relativo ao conjunto de agentes sociais que atuam no âmbito do governo em suas diferentes esferas, nos espaços de discussão, formulação e decisão política acerca das políticas públicas e junto aos conselhos com a participação da sociedade civil.

6 Registra-se anteriormente iniciativas no âmbito acadêmico, com a realização do Seminário Juventude Rural em Perspectiva, realizado no Rio de Janeiro em maio de 2006, na sede do CPDA/UFRRJ.

7 Acredita-se que o Pronatec carece de uma avaliação enquanto política pública. Nesse ano de sua execução, algumas evidências demonstram que essa política está estruturada pela parceria público-privada com a compra de vagas, divulgadas como “gratuitas”, do sistema S. Frente a isso, diversas organizações e movimentos sociais já apontam que isso fragmenta os recursos públicos e não está trazendo respostas efetivas para a melhoria da qualidade estrutural e social na educação pública no Brasil, pois a proposta do Pronatec estaria voltada a atender em primazia às demandas emergenciais e sazonais do mercado industrial capitalista, tratando a educação com uma forte tendência economicista.

Brasil, onde se abordou temas como sucessão nas propriedades familiares, agenda política e os desafios para a consolidação da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Ainda nesse mesmo ano, outro aspecto a ser considerado foi a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que contou com a participação expressiva dos grupos politicamente organizados de juventude rural para reivindicar reconhecimento e direitos.

Evidenciou-se naquele espaço o anseio desses grupos pela formulação de políticas públicas que tragam inovações e abranjam de maneira apropriada as características do que é ser um(a) jovem no contexto rural brasileiro. Prova disso é que foram elaboradas e aprovadas três propostas como temas prioritários e consta em grande quantidade destas o reconhecimento da juventude rural ou, como há nas resoluções dessa conferência, *jovens do campo*. Demonstrativo dessas propostas, por exemplo, foi uma das prioridades aprovadas na 2ª Conferência, como essa

Criação de uma política pública de fomento específica para a juventude da agricultura familiar, camponesa, assalariada rural, para os povos e comunidades tradicionais (os reconhecidos e os que lutam pelo reconhecimento), que respeite os seguintes princípios:

- (a) priorização, associativismo e cooperativismo;
- (b) valorização de práticas agroecológicas alternativas;
- (c) acesso à terra e reforma agrária;
- (d) priorização da participação dos jovens dos movimentos sociais e do campo na elaboração e no monitoramento dessa política;
- (e) desburocratização das políticas já existentes e das novas políticas;
- (f) qualificação técnica na produção, na gestão e na comercialização;
- (g) geração de renda respeitando a pluriatividade.

Nesse mesmo ano, além da conferência, ocorreu a formulação do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015), contemplando inclusive a juventude rural. Contudo, o orçamento anual disponibilizado de R\$5 milhões é considerado ínfimo diante do conjunto de demandas das organizações e dos movimentos sociais.

No primeiro semestre de 2012, realizou-se o 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Juventude Rural, promovido pela SNJ em parceria com o MDA, o qual contou com a participação de diversas organizações e movimentos sociais em juventude, pesquisadores e agentes governamentais que atuam na temática. Os resultados obtidos neste 1º Seminário podem ser considerados fruto de uma construção coletiva dos diferentes atores sociais que representam as principais forças que articulam a temática da juventude rural no Brasil (jovens da agricultura familiar camponesa, trabalhadores assalariados, povos das florestas e das águas, extrativistas, indígenas e quilombolas, as principais lideranças do movimento sindical, dos

movimentos sociais e pastorais). Nesse evento foram elaboradas 143 propostas e demandas da juventude rural.

Na declaração final desse seminário, as organizações e os movimentos sociais destacaram as principais pautas e demandas para e com a juventude rural no próximo período, por exemplo:

- 1 - Acesso à terra e ao território, através de uma ampla e massiva reforma agrária, demarcação das terras indígenas e quilombolas, que valorize a juventude rural como sujeito estratégico para a dinamização e o desenvolvimento do campo.
- 2 - Educação do campo e no campo, em todos os níveis, desde a superação do analfabetismo, passando pelos ensinos fundamental e médio e com cursos superiores nas diferentes áreas de conhecimento.
- 3 - Políticas agrícolas voltadas para a juventude rural, assegurando Ater, Ater Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para que a juventude possa produzir alimentos numa perspectiva agroecológica.
- 4 - Eliminar o trabalho degradante e em condições análogas à escravidão que os jovens rurais são submetidos nos latifúndios do agronegócio.
- 5 - Acesso a políticas de cultura, esporte, tecnologias de informação e comunicação, possibilitando novas sociabilidades e a vivência da condição juvenil no campo.
- 6 - Geração de renda agrícola e não agrícola, tornando o campo um espaço de oportunidades para que a juventude rural possa trabalhar dignamente no setor de serviços e em agroindústrias familiares, permanecendo assim no campo (SNJ, 2012, p. 58-59).

Ainda em 2012, ocorreu uma série de importantes seminários estaduais e encontros regionais em juventude rural, e no âmbito governamental um conjunto de articulações técnicas e políticas em torno das pautas e demandas apresentadas pelos(as) jovens rurais. Um dos desdobramentos desse processo é que em 2013 foram disponibilizados e publicados editais de programas e projetos, com a participação da SNJ em conjunto com alguns ministérios, nas áreas da cultura, inclusão digital, saúde, geração de trabalho e renda, economia solidária com atenção às demandas da juventude rural.

Articuladas a essas políticas e passado alguns meses após o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar somado ao Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 para o agronegócio, estas são consideradas uma das principais estratégias em política pública, no qual os grupos de juventude estão participando ou estão incluídos.

Mediante essa realidade, entende-se que seja necessário refletir e elencar alguns pontos para provocar o debate sobre as políticas públicas em juventude rural até o momento. Percebe-se uma tendência unidirecional em fortalecer um modelo de acumulação de capital especializado no setor primário, que promove superexploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira e que vai ao encontro de interesses e domínio do capital estrangeiro no contexto rural brasileiro pelas transnacionais do agro e hidronegócio.

Os planos e as políticas direcionados para o setor agropecuário brasileiro, além de suas discrepâncias que estimulam e produzem concentração de recursos, terra e poder para o pequeno grupo de grandes produtores, ao que tudo indica têm também questões e equívocos de caráter técnico-burocrático. Não basta o governo disponibilizar mais recursos, mesmo com juros mais baixos, pois apenas isto não garante que o recurso chegue aos jovens.

Cabe ressaltar que forjar outro projeto de desenvolvimento rural que contemple os anseios do conjunto da juventude rural não é apenas propor a sua inclusão em um modelo de produção agropecuária atrelado somente aos nichos do competitivo e excludente mercado capitalista e apoiado por políticas públicas altamente burocratizadas, sem o suporte técnico apropriado e sem capilaridade social, por exemplo, o Pronaf Jovem.

Os programas e as políticas destinadas aos(às) jovens rurais, no formato que ainda vigoram e são gestados, podem ser considerados insuficientes para a produção das mudanças significativas⁸ e necessários para a construção de condições de vida dignas e a transformação do meio rural em um espaço que possibilite aos(às) jovens a autonomia e a emancipação desejada para a construção de seus projetos de vida. Assim, os efeitos do atual arranjo político-institucional das políticas públicas para a juventude rural são reconhecidos como de alcance limitado e que não atingem o conjunto das famílias consideradas em condição de miséria, sem-terra ou com terra insuficiente.

Diante dessa realidade, dentre o conjunto de reivindicações sobre qual política pública a juventude rural quer, por exemplo, podem ser relativas à seleção etária do grupo populacional a ser considerado jovem que, ao que tudo indica, permanecerá entre 15 a 29 anos por muito tempo no Estatuto da Juventude.

Nessa perspectiva, o desafio para pensar a diversidade da realidade da juventude rural no Brasil é o de não naturalizar essa faixa etária como algo dado ou a ser assimilado sem questionamentos conforme o estatuto. Em relação a isso, por exemplo, pode-se lançar as seguintes questões:

- O que é ser um(a) jovem rural?
- Qual a relação dessa faixa etária com a realidade dos e das jovens rurais no Brasil?
- Qual a relação dessa faixa etária com a formulação das políticas públicas para e com a juventude rural?
- Qual o sentido atribuído pelas organizações e pelos movimentos sociais a essa faixa etária selecionada para denominar juventude?

Em relação a essas questões, cabe evidenciar o sentido dado à categoria juventude rural, na qual o Estado diversas vezes tentou unificar como público-alvo ou beneficiário de políticas públicas grupos sociais e identitários distintos que têm como “unidade a identidade cultu-

⁸ Os dados relativos a esta informação e afirmação estão disponíveis nos Produtos 2 e 3 do Termo Projeto de Consolidação do Crédito Fundiário – PCT/BRA/IICA/08/003, apresentados em 2009 ao Grupo Temático de Juventude Rural do Condraf, que atualmente passou a ser comitê.

ral com a terra e o direito ao reconhecimento como cidadão” e que vivem do campo e da floresta, como extrativistas, seringueiros(as), quebradeiras de coco babaçu, pescadores(ras), marisqueiros(as), agricultores(ras) familiares, trabalhadores(as) assalariados(as) rurais, meeiros, posseiros, arrendeiros, acampados e assentados da reforma agrária, artesãos(ãs) rurais.

A perspectiva de seleção e unificação dessa categoria social por parte do Estado é considerada uma questão a ser enfrentada e devidamente debatida e questionada no decorrer da formulação das políticas públicas para a juventude rural. Ao unificar essa diversidade na categoria jovem rural não se pode correr o risco de substantivar e nem naturalizar essa seleção de público-alvo ou beneficiário de políticas criando o mesmo aparato normativo, de planejamento e de gestão das políticas públicas para a diversidade desse público. Nesse sentido, pode-se realizar algumas outras questões para provocar debates, como:

- A unificação da diversidade antes exposta como jovem rural representa os anseios de reconhecimento dessas juventudes?
- Em que medida pode influir na formulação das políticas para a juventude rural?
- O que representa ser jovem rural em um meio rural desigual social e economicamente, e com grande concentração de terra e recursos naturais nas mãos de poucos?
- Quais os desafios para que ocorra a articulação da diversidade de grupos de jovens rurais na reivindicação de políticas públicas?

Portanto, em uma política pública para a juventude rural o fato de criar linhas específicas, mencionar e reconhecer uma categoria social no texto de uma política e remendar as políticas com regras diferenciadas não está atendendo à diversidade das demandas desses jovens em seus contextos de vida.

A partir dessas questões, acreditamos que o processo de formulação de políticas para e com a juventude rural pode e deve ser permanentemente questionado e deve contar com a participação efetiva da juventude rural, tanto nos espaços onde vive e atua politicamente quanto nas esferas governamentais.

4 DESAFIOS DE NOVAS QUESTÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

“É possível ousar, aprender a ousar, para dizer não à burocratização da mente que nos expomos diariamente.”

Paulo Freire

Propõe-se que um desafio inicial é questionar a concepção de políticas públicas para o meio rural com a ideia de atender a um público beneficiário específico ou individualizado, como as que são baseadas em crédito e infraestrutura apenas para o lote ou a propriedade. Pensar outro ciclo de políticas públicas, por exemplo, passa pelo exercício e esforço de elaborar políticas com foco no fomento e investimento em infraestrutura local e regional, apropriadas ao contexto socioambiental e etnocultural do conjunto da população rural, inclusive dos(as) jovens rurais. Para isso, essas políticas têm que estar balizadas por diretrizes políticas sistêmicas, que respeitem a diversidade (não mais com foco no indivíduo e em um modelo rural) e que sejam ferramentas para a viabilização de reforma agrária, educação, saúde, comunicação, mobilidade, cultura, esporte e lazer, associados a um projeto coletivo de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Assim, o desafio nesse caso é tentar romper, quando se formulam políticas públicas, com a lógica de ação e reação, causa e consequência ou, mesmo, com uma racionalidade progressista que pensa desenvolvimento como algo oriundo do individual para o coletivo, com um aparato político-administrativo mecanicista e uma tecnoburocracia partidarizada que replica diversos preconceitos e desigualdade social.

Indica-se que esse processo de constituição de uma política pública pode ser concebido de modo não linear, isto é, não associado a uma percepção considerada etapista, ou de caráter evolucionista (darwinismo social), ou calcada essencialmente em propostas de planejamento estratégico e gerencial disponibilizadas pela reforma neoliberal do aparelho do Estado em 1995. Um breve exemplo para pensar sobre isso é a nomenclatura das “boas práticas” em políticas públicas⁹.

Com esse breve texto busca-se incitar o debate sobre pensar outro ciclo de políticas que considere relevantemente a relação da comunidade com o seu contexto e que aporte por diversos fluxos o desenvolvimento socioambiental, político, cultural e econômico das diversas comunidades e sociabilidades existentes no espaço rural brasileiro. Assim, em um processo de debate e formulação dessas políticas, precisa-se propor e encarar discussão acerca de outro paradigma em relação à política pública no Brasil, com ações apropriadas e com espaços de participação efetiva com a diversidade da juventude rural.

⁹ Sabemos que uma discussão sobre isso é necessária. Contudo, devido ao recorte temático e de espaço para esse artigo não será possível. Por isso, indica-se para discussão e leitura a seguinte referência: PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Rev. adm. empres* [on-line], v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

O compromisso político necessário talvez tenha que ser o de empenhar esforços para o reconhecimento de outras sociabilidades socioeconômicas e encarar a necessidade da elaboração de outro projeto de desenvolvimento rural para o Brasil. Isto é, iniciar o exercício de formular política pública não com o intuito de resolver “problemas”, mas para interatuar com o conjunto e a maioria da sociedade. Esse exercício provavelmente vai requerer o rearranjo administrativo, burocrático, normativo, orçamentário e a formação continuada e contextualizada de gestores e coordenadores políticos no interior do Estado brasileiro.

Para além dos rótulos e das verdades automáticas, como resumir os dilemas dessa juventude à questão da migração ou das políticas públicas, a ideia é provocar e ampliar o debate sobre algumas questões, como: O que é ser jovem e viver no meio rural brasileiro do século XXI? Qual projeto de desenvolvimento rural é necessário para o conjunto da população rural e que reconheça “em pé de igualdade” a juventude rural?

Nessa direção, o trabalho e o empenho da equipe da SNJ são evidentes e reconhecidos por muitas organizações, movimentos sociais e pesquisadores(as) pela capacidade política e técnica de ação e diálogo com a juventude. Todavia, percebe-se que a secretaria ainda está fragilizada pela falta de priorização política e orçamentária em meio à acirrada disputa interburocrática e política que há no conjunto da coalizão de partidos da base aliada do Governo Federal. Destaca-se que a questão da juventude também carece de maior atenção e ainda não está sendo tratada como uma das prioridades na agenda política de muitos governos estaduais e municipais.

Que a juventude rural precisa ter voz, espaço e vez, isso também parece ser consensual e discurso de muitos(as), mas isso ao que tudo indica não será consentido ou dado, mas terá que ser disputado e conquistado nas mais diversas esferas da sociedade cotidianamente, inclusive nos governos, nas organizações e nos movimentos sociais. Lembrando que a dominação e o preconceito social e intergeracional sobre a juventude têm em grande parte sua eficácia marcada pelo fato de ser ignorada. Diante disso, uma questão que pode ser feita: Como apresentar e construir o intercâmbio das experiências juvenis nos governos, nas organizações e nos movimentos sociais na formulação, na gestão e no monitoramento de políticas com a juventude rural no próximo período?

Aponta-se que viabilizar e capilarizar essas políticas públicas com um arranjo técnico e político apropriado será em grande medida possível, se estas forem gestadas e monitoradas com o conjunto das organizações e dos movimentos sociais que atuam em juventude. Nesse sentido, cabe às e aos jovens rurais se organizarem para tentar participar, monitorar e propor indicadores sociais¹⁰ para as políticas e os programas que abrangem a juventude rural daqui em diante.

Esse processo provavelmente perpassará as organizações e os movimentos sociais no sentido de indagam-se sobre qual o grau de autonomia e organização política será necessário para

10 Indica-se que as organizações e os movimentos sociais em juventude rural terão que realizar além do esforço político, um esforço técnico no sentido de iniciar a elaboração de seus próprios indicadores sociais (princípios, diretrizes, meta de público e de regionalização, por exemplo) para as políticas públicas caso queiram reivindicar dos governos a realização destas com interface em um projeto de desenvolvimento rural que contemple suas pautas históricas.

gerar ciclos de mobilização e reivindicar políticas apropriadas e singulares que garantam as condições de uma vida digna e de desenvolvimento dos projetos de vida da juventude no espaço rural. Ao mesmo tempo, o esforço de gerar outro ciclo de políticas públicas com a juventude rural terá de ser conjugado de um comprometimento político inovador e diferencial que amplie a discussão sobre democracia, emancipação e autonomia na sociedade. Para isso será necessário elaborar espaços com o conjunto dos grupos de juventude, prosseguir no diálogo constante e pactuando os muitos sentidos do que possa ser política pública, desenvolvimento rural e juventude rural, bem como assimilar projetos, experiências e tecnologias sociais que os e as jovens desenvolvem nos seus cotidianos de atuação política e de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, S. B. **A constituição das políticas públicas para a juventude rural no Brasil**. Projeto de Qualificação de Tese - UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado) – UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, xiii, 380 f. 2 v.: il, 2005. _____. **Juventud, generación, y prácticas políticas: procesos de construcción de la categoría juventud rural como actor político**. *Revista Argentina de Sociología*, v. 11, p. 50-65, 2008.
- _____; Martins, M; Almeida, S. et.al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Mauad, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **Quem faz o campo das políticas públicas de juventude: demandas, bandeiras e questões**. Palestra. No prelo. Ação Educativa, 2010. No prelo.
- CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (Org.). **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT nacional Brasil, 2012. 182 p. Disponível em: <HYPERLINK "http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/274?Itemid=23" http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/274?Itemid=23">. Acesso em: 15 out. 2012.
- FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. A. M. C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. 303 p.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: EdUSP, 1972.
- FREIRE, P. Professora sim, tia não. **Cartas a quem ousa ensinar**. Ed. Olho Dágua, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2012.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011**: síntese dos indicadores. Disponível em: < HYPERLINK “http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf”http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf >. Acesso em: 18 nov. 2012.

_____. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2012**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 1-84, out. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**. Disponível em: < HYPERLINK “http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf”http://www.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf >. Acesso em: 8 out. 2012.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **PPA 2012–2015**: Plano Mais Brasil. Disponível em: < HYPERLINK “http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo_I.pdf”http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/Anexo_I.pdf >.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabajo decente y juventud en América Latina 2010**. Lima: OIT/Prejal, 2010. p. 248.

PAULA, A. P. P. de. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social**. *Rev. adm. empres.* [on-line], v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, 2010.

_____. **Relatório do 1º Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas**. Brasília - DF, 2012.

Documentos:

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Brasília, 2013.

CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Relatoria Geral**: alterações da proposta orçamentária da União para 2012 - por órgão/projeto/atividade/operações especiais. Disponível em: < HYPERLINK “http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/12_desp_paoe_orgao.pdf”http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2012/rel_final/vol4/12_desp_paoe_orgao.pdf >. Acesso em: 19 set. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Documento interno. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, set. 2012.

OS JOVENS E A REPRODUÇÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Anita Brumer

A preocupação com o futuro dos jovens rurais e, como resultado, com o futuro da agricultura familiar, tem sido uma constante nos países capitalistas avançados há muitas décadas,¹¹ tendo chegado ao Brasil no final da década de 1980.¹²

Em grande parte, essas preocupações decorrem da ampliação proporcional da migração juvenil (população com idade entre 15 a 24 anos),¹³ principalmente do sexo feminino, provocando tanto a diminuição da população rural face à população urbana como um maior índice de masculinização e de envelhecimento no campo. Como resultados dessa migração seletiva por idade e sexo, muitos estabelecimentos agrícolas familiares apresentam a tendência a não permanecer na mesma família após a aposentadoria ou o falecimento dos atuais proprietários. Adicionalmente, o envelhecimento da população, conjugado com a diminuição do número de filhos, tem provocado o fechamento de escolas rurais em locais onde são poucas as crianças em idade escolar, a diminuição de atividades sociais capazes de dinamizar a vida comunitária e o enfraquecimento dos órgãos representativos dos agricultores familiares.

Entre os pesquisadores que apontam como relativamente problemático o êxodo rural juvenil, Champagne (1986) indica o caráter endógeno da sucessão geracional dos estabelecimentos agrícolas familiares, uma vez que são principalmente as famílias rurais que produzem as gerações futuras de agricultores. Silvestro et al. (2001), por outro lado, argumentam que muitas unidades produtivas tendem ao desaparecimento devido à sua transformação em sítios de lazer, ou absorção por unidades empresárias de maior porte. Sua preocupação também está com a extinção de postos de trabalho derivados da agricultura familiar, os quais não são facilmente substituídos por empregos em outras atividades. De acordo com os autores, a migração progressiva implica ainda a desagregação do tecido social das comunidades rurais, o abandono do patrimônio das comunidades rurais e a perda das funções socializadoras da população do meio rural de escolas rurais, salões comunitários, quadras de esportes e igrejas (SILVESTRO et al., 2001). Esses indicadores configurariam, assim, uma crise da agricultura familiar, que tenderia a ter dificuldades para se reproduzir.

11 A questão do futuro do campesinato (ou da agricultura familiar, de acordo com sua denominação atual) em sociedades capitalistas teve abordagens importantes por Lênin (*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) e por Kautsky (*A questão agrária*) quase na virada do século XIX para o XX, e cerca de duas décadas depois por Chayanov (*La organización de La unidad económica campesina*). Na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, os primeiros estudos datam das décadas de 1960 e 1970.

12 Muitos pesquisadores estudaram os jovens rurais, destacando sua tendência a migrar das áreas rurais. Ver, entre outros, Galland e Lambert, 1993; Durston, 1996; Wanderley, 2007; Weisheimer, 2004, 2005, 2009; Dirven, 2002; Champagne, 1986, 2002; Carneiro, 2001, 2005; Castro, 2005, 2009.

13 Quando se caracteriza um grupo de indivíduos com base na idade, principalmente a passagem da adolescência para a fase da juventude e desta para a vida adulta, é preciso levar-se em conta que se trata de convenções culturais, que apresentam distinções importantes entre países diversos. Como indica Galland, "La sociologie montre que la jeunesse est avant tout un passage dont les frontières et la définition ont évolué au cours de l'histoire et se modulent selon les situations sociales. L'affaiblissement des rites de passage, l'allongement des transitions professionnelles et la prolongation du temps des expériences qui tendent à repousser toujours plus tard l'accès à un plein statut adulte font que la jeunesse se décompose désormais en plusieurs phases – de l'adolescence au statut de jeune adulte" (GALLAND, 1991). A mesma ideia foi retomada em 2001 (GALLAND, 2001).

Adicionalmente, considerando-se os jovens brasileiros como um todo, o problema social também parece estar, como indicam Camarano et al. (2004), numa série de fragilidades enfrentadas por uma parcela deles, que permite a formalização da ideia de uma “crise dos jovens”. Contribuem para isso indicadores “de que enquanto os jovens representavam 19,5% da população brasileira em 2002, eles eram responsáveis por 47,7% do total de desempregados do país bem como por 19,6% dos pobres. Em 2000, do total de óbitos por homicídios, 40% ocorreram entre a população de 15 a 24 anos” (CAMARANO et al., 2004, p. 16).

A partir da década de 1980, no Brasil, em adição às preocupações com o futuro da agricultura e das sociedades rurais, a questão da reprodução geracional na agricultura familiar entrou na agenda das pesquisas. Tornou-se, assim, um problema sociológico, em grande parte devido aos registros da intensificação da migração rural – urbana das camadas mais jovens e do processo de envelhecimento e masculinização da população rural (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). A maior parte dessas pesquisas procurou apontar as causas do desinteresse dos jovens de ambos os sexos em permanecer na atividade agrícola, as formas da transferência patrimonial dos estabelecimentos familiares às novas gerações, assim como os diferentes tratamentos e oportunidades oferecidos a jovens de sexos distintos.

Com base nessas questões, este trabalho tem como objetivo principal verificar se a crise da sucessão juvenil dos estabelecimentos familiares é ou não acompanhada de uma crise de reprodução da agricultura familiar. Levam-se em conta, de um lado, indicadores de transformações socioeconômicas no Brasil, referentes à inserção dos agricultores nos mercados, ao acesso à educação, à diminuição da taxa de fecundidade e à ampliação de direitos de seguridade social (incluindo o atendimento na área da saúde e a aposentadoria de mulheres e homens da agricultura familiar); por outro lado, a continuidade do processo migratório e os resultados de pesquisas com jovens agricultores familiares que refletem a perspectiva de continuidade do processo migratório. O argumento central do trabalho é que a crise da reprodução geracional da agricultura familiar pode não ser acompanhada necessariamente pela crise da reprodução dos estabelecimentos agrícolas familiares.

A COMPLEXIDADE DA NOÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar não consiste numa expressão abrangente, seja oposta a uma agricultura patronal e/ou empresarial, seja equivalente à pequena produção ou ao campesinato. É preciso considerar, ainda, a existência de uma ampla diversidade de situações incluídas nessa expressão, devido às quais as perspectivas de reprodução social na denominada “agricultura familiar”, no plano biológico (reprodução dos indivíduos) ou geracional (permanência da propriedade na família de uma geração a outra), são bastante distintas.

Como indica Abramovay, costuma-se denominar “pequena produção” um “*abismo social* que separa *camponeses* – para os quais o desenvolvimento capitalista significa a fatal desestruturação – de *agricultores profissionais*”. Esses últimos, de acordo com o autor, vêm se mostrando

capazes de “formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira” (ABRAMOVAY, 1992, p. 211).

No Brasil, distingue-se agricultura familiar e agricultura não familiar (geralmente associada à agricultura patronal e/ou empresarial, equivalente ao agronegócio) e, para fins de recenseamento e de políticas públicas, agricultor familiar e empreendedor familiar rural é considerado aquele que pratica atividades no meio rural, contemplando, concomitantemente, os seguintes requisitos: a) não detém, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; b) utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) tem renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) dirige seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que, de um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, num polo estão os agricultores empresariais e patronais, representando 15,6% do total dos estabelecimentos e ocupando 75,7% da área ocupada no Brasil; no outro estão os agricultores familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros e ocupando 24,3% da totalidade da área. “A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.” (IBGE, 2006, p. 19) Ao mesmo tempo, a grande heterogeneidade interna da denominada *agricultura familiar* levou Buainain e Garcia (2013) a comentar:

A definição do estabelecimento familiar a partir de alguns critérios, entre os quais o módulo fiscal, permite incluir desde famílias mais pobres que possuem apenas um lote pequeno de terra, até agricultores com área maior, que disponham de volume considerável de recursos, utilizam modernos sistemas de produção e que estejam vinculados às principais cadeias produtivas do agronegócio. Neste sentido, a personificação jurídica do pequeno produtor rural em agricultor familiar pelo governo brasileiro não reflete a heterogeneidade estrutural dos produtores rurais que utilizam o trabalho familiar, seja em termos de área do estabelecimento seja quanto ao sistema de produção e da geração de renda. Tampouco pode ser utilizada como indicativo da pequena produção ou do pequeno estabelecimento, uma vez que incorpora estabelecimentos de vários ramos e produtores com capacidade de produção também diferenciada. A configuração e as características estruturais da pequena unidade rural no país são resultados de processos históricos, especificidades regionais, heranças culturais, experiências profissionais e pessoais e do acesso e da disponibilidade de um conjunto de fatores de produção. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 42).

Com base nos dados do censo agropecuário (IBGE, 2006), Buainain e Garcia (2013) demonstram ainda as grandes diferenças existentes entre as regiões brasileiras, como se exemplifica na tabela 1.

TABELA 1:
Características dos estabelecimentos agropecuários por grandes regiões brasileiras (2006)

Região	Estabelecimentos – em número	Área (ha) - em milhões	Valores bruto de produção (VBP)* – em bilhões R\$	Receitas monetárias** - em bilhões R\$	Outras receitas*** – em milhões R\$	Pessoas ocupadas - em milhões
Nordeste	2.454 (47,4%)	75,6 (23%)	28,4 (20%)	22,7 (19%)	4.426,60 (35%)	12,8 (46%)
Sul	1.006 (19,4%)	41,5 (13%)	41,4 (29%)	35 (29%)	3.561,60 (28%)	4,2 (15%)
Sudeste	922 (17,8%)	54,2 (16%)	48 (33%)	41 (34%)	2.680,40 (21%)	6,2 (22%)
Norte	475 (9,2%)	54,8 (17%)	6,1 (4%)	5 (4%)	711,8 (6%)	2,7 (10%)
Centro-Oeste	317 (6,1%)	103,8 (31%)	19,8 (14%)	18,2 (15%)	1.327,50 (10%)	2 (7%)
Brasil	5.175,50 (100%)	329,0 (100%)	143,8 (100%)	121,8 (100%)	12.707,90 (100%)	28 (100%)

Fonte: Buainain e Garcia (2013, p. 44), com base nos resultados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Notas: * 4.596.439 estabelecimentos registraram algum VBP.

** 3.620.670 estabelecimentos registraram receitas monetárias.

*** 2.044.976 estabelecimentos registraram outras receitas monetárias.

Vieira Filho, examinando a diferenciação interna à agricultura familiar, também com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, conclui:

Conforme a evidência empírica, cerca de 5% dos estabelecimentos familiares mais ricos foi responsável por 64% do valor bruto da produção, enquanto que 66% dos estabelecimentos mais pobres participam com aproximados 10% da produção. Além disso, no estrato de renda mais baixo, de zero a dois salários mínimos mensais, a participação dos estabelecimentos familiares fica em torno de 90%. Logo, há um padrão forte de concentração da renda bruta, de um lado, e um peso elevado da extrema pobreza na agricultura familiar, de outro. Ao analisar a viabilidade econômica da produção familiar, em 2006, dos 4,4 milhões de estabelecimentos, 42% apresentaram renda bruta acima dos custos totais, ou renda líquida positiva. No outro extremo, mais da metade dos estabelecimentos encontrava-se em situação financeira desfavorável. (VIEIRA FILHO, 2013, p. 196-197).

Tendo em vista o protagonismo da agricultura familiar engajada na produção para o mercado interno e externo, plenamente inserida em relações capitalistas, o grande número de estabelecimentos com baixa comercialização, caracterizados principalmente pela produção de subsistência,¹⁴ não deixa de provocar tentativas de explicação. Neste sentido, Abramovay (1992) rejeita a versão da funcionalidade da pequena produção, à qual – principalmente devido à exploração do próprio trabalho e dos membros de sua família, pelo produtor – caberia “a missão histórica de rebaixar o valor da força de trabalho oferecendo produtos alimentares a preços menores que aqueles de uma empresa capitalista” (ABRAMOVAY, 1992, p. 211-212). Para o autor, antes de tudo, “a diversidade das situ-

14 A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008 indicou que 43% das pessoas ocupadas em atividade agrícola naquele ano não tiveram nenhum rendimento e 35% tiveram rendimento mensal de até um salário mínimo (IPEA, 2010, p. 12).

ações históricas em que a unidade familiar de produção constitui a base social do desenvolvimento agrícola é tão ampla, que convida ao exame das razões estruturais que levaram o setor a um tipo de organização substancialmente distinto de outros ramos da vida econômica” (ABRAMOVAY, 1992, p. 245). Ao mesmo tempo, o autor aponta que “um dos elementos explicativos básicos para o peso predominante de unidades familiares na estrutura social da agricultura no capitalismo avançado está nas particularidades *naturais* da agricultura” (ABRAMOVAY, 1992, p. 246).

Buainain e Garcia (2013) acrescentam às observações de Abramovay as condições dos contextos locais onde se pratica a agricultura:

A economia local intervém/condiciona as possibilidades dos pequenos produtores de várias maneiras, tais como suas possibilidades de produção e comercialização. Uma economia local, por exemplo, vibrante e dinâmica oferece mais oportunidades do que economias estagnadas. Economias locais com maior densidade, estruturadas em clusters e ou arranjos produtivos locais (APLs) ou em cooperativas bem organizadas, permitem aos pequenos produtores superar a desvantagem da escala e facilitam a adoção de inovações que seriam inviáveis em um contexto de produção atomizada ou desorganizada institucionalmente. Além disso, as estratégias são profundamente marcadas pelas condições da economia local, seja pela oferta de alternativas de geração de renda rural não-agrícola seja pela possibilidade de articulação rural urbano. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 133).

A presença de um grande número de agricultores familiares com baixa inserção nos mercados, no Brasil, não abordada por Abramovay, possivelmente se explica tanto pelas condições estruturais (áreas reduzidas, situadas em contextos desfavoráveis em termos de clima e condições naturais, por exemplo), pela dificuldade de geração de empregos nos meios rural e urbano, como pela existência de políticas sociais, tais como a garantia de uma renda mínima e o direito à aposentadoria de mulheres aos 55 anos e de homens aos 60 anos, desvinculados da obrigatoriedade de contribuição ao fundo nacional de previdência social.¹⁵

Participando do debate sobre as diferenças de pobreza entre os agricultores agrícolas no Brasil, Moreira et al. (2010) esclarecem que “nem a disponibilidade de terra nem a produtividade podem por si só resolver a questão da baixa capacidade de geração de renda agrícola dos produtores, embora a diferença de tamanho físico das propriedades seja um elemento chave”. Adicionalmente, os autores propõem que “os fatores não observáveis – como habilidade, restrições ou falhas de mercado – são importantes para explicar a pobreza entre os produtores agrícolas no Brasil”.

Como indica Champagne, com alguma frequência, a opção pela agricultura ocorre por receio do desemprego, tendo em vista que “uma das características, talvez a mais original, do meio camponês seja o fato de que a posse de um estabelecimento agrícola, mesmo que de pequeno tamanho, possibilita à família viver, ou pelo menos sobreviver, diferentemente dos assalariados, que são totalmente dependentes do mercado de trabalho para viver de sua atividade profissional” (CHAMPAGNE, 1986, p. 76).

15 Como a contribuição dos agricultores familiares ao fundo da previdência social é feito com base numa pequena proporção dos recursos obtidos com a comercialização dos produtos, aqueles que não vendem também não contribuem.

Buainain e Garcia acrescentam:

Os agricultores, levando em conta os diferentes contextos, procuram alocar de maneira eficiente seus recursos na atividade agrícola propriamente dita e/ou em atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade ou na migração. Esta última não implica necessariamente o abandono da atividade agrícola ou da propriedade rural. As atividades ou estratégias podem ser combinadas de tal forma que proporcionem diferentes possibilidades de geração de renda. Assim, a diversificação das estratégias para “viabilizar” a permanência do produtor na área rural pode ser considerada o principal caminho. (BUAINAIN; GARCIA, 2013, p. 163).

ÊXODO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Shanin e Worsley (1971) destacam que na América do Norte e na Europa ocidental o êxodo rural levou séculos para chegar à situação dos anos 1960, em que são muitos os camponeses *operários*, as *granjas-fábrica*, os agricultores que vivem na cidade e os residentes no campo que vão trabalhar na cidade.

La revolución de las “relaciones de producción” (...) empezó hace siglos en Gran Bretaña con el *enclosure* (movimiento de los cercados), si bien alcanzó su punto álgido en el siglo XVIII con la expulsión de decenas de millares de campesinos que se convirtieron en el embrión del proletariado agrícola e industrial. El inicio de la agricultura moderna en el siglo XVIII trajo también consigo una revolución de las técnicas de producción, aunque los más grandes avances científicos no ocurrieron hasta un siglo más tarde. En América del Norte esta transformación capitalista y tecnológica de la agricultura corrió también parejas con el avance de la frontera hasta el oeste. Los problemas generados por una sociedad rural tan rápidamente cambiante adoptaron por tanto una escala mucho mayor y un grado de novedad y dificultad muy superior a los actuales; su importancia para la economía y la organización política en su totalidad fue también mayor. (SHANIN; WORSLEY, 1971, p. 23-24).

A revolução tecnológica da agricultura dos países da América Latina deu-se entre as décadas de 1960 e 1980 – a chamada revolução verde –, a reboque do que ocorrera na América do Norte e na Europa ocidental em décadas precedentes. Seus efeitos e os problemas gerados na sociedade rural foram semelhantes: milhões de camponeses migraram para as cidades, deixando para trás tanto uma classe de produtores vinculados às agroindústrias como uma camada de camponeses empobrecidos. Neste sentido, Singer (1971, p. 38) considera que as migrações decorrem principalmente de mudanças nas regiões de origem dos migrantes, seja devido à introdução de relações capitalistas nessas áreas, que provocam a expropriação dos camponeses, a expulsão dos ocupantes, parceiros, arrendatários e outras categorias de “sem-terra”, seja por fatores de estagnação, que resultam tanto da pressão sobre as terras agricultáveis por uma população crescente como da monopolização das terras por grandes proprietários.

A migração rural – urbana, no Brasil, que acompanhou o crescimento da industrialização e da urbanização, no entanto, teve impulso principalmente no período da chamada “modernização

conservadora”¹⁶ (1960-1980), quando cerca de 27 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, configurando um impressionante êxodo rural (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 7). No período 1980-1985, em consequência da redução do dinamismo geral das atividades agropecuárias, ocorreu a multiplicação dos minifúndios e a busca de formas não capitalistas ou menos organizadas de produção agrícola (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 14-15). Entre 1985 e 1996, a população ocupada na atividade agrícola apresentou redução de 23%, com perda de 5,5 milhões de postos de trabalho, dos quais quatro milhões referem-se aos responsáveis pelos estabelecimentos produtivos (e membros de sua família) com área inferior a 200 hectares, ou seja, “o grande peso do ajuste concentrou-se nos estabelecimentos de agricultura familiar” (DIAS; AMARAL, 2000).

Como se pode verificar na tabela 2, a concentração da população que reside em áreas urbanas é um fenômeno crescente no país, tendo em vista que a proporção de pessoas nestas áreas passou de 45,1% em 1950, para 81,2% em 2000 e para 84,4% em 2010. (IBGE, 2012b).

TABELA 2:

População rural e urbana, segundo as grandes regiões do Brasil 1960/2010

Grandes regiões	1960 Urbano	1960 Rural	1980 Urbano	1980 Rural	2000 Urbano	2000 Rural	2010 Urbano	2010 Rural
Brasil	32.004.817	38.987.526	82.013.375	39.137.198	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.000
Região Norte	1.041.213	1.888.792	3.398.897	3.368.352	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.900
Região Nordeste	7.680.681	14.748.192	17.959.640	17.459.516	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.700
Região Sudeste	17.818.649	13.244.329	43.550.664	9.029.863	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.200
Região Sul	4.469.103	7.423.004	12.153.971	7.226.155	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.900
Região Centro-Oeste	995.171	1.683.209	4.950.203	2.053.312	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.100

Fonte: IBGE (2012b).

Outro fator que contribuiu para a diminuição da população rural é a redução das taxas de fecundidade (número de filhos que uma mulher entre 15 e 45 anos de idade teria ao longo de seu período fértil), que era de 6,2 entre as décadas de 1940 e 1960 e a partir desse ano começou a declinar, passando para 5,8 em 1970, 4,3 em 1980, 2,8 em 1991 e 2,4 em 2000 (IBGE, 2000). Em 2010, como se indica na tabela 3, a taxa de fecundidade no país era de

16 No livro *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, José Graziano da Silva examina o percurso do capitalismo na agricultura brasileira, com ênfase na agricultura paulista, constatando, entre outros aspectos, que: 1) “o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a ‘fabricar’ essas condições quando elas estão ausentes”; 2) a modernização ocorrida na agricultura paulista após a implantação da indústria pesada no Brasil, no período 1956-1961, “deixa inalterado – ou até mesmo reforça – o grau de concentração da propriedade fundiária, muito embora provoque alterações fundamentais no sistema de posse e uso da terra”; 3) “a modernização da agricultura brasileira, de um modo geral, foi apenas parcial, num duplo sentido: primeiro, porque se restringiu a alguns produtos e regiões específicas (...); segundo, porque, mesmo nos produtos e regiões onde se fez presente, atingiu apenas algumas fases do ciclo produtivo (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 3-5).

1,9. Com exceção da região Norte, todas as demais regiões estão abaixo do nível de reposição populacional, equivalente a 2,10 filhos por mulher entre 15 e 45 anos de idade. Comparando-se as taxas para 2000 e 2010, o maior decréscimo ocorreu na região Nordeste (23,4%) e o menor na região Centro-Oeste (14,5%) (IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010).

TABELA 3:

Taxa de fecundidade total, segundo as grandes regiões do Brasil – 2000/2010

Brasil e grandes regiões	Taxa de fecundidade total 2000	Taxa de fecundidade total 2010
Brasil	2,38	1,90
Região Norte	3,16	2,47
Região Nordeste	2,69	2,06
Região Sudeste	2,10	1,70
Região Sul	2,24	1,78
Região Centro-Oeste	2,25	1,92

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

A redução das taxas de fecundidade implica a diminuição da proporção da população com menos de 19 anos de idade, que era de 40,1% da população total em 1999 e de 32,8% em 2009, e o aumento da população com 70 anos ou mais, que era de 3,9% da população total em 1999, passando a 5,1% em 2009 (IBGE, 2010, p. 28). Entre as unidades da federação, há diferenças regionais significativas na distribuição etária da população, pois enquanto Santa Catarina e Distrito Federal apresentavam a menor proporção de população potencialmente ativa (entre 15 e 64 anos de idade), em 2009, respectivamente 39,9% e 40,0%, o Acre, com 61,5%, foi a unidade que apresentou a maior proporção de população entre 15 e 64 anos (IBGE, 2010, p. 28-29).

A SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Durante muito tempo, como indicam Galeski (1977), Bourdieu (1977) e Woortmann (1995), o estabelecimento familiar (*family farm*) era visto como uma continuidade entre gerações, devendo ser transmitido tão indiviso quanto possível de pais a filhos, ao mesmo tempo que o(s) filho(s) herdeiro da terra assumia o compromisso de cuidar dos pais na velhice. A herança da terra costuma privilegiar principalmente os filhos varões (DIRVEN, 2002; SPANEVELLO, 2008).

Uma das especificidades da agricultura familiar é a endorreprodução, pois embora a atividade agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana), o ingresso nessa atividade ocorre predominantemente entre os indivíduos filhos de agricultores familiares e socializados através dessa atividade (CHAMPAGNE, 1986, 2002). Do mesmo modo, as esposas em potencial dos jovens agricultores são preferentemente oriundas do meio rural, o que, devido à maior migração de moças do que de rapazes, condena muitos deles ao celibato (BOURDIEU, 2002; STROPASOLAS, 2004).

De acordo com Champagne,

O mundo rural, tomado globalmente, representa (...) um caso particularmente interessante para se estudar os mecanismos de reprodução social, na medida em que quase se poderia falar de “falta de reprodução social”: a maior parte dos filhos de agricultores – sobretudo em regiões agrícolas pouco modernizadas – não pode ou não deseja permanecer na agricultura e se dirige maciçamente para profissões assalariadas. Esta crise das estratégias familiares de reprodução constitui uma situação privilegiada para perceber tudo o que, ordinariamente, é evidente nos mecanismos de reprodução social e que, por isso, passa geralmente despercebido. (CHAMPAGNE, 1986).

Gasson e Errington (1993, p. 183) destacam que a formação de novas gerações de agricultores envolve um processo que abrange a sucessão profissional (passagem das responsabilidades sobre o negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a geração seguinte); a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e a aposentadoria da geração atual, viabilizando a transferência do trabalho e do poder sobre os ativos que compõem a unidade produtiva, para a geração seguinte. Neste sentido, como refere Abramovay (1992, Box 7, p. 191), “sucessão não pode ser confundida com herança ou divisão patrimonial. Ela envolve uma preparação para a gestão produtiva do estabelecimento”.

A transferência das responsabilidades pela administração (gestão) dos estabelecimentos agrícolas familiares e do poder (e capacidade) de utilização do patrimônio depende das condições econômicas da família – propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação de atividades –, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiros(as), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais.

Com o prolongamento de vida humana – que resulta principalmente de avanços na área da medicina, abundância alimentar e melhoria nos hábitos de higiene –, começou a haver certo descompasso entre o ciclo de vida dos pais (que ainda são relativamente jovens quando seus filhos se tornam adultos) e o ciclo de vida dos filhos¹⁷, que influenciam suas aspirações de autonomia imediata. Adicionalmente, em pesquisas realizadas pela autora deste trabalho, observou-se que a perspectiva de permanência dos jovens na agricultura depende ainda, entre outros fatores: da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas, por um ou mais membros da família; das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades

17 Abramovay (1992, Box 7, p. 191) cita uma pesquisa realizada por Symes (1990, p. 287), na qual este pesquisador constatou que “A combinação entre casamento a uma idade mais jovem e maior expectativa de vida implica uma significativa extensão do *overlap* entre sucessivas gerações adultas. Anteriormente, o casamento em idade mais tardia para os homens (digamos, 33 anos), com o primeiro filho nascendo aos 35 anos, juntamente com a expectativa de morte mais cedo (digamos, aos 68 anos) faria o filho mais velho herdeiro aos 33 anos (ou antes, se a última genitura prevalecesse). Já o moderno padrão de casamento mais cedo seguido de um primeiro nascimento aos 27 anos e da morte significativamente mais tardia (75 anos) significa que o primeiro filho terá 48 anos no momento da herança (e seus próprios filhos já terão mais que vinte anos)”.

para as mulheres e das possibilidades de mudanças destas; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões; assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores (BRUMER e. al., 2000; BRUMER 2004, 2007; BRUMER; SPANEVELLO, 2008).

Na pesquisa realizada por Patrick Champagne (1986, 2002), em Bresse, uma região da França, na primeira metade da década de 1980, apenas 22,5% das famílias contavam com um sucessor certo ou provável. Como indica o autor, no passado, embora nem todos os filhos permanecessem na atividade agrícola, geralmente um deles retomava a produção familiar. Mais recentemente, muitos estabelecimentos desapareceram e a perspectiva é que outros sigam o mesmo destino, uma vez que, considerando-se as perspectivas de sucessão nos estabelecimentos cujo chefe tinha, no momento da pesquisa, entre 50 e 65 anos, constatou-se que em 13,6% dos casos não havia sucessor pela falta de filhos (proprietários solteiros ou casais sem filhos); em 24% dos casos não havia sucessor familiar, para desgosto dos produtores; em 30,6% dos casos não havia sucessor familiar, mas os produtores não os desejavam.

Numa pesquisa realizada por Brumer e Spanevello (2008) com jovens dos três estados da região Sul do Brasil,¹⁸ comprovaram-se muitos aspectos verificados em pesquisas anteriores, mas um resultado interessante parece ser as diferenças observadas entre rapazes e moças na perspectiva de sucessão da propriedade familiar, na intenção de permanecer ou não no meio rural e no investimento em educação. Como concluem as autoras:

Os jovens do sexo masculino têm maiores chances do que os do sexo feminino de serem sucessores das propriedades familiares no futuro. De fato, apenas 26% das moças informaram ser sucessoras, o que ocorreu com 46% dos rapazes; as moças (27%) apresentam proporção maior do que os rapazes (19%) na informação de que nenhum membro de suas famílias permanecerá na agricultura; os rapazes superam as moças entre os que realizam cursos técnicos agrícolas e conhecem políticas públicas dirigidas à agricultura (*Pronafe Primeira Terra*); adicionalmente, entre os que já sabem que não herdarão terra, uma proporção maior de rapazes (58%) do que de moças (42%) pretende permanecer residindo no meio rural. No segundo aspecto, as jovens mulheres demonstram maior propensão do que os rapazes na continuidade dos estudos e na motivação para ter uma atividade não agrícola e sair do meio rural. (BRUMER; SPANEVELLO, 2008, p. 132).

Pesquisas realizadas em várias regiões do Brasil¹⁹ indicam uma divisão do trabalho caracterizada pela hegemonia masculina na gestão dos estabelecimentos agrícolas familiares, incluindo a centralização das decisões referentes ao uso dos recursos obtidos com a venda dos produtos agropecuários, contatos com os técnicos agrícolas e agrônomos e a participação em cooperativas e sindicatos.

Os jovens geralmente participam das atividades produtivas como membros da família e, nesta condição, têm acesso às condições de reprodução (no ciclo curto) proporcionadas pelos

18 O banco de dados é formado por questionários preenchidos ou respondidos por 1.677 jovens entre 15 e 26 anos de idade.

19 São muitas as pesquisas que tratam desta questão. Sobre a divisão do trabalho no meio rural, ver, entre outros, Brumer e Freire (1983) e Brumer e Giacobbo (1993).

recursos disponíveis e aos bens adquiridos para o bem-estar da família, mas, como os demais membros da família, geralmente não têm renda própria.

Comparados com seus pais, os jovens rurais apresentam melhores indicadores educacionais, o que lhes permite obter empregos melhores, tanto urbanos como rurais, uma vez que “os trabalhadores assalariados sem escolaridade ou capacitação permanecem em tarefas simples e rotineiras; os jovens com instrução podem ser capacitados para desempenhar postos de maior produtividade e responsabilidade” (DURSTON, 1996b, p. 29). Durston considera ainda que o maior grau de “modernidade” dos jovens rurais em face de seus pais – sua educação formal e seus conhecimentos dos novos códigos culturais – ainda que não cheguem ao mesmo nível do dos jovens urbanos de classe média, lhes dá um papel central para que [os] casos de êxito microempresarial sejam mais numerosos (DURSTON, 1996b, p. 29).

Carmen Deere e Magdalena León (2002), em pesquisas realizadas em vários países da América Latina, constataram a tendência a uma relativa equidade entre os filhos e as filhas na herança da terra, graças principalmente à legislação que prevê a igualdade de direitos para homens e mulheres. A busca dos cidadãos pelos direitos depende em grande parte do conhecimento sobre as leis existentes em cada país, o que é favorecido pelo aumento dos anos de escolarização entre a população mais jovem. De acordo com essas pesquisadoras, a diminuição do número de filhos e a migração de alguns filhos reduzem os candidatos potenciais a permanecer na atividade agrícola, favorecendo também a divisão igualitária do patrimônio familiar. A esses aspectos pode ser acrescentado o direito legal dos pais à aposentadoria e à pensão por morte do cônjuge, existentes no Brasil desde 1988, que possibilita a desvinculação entre a sucessão geracional da propriedade agrícola familiar e o sustento dos pais na velhice.

DISSOCIAÇÃO ENTRE REPRODUÇÃO GERACIONAL DA PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Como anteriormente indicado, o argumento central deste trabalho consiste em afirmar que, apesar das intenções migratórias dos jovens da agricultura familiar da região Sul do Brasil, não há necessariamente uma crise da agricultura familiar. As evidências disso estão em:

1. Redução do êxodo rural na primeira década do século XXI, quando comparado com as duas últimas décadas do século XX. Os dados da tabela 2 permitem constatar a redução do tamanho da população rural entre esses dois períodos: entre 1980 e 2000 a população rural teve diminuição de 7.302.055 habitantes, numa média anual de 365.103 pessoas; entre 2000 e 2010 a população reduziu-se em 2.005.143 pessoas, numa média anual de 200.514. Deve-se considerar ainda a informação disponibilizada na tabela 3 sobre a diminuição da taxa de fecundidade no Brasil, que passou de 2,38 em 2000 para 1,90 em 2010. Isto significa dizer que parte da redução populacional ocorrida entre 2000 e 2010 explica-se pela diminuição do número de nascimentos; a outra parte decorre do êxodo rural.
2. Número relativamente constante dos estabelecimentos agropecuários familiares, como indicado na comparação entre os dois últimos censos agropecuários. Assim, enquanto na pesquisa do Censo

Agropecuário de 1995/96 foram identificados, no Brasil, 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando 107.768.450 hectares, na pesquisa do Censo Agropecuário de 2006, tabulações especiais do IBGE, seguindo o mesmo critério utilizado na pesquisa anterior, apontaram a existência de 4.551.967 estabelecimentos, ocupando 106.761.753 hectares. A comparação entre os dois censos revela o acréscimo de 412.598 unidades de produção (equivalente a 10% a mais que na pesquisa de 1995/1996). A área ocupada, no entanto, diminuiu 1.006.697 hectares (equivalente a pouco menos de 1%) no mesmo período (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009, p. 21). Os motivos prováveis para o acréscimo no número de estabelecimentos entre 1995/1996 e 2006 são, de um lado, a subdivisão de propriedades entre herdeiros e, de outro, a implantação de novos assentamentos de reforma agrária.

3. A luta pela reforma agrária foi muito intensa entre 1980 e início do século XXI,²⁰ mas declinou na última década. Uma alternativa adotada pelo governo brasileiro foi a “reforma agrária de mercado”, através da qual o acesso à terra é viabilizado pelo crédito fundiário. Exemplifica-se este último aspecto com o município de Arroio do Tigre (RS) (que conta com cerca de 2.200 estabelecimentos agropecuários), onde entre janeiro de 2006 e junho de 2011 foram firmados 177 contratos com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para a compra de terras, tanto por agricultores “sem-terra” como por filhos de agricultores familiares do município (BRUMER et al., 2011, nota n. 8, p. 21-22).

4. Na dinâmica do mercado de terras, pelo menos em áreas de produção agrícola familiar com sistemas produtivos geradores de renda considerada elevada pelos agricultores, como pode ser exemplificado com os resultados de uma pesquisa realizada em 2011 no município de Arroio do Tigre (RS). Nessa pesquisa, obteve-se a informação de que, no período de 30 meses, entre janeiro de 2009 e junho de 2011, ocorreu a venda de 379 propriedades rurais, correspondendo a 18,6% do total de propriedades do município (BRUMER et al., 2011, p. 21).²¹

Para explicar a dinâmica do mercado de terras em Arroio do Tigre, os responsáveis pela pesquisa realizada naquele município em 2011 esclarecem:

Entre os possíveis motivos para as vendas estão a elevação do valor das terras (o qual, segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, varia entre R\$15 mil e R\$25 mil o hectare, dependendo da região onde se localiza e das condições do solo da propriedade); a situação de produtores já aposentados e sem sucessores; e o endividamento do proprietário, derivado principalmente da falta de diversificação produtiva da propriedade. Para os compradores, um dos atrativos é a possibilidade de introduzir ou ampliar a produção de tabaco e/ou de diversificar a produção. (BRUMER et al., 2011, nota n. 8, p. 21-22).

20 De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, um total de 4.340 projetos de assentamento foram criados entre 1985 e 2002 (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012, p. 18) e havia 597.926 estabelecimentos da reforma agrária com uma área de 29.474.389 hectares (MARQUES; DEL GROSSI; FRANÇA, 2012, p. 59).

21 Esses números correspondem a registros existentes na Secretaria Municipal de Agricultura de Arroio do Tigre. Numa das visitas feitas por esta pesquisadora à Secretaria Municipal de Agricultura, foi possível conversar com um dos compradores, proprietário de uma área de 2,5 hectares e que estava adquirindo, com recursos próprios, uma área de 9,5 hectares de um vizinho, para aumentar a área disponível para a lavoura. No seu entendimento, o proprietário dessa área vendeu-a por estar endividado, devido à falta de diversificação produtiva do estabelecimento, o que, a nosso ver, pode estar associado à escassez de mão de obra familiar para desenvolver tanto a produção de tabaco como outras atividades geradoras de renda e uma produção voltada ao abastecimento de alimentos para autoconsumo, assim como ao acesso a recursos da aposentadoria rural.

Em síntese, não há evidências de que a comercialização de estabelecimentos da agricultura familiar signifique, necessariamente, sua transformação em sítios de lazer ou incorporação a empreendimentos empresariais, como sugerido por Silvestro et al. (2001).

5. Conformação de muitos pais com a perspectiva de descontinuidade da propriedade familiar na geração dos filhos. Como indica Pandolfo (2012) na conclusão de sua pesquisa,

Os produtores têm uma visão pessimista da viabilidade econômica dos estabelecimentos agrícolas e se questionam sobre as vantagens de seus filhos permanecerem nesta profissão. Eles demonstram um desejo de continuidade da propriedade por algum dos filhos (exclusivamente os filhos homens), justificado pelo apego emocional em relação ao estabelecimento e ao que foi construído pela família, no entanto, o sucesso profissional e financeiro de seus filhos encontra-se em primeiro plano mesmo que represente o abandono da atividade agrícola. (PANDOLFO, 2012, p. 88).

6. Em situações de perspectiva de obtenção de renda relativamente mais elevada e possibilidade de usufruir de uma renda própria, muitos jovens têm demonstrado interesse na permanência na atividade agrícola (NEVES, 2009).

São vários os aspectos que contribuem para essa situação, entre os quais estão algumas características da agricultura familiar:

1. A capacidade dos membros da família de manter longas jornadas de trabalho sem necessariamente contabilizá-las para fins de remuneração. Sobre este aspecto, é importante levar em conta o esclarecimento de Abramovay (1992, p. 145): “Não se trata de unidades produtivas contando no essencial sobre a ‘auto-exploração’ de um *grande volume* de trabalho familiar”, que justifica sua afirmação: “Por mais que a atividade das famílias seja extensa e penosa, o peso do trabalho humano no valor total da produção tende irrefreavelmente ao declínio”.

2. A existência de diversas atividades produtivas que requerem grande quantidade de trabalho humano, para as quais, devido à característica antes apontada, a agricultura familiar apresenta vantagens em relação à agricultura empresarial. Sobre este aspecto, Abramovay (1992, p. 145) cita Reinhardt e Bartlet (1989, p. 203), os quais argumentam que “(...) as unidades familiares persistem em muitas instâncias em virtude de sua competitividade econômica. Esta competitividade deriva de aspectos técnicos da produção agrícola e sua compatibilidade com certos aspectos organizacionais e operacionais da unidade familiar”. Abramovay cita também os dados do censo agrícola dos Estados Unidos, de 1964, apresentados por Mooney (1987, p. 33), que mostram que “nos setores de laticínios, cereais, fumo e avicultura – produtos que, nesta época, já conheciam um avanço técnico inegável – o peso do trabalho assalariado é bastante reduzido, diante das culturas de algodão, legumes, frutas e nozes, onde a mecanização ainda não avançara tanto” (ABRAMOVAY, 1992, p. 145).

3. Como resultado das características anteriores, a agricultura familiar apresenta mais flexibilidade do que a agricultura empresarial em períodos de crise que requerem mudanças no sistema produtivo ou relativa retração dos mercados. Neste sentido, é possível salientar ainda a capacidade demonstrada pelas famílias agricultoras de diversificar suas atividades, sendo cada vez mais frequentes os estabelecimentos que contam com o desenvolvimento, pelos indivíduos que as compõem, de atividades agrícolas e/ou não agrícolas, as quais requerem habilidades e formas de gestão específicas (ABRAMOVAY, 1992, p. 171).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se assinalar tanto a existência de uma variedade de “agriculturas familiares”, assim como diversas mudanças que afetaram as condições da produção agrícola e das famílias envolvidas nesses tipos de produção. A sociedade mudou e, da mesma forma, também mudaram os padrões sucessórios e a perspectiva de os agricultores poderem contar com algum de seus filhos como sucessor no estabelecimento agrícola familiar. Ao mesmo tempo, a agricultura familiar foi capaz de “reinventar-se”.

Não se tem a intenção de defender a superioridade de um tipo de produção sobre outro, mas é possível reproduzir aqui duas das conclusões de Abramovay: uma referindo-se à falta de fundamento na frequente associação entre agricultura familiar e pequena produção ou produção camponesa e a outra destacando algumas características da forma contemporânea da agricultura familiar, tais como “o dinamismo técnico, a capacidade de inovação e a completa integração aos mercados” (ABRAMOVAY, 1992, p. 160). Outro aspecto destacado pelo autor é o fato de a concentração do processo produtivo²² não ser exclusiva da produção agrícola baseada no trabalho assalariado, pois “é sobre a base da unidade familiar que se processa boa parte da própria concentração do processo produtivo” (ABRAMOVAY, 1992, p. 160).

Embora haja grande diversidade de situações entre os produtores familiares brasileiros, grande parte deles pratica uma divisão do trabalho diferenciada por sexo, através da qual os homens predominam na gestão das atividades produtivas quando a agricultura assume caráter comercial e os filhos varões são preferidos na sucessão do patrimônio familiar. Resulta disso a falta de preparação (ou de socialização) dos filhos do sexo feminino para a atividade agrícola e seu demonstrado interesse em continuar os estudos com vista a uma profissionalização direcionada a atividades não agrícolas. Com a diversificação de atividades introduzidas em muitos estabelecimentos da agricultura familiar, no entanto, essa divisão do trabalho pode ser eficaz para sua sobrevivência, na medida em que pode absorver a mão de obra de homens e mulheres capacitados para diferentes funções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. 101 p.

²² Como indica Abramovay, a concentração do processo produtivo manifesta-se de maneira muito mais visível nos setores a montante (fornecedoras de insumos para a produção) e a jusante (vendas alimentares) da agricultura (ABRAMOVAY, 1992, p. 167).

BELTRÃO, KaizôIwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. 76 p. (Textos para Discussão, n. 1034).

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. _____. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Points, 2002.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

_____. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-52.

BRUMER, Anita; ROSAS, Eduardo Nunes Leite; WEISHEIMER, Nilson. **Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar**. X Congresso da International Rural Sociology Association (IRSA)/Associação Internacional de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, 31 de julho a 5 de setembro de 2000.

BRUMER, Anita et al. O futuro da juventude rural. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002, p. 1365-1372.

_____. **Produção e trabalho na cultura de tabaco na agricultura familiar em Arroio do Tigre-Rio Grande do Sul-Brasil**. Porto Alegre, ago. 2011. 253 p. (Relatório de pesquisa).

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER, Anita; GIACOBBO, Elisa Olívia. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Humanas**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 16, n. 1, p. 139-156, jan./jun. 1993.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. **Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil**. Porto Alegre, jan. 2008. (Relatório de pesquisa).

BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem chance como agricultores? In: CAMPOS, Silvia Kanadani; NAVARRO, Zander (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo ainda é possível?** Brasília: CGEE, 2013. p. 29-43, 133-176.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 2, n. 15, p. 43-66, jul./dez. 1998.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última Década**, CIDPA Valparaíso, n. 21, p. 11-50, dic. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martim (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. (Tese de Doutorado) –RPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Bogotá, v. 7, n. 1, p. 179-208, enero-jun. 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n. 3, p. 73-89, déc. 1986. _____. **L'héritage refusé**: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie en France, 1950-2000. Paris: Points, 2002.

CHAYANOV, Alexander V. [1925]. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIAS, G. L.; AMARAL, C. M. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil**: uma década em transição. Rio de Janeiro: Cepal/Campus, 2000. p. 223-253.

DIRVEN, Martine. Las prácticas de herencia de tierras agrícolas: ¿una razón más para el éxodo de la juventud? **Serie de Desarrollo Productivo**, Santiago de Chile, Cepal, n. 135, 2002.

DURSTON, John. Estrategias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: _____ (Org.). **Juventud rural, modernidad y democracia**. Santiago de Chile: Cepal/Unicef/OIJ, 1996a. 260 p.

DURSTON, John. Juventude rural: fuerza de modernidad y democracia. In: _____ (Org.). **Juventud rural, modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: Cepal/Unicef/OIT, 1996b. p. 17-32.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GALESKI, Boguslaw. **Sociología del campesinado**. Barcelona: Edicions 62, 1977.

GALLAND, Olivier. **Sociologie de la jeunesse**: la entrée dans la vie. Paris: Armando Colin, 1991.

_____. Adolescence , post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie**, v. 42, n. 4, p. 611-640, 2001.

GALLAND, Olivier; LAMBERT, Yves. **Les jeunes ruraux**. Paris: Inra/L'Harmattan, 1993. 253 p.

GASSON, Ruth; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências demográficas no período 1940/2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: ago. 2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp>>. Acesso em: 12 out. 2012a.

_____. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 12 out. 2012

_____. **Censo Demográfico 2010**: análises preliminares do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012b.

_____. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. **Estudos e Pesquisas**, n. 28. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012c.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comunicados do Ipea n° 42- PNAD 2008**: primeiras análises – o setor rural. Brasília: Ipea, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 29 mar. 2010.

MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de. **O censo de 2006 e a reforma agrária**: aspectos metodológicos e primeiros resultados. Brasília: MDA, 2012.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MOONEY, Patrick H. Labor time, production time and capitalist development in agriculture: a reconsideration of the Mann-Dickinson thesis. **Sociologia Ruralis**, v. 22, p. 279-292, 1982.

_____. Tempo de trabalho, tempo de produção e desenvolvimento capitalista na agricultura: uma reconsideração da tese de Mann-Dickinson. **Literatura Econômica**, v. 9, n. 1, p. 27-42, 1987.

MOREIRA, Ajax Reinaldo Bello et al. Explicando as diferenças de pobreza entre produtores agrícolas no Brasil. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 48. 2010. **Anais...** 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/156.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea/Mapa, 2010.

NEVES, Jonas Anderson Simões das. **Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul-RS**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PANDOLFO, Graziela Castro. **Escola e Família: a socialização dos jovens agricultores familiares**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REINHART, N.; BARLETT, P. The persistence of family farms in United States agriculture. **Sociologia Ruralis**, 29 (3/4), p. 203-225, 1989.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar. **Boletim do Museu Nacional**, Antropologia, n. 52, p. 1-27, 1985.

SHANIN, Teodor; WORSLEY, Peter. Prólogo. 1971. In: GALESKI, Boguslaw. **Sociología del campesinado**. Barcelona: Edicions 62, 1977. p. 21-33.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1971. p. 29-60.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2004.

SYMES, David Gilyard. Bridging the generations: succession and inheritance in a changing world. **Sociologia Ruralis**, v. XXX, 3-4, p. 281-291, 1990.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Nead/MDA, 2005. 76 p.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil. In: CAMPOS, Sílvia Kanadani; NAVARRO, Zander (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo ainda é possível? Brasília: CGEE, 2013. p. 177-199.

JUVENTUDES RURAIS DO NORDESTE: AS MÚLTIPLAS REALIDADES NUMA REGIÃO DE CONTRASTES

Maria de Assunção Lima de Paulo

INTRODUÇÃO

De acordo com o censo do IBGE 2010, no Brasil existem 53 milhões de jovens, que representa a faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos. Dentre estes, oito milhões estão no meio rural, o que equivale a um para cada seis jovens do Brasil. Além disso, os jovens representam 27% de toda a população rural no Brasil (Fonte: Censo Demográfico, 2010/IBGE, 2010).

Partindo da relevância desses dados, no espaço deste texto pretendemos contribuir com a especificidade das questões que envolvem a vivência da juventude rural na região Nordeste do Brasil, buscando discutir como os problemas históricos que envolvem as questões agrárias e ambientais têm articulação com as situações juvenis no meio rural.

O estudioso da sociologia da juventude, José Machado Pais, na sua obra *Culturas juvenis*, define os jovens como: “uma fatia de coetâneos movendo-se através do tempo, cada um deles com a sua própria experiência de vida, influenciada por circunstâncias históricas e sociais específicas” (PAIS, 2003, p. 71). Entendemos que essas circunstâncias, contextualizadas no interior do mundo rural brasileiro, possuem especificidades históricas, sociais, políticas, culturais, econômicas, geográficas e ambientais heterogêneas, que precisam ser consideradas quando tratamos da juventude rural no Brasil.

A juventude é entendida como categoria socialmente construída, que vive uma condição específica do *curso da vida* (PAIS, 2003) definida socialmente como transicional, particularizada pelas situações de classe social, gênero, etnia e lugar de vida. As concepções modernas de juventude a encaram como processo de transição e preparação para a vida adulta, o que Pais (2003) considera como “complexo processo de negociação”, sustentando a tese de que não há uma forma de transição, mas várias, como várias serão as formas de ser jovem ou de ser adulto (PAIS, 2003, p. 44). Este processo de negociação intra e intergeracional é específico para a juventude rural, que vivencia diferentes situações juvenis no meio rural (WEISHEIMER, 2013) e que, apesar disto, compartilha o fato de ter o rural como seu lugar de vida (WANDERLEY, 2009). É importante, no entanto, salientar que no interior do mundo rural, as várias configurações sociais irão ser responsáveis por diferentes vivências de juventude. Neste sentido, só é possível compreender a juventude rural a partir da compreensão do meio rural no qual ela está inserida e das múltiplas condições sociais decorrentes da construção social, política e econômica desse meio.

Diante disto, pretendemos aqui contribuir com uma reflexão sobre a juventude rural no Nordeste do Brasil. Para isto, nos apoiamos em alguns dos principais estudos realizados na região sobre as juventudes rurais, bem como em alguns dados primários de pesquisas que estamos desenvolvendo e dados secundários que traduzem um pouco a realidade desses jovens.

Assim, para melhor compreensão dos objetivos do artigo, partiremos inicialmente para uma contextualização das questões agrárias que envolvem o Nordeste historicamente, para, em seguida, caracterizar a juventude rural na região e compreender quais os reflexos dessas questões nas várias situações e vivências dos jovens rurais no seu interior. Sabendo da complexidade das questões que envolvem a juventude rural, centraremos nossas discussões nos problemas de acesso a terra, a renda e a bens e serviços e nas implicações destes para os projetos de vida, especificamente, dos jovens filhos de agricultores familiares e camponeses.

O NORDESTE DO BRASIL: UMA REGIÃO DE CONTRASTES HISTÓRICOS

Os estudiosos sobre juventude rural no Nordeste, apesar de seus diferentes enfoques de pesquisa e dos diferentes contextos estudados, têm chegado a uma conclusão comum: a juventude rural do Nordeste, especificamente os filhos de agricultores familiares, vive uma situação de precariedade decorrente da falta de condições de subsistência digna nos espaços rurais, o que tem impulsionado fortes processos migratórios para os centros urbanos, ou mesmo para outras regiões do país, seja à procura de novos espaços de trabalho em outras profissões, seja como mecanismo para reorganizar sua vida no seu meio rural de origem em condições diferentes dos seus pais. Tais processos são decorrentes principalmente do precário acesso aos meios de produção, como terra, água, máquinas e equipamentos, já vivido pelos seus pais e dessa falta de acesso por parte dos próprios jovens (PAULO, 2011; WANDERLEY, 2006; SILVA; COVER, 2010; SILVA, 2011, WEISHEIMER, 2013).

Apesar de não ser particularidade desta região, decerto, o Nordeste é a região onde a agricultura familiar camponesa mais sentiu o peso do processo histórico que organizou sua estrutura fundiária atual. Manuel Correa de Andrade, em seu clássico livro *A terra e o homem do Nordeste*, aponta a estrutura fundiária, dominante desde a colonização como responsável pela concentração de terras e a grande geradora dos problemas econômicos pelos quais passavam a maior parte da população rural nordestina na década de 1970. Caracterizando a população rural do Nordeste do Brasil, o autor a classificou como sendo formada por uma grande massa de trabalhadores assalariados rurais, um pequeno grupo de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida e um considerável número de pequenos proprietários que ora se mantêm em sua terra em condições precaríssimas e ora trabalham como assalariados, tendo um padrão de vida semelhante ao dos trabalhadores sem-terra. Estes trabalhadores camponeses nordestinos, encontrando no campo condições verdadeiramente repulsivas de sobrevivência, migram para outras regiões do Brasil (ANDRADE, 1973 p. 56-57).

Este processo histórico de invisibilidade, precariedade e exclusão do agricultor familiar nordestino foi estudado por Guilherme Palácios (1987). Segundo ele, data de 1700, ainda no Brasil escravocrata, o momento em que homens pobres livres do campo, camponeses e outros “rústicos” aparecem pela primeira vez nas fontes regionais acessíveis como grupos diferenciados, com coletividades identificadas por características próprias que as assinalam e as distinguem do resto, no caso: isolamento, pobreza, agricultura e subsistência. Este autor

percebe na crise da *plantation*²³ canavieira a emergência da agricultura de base camponesa. Ele define historicamente quatro períodos da época colonial, como importantes para a constituição e perda de espaço da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil, compreendendo Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Primeiro, o da crise da *plantation*, com a emergência da agricultura de base camponesa que compreendeu de 1700 a 1760. Segundo, o da Revolução Industrial e expropriação camponesa, em que triunfou a *plantation* de 1760 a 1810. Este momento, marca a subordinação camponesa aos interesses da *plantation* e acontece em virtude do desenvolvimento industrial que valoriza a produção canavieira, podendo-se então dizer que a trajetória dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental vincula-se diretamente ao crescimento do capitalismo industrial (PALÁCIOS, 1987, p. 338).

Terceiro, o período de 1810 a 1848 corresponde à construção do Estado nacional e à pauperização e revolta dos camponeses. O quarto período, de 1850 a 1875, é o da subordinação do campesinato ao Estado. Segundo o autor, este período corresponde ao grande pulo do Estado sobre os cultivadores pobres livres ainda autônomos, momento em que fica claramente estabelecido o que Estado nacional constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa (PALÁCIOS, 1987, p. 346).

Percebe-se na análise de Palácios que o processo histórico pelo qual passaram os camponeses no Nordeste do Brasil, sua intencional invisibilidade e sua relação de resistência contra a *plantation* e contra o Estado foi responsável pelas condições de pobreza hoje vividas pela maioria dos camponeses nessa região. Também pode ser, por outro lado, em parte, responsável por sua relação com a terra e a importância dada à ideia de propriedade desta, em que a migração e a subordinação a outras condições de vida são estratégias para a manutenção dessa condição de posse da terra que é historicamente conquistada.

A história do campesinato nordestino é, então, a história de sua luta contra a grande *plantation*, o latifúndio e o Estado para firmar sua posse em um espaço, em que pudesse, livremente, construir suas normas e seus valores que irão determinar a condição de desenvolvimento de sua produção e a reprodução de sua família.

Enfatizando a importância e a especificidade da ideia de posse entre camponeses do sertão do Piauí, Emília Pietrafesa de Godoi (1999) mostra como a noção de posse que acompanha a ocupação naquele espaço está marcada pelo que ela chama de um *habitus* e uma “economia moral”²⁴ que se estabelece na relação entre a história da terra e a história do camponês.

No entanto, a partir da década de 1960, os ocupantes - camponeses posseiros, meeiros, moradores - começaram a ser expulsos como consequência de um movimento de territorialização do capital com a privatização da terra, concentração fundiária e pecuarização, que se acirra nos anos 70.

23 Ele se refere a *plantation* para designar a grande produção monocultora de cana-de-açúcar.

24 Ela se refere a um conceito usado por Thompson, designando conjunto de normas e obrigações recíprocas, ideias de justiça e bem-estar social, enfim de uma ética a orientar a conduta dos indivíduos de comunidades relativamente pequenas e integradas (GODOI, 1999, p. 50).

O empobrecimento e a perda da posse ou acesso a terra por parte dos agricultores implicam a diminuição e perda da sucessão geracional e da reprodução desse modo de vida, sendo responsável pelo que Nazareth Wanderley denomina a perda da vitalidade do meio rural ou ampliação dos espaços socialmente vazios (WANDERLEY, 2001).

Ainda é importante considerar o próprio processo de modernização e urbanização do país que passou a caracterizar o meio rural como um espaço em declínio, fadado ao atraso e ao esvaziamento, o que cultivou uma visão preconceituosa sobre o rural e seus atores, implicando o direcionamento de políticas públicas e aumentando a pauperização dos espaços rurais ocupados pela agricultura familiar camponesa. Esse mesmo projeto, iniciado na década de 1930, também define por decreto o que é rural e o que é urbano, denominando as sedes dos pequenos municípios de urbanos e enfraquecendo a visão sobre o meio rural, já que as próprias estatísticas oficiais confirmam processo de crescimento rápido da urbanização e cada vez maior esvaziamento do meio rural. O formato de sede municipal afasta ainda mais as populações rurais do acesso aos serviços básicos, como educação e saúde, uma vez que, em sua grande maioria, estes estão concentrados nas sedes municipais. Para Veiga (2003), o pequeno município é aquele que possui em sua sede, denominada oficialmente como cidade, menos de 20.000 habitantes, sendo seu caráter de urbanidade determinado politicamente. Nas pequenas cidades, sedes dos municípios rurais, há uma grande proximidade com a natureza e as relações entre as pessoas são pautadas no interconhecimento, proporcionadas pela vida em pequenos grupos. Estes possuem um fraco grau de urbanidade, embora tenham a função da centralização em relação ao restante do município (WANDERLEY, 2002). Este aspecto contribui também para que a própria sociedade passe a perceber o campo como um lugar atrasado, sem tecnologia, sem vida, sem futuro e em processo de crescente desaparecimento.

A questão fundiária se agrava quando a ela é associada questões climáticas que caracterizam a parte dessa região mais ocupada pela agricultura familiar camponesa. O semiárido brasileiro se estende por 975 mil quilômetros quadrados e compreende 1.133 municípios de nove estados do Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Apesar de ser um bioma rico em espécies vegetais e animais, é uma região de déficit hídrico, o que dificulta o desenvolvimento da agricultura caso não se construam alternativas de convivência com esta.

Amparada nessa característica, na década de 1950, o Nordeste foi visto pela política desenvolvimentista como uma região-problema, com deficiente estrutura edafoclimática, povoado por uma população miserável e com uma deficiente estrutura agrária. Essa visão reforçou ainda mais a ideia do Nordeste como uma região atrasada e suas áreas rurais como lugar dos degredados filhos da seca. Como solução, foi implantado na região o DNOCS, a partir do qual foram desenvolvidas as denominadas políticas de “combate à seca” (GOMES DA SILVA, 2013).

Foi nos anos 1980 que se iniciou um processo tido pelos estudiosos como o renascimento do rural e uma revalorização deste trazendo a emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Nesse momento, segundo Aldenor Gomes da Silva (2013, p. 7),

(...) em nome de uma desconcentração da atividade produtiva que mudava a inter-relação entre as regiões brasileiras, se passou a privilegiar as particularidades dessa região, instalando-se um programa de exploração de polos dinâmicos de desenvolvimento, inclusive nos vales úmidos da região semi-árida nordestina.

Para este autor, essa formulação de áreas dinâmicas teve como consequência um modelo dual de desenvolvimento para dois Nordeste: um de polos dinâmicos e outro de economia fragilizada, cujas soluções se propunham por meio de políticas compensatórias.

Segundo Wanderley (2001, p. 38),

“a dinâmica do meio rural nordestino depende, para o bem ou para o mal, do desempenho da agricultura e de suas condições de funcionamento”, como aponta a autora, o desempenho da agricultura no Nordeste foi particularmente afetado por uma série de fatores negativos como ocorrência recente de secas sucessivas, a erradicação da cultura do algodão em toda a zona semiárida, a crise, que parece definitiva, do setor açucareiro regional e a redução das possibilidades de migração extra-regional. (WANDERLEY, 2001, p. 38).

Favareto et al. (2012) analisando o desenvolvimento territorial no Cariri paraibano demonstra que a convergência de indicadores de desenvolvimento naquele território foi consequência de processos exógenos à região. Para eles, a crise da produção baseada no binômio algodão – pecuária desenvolvida pelas grandes elites locais e a introdução de programas e políticas governamentais estaduais e nacionais que resultaram em transferência de renda para a região foram responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade social na região.

Apesar desses avanços percebidos pelos estudiosos com as políticas atuais de desenvolvimento para o Nordeste, o novo mapa da pobreza no Brasil (BRASIL, 2011), documento construído a partir de dados do Censo 2010 para orientar uma política do Governo Federal, demonstra que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de pobreza e esta é mais grave no meio rural. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%) (BRASIL, 2011). Este documento também deixou claro que 2,3 milhões de jovens rurais brasileiros, que equivale a 25% destes, estão na linha da extrema pobreza. Do total de jovens rurais, 58% (4.691.131) vivem com renda *per capita*/familiar de até R\$140,00.

Partindo do pressuposto de que esta situação é fruto do processo histórico que construiu a agricultura e o agricultor no Nordeste, buscaremos compreender a situação da juventude rural nessa região, seus sonhos, suas estratégias de permanência e busca de novas condições de vida. É o que veremos no próximo ponto.

E COMO ESTÁ A JUVENTUDE RURAL NESSE CONTEXTO?

Especificamente nas regiões Norte e Nordeste, o Novo Mapa da Pobreza no Brasil (BRASIL, 2011) aponta que 1,5 milhão do jovens rurais estão na extrema pobreza, o que equivale a 34,88% de todos os jovens que vivem nas áreas rurais dessas regiões do Brasil. Estes dados demonstram a

insuficiência das políticas e a situação da juventude rural na região. Entendemos que tal situação é reflexo do processo histórico antes destacado, sendo necessário compreender de forma mais específica os efeitos deste para as juventudes que vivem nos espaços rurais da região.

É importante salientar que a juventude rural é uma categoria genérica, que representa uma heterogeneidade de atores sociais, e que, portanto, não estamos aqui nos remetendo aos jovens rurais em geral, mas aos jovens filhos de agricultores familiares, em sua maioria camponeses, que possuem uma relação específica com a terra e com o trabalho e cuja família é caracterizada como uma coletividade, uma comunidade de interesses, afetos e conflitos (WANDERLEY, 2006).

No interior desse modelo familiar patriarcal, os jovens têm papel que apesar de subalterno é imprescindível para a vida familiar: a ajuda aos pais no trabalho serve tanto como meio de manutenção econômica da família quanto como aprendizado de um legado social que percebe o trabalho como ética e a terra como valor moral (WOORTMANN, 2009).

Em função da manutenção da propriedade da terra, os membros da família devem estar envolvidos em um laço que os una como coletividade, em que o tempo de cada membro pertence ao pai como aquele que encarna a autoridade e a própria totalidade da família (WOORTMAN, 2009, p. 218), interferindo assim na decisão dos filhos em relação ao futuro. As relações de trabalho ali estabelecidas perpassam a propriedade da terra, não apenas no seu aspecto material, mas principalmente simbólico, um elo moral que a constitui como elemento central para manutenção dessa mesma família.

Essa questão é demasiado importante quando estamos tratando da juventude rural, filha de camponeses, uma vez que as escolhas futuras não implicam necessariamente uma mudança individual, mas no coletivo familiar e na reprodução social desse modo de vida. É nesse sentido que os estudiosos da juventude rural no Nordeste têm buscado compreender as questões referentes às escolhas profissionais dos jovens rurais. A pergunta feita por Antunes (2009), Como se forma um agricultor?, e a afirmação de Weisheimer (2013) de que é necessário pensar a categoria jovem agricultor familiar para compreender as transformações pelas quais está passando a agricultura familiar camponesa fazem parte deste debate.

Embora o trabalho seja apenas uma dimensão da vida dos jovens rurais, é a dimensão que dá a possibilidade de vivência naquele espaço e a partir da qual os jovens organizam suas estratégias de vida no presente e seus projetos futuros. É também o trabalho o principal elemento de identificação dos jovens rurais na relação com o outro. Foi o que percebemos ao pedirmos para jovens rurais de uma escola pública do município de Orobó-PE que escrevessem uma redação sobre o que é ser jovem e qual a diferença entre ser jovem no rural e no urbano. Grande parte dos jovens, masculinos ou femininos, trouxeram o peso do trabalho para ajudar a família, as distâncias em espaço marcado pela ausência de serviços importantes, como o elemento definidor da sua condição de jovem no meio rural (PAULO, 2011).

Por isso, priorizaremos aqui o trabalho como o principal elemento de análise para compreensão das juventudes rurais na região Nordeste. É a rotina cotidiana, nunca naturalizada, que permite que percebamos a heterogeneidade das vivências dessa situação juvenil. Especificamente ao pensarmos a relação entre o peso da estrutura social, econômica e cultural em que se encontram e os desejos e lutas cotidianas para realizar os sonhos construídos no diálogo entre a tradição (sempre reinventada) e os conhecimentos obtidos a partir da inserção real ou imaginária em mundos sociais distintos dos seus, como o urbano.

Porém, é importante considerar que no próprio interior das comunidades camponesas, como sistema social, entre esses jovens, além de existirem diferenças nessa percepção, demarcadas por gênero, idade, experiências, escolaridade e lugar de moradia, são as vivências cotidianas que nos permitem perceber a heterogeneidade da categoria juventude rural (GIDDENS, 1989, p. 28).

O trabalho, desde muito cedo, faz parte da socialização das crianças e dos adolescentes filhos de agricultores familiares, principalmente os de tradição camponesa. As atividades no sítio, que são parte de seu cotidiano, não são vistas pelos pais como exploração, mas como aprendizado e, apesar de serem tidas como pesadas e penosas, também são conhecimentos valorizados pelos jovens. Assim, esse trabalho é percebido por eles menos como profissão do que como forma de enfrentar as adversidades da vida e ser no futuro um homem “decente, honesto e trabalhador”. O trabalho, nesse sentido, tem um valor ético (WOORTMANN, 2009).

Em pesquisa sobre juventude rural realizada no estado de Pernambuco, Wanderley (2006) parte do pressuposto que os problemas vivenciados pelos jovens rurais têm dimensões distintas dos vividos pelos jovens urbanos, especificamente por pertencerem ao meio ambiente social rural. Segundo a autora, é necessário considerar o lugar do rural no conjunto da sociedade para compreender as questões referentes a tais jovens. Assim, ela aponta três problemas vivenciados pelos jovens rurais no Brasil e, mais especificamente, no Nordeste, onde as questões agrárias tiveram grande peso nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais atuais. O primeiro se refere à concentração das atividades econômicas nos grandes centros do país e da fragilidade do processo de urbanização em grande parte da região (WANDERLEY, 2006, p. 16). A autora enfatiza que, nas regiões onde o meio rural agrega algum tipo de indústria ou serviço, o jovem tem a possibilidade de continuar morando naquele meio e desenvolvendo atividades não agrícolas. No entanto, prossegue a autora, nas regiões onde esse processo não aconteceu, a busca de afirmação profissional impõe a necessidade da migração.

Em segundo lugar, Wanderley traz a questão da vida familiar como uma das dimensões centrais dos jovens rurais. Embora ela considere que a família é central para o conjunto dos jovens brasileiros, a autora enfatiza a especificidade de uma família de agricultores, mais especificamente de agricultores camponeses, por estes se constituírem também como uma unidade de produção, significando que além das relações pais – filhos – irmãos – outros parentes, que se reproduzem, de uma forma ou de outra, em todas as famílias, o pai assume o papel de chefe do estabelecimento produtivo, responsável pela direção das atividades de todos os demais membros da família e pela constituição e permanência do patrimônio familiar (WANDERLEY, 2006, p. 17).

Em terceiro, a autora chama a atenção para o fato de, no caso particular dos municípios em que ela estudou, os jovens viverem a condição camponesa de sua família (WANDERLEY, 2006, p.18). No Nordeste, a maioria vive uma situação precária, em que muitas vezes o pai necessita migrar, trabalhar no alugado ou a família é sustentada por alguma forma de transferência de renda. Nas situações em que a família possui boas condições de sobrevivência na terra, tanto aumenta as possibilidades dos filhos reproduzirem a profissão de agricultor, quanto, se preferirem sair, terão mais oportunidades, já que tiveram melhores condições de acesso a educação.

Entretanto, segundo a autora, os três problemas por ela apontados não são vivenciados em todas as regiões do país da mesma forma. Assumindo que há imensa diversidade de jovens rurais no Brasil, para Wanderley (2006), apesar de haver entre os jovens rurais e urbanos muitas semelhanças no que se refere aos sonhos de vida futura, o gosto por conviver em grupos de amigos e até o estilo de roupa, tais semelhanças não diluem as diferenças relativas à especificidade de viver no meio rural e fazer parte de uma família camponesa. Nesse sentido, afirma Wanderley: não cabe isolar, mas não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade que desconhece as particularidades de viver a juventude quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras. Mesmo nestas – e é esta a nossa questão – é muito grande a diversidade (WANDERLEY, 2006, p. 103).

A pesquisa que realizamos para tese de doutorado (PAULO, 2011) demonstra não haver uma juventude rural, mas uma multiplicidade de situações juvenis no meio rural, que são delimitadas pelas condições socioeconômicas das famílias, acesso à educação, gênero e localização da comunidade onde mora em relação à cidade. Isto faz diferença se esta for uma cidade grande, média ou pequena.

Tendo pesquisado os jovens filhos de agricultores camponeses do pequeno município de Orobó, foi possível compreender como os jovens rurais vivenciam a relação com o trabalho, especialmente quando se trata do trabalho na agricultura. Inseridos em uma sociedade rural cada vez mais conectada com os espaços urbanos, o jovem rural constrói sua identidade na relação entre esses dois mundos, busca viver as experiências próprias de um período do *curso da vida*, que foi socialmente construído a partir de valores urbanos, sem necessariamente romper com a tradição do *modo de vida* camponês, passado pelas gerações anteriores. Evidentemente, essa vivência não está livre de conflitos, e o trabalho na agricultura, sendo o principal identificador social do homem rural e o principal elemento de formação do jovem agricultor familiar (WEISHEIMER 2009, 2013), é o principal elemento de conflito.

Percebemos naquela pesquisa que muitos dos jovens rurais sentem vergonha de admitir que trabalham na agricultura. Esse sentimento ancorado socialmente é fruto da própria visão de atraso sobre o meio rural brasileiro pelas políticas desenvolvimentistas e excludentes. Apesar de reconhecer o valor moral e econômico da agricultura, o jovem rural, que não está inserido em um espaço social que lhe possibilite uma visão crítica sobre o processo de construção das representações de rural e urbano, recebendo as influências dos espaços sociais modernos, entre eles a escola, passa a ver essa profissão por um prisma, senão totalmente negativo, desvalorizado. Numa sociedade que valoriza o novo e o tecnológico, a prática da agricultura familiar camponesa é vista como rudi-

mentar e atrasada, implicando para o jovem uma ignorância diante dos trabalhos mais modernos. É importante salientar que essa visão deturpada e preconceituosa do rural não se sustenta para os jovens que participam de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações que asseguram o direito de viver sua realidade e de perceber a partir de uma posição mais crítica.

Além de uma visão negativa construída fora do meio rural, a realidade da agricultura familiar no Nordeste contribui para que os jovens a percebam como uma profissão inferior, já que poucas vezes lhes possibilita a realização de sonhos e a construção de uma vida digna no seu espaço. Na pesquisa que realizamos em Orobó, percebemos que os jovens que optam por trabalhar na agricultura não encontram na propriedade da família espaço para esta atividade de forma constante, buscando em outras propriedades de fazendeiros ou mesmo sítios vizinhos oportunidades para realização desse trabalho de forma que lhes gere alguma renda. No caso de Orobó, identificamos que o trabalho alugado²⁵ ou permanente são as oportunidades encontradas por muitos jovens. Se vão viver da agricultura, poucos conseguem se manter com o trabalho na propriedade de seus pais.

O que podemos inferir sobre a realidade da vida cotidiana desses jovens é que há certa diminuição das possibilidades de escolhas por parte destes, tanto atualmente, pela impossibilidade de conseguir satisfazer suas necessidades e continuar estudando, quanto no futuro, pois ao interromperem os estudos, diminui também seu leque de opções em relação ao trabalho. Além disso, como esse trabalho é fora da propriedade familiar, há ainda a dificuldade de dar continuidade ao modo de vida dos seus próprios pais, uma vez que as propriedades destes demonstram serem insuficientes para a manutenção de mais uma família.

Entre os jovens cujas famílias possuem melhores condições, são mais capitalizados, há uma inserção diferenciada na agricultura, com mais possibilidade de autonomia e com mais ampliação do seu leque de possibilidades, foi o que pudemos perceber entre os jovens rurais, filhos de agricultores produtores de mudas cítricas²⁶ em Orobó.

Em pesquisa realizada no Recôncavo da Bahia, sobre projetos profissionais de jovens agricultores familiares, Weisheimer (2013) também percebeu que os jovens com menos autonomia²⁷ são os que mais tendem a elaborar projetos profissionais não agrícolas. Embora não haja predisposição para colocar a agricultura como prioridade em seus projetos profissionais entre os jovens com maior autonomia, percebe-se que ser agricultor faz parte do leque de possibilidades destes. Analisando a predisposição dos jovens para se tornarem agricultores, o autor sustenta que a disposição de um agricultor familiar será de se orientar pelo seu *habitus*, contribuindo para a reprodução do seu grupo social.

25 Trabalho por dia em propriedades de vizinhos, geralmente ganhando cerca de 20 reais ao dia. Essa modalidade de trabalho é analisada por Garcia Jr como o tipo de trabalho mais negativo para o agricultor.

26 Os produtores de mudas cítricas são organizados em associação e conseguem por meio da produção de mudas renda que lhes possibilita acessar bens que os demais agricultores camponeses do município têm dificuldades de conseguir.

27 Weisheimer usa o termo autonomia para descrever situações em que o sujeito é capaz de especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele.

Dentre os aspectos que mais marcam as diferenças na vivência da agricultura familiar, especialmente nas questões de trabalho e autonomia, as diferenças de gênero podem ser vistas como a principal delas. De fato, as condições de gênero demarcam importantes diferenças no cotidiano dos jovens e é particular no modelo de família camponesa. Às mulheres jovens é, muitas vezes, atribuído o papel do cuidado da casa, da responsabilidade com os irmãos menores e, a depender das condições da família, também o trabalho no campo, principalmente no trato dos animais.

Na divisão social do trabalho familiar, a responsabilidade da jovem mulher perpassa vários espaços, embora, quando trabalhando no roçado, seja vista apenas como ajudante, pela sua condição de jovem, mas também de mulher. Ao jovem homem não cabe responsabilidade sobre as atividades do lar ou o cuidado dos irmãos, mas elas ficam com as duas responsabilidades, mesmo sendo pouco consideradas suas opiniões nas decisões familiares em relação à produção, ao consumo e até mesmo na divisão da herança.

Assim, os jovens, e principalmente as mulheres, mesmo sendo responsáveis por grande parte do trabalho na agricultura, sempre são tidos como ajudantes e pouco ou nada recebem por este trabalho, sendo este apenas possibilitador do balanço entre trabalho e consumo que dá base à família camponesa. Expressão de uma cultura patriarcal, o papel da jovem na família é considerado inferior tanto no seu aspecto material como simbólico. Seu trabalho é menos valorizado e sua autonomia negada.

No entanto, as diferenças de gênero, se associadas às melhores condições socioeconômicas da família, podem implicar para as *moças* uma não participação no trabalho da agricultura. Elas, ao serem poupadas do trabalho na agricultura, são incentivadas aos estudos e a aprenderem “ser boas donas de casa” e prepararem-se para um bom casamento, situação que beneficiaria toda a família.

As questões de gênero são ainda mais diferenciadoras da vivência da juventude quando estão relacionadas, como já foi antes mencionado, à condição de casada. Nesta, a jovem não é mais tratada como *moça*²⁸ e, na própria visão delas, assumem as responsabilidades do lar e do marido, quando ainda não são mães, aumentando ainda mais as responsabilidades sociais ao assumirem este papel social.

Seja homem ou mulher, as condições da família influenciam muito nos projetos futuros dos jovens rurais. Evidentemente, não partimos do pressuposto de que o jovem rural tenha, necessariamente, que ser agricultor ou que permanecer no meio rural. O que não podemos deixar de perceber, no entanto, é que as condições em que esses jovens se encontram negam-lhes ou diminuem suas possibilidades de escolhas, definindo sua realidade como fatalidade e não como escolha. Diante disto, a migração se torna a alternativa escolhida ou forçada para a busca da realização dos seus sonhos imediatos ou futuros como veremos a seguir.

28 É tratada como *moça* aquela jovem solteira e que se sabe virgem. *Moça* não se refere simplesmente à juventude, mas a um qualificativo moral.

A MIGRAÇÃO E O TRABALHO PARA O AGRONEGÓCIO COMO ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS JOVENS RURAIS DO NORDESTE

Se as condições de vida e reprodução social na agricultura familiar camponesa são precárias, a migração é a principal estratégia de busca pela sobrevivência digna e pela realização dos sonhos dos jovens rurais. No Brasil, a migração campo – cidade sempre foi encarada como alternativa às condições precárias de sobrevivência. De fato, os dados mostram que é crescente a migração entre jovens rurais: em 2000 a população rural era 31.835.143 e 9.000.000 eram jovens de 15 a 24 anos, em 2010 a população rural ficou em 29.830.007, sendo que 8.060.454 eram jovens. Isto representa que, em 10 anos, cerca de dois milhões de pessoas deixaram o meio rural, e destes um milhão são jovens. No entanto, é preciso observar a migração não apenas de um ponto de vista do esvaziamento do meio rural, mas como alternativa para a reprodução social do modo de vida camponês, quando as condições de sobrevivência na agricultura não são suficientes e, para os jovens, como ritual necessário para aquisição da autonomia e da maturidade que irá levá-lo à adultez.

Klaas Woortmann (2009) ao estudar os *sitiantes* de Sergipe, na década de 1980, percebeu que a migração é reflexo da inviabilidade das condições de existência desses *sitiantes*, mas também mecanismo de reprodução da sua própria condição²⁹. Em seu estudo, os *sitiantes* distinguem três modalidades de migração: “a migração pré-matrimonial do filho; aquela do chefe da família de tipo circular e a emigração definitiva” (WOORTMANN, 2009, p. 217).

No que se refere especificamente à migração pré-matrimonial, praticada pelos jovens como condição para o casamento, o autor aponta que entre os *sitiantes fracos* é onde está tanto a maior frequência quanto a maior necessidade, já que é por meio dela que os jovens filhos de camponeses *sitiantes* de Sergipe conseguem, junto com uma parte do tempo que seu pai dispensava do trabalho para a família e da sua produção no seu “chão de roça” doado também pelo pai, as condições que lhes possibilitarão a vida de casados. No contexto dos *sitiantes* de Sergipe, a migração é apontada por Woortmann como processo ritual, condição do processo de transição de rapaz em homem, por isso é praticada também entre os denominados *sitiantes fortes*.

Apesar de entender que a migração é uma prática de reprodução do campesinato, é importante não perder de vista como esta são também reflexos de condições históricas de negação do acesso a terra e de políticas que viabilizem a reprodução ao menos de parte da família no campo em condições dignas. Ela é também condição de vivência do que simboliza a juventude atualmente, o consumo de roupas, motocicleta e o acesso aos meios de comunicação e às novas tecnologias. Por mais precárias que sejam as condições de trabalho, os jovens buscam a migração como mecanismo de mobilidade social.

Especificamente no sertão Paraibano e Pernambucano, Menezes e Silva (2007_a e 2007_b) e Silva e Cover (2010) vêm pesquisando a migração dos jovens rurais daquela região para o corte

29 Essa discussão é feita em um clássico estudo sobre o brejo paraibano realizado por Afrânio Garcia Jr, intitulado *Sul: caminho do roçado* (Garcia Júnior, 1989). Neste o autor mostra como a migração, assim como outras estratégias, é condição necessária para a formação de uma nova unidade familiar.

da cana-de-açúcar no Sudeste do país e percebendo como esta interfere nas vidas desses jovens, sua família e suas redes de amizade. De acordo com os autores, a migração sazonal, adotada por grande parte dos jovens, decorre da pouca oportunidade de trabalho em outras atividades, uma vez que não possuem qualificação profissional e se constitui um meio de possibilitar de alguma forma a permanência da família no meio rural com alguma condição de acessar bens que, vivendo apenas do trabalho, ali, não conseguiriam. De um rural para o outro, os jovens saem dos seus espaços de vida para se inserir no espaço da alta exploração do agronegócio da cana-de-açúcar.

Realidade parecida encontrou Valéria Silva (2011) no estado do Piauí. Segundo ela, as fazendas de soja instaladas no estado são as grandes empregadoras dos jovens rurais, filhos de agricultores familiares camponeses da região do Cerrado piauiense. Aliando o padrão patriarcal, em que os homens são responsáveis pelo trabalho público às novas estratégias de exploração do trabalho, as fazendas conseguem atrair para suas roças principalmente os jovens do sexo masculino, já que ali foi percebida a divisão/organização do trabalho segundo critérios de gênero, restando para as moças poucos postos de trabalho em atividades-meio.

Assim como na cana de açúcar, o trabalho na produção e coleta de soja é marcado pela penosidade e precariedade, submetendo os jovens a rotina dura de até doze horas por dia, enfatiza a autora (SILVA, 2011).

Como os jovens do sertão pernambuco e paraibano, a vantagem que os jovens rurais piauienses apontam para deixar a agricultura e se submeter a essas condições de trabalho é o salário. Na análise de Valéria Silva, o deslocamento dos jovens para as fazendas de soja é causado pela impossibilidade histórica de a agricultura familiar explorar sua capacidade de produção material e reprodução do modo de vida camponês. Os jovens ali, assim como em Orobó-PE, na Bahia, na Paraíba, percebem a agricultura como incapaz de gerar possibilidades de realização dos seus projetos de vida, não apenas profissionais, mas familiares. Como observado por outros pesquisadores, como Afrânio Garcia Jr (1989), Menezes e Silva (2007a e 2007b), Valéria Silva (2011), percebeu-se que o trabalho na soja possibilita a sobrevivência desses jovens, casados ou solteiros, no meio rural e até a ampliação das possibilidades para alguns do aumento da sua propriedade e de melhores condições de explorá-la. Para todos eles proporciona a aquisição de bens de consumo impossíveis de conquistar sem esse trabalho, além da possibilidade de desfrutar de mais autonomia, ao menos no tempo livre. Como os jovens que migram para o corte da cana, esses jovens ganham *status* que ampliam o universo de suas relações sociais, sua capacidade de conquistar namoradas e de serem vistos mais positivamente. Nesse sentido, a autora afirma que é possível perceber que a capitalização oportunizada pela soja não apenas sana a “precisão”, mas também gera a distinção e reelabora possibilidades identitárias referenciadas no consumo.

Além disso, tanto na Paraíba, em Pernambuco, como no Piauí, a renda trazida por esses peões aos seus espaços locais dinamiza a economia local, já que os jovens, para demonstrarem sua nova condição, participam ativamente das festas, dos bares e de outros espaços de consumo.

Da mesma forma que ser migrante para o agronegócio da cana-de-açúcar ou para a construção civil, diante dos limites da agricultura familiar ser peão é condição *sine qua non* para que esse novo modo de existir sejam viabilizado (SILVA, 2011).

Em Orobó, percebemos que os processos migratórios de jovens, antes, muito maiores entre os jovens homens, são bastante significativos entre as jovens mulheres que migram, em sua maioria, para o trabalho doméstico, muitas vezes, arrumados por algum irmão ou parente que se encontra fora. A estratégia que antes negava à moça que se aventurasse a possibilidade de casamento, atualmente é condição para que esta possa arrumar as condições necessárias para casar. Sair para poder conseguir os recursos necessários para a compra do enxoval é uma necessidade para muitas moças ali. A maior valorização do consumo faz que o enxoval, antes comprado com a renda advinda da venda de galinhas, de um bode ou de porcos cuidados pela moça, exige atualmente mais recursos, difíceis de serem conseguidos com a participação da moça na agricultura e criação de animais de pequeno porte, condição que está cada vez mais rara. É fato que grande parte das moças busca evitar o trabalho pesado, dedicando-se aos estudos na busca de um projeto de vida fora deste.

Se o acesso dos jovens rurais é a este tipo de trabalho, o acesso à educação seria a principal forma de mudança e mobilidade social para eles. No entanto, os dados demonstram a fragilidade desse acesso, o que, como já dissemos, explica a inserção desses jovens em trabalhos, na maior parte das vezes, precários, seja no meio rural, seja no meio urbano. É sobre a educação dos jovens rurais no Nordeste que trataremos a seguir.

O ACESSO À EDUCAÇÃO E OS PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS RURAIS

Todas as pesquisas aqui apresentadas indicam que o acesso dos jovens rurais à educação, por mais que tenha melhorado nos últimos anos e seja consideravelmente maior que o dos seus pais, ainda é insuficiente e que a necessidade de trabalhar para conquistar sua autonomia financeira, seja no interior da unidade familiar, seja fora dela, migrando ou não, é uma das principais causas do abandono dos estudos pelos jovens rurais, especialmente os do sexo masculino. Ademais, quando os jovens se dedicam aos estudos, a tendência geral na região é que busquem outros projetos profissionais diferentes do agrícola.

Weisheimer (2013) percebeu que existe uma relação inversa entre condição de estudo e projeto profissional agrícola, identificando que entre os jovens que estavam estudando há recusa em ser agricultor maior que entre os que não estão. Da mesma forma que em Orobó, isto confirma o que foi identificado em outros estudos: ficam na atividade agrícola os jovens que não estão inseridos no sistema de ensino. A atividade agrícola tem sido colocada mais como fatalidade do que como alternativa.

Em uma pesquisa que estamos realizando no sertão de Pernambuco sobre o acesso à educação por parte dos jovens rurais, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada-PE³⁰, percebemos que os

³⁰ Esta pesquisa está sendo realizada com fomento do CNPq.

jovens rurais que estão no ensino superior, apesar de terem uma visão mais positiva do meio rural, não almejam a volta para agricultura, sendo isso planejado apenas por aqueles cujas famílias possuem fazendas ou chácaras (SILVA; PAULO, 2013). No entanto, esses jovens visam continuar no seu território e contribuir com o seu desenvolvimento, o que pode contribuir para o desenvolvimento dos pequenos municípios que compõem o meio rural da região.

Weisheimer verificou também que quanto maior o envolvimento com o trabalho familiar, maior é a disposição do jovem de se estabelecer profissionalmente como agricultor. Isto pode ser evidenciado relacionando-se a jornada de trabalho diário na agricultura e a disposição de ser agricultor. Entre os jovens com menores jornadas diárias de trabalho, predominam projetos profissionais não agrícolas.

O que parece acontecer é que a busca pela educação está diretamente relacionada com a saída da agricultura. No entanto, é importante considerar que sair da agricultura não significa necessariamente sair do rural, pois as próprias mudanças que já tiveram início nesse meio podem contribuir com sua dinamização, transformando-o além de agrícola, em espaço de serviços. Esta seria a realização do ideal dos jovens rurais que pesquisamos em Pernambuco.

Como percebemos, apesar de reconhecermos significativa melhora da educação nos últimos anos, o acesso dos jovens rurais à educação é ainda baixo. Na verdade, sequer temos dados claros do acesso desses jovens ao ensino superior, o que dificulta uma análise mais clara de tais condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes estudos realizados sobre os jovens rurais no Nordeste do Brasil revelam que a recusa em dar continuidade ao processo de trabalho familiar agrícola tem explicação nas próprias condições socioeconômicas das famílias desses jovens, assim como é reflexo da própria representação e vivência da juventude, em uma região onde o meio rural é ainda o espaço da ausência de oportunidades para esta vivência de forma plena. Resultado de um processo histórico excludente, os agricultores familiares e camponeses do Nordeste, em sua maioria, vivem a falta de condições dignas de vida e a carência de direitos e acesso a serviços básicos, como saúde, educação, lazer, cultura, o que implica o desenvolvimento de suas potencialidades e o exercício de sua liberdade de escolha, condições fundamentais para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Apesar de estudos sobre desenvolvimento demonstrarem estar havendo melhora nas condições de vida, indicada principalmente por mais acesso dos jovens rurais à educação, há também recusa cada vez maior pela reprodução do *modo de vida* dos seus pais, que refletem a visão que a agricultura tem para a sociedade e as condições de seu desenvolvimento. O que os jovens rejeitam é a precariedade das condições da maior parte das suas famílias e não necessariamente o meio rural em si. Pesquisas como as de Paulo (2011), Silva e Paulo (2013), Wanderley (2006) e Silva (2011) demonstram que os jovens têm uma visão positiva sobre o meio rural, mas demandam outros tipos de vivências que este não lhes possibilita, não por ser rural, mas pelo seu desenvolvimento.

Um dos programas responsáveis pela mudança, que impacta diretamente a infância e a juventude, além de vários outros tipos de transferência de renda, foi o bolsa família. Depois de 10 anos do programa, parte da geração estudada já foi beneficiada por este. Dos jovens estudados no sertão de Pernambuco, boa parte das famílias é beneficiada pelo programa. Entre as entrevistadas, todas apontam a importância para a realização dos estudos desses jovens, no entanto, parece não fazerem qualquer relação entre o benefício e um projeto de vida local para os filhos. Entre 20 pais entrevistados, todos preferem que seus filhos procurem outros projetos profissionais. Como apontam Favareto et al. (2012) e Gomes da Silva (2013), apesar de mudanças significativas nas condições de vida das famílias beneficiadas no Nordeste, estas são mais sustentáveis onde o programa foi aliado a uma participação efetiva da comunidade e suas organizações. Esta participação é responsável por mais autonomia dos agricultores pobres. No entanto, com poucas possibilidades de condições de desenvolvimento socioeconômico realmente sustentável, o meio rural não tem condições de oferecer à juventude possibilidades de desenvolvimento de suas potencialidades. Assim afirma Favareto et al. (2012), com quem concordamos, as mudanças pelas quais o Nordeste e em particular o semiárido vem passando só serão duradouras se se romper com a dependência das transferências de renda e um novo ciclo de políticas públicas que orientem os agentes locais à valorização de seus ativos ambientais e à transformação de suas relações com o território se instituir.

Mantendo estrutura fundiária com base em alta concentração de terra e recursos, além de insuficiência de investimento nas tecnologias de convivência com o semiárido, o Nordeste, apesar de ter conseguido melhorar as condições de vida no presente, não apresenta cenário promissor para os jovens filhos dos agricultores camponeses. Primeiro, porque como vimos o acesso à educação ainda é restrito, e o mais sério, o modelo de educação que não tem priorizado o foco na região e nas questões do semiárido, que não traz a agricultura, ainda que discutida a partir da perspectiva da pluriatividade, como via de desenvolvimento econômico, que não valoriza o saber do agricultor e os recursos ambientais. Segundo, o modelo de desenvolvimento, em que políticas, serviços e atividades econômicas concentram-se nos espaços urbanos maiores, limita a possibilidade da vivência da juventude nos espaços rurais, assim como limita a construção dos seus projetos de vida naqueles espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correa de. **A Terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni**: reestruturação e expansão das universidades federais. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2007. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Nota MDS**. O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Brasília, 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 339 p.

FAVARETO, Arilson et al. **Desenvolvimento territorial em uma região do semiárido do Nordeste brasileiro**: para além das transferências de renda. Programa Dinâmicas Territoriais Rurales Rimisp – Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural, 2012. (Documento de Trabajo, n. 83).

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Unicamp, 1999. 165 p.

GOMES DA SILVA, Aldenor. **Desenvolvimento, ruralidades e políticas públicas na região semiárida do Nordeste do Brasil**: uma agenda para o Brasil e para o Nordeste. Texto digitado. 2013.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1978.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, Marcelo Saturnino da. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. da (Org.). **Migrantes**: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, 2007a.

_____. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Imprensa Nacional Casa da moeda: Lisboa: Portugal, 2003.

PALÁCIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão**: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. 1987.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural**: suas construções identitárias. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C. N; PAULO, M. A. L. As influências das políticas públicas municipais para inserção dos jovens rurais da região do Sertão do Pajeú-PE na Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Relatório de pesquisa Pibic/CNPq, 2013.

SILVA, M. S.; COVER, M. A migração dos jovens rurais no alto sertão da Paraíba: tramas de dominação, resistência e reconfiguração das relações no meio rural. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político. UFPR, Curitiba, 2010.

SILVA, Valéria. Rabicheiros e bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio. Trabalho apresentado na III Reunião Equatorial de Antropologia (REA). ENCONTRO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE/NORDESTE (ABANNE), 11., Boa Vista, UFRR, 14-17 ago. 2011. 23 p.

TAVARES, Maurício Antunes. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas**: vida social de jovens entre o campo e a cidade do sertão de Pernambuco. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. 350 f.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Em Publicacion: Uma nueva ruralidade em América Latina? NORMA Giarraca. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.

_____. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. **Ensaio de desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros/UFS, 2002. p. 21-40.

_____. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 2006. (Relatório de pesquisa).

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007.

_____. **O mundo rural como espaço de vida, reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

_____. **Estudo da situação juvenil na agricultura familiar do recôncavo da Bahia**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed.UnB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negocia**: o campesinato como ordem moral. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. Migração, família e campesinato. In: WELK, Etall. **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Nead, Editora Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato, v. 1).

JUVENTUDE QUILOMBOLA EM TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS E LUTAS COLETIVAS

Paulo Carrano

Este artigo surge do desafio e do prazer que foi o diálogo na oficina “Comunidades e povos tradicionais rurais: igualdade étnico racial”, um dos eixos temáticos do Seminário Nacional de Juventude Rural realizado em maio de 2012 na cidade de Brasília. Nesta oficina, impressionou-me a frase de uma participante moradora de quilombo, disse ela: “É danoso se olhar no espelho e não se ver”. É possível que esta expressão, assim como o polissêmico ponto de jongo sobre o qual tratarei mais a frente, traga muitos significados ocultos. Mas, para mim a frase significou o grito de uma individualidade que é também um corpo coletivo, que carrega a herança de um passado e de um ainda presente que pesou, e ainda pesa, no processo de libertação e emancipação humana de milhões de negros e negras no Brasil e nas Américas. Mas que é também um corpo de memórias e culturas compartilhadas em contextos comunitários e que clama e luta por reconhecimento.

É partindo da provocativa afirmação da jovem quilombola que busco avançar neste texto. Tratarei da questão de jovens de comunidades de quilombo que vivem o duplo desafio de viver a condição juvenil contemporânea marcada por intensos processos de apelo à individualização social, mas que também são herdeiros das tradições e lutas inconclusas das comunidades negras em sua busca pela conquista do reconhecimento, o direito à terra e condições de vida digna. Neste contexto, apresento ao final do artigo nossa experiência de diálogo e pesquisa com jovens de uma das comunidades de jongo e quilombo no Rio de Janeiro, que pode servir como analogia para outros contextos comunitários em que tradição e inovação cultural se friccionam e dialogam.

JUVENTUDES, TERRITÓRIOS E TRADIÇÕES

As instituições modernas foram as responsáveis por harmonizar as condutas individuais numa representação social que passou a ser denominada “a sociedade”. A escola, neste sentido, foi uma instituição modelar da modernidade sendo criada para realizar o princípio da unidade (do) social. Para isso, constituíram-se programas institucionais escolares capazes de inibir ou mesmo rejeitar a diversidade de culturas, condutas e crenças de base comunitária.³¹ É neste sentido que se pode afirmar que o princípio da universalidade da sociedade moderna se põe contra a própria ideia de comunidade. Ainda que não seja o objetivo deste artigo, é importante ressaltar que muito das dificuldades da implementação de uma educação escolar diferenciada e referida ao diálogo multicultural encontra-se no princípio que rejeita os sujeitos concretos

31 Desde 2003, com a sanção da Lei nº 10.639, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana se tornou obrigatório nas escolas de todo o país. Em 2008, a Lei nº 11.645 somou a esse conteúdo a obrigatoriedade da história e cultura indígena nos currículos. A garantia da implementação dessas propostas nas escolas é responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC). Disponível em: <<http://diversaescola.blogspot.com.br/2011/10/diversidade-sociocultural-brasileira-em.html>>.

da diferença cultural, quer sejam eles negros, índios, mulheres, homossexuais, quer seja qualquer outra identidade que não se faça reflexo no espelho da escola do universalismo abstrato.

De um modo sintético é possível afirmar que os jovens corporificam as tensões entre os processos de socialização e individuação.³² Os jovens de todos os cantos do planeta vivenciam novas condições de socialização que se diferenciam dos processos educativos e de integração social vividos pelos seus pais e outras gerações precedentes. Este é um movimento comum e faz que cada nova geração experimente e produza “o novo” que, em muitas ocasiões, é considerado pelos adultos como fator de corrupção dos costumes e das tradições.

Ao falarmos de jovens de “comunidades tradicionais” corremos o risco da promoção de essencialismos identitários. A identidade, mesmo em territórios que preservam um diálogo ativo com a tradição, não pode ser confundida como objeto estável, imutável. Se ela pode ser compreendida como algo que se transmite de pai para filho deve ser no sentido de que aquilo que o pai viveu não será o mesmo que é hoje vivenciado pelo filho. Neste sentido, a identidade cultural é, sim, processo dinâmico e que se constitui em múltiplos jogos relacionais no tempo e no espaço entre as diferentes idades. Jogos esses que se recusam a ser catalogados em esquemas culturais e políticos pré-fixados e que sempre nos desafiam a buscar compreender e analisar processos históricos e territórios concretos de atuação. Assim, desde já, nos afastamos da possibilidade de pensar que haveria única forma de se viver a juventude em comunidades tradicionais ou mesmo que existiria de fato única e homogênea juventude quilombola.

É na consideração do desafio contemporâneo apontado anteriormente que, sem cairmos na essencialização da tradição ou dos territórios de identidade, podemos reconhecer as comunidades de tradição como ancoragens (RAMOS, 2006) de subjetivação para os jovens que podem organizar suas individualidades em diálogo com referências comunitárias estáveis. Em verdade, sob determinadas circunstâncias, as comunidades podem se constituir em verdadeiros patrimônios de possibilidades de orientação pessoal e coletiva. É bem verdade que as imposições da origem social e familiar podem se apresentar também como entraves ao processo de individuação antes referido.

A experiência de viver o tempo de juventude em comunidades orientadas pela tradição é duplamente desafiadora. Se, por um lado, os jovens não podem “escapar” de serem sujeitos deste tempo presente da aceleração e globalização contemporânea que tudo e todos alcança no contexto de uma sociedade individualizada, por outro lado, estes se veem diante do desafio de se constituírem como herdeiros de tradições e memórias. Os territórios de identidades são históricos e se fazem na permanente tensão dialética entre a permanência e a mudança social. Estes são, portanto, os territórios vivos das comunidades de tradição que atualizam no presente os sentidos que herdaram ativamente do passado.

32 A individuação é o caminho percorrido pelo indivíduo na busca de sua independência suficiente do sistema. Neste sentido, a individuação não deve ser confundida com individualismo ou comportamento egoísta. Segundo Alberto Melucci (2004, p. 46), “(...) no processo de individuação tornamo-nos capazes de produzir, de modo autônomo, aquilo que antes necessitávamos receber dos outros. A identidade adulta é, portanto, a capacidade de produzir novas identidades, integrando passado e presente e também os múltiplos elementos do presente, na unidade e na continuidade de uma biografia individual”.

Assim, o território não pode ser concebido como algo fixado mas como construção social, relação que não se identifica com uma essencialidade espacial dada de antemão aos sujeitos sociais. O território possui dupla dimensão, a material-concreta (política e econômica) ao mesmo tempo que encerra uma dimensão subjetiva e/ou simbólica (HAESBART, 2004).

Giddens (2001) em busca de uma denominação para o tipo de sociedade na qual vivemos a denominou como *pós-tradicional*. Esta destradicionalização das sociedades seria promotora do aumento da incalculabilidade sobre o destinos sociais. As múltiplas alterações no plano do eu e da intimidade transformaram as experiências cotidianas e se refletem numa noção de tradição em constante mutação. É correto dizer que a tradição se orienta para o passado de forma que este exerça forte influência sobre o presente. A tradição, contudo, também diz respeito ao futuro, pois as práticas tradicionais estabelecidas são utilizadas pelos grupos sociais como uma maneira de organizar o tempo que virá. Este mesmo autor assim define a tradição:

Na minha opinião, a tradição está ligada à memória, especificamente aquilo que Maurice Halbwachs denomina “memória coletiva”; envolve ritual; está ligada ao que vamos chamar de *noção formular de verdade*; possui “guardiães”; e, ao contrário do costume, tem uma força de união que combina conteúdo moral e emocional (GIDDENS, 2001, p. 31).

É preciso sublinhar que a memória, assim como a tradição, é uma maneira de se organizar o passado no tempo presente. Neste sentido, não se deveria pensar em preservação do passado; mas em sua reconstrução permanente e dinâmica no tempo presente. Assim como, obviamente, os adultos e mais velhos têm um papel fundamental nas comunidades tradicionais na condição de guardiões da memória, também os jovens jogam um papel estratégico na continuidade da tradição no tempo e no espaço.

No lugar de pensarmos a preservação cultural em comunidades tradicionais como o recolhimento de narrativas de um passado mítico a ser inventariado e preservado tal como imaginamos que originalmente ele teria ao ser “inventado”³³, seria mais adequado apreender o tradicional como parte da busca de reconstituição de um passado pleno de sentidos na experiência do tempo presente. Nas comunidades ancoradas nas culturas orais, os mais velhos, na condição de guardiães das tradições, possuem o tempo disponível para identificarem os detalhes dessas tradições nas interações com os outros de sua idade para que possam ensinar aos mais jovens. Nessas interações entre as gerações é comum que determinados jovens sejam eleitos e entrem em processos rituais de aprendizagem para que se constituam como os futuros guardiães da memória da comunidade. É preciso, contudo, que os jovens encontrem sentido nesses ensinamentos da tradição carregados que estão de uma “verdade formular”³⁴. Caso os jovens não se enxerguem também como atores significativos deste jogo do passado

33 Sobre o conceito de “invenção das tradições”, ver Hobsbawn e Ranger (2012).

34 A *verdade formular* (grifo meu) é uma atribuição de eficácia causal ao ritual; os critérios de verdade são aplicados aos acontecimentos provocados, não ao conteúdo proposicional dos enunciados. Os guardiães, sejam eles idosos, curandeiros ou mágicos, sejam funcionários religiosos, têm muita importância dentro da tradição porque se acredita que eles são os agentes ou os mediadores essenciais de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais do seu envolvimento com o poder causal da tradição do que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico (GIDDENS, 2001, p. 34).

que se faz presente não haverá sinergia entre as diferentes gerações e, concomitantemente, não haverá futuro para a tradição que se quer levar adiante.

Podemos compreender a tradição como sendo manifesta em processos sociais duráveis que se reapresentam no tempo e no espaço na forma de repetições ritualizadas. A tradição se constitui numa espécie de verdade em oposição a qualquer tipo de indagação racional.

JUVENTUDES E QUILOMBOS NO BRASIL

As comunidades quilombolas constituem um conjunto heterogêneo de agrupamentos humanos de negros e não uma unidade territorial, histórica e cultural. Neste sentido, ainda que se possa falar política e legalmente na existência de quilombos, é preciso cuidar para não encerrar a diversidade de contextos comunitários numa definição unitária para todo o território nacional que apague a multiplicidade dos contextos comunitários e histórias locais. É possível, contudo, inventariar características que nos permitam reconhecer o processo de constituição de identidades quilombolas e de uma “questão quilombola” que se inserem num dos mais radicais desafios para a democratização plena da sociedade brasileira que não acertou contas com o seu passado escravista e que ainda tem no racismo um dos seus traços culturais.

Apenas 10% das comunidades quilombolas brasileiras são regularizadas (OLIVEIRA, 2014). A regularização com a emissão do título de posse coletiva da terra é um processo legal, burocrático e administrativo demorado. A Lei de Terras de 1850 no Brasil desestruturou a possibilidade do acesso universal à terra e criou fragilidades para a população remanescente de quilombos. Ainda que exista o direito à terra, este é questionado e dificilmente é concretizado (IPEA, SEPPPIR, 2014)³⁵.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ)³⁶, que reúne ações para as comunidades remanescentes de quilombos, considera o levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que mapeou 3.254 dessas comunidades, dentre as quais 1.342 são certificadas pela fundação (BRASIL, 2014).

As dificuldades para o reconhecimento e a regularização da posse coletiva da terra, sem dúvida, é situação que fragiliza a expectativa de permanência de jovens em suas comunidades de origem. Em grande medida também para muitos jovens quilombolas, a luta pelo reconhecimento e pela titulação é fator que forja identidades coletivas e fortalece o pertencimento ao lugar de memórias que é o quilombo. No contexto desta luta pelo reconhecimento e pela titulação das terras, os jovens quilombolas têm assumido posições de destaque. A afirmação do território

35 A discussão sobre o processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas foge aos objetivos deste artigo. Para saber mais sobre o tema, acesse o documento *Territórios Quilombolas – Relatório 2012* (Seppir). Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/publicacoes/relatorio-sobre-os-territorios-quilombolas-incra-2012>>. E a página do Incra que trata das etapas da regularização quilombola: <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>.

Documentos consultados em: 4 jan. 2014.

36 O Programa Brasil Quilombola reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Saiba mais em: <http://www.portaldaindualdade.gov.br/acoes/pbq>

quilombola forja identidades coletivas e constitui alianças para além dos próprios territórios de origem, com técnicos governamentais, defensores públicos, pesquisadores universitários e outras comunidades em luta por direitos. Neste sentido, é possível reconhecer os jovens quilombolas como atores contemporâneos de movimentos herdeiros das antigas e resistentes lutas pelo direito à terra desde a escravidão.

JOVENS DE QUILOMBOS

A bibliografia de referência sobre a juventude rural reitera dados e análises que configuram o quadro de difíceis condições de vivência da condição juvenil em contextos de ruralidade, promotores de processos de êxodo para as cidades, envelhecimento e masculinização da população do campo (CASTRO, 2009; CARNEIRO, 2005; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Castro (2009) ressalta o peso da posição hierárquica de submissão aos adultos, em especial os familiares, as adversas condições sociais e econômicas para a produção familiar no campo e assinala:

Diversos estudos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída, nos dias atuais, de *jovens do campo* rumo às cidades [...]. Se essas pesquisas confirmam o deslocamento dos *jovens*, outros fatores complexificam a compreensão desse fenômeno. O “problema” vem sendo analisado através de dois vieses. Há certo consenso nas pesquisas quanto às dificuldades enfrentadas pelos *jovens* no campo, principalmente quanto ao acesso à escola e trabalho [...]. Outro viés tem como principal leitura a atração do *jovem* pelo meio urbano, ou ainda, pelo estilo de vida urbano (CASTRO, 2009, p. 189).

Uma das dificuldades sentidas pelos jovens quilombolas para acessar direitos na proximidade de seus territórios, além de problemas relacionados com a mobilidade, a segurança, a saúde e o acesso ao lazer, encontra-se na escassa oferta de educação de nível médio. O Censo da Educação Básica (INEP, 2013), considerando as matrículas na educação básica para escolas localizadas em áreas diferenciadas – remanescentes de quilombos, terras indígenas e assentamentos da reforma agrária – indica ligeira queda de matrículas entre 2011 e 2012. A expansão da educação infantil foi tímida e a matrícula no ensino fundamental representa mais de 70% da matrícula na educação básica nessas áreas diferenciadas. Ainda que o relatório do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ressalte que o ensino médio teve forte expansão nas áreas remanescentes de quilombo e nos assentamentos, em números absolutos, o número de matrículas no ensino médio é de apenas 12.262 para todas as comunidades de quilombo no Brasil. O total de matrículas foi de 212.987 em todos os níveis da educação básica em áreas de quilombo em 2012.

Os jovens quilombolas não diferem significativamente dos demais jovens rurais naquilo que se refere às condições objetivas e subjetivas que os impulsionam para a busca de melhores alternativas de vida nas áreas urbanas. O desejo de ir para a cidade é, sem dúvida, motivado pela atratividade simbólica da vida urbana, mas também é fortemente determinado pela falta de perspectivas para a permanência nas áreas rurais. Estudos apontam também para o

desencanto com o trabalho braçal agrícola, o que vem motivando a busca por outras alternativas laborais relacionadas com o território, tais como o turismo rural, as tecnologias de comunicação e o trabalho em serviços não diretamente ligados à lida com a terra.

As políticas públicas necessitam contemplar novos arranjos econômicos para a juventude rural ao mesmo tempo que busquem o diálogo com as novas identidades culturais juvenis, estas cada vez mais articuladas aos sentidos de ser jovem em contextos de urbanidade que não diferem radicalmente dos sentidos de ser jovem também em contextos rurais.

O CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA E JONGUEIRA DE SANTA RITA DO BRACUÍ³⁷

Em 2007 produzimos o filme-pesquisa que intitulamos *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias* (BRACUÍ, 2007)³⁸. O trabalho foi realizado na comunidade de remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí, que se localiza em uma área rural às margens da rodovia Rio-Santos, no município de Angra dos Reis/RJ. A estimativa é a de que o quilombo do Bracuí seja constituído por 70 famílias³⁹. O objetivo da pesquisa foi investigar as ações coletivas de um grupo de jovens moradores da comunidade. O Quilombo do Bracuí foi reconhecido oficialmente em 1998, porém encontra-se, ainda hoje, lutando pelo seu processo de titulação⁴⁰.

O que mais se evidenciou foi o fato de que ser quilombola é identidade em construção e de que para os jovens a luta pela terra é uma herança dos mais velhos que eles tomaram para si e atualizaram por meio da legislação sobre os quilombos e por formas institucionais de luta.

O sentimento de pertencimento dos jovens à comunidade, a determinação de lá viverem e a forma como atualizaram e se apropriaram da luta pela terra nos faz compreender o próprio conceito de quilombo e entender que, no Bracuí, a terra é um valor passado de uma geração a outra. As pessoas lidam com as tensões provocadas pela especulação imobiliária, tão presente na região, e com o impacto desta lógica na vida de vários moradores do quilombo, como mostra o filme.

A jovem Angélica que entrevistamos anunciou que os jovens do quilombo não eram todos agricultores, dando pistas para que considerássemos as dimensões contemporâneas, urbanas e tecnológicas daquele quilombo que se apresentou menos rural do que imaginávamos: “Não

37 Há uma divergência em relação à grafia do nome da comunidade. Documentos oficiais grifam o nome com a letra Y, entretanto, alguns moradores afirmam que esta forma de escrever o nome da comunidade foi herdada por causa do condomínio de mesmo nome que se instalou em terras da comunidade original dos negros da região. Neste texto e também no filme, adotamos a grafia com a letra I acentuada.

38 Além de *Bracuí: velhas lutas, jovens histórias* (2007), outros filmes do Observatório Jovem e co-produções também tratam de questões relacionadas com juventude, jongo e identidade negra. Ver: *O fado é bom demais...* (2010); *Sou de jongo* (2010); *É minha terra* (2008); *Deixa a moreninha passear* (2006); *Se eles soubessem* (2006); *Sementes da memória* (2005).

39 Conforme informado na síntese da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí pela ONG Koinonia. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq_antigo/atlas/santarita.htm>. Acesso em: 6 out. 2014.

40 O relatório técnico de identificação e o reconhecimento territorial da Comunidade Negra Rural de Santa Rita do Bracuí e a delimitação das terras ocupadas por esta foi publicado no Diário Oficial da União, em 19 de novembro de 1998.

adianta você negar, você querer colocar os jovens (no filme) capinando, plantando, num vai... nós vamos estar aparecendo uma imagem falsa”.

Os jovens informaram que só recentemente “descobriram” que eram quilombolas. O contemporâneo processo de reconhecimento e titulação das terras aberto pela Constituição de 1988 possibilitou a existência de um campo político-institucional que permitiu a ressignificação da luta pela território e a renomeação da identidade negra, que os mais velhos associavam muito mais à agricultura e ao sindicalismo rural. O reconhecimento do lugar dos mais velhos na comunidade é estruturante em suas identidades. No processo de produção do filme, fomos guiados pelos jovens até os antigos moradores do quilombo que traziam a memória das lutas pela terra contra os grandes projetos de desenvolvimento na região, os grileiros e os empreendimentos imobiliários ligados ao turismo.

A compreensão sobre os diferentes usos da terra não se dá sem conflito, apesar de jovens e velhos a considerarem como um valor ancestral. Para atores significativos do filme e das lutas do quilombo do Bracuí, o patriarca Zé Adriano e o jovem Leandro (avô e neto), a posse da terra só vale se for para se viver da terra. Seu Zé Adriano fez críticas às escolhas profissionais feitas pelos jovens da comunidade, que cada vez mais se afastam do trabalho na lavoura.

Seria errôneo pensar, contudo, que todos os jovens compartilham o sentido da ocupação da terra que revela o jovem Leandro. Jovens que estudam e trabalham fora do quilombo têm projetos diferenciados dos mais velhos para o uso da terra: fazem curso de agrofloresta e de ecoturismo e exploram o uso e os produtos derivados das bananeiras, utilizando conhecimentos que aprenderam em projetos sociais de desenvolvimento. A ampliação dos níveis de escolaridade para o ensino médio, e mais recentemente com a entrada de jovens em cursos universitários, alteram as expectativas e projetos de vida na relação com o território.

O conceito de pertencer a um quilombo e *ser quilombola* parece ser de mais fácil apreensão para os mais jovens que já entraram na luta no contexto da afirmação dessas categorias de identidade e territorialidade. Os jovens não desconhecem a crítica que os mais velhos formulam sobre seus projetos alternativos ao trabalho com a lavoura, entretanto, ainda que demonstrem compreender o sentido das críticas, afirmam que querem ter uma relação de mais mobilidade na relação com o quilombo, ou seja, querem poder sair, estudar, trabalhar, desenvolver seus projetos e se divertir na cidade e em outros lugares, mas que é no quilombo que querem morar. Não foram poucas as vezes que ouvimos frases do tipo: aqui é o meu lugar. Por fim, é possível sintetizar que o filme revela uma comunidade quilombola em movimento, em diálogo intergeracional entre jovens e velhos, uma comunidade que se apropria de forma dinâmica, e não sem hesitações ou conflitos, do conceito de quilombo. E que, a sua maneira, atualiza as lutas históricas pela terra e identidade negra.

O JONGO NA ARTE DA MEDIAÇÃO ENTRE AS IDADES NO TERRITÓRIO

As comunidades tradicionais, e não apenas as de quilombo, possuem seus ritos, musicalidades, ritmos e mitos fundadores, que desafiam jovens e velhos a selecionar aquilo que o presente reelaborará do passado. Enfrentar este desafio intergeracional é a condição para que as memórias sociais coletivas sigam renovadas para o futuro.

Na comunidade quilombola do Bracuí o jongo é o elemento cultural principal dessa mediação. O jongo, também conhecido como caxambu, tambú ou tambor, é característico de algumas comunidades negras do Sudeste do Brasil.

Em seus “fundamentos” encontra-se a presença de dois ou mais tambores, de uma roda de dançarinos e cantadores e de casais que se revezam dançando em “quase umbigada” ao centro da roda. A roda de jongo opera como coro que repete versos daqueles que “colocam pontos”; estes podem narrar o cotidiano, a religiosidade ou a política; os pontos louvam santos e divindades africanas, lembram a libertação dos escravos, fazem gracejos, criticam ou provocam outros jongueiros. Os pontos não são lineares, mas ambíguos e metafóricos e articulam ludicidade, religiosidade e relações agonistas, que se estabelecem no delimitado e grande mundo simbólico que é a roda jongueira. É comum que desafios à decifração de enigmas sejam lançados e repetidos pelo coro até que alguém os decifre. Na simbologia jongueira, acredita-se que um mestre espiritualmente vinculado aos antepassados africanos seja capaz de “amarrar” – enfeitiçar – alguém pela força da palavra; da bala ou da flecha que fere⁴¹. Inicialmente restrito aos “pretos velhos”, o jongo é praticado hoje por pessoas de todas as idades, em áreas rurais e urbanas, como diálogo intergeracional – não sem conflitos – que atualiza sentidos culturais e fortalece laços territoriais e comunitários.

Este jongo antes restrito ao universo adulto e masculino se transformou no tempo e no espaço. No tempo porque as rodas não mais se atêm ao calendário das festas religiosas ou das obrigações sociais ritualizadas, tais como os funerais ou a festa de santos; no espaço porque a roda de jongo transcendeu o próprio terreiro comunitário e passou a frequentar outros territórios servindo mesmo para ampliar a visibilidade da luta pelo direito à terra. Inegavelmente, os jovens e não apenas os de hoje são atores-chave deste processo de reconfiguração desta tradição que se move para não perecer.

Neste artigo não será possível avançar na descrição do circuito cultural e político da cultura do jongo e de seu expressivo lugar no jogo do novo e do velho que se estabelece na comunidade quilombola do Bracuí e em outras comunidades de jongo e quilombo. Contudo, interessa reafirmar que a integridade de uma tradição não vem da simples persistência da cultura no tempo, mas de seu trabalho contínuo de reinterpretação. Os jovens, sujeitos ativos deste

41 Este seria um dos sentidos da palavra jongo. Robert Slenes (*Jongos, calangos e folias, 2007*), formula a hipótese de que a origem da expressão jongo viria de Kikongonzongo, de origem umbundu ou songo, dito em Kimbundu, significando flecha ou bala. A expressão em kikongonzongomyannua, “a bala da boca” seria ou uso agressivo da palavra; haveria também como referência o provérbio umbundu que diz que “a palavra é como uma bala”.

processo, não raras vezes são acusados de corromperem a tradição ao introduzirem elementos considerados inautênticos ou não tradicionais nas práticas que constituem a herança cultural comunitária. Eles também sabem, contudo, participar do que denominamos em outro artigo de “jogo da autenticidade cultural”, que os provoca na relação com os de fora da comunidade a afirmar signos que revelem que a comunidade segue sendo espaço de resistência e preservação de suas identidades culturais (CARRANO; DAYRELL; SILVA, 2007, p. 275-276).

Sr. “Carmo Moraes”, jongueiro da cidade de Angra dos Reis, comentou sobre a introdução da letra de um funk em um ponto de jongo feito por alguns jovens da cidade. Disse ele, do alto de seus 80 anos: “Pode misturar o jongo. Mas não pode deixar perder o fundamento (dos pontos cantados, da dança e da batida do tambor, esclareceu)”. Esta foi uma passagem que recolhi no contexto da pesquisa para a minha tese de doutorado em Educação nos idos de 1997 (CARRANO, 2002, 2003). Hoje, os jovens trazem de “contrabando”, além da musicalidade do funk, letras, roupas e a rima do hip hop, mas parecem conscientes do equilíbrio instável que pode deixar cair o fundamento. É neste sentido que se apresentam sempre em busca de registrar memórias e “verdades” dos mestres e guardiões da memória da cultura jongueira. E para isso não lhes faltam os aparatos tecnológicos de registro, em especial, câmeras de vídeos, máquinas fotográficas e aparelhos celulares⁴².

A juventude parece dizer que ritualidade não significa mera repetição do que foi consagrado como tradição. Pelo contrário, nossas observações verificam que os jovens atraem a tradição para a prática social atualizada e fazem que esta se surpreenda ou que se assuste com o novo e caminhe. Parece ter sido isso que disse uma jovem num dos encontros de jovens lideranças jongueiras⁴³: “os jovens assustam”!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.

BRACUÍ: velhas lutas, jovens histórias. Direção: Paulo Carrano. 43 min. Produção: Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF, 2007. Cor – MiniDV. Disponível em: <[http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/bracu%C3%AD-velhas-lutas-jovens-histórias](http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/bracu%C3%AD-velhas-lutas-jovens-hist%C3%B3rias)>. Acesso em: 4 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Comunidades quilombolas**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/povosecomunidades-tradicionais/quilombolas>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

42 Com a disseminação dos equipamentos de registro audiovisual, também em comunidades de tradição, a transmissão da memória se tornou mediatizada e não depende apenas da oralidade. Muitos jovens dessas comunidades se empenham em registrar, armazenar e disseminar por meios digitais e eletrônicos o que poderíamos denominar como “a voz do passado” e de seus guardiões da memória. Sobre a relação entre memória social, identidade, transmissão e recepção, ver Candau (2012).

43 Encontro realizado na “Il Noite do Jongo”, entre 22 e 24 de outubro de 2010, em Vassouras/RJ. Neste encontro, e por iniciativa da jovens lideranças das comunidades de jongo do Sudeste, foi criada a rede de jovens lideranças jongueiras. Mais informações em: <http://www.pontaojongo.uff.br/iv-encontro-de-jovens-liderancas-jongueiras>

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Brasília: Ipea, 1999 (Texto para discussão, n. 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CARRANO, Paulo. **Os jovens e a cidade:** identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Faperj, 2002.

_____. **Juventudes e cidades educadoras.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARRANO, Paulo; DAYRELL, Luciano; SILVA, Ana Beatriz. Sementes da memória: um documentário sobre jovens e quilombolas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 275-276.

CASTRO, E. G. de. **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

DEIXA a moreninha passear. Direção: Priscila da Cunha Bastos e Paulo Carrano. Produção: Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatorio-jovem/materia/deixa-moreninha-passear>>. 2006. Acesso em: 4 jan. 2014.

É minha terra. Direção Paulo Carrano. 16 min. Produção: Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF – Observatório Fundiário Fluminense, 2008. Cor – Mini DV. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/é-minha-terra-documentário-sobre-o-quilombo-da-ilha-da-marambaiarj>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: _____. **Em defesa da sociologia:** ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 21-96.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão/PR: Unioeste, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). **Quilombos das Américas:** articulação de comunidades afro-urbanas: documento síntese. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=724>. Acesso em: 4 jan. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. Brasília, 2013.

JONGOS, calangos e folias: música negra, memória e poesia. Direção Geral: Hebe Mattos e Martha Abreu. Rio de Janeiro. Produção: LabHoi/UFF, 2007. 48 min. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/9RBAHO8O6474/Jongos-Calangos-e-Folias-Música-Negra-Memória-e-Poesia>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 35-57.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, 4(2), p. 333-354, 2000.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004.

O fado é bom demais. Direção: José Machado Pais. Supervisão: Paulo Carrano. 32 min. 2010. Cor – Mini DV. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/o-fado-é-bom-demais>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

OLIVEIRA, Bárbara. **Apenas 10% das comunidades quilombolas brasileiras são regularizadas**. Ipea – Igualdade racial. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=723&catid=23&Itemid=39>. Acesso em: 4 jan. 2014.

RAMOS, Elsa. **L'invention des origines**: sociologie de l'ancrage identitaire. Paris: Armand Colin, 2006.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). **Políticas públicas para comunidades tradicionais**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/acoes-e-programas>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SE eles soubessem... Direção: Paulo Carrano. 29 min. Produção: Observatório Jovem do Rio de Janeiro, 2006. Cor – MiniDV. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/se-eles-soubessem>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

SEMENTES da memória. Direção: Paulo Carrano. 29 min. Produção: Observatório Jovem do Rio de Janeiro, 2006. Cor – MiniDV. Disponível em <<http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/sementes-da-memória>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS. **Comunidade Santa Rita do Bracuhy**. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/sistema_quilombo/comunidade.php?idQuilombo=27>. Acesso em: 4 jan. 2014.

PARTICIPANTES DESTES LIVROS SEGUNDO A CONDIÇÃO À ÉPOCA DO EVENTO

Alexia de Fátima - Sindicalista da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Ana Flávia Flores - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e graduada em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) da Uniara (Centro Universitário de Araraquara), e membro do Gepec (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo) da UFSCar.

Ângela Guimarães - Socióloga. Integrante da Unegro (2001-2010) e do Conselho de Juventude da Bahia (2008-2010). É secretária adjunta da Secretaria Nacional de Juventude. Presidiu o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) no período de maio de 2012 a maio de 2013, onde atualmente é vice-presidenta.

Anita Brummer - Socióloga. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de produtividade 1A do CNPq.

Carlita da Costa - Trabalhadora rural. Fundou o STR de Cosmópolis, ocupa o cargo de diretora-presidenta do S.E.R. Foi diretora do Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT São Paulo (1989-1993) e da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado São Paulo) (1993-2011).

Dalcione Lima Marinho - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, campus Rural de Marabá, desde 2009. Coordenou o primeiro curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia na Escola Família Agrícola de Marabá, em parceria Incra/Pronera/UFPA/Fata (2003-2006).

Elisa Guaraná de Castro - Antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) e de Pós-Graduação em Ciências Sociais. É coordenadora-geral de Políticas Transversais da Secretaria Nacional de Juventude.

Eryka Galindo - Historiadora e especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assessora da Secretaria de Jovens Trabalhadores(as) Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Evelyne Medeiros Pereira - Mestre em Serviço Social e professora do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE), desde 2011. Como assistente social trabalhou na Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (Acace). Coordenou o Projeto de Extensão “Juventude e Cooperação Agrícola” do IFCE, campus Iguatu (2011-2013).

Francisco Brenno Soares Cavalcante - Discente do curso de bacharelado em Serviço Social no Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu.

Gilberto Carvalho - Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Filósofo e teólogo. Trabalhou como soldador (1975-1984) em fábricas em Curitiba e no ABC paulista. Militou na Pastoral Operária Nacional, onde foi secretário-geral (1985-1986). Coordenou o Movimento Fé e Política (2001-2003). Foi secretário de Comunicação (1997-2000) e de Governo, em 2001, da Prefeitura de Santo André, no ABC. Antes de assumir a Secretaria-Geral da Presidência da República, chefiou o gabinete pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos.

Gleisa Feraanada Campigotto - Filha de assentados do MST, no Assentamento Nova Ronda Alta/RS. Historiadora. Integrou o Coletivo Nacional de Juventude do MST (2006-2013). Foi assessora de Coordenação do Programa Uma Terra Duas Águas P1+2 na articulação do semiárido brasileiro ASA Brasil e educadora popular na Rede de Educação Cidadã Recid/PE (2009-2012).

Jacqueline Freire - Docente e pesquisadora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Naea/UFPA, com ênfase em políticas públicas, educação do campo e juventude camponesa. Atualmente coordena o Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul (Ecos), atuando no Brasil e com países africanos de língua oficial portuguesa (Palop).

Jerônimo Rodrigues - Engenheiro Agrônomo, especialista em Desenvolvimento Territorial Sustentável, mestre em Ciências Agrárias. É professor assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana, desde 1995. Atuou no Movimento de Organização Comunitária (MOC) (1995-2006). Foi secretário executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011) e secretário Nacional do Desenvolvimento Territorial/SDT/MDA (2011/12), secretário executivo do Programa Proterritórios/Cumbre Ibero Americana (2011/12) e atualmente é assessor especial do Ministro do MDA para o tema do semiárido brasileiro.

João Guilherme Vogado Abrão - Advogado, especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Foi coordenador Estadual de Promoção dos Direitos da Juventude do Governo do Estado do Pará (2008-2011). Integrou o Conselho Estadual de Juventude desse estado e compôs o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude. No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead). É secretário executivo do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

João Paulo Silveira - liderança jongueira no estado do Rio de Janeiro.

José Roberto Novaes - professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Documentarista e coordenador do projeto “Educação através das Imagens”. Dentre seus filmes estão *Conversas de crianças*, em coautoria de Paulo Pestana; *Migrantes*, em coautoria de Francisco Alves e Cleisson Vidal; *Expedito em busca de outros nortes*, em

coautoria com Aida Marques; *Conflito; Linha de Corte; Nuvens de Veneno; Guariba 84; Os rurais da CUT: imagens e memória; Califórnia à brasileira.*

Kátia Aparecida - Sindicalista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

Larisse Nogueira de Oliveira - Discente do curso de bacharelado em Serviço Social no Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu.

Luciano Brunet - Engenheiro Agrônomo do Incra, desde 2006. Na década de 1980, trabalhou no Rio Grande do Sul como assessor do movimento sindical rural. Foi membro do Escritório do Fórum Social Mundial nas edições de 2003 e 2005, em Porto Alegre. Ocupou o cargo de superintendente do Incra no oeste do Pará (2008-2010). Foi coordenador de Implantação de Projetos de Assentamento e Seleção de Famílias (2010-2012).

Maciel Cover - Pedagogo, mestre e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande. Assessor da Pastoral da Juventude Rural. Foi presidente da AEJR/SC (2007-2009) e da ANJR Terra Livre (2008-2010).

Marcos Rochinski – Coordenador-geral da Fetraf-Brasil. Atuou nas Pastorais da Juventude e da Terra, presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira/PR. Coordenou o Departamento Rural da CUT (DETR/CUT-PR), assim como o Coletivo de Jovens Rurais da CUT do fórum dos três estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser).

Maria de Assunção Lima de Paulo - Socióloga e professora da Universidade Federal de Campina Grande.

Marilda Aparecida de Menezes - Cientista Social, mestre em Sociologia Rural, PhD pela Universidade de Manchester, com pós-doutorado pela Universidade de Yale, no *Agrarian Studies Programme*, e no Departamento de Antropologia da Unicamp. Foi pesquisadora do Centro de Estudos Migratórios. É professora visitante da Universidade Federal do ABC, professora da PPGCS/Universidade Federal de Campina Grande e pesquisadora do CNPq, nível 1D.

Mayara Suelita - Militante da Pastoral da Juventude Rural.

Paulo Carrano - Professor assistente da Faculdade de Educação e do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordena o Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro. É pesquisador produtividade do CNPq – nível 2.

Paulo Guilherme - Agrônomo e mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFRRJ. Iniciou suas atividades profissionais junto ao cooperativismo agropecuário. Posteriormente exerceu cargos públicos no governo estadual do Mato Grosso do Sul e no Ministério do Meio Ambiente. É secretário de Extrativismo e de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Paulo Rogério Adamatti Mansan - Filósofo e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande. Militante da Pastoral da Juventude Rural.

Pepe Vargas - Gilberto José Spier Vargas é médico homeopata. Foi ministro do Desenvolvimento Agrário (2012-2014), vereador (1989-1992), deputado estadual (1995-1996) e prefeito de Caxias do Sul por duas vezes (1996 e 2000). Deputado federal eleito (2007-2010) e reeleito (2011-2014) pelo Rio Grande do Sul.

Raul Amorim - Coordenador do Coletivo Nacional de Juventude pela direção Nacional do MST. Formado em Artes pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) da Universidade Federal do Piauí.

Renato da Silva Filho - Indígena do Povo Tupiniquim, aldeia caieiras velhas - Aracruz/ES Juventude Indígena - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. (APOINME) Membro da Comissão Nacional de Juventude Indígena - CNJI; Representante dos Povos Indígenas – APOINME, na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT – Conselheiro Suplente.

Sérgio Botton Barcellos - Médico veterinário com especialização em Educação Ambiental. Mestre e doutor em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA.

Severine Carmem Macedo - Pedagoga pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Atuou na Pastoral da Juventude (1994-1998). Foi coordenadora de Juventude da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar em Santa Catarina (Fetrafesc/CUT) e da Fetraf-Brasil. Integrou o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) (2005-2009). É secretária Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República desde 2011.

Silvani Silva - Pedagoga. Mestranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e graduada em Pedagogia da Terra na UFSCar. Pesquisadora do Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural) da Uniara (Centro Universitário de Araraquara).

Taciane Lais da Silva - Graduada em Tecnologia em Agropecuária Integrada, cursa especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo – residência agrária na UFSM. É extensionista rural na Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil – Cooperfumos. Em 2010, foi coordenadora adjunta da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Juventude na Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul.

Valmir Luiz Stropasolas - Agrônomo. Mestre em Sociologia Rural, doutor em Ciências Humanas, com pós-doutorado em Sociologia da Infância. Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina.

Viviane Fernandes - Psicóloga. Ocupou os cargos de gerente e diretora de Ensino na Secretaria de Educação do Piauí (2007-2010). Foi diretora de Políticas de Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação para as Relações Étnicorraciais, da Secadi/MEC. É consultora do Ministério da Educação.

"Então, a gente luta para que haja uma melhora na distribuição de renda, no acesso à saúde, no acesso à educação como todas as outras comunidades lutam por isso [...]"

João Paulo Silveira

"E para a gente permanecer na terra, além da terra a gente precisa de educação, a juventude camponesa precisa estudar, a juventude camponesa precisa se formar e não é só para ser veterinário, ser agrônomo, a gente quer médico no campo, a gente quer professor no campo, a gente quer engenheiro no campo, a gente quer todas as profissões para a juventude camponesa."

Gleisa Fernanda Campigotto

"[...]acredito eu que essa é uma nova fase que podemos construir propostas, mas não só construir, que sejam executadas realmente[...]" **Márcio Kokoj**

"a gente quer dizer o seguinte, a sucessão rural só é possível com modelos desenvolvimentos justo e sustentável e isso é que vai permitir que na hora de pensar em permanecer, essas pessoas tenham condições e tenham acessos a direitos, a oportunidades e ao exercício dessa cidadania." **Eryka Galindo**



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República

